

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Ilustríssimo Senhor

RAFAEL FERREIRA LARCHER

Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref: Ofício nº 7022/2018/SEI-MCTIC _ Proc. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de **Cascavel**, Estado do Paraná, por seu representante legal abaixo, vem, perante Vossa Senhoria, em cumprimento ao Ofício supra indicado, **requerer a juntada dos documentos solicitados no item 6** da nota técnica 4043/2018/SEI-MCTIC.

Em anexo, conforme solicitado, seguem:

- I. **1ª, 2ª, 3ª e 4ª alterações dos contratos sociais.** Nesta oportunidade, a TV Oeste aproveita para informar que não houve alterações societárias posteriores à 8ª alteração do contrato social, registrada sob nº20137252102, na data de 17 de dezembro de 2013.
- II. Certidão expedida pela Junta Comercial do Estado do Paraná.
- III. Certidão de "objeto e pé" dos autos 0026197-85.2011.8.16.0001, que versa sobre o bloqueio judicial das cotas sociais.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Esclarecemos que o documento registrado em 06.1.2015 diz respeito a declaração anual de composição societária, protocolada na junta comercial em 18 de dezembro de 2014 e registrada sob nº 20147205131 em 06 de janeiro de 2015, cópia anexa a esta resposta.

Em relação à certidão emitida pelo registro competente em que estão arquivados o ato constitutivo e suas alterações, vale o esclarecimento de que o nome adotado pela Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR – é “certidão simplificada”, contudo, é o documento equivalente a certidão detalhada solicitada por esta pasta.

Assim, uma vez atendida às exigências desta Pasta, requer-se o prosseguimento do processo em seus ulteriores termos, colocando-nos à disposição para apresentar novos documentos caso seja necessário.

Cascavel, 20 de março de 2018.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

CPF: 066.553.909-66

Administrador Sócio



1º. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ELIZABETH LEMANSKI e CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileiras, domiciliadas em Curitiba, Estado do Paraná, a primeira solteira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 5.595.453-4/PR, CPF/MF nº 024.437.429/54, com endereço à Avenida Nossa Senhora da Luz, 1887, a segunda, casada, artista plástica, portadora da cédula de identidade nº 3.164.249-3/PR, CPF/MF nº 394.160.899/15, com endereço a Rua José Bernardino Bormann, 1111, 2º andar, na qualidade de sócias quotistas detentoras da totalidade do capital social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de TV OESTE DO PARANÁ LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, com sede à Rua Alexandre de Gusmão, 1413 na cidade de Cascavel, neste Estado, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado em data de 24 de fevereiro de 2.000 sob o nº 41 2 0428412 4, têm, de comum acordo e nos termos do item 8.3 do contrato social, com prévia anuência do órgão competente do Ministério das Comunicações, deliberado alterar o contrato, na forma abaixo:

PRIMEIRA

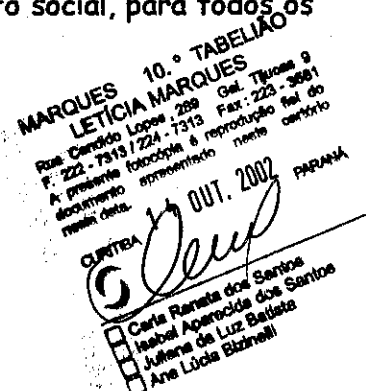
Fica criada uma filial da sociedade na cidade de Guarapuava, neste Estado com endereço naquela Cidade à Rua XV de novembro, s/nº, Bairro Morro Alto, designado "filial nº 01" que operará por tempo indeterminado, a partir de 01 de abril do corrente ano.

SEGUNDA

Para o funcionamento da filial ora criada, é destacada, do capital Social, a parcela de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

TERCEIRA

Continuam em vigor as cláusulas contratuais que não contrariem o disposto na presente alteração, que se considera incorporada ao contrato social, para todos os efeitos de direito.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0-78/pg_3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

E, porque assim convencionaram, firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas, sendo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, para os fins legais.

Curitiba, 20 de abril de 2.000



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/04/2000

SOB O NÚMERO:

41 9 0067221 1

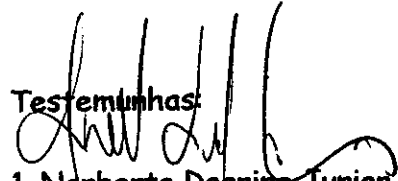
Protocolo: 00/058690-0

TUFIRAME
SECRETÁRIO GERAL


ELIZABETH LEMANSKI


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

Testemunhas:


1. Norberto Doering Junior

RG. 3.585.399 - II/PR

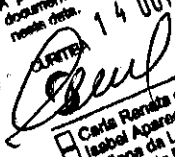

2. Edson Luiz Bueno

RG. 875.946 - II/PR

MARQUES 10.º TABELÃO
LETÍCIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 288 - Col. Tijucas 8
F. 222-7313 / 224-7313 Fax: 223-3061
A presente fotocópia é reprodução fiel do
documento apresentado neste cartório
nesta data.

14 OUT. 2002

PARANÁ


Carla Renata dos Santos
Isabel Aparecida dos Santos
Juliana da Luz Batista
Ana Lúcia Bliznelli



Autenticação eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara7.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (2757392)

SEI 01250-016462/2018-78 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ: 03.699.194/0001-53
NIRE: 41.2.0428412.4/2000

2ª Alteração do Contrato Social

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada, artista plástica, residente e domiciliada na Rua José Bernardino Bormann, 1111 – 2º andar – Champagnat – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 3.164.249-3 – SSP/PR e do CIC 394.160.899-15; e

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, 1887 – Jardim Social – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 5.595.453-4 – SSP/PR e do CIC 024.437.429-54,

únicas sócias da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413 – Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial/PR sob o nº 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, têm justo e contratado o presente Instrumento com a finalidade de:

(i) - transferir, por venda, 1.500 cotas / R\$1.500.000,00, sendo

- 750 cotas / R\$750.000,00, pertencentes à sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA; e
- 750 cotas / R\$750.000,00 pertencentes à sócia ELIZABETH LEMANSKI,

para a neo-cotista LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, maior, solteira, empresária, natural da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portadora da Carteira de Identidade nº 12254057-8 – IFP e do GIC nº 053.588.407/96, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, nº 179 – casa 1, que, desse modo, ingressa na Sociedade, declarando, desde já, não estar impedida de exercer atividades mercantis, ficando o quadro social assim constituído: - CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA – 750 cotas/ R\$750.000,00; - ELIZABETH LEMANSKI – 750 cotas / R\$750.000,00; e - LUIZA MESQUITA MARINHO – 1.500 cotas/R\$1.500.000,00. As cedentes, neste ato, outorgam plena e integral quitação à cessionária em relação à participação cedida,

(ii) - alterar as cláusulas 2 e 4, consolidando-se as demais cláusulas do contrato social, como se seguem:

MARQUES 40.ª TABELÃO
CURITIBA
15 AGO 2002
PARANÁ
Ana Lucia Gilmor



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (2797392)

SEI 01250-016-462/2018-78 / pg. 5

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

escrito, dos sócios detentores de 80% (oitenta por cento) do capital social e da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. É admitida a participação como cotista, sem direito a voto nas deliberações sociais, de pessoa jurídica, cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, participação essa limitada a 30% (trinta por cento) do capital da Sociedade.

2.4. Os cotistas terão sempre preferência na aquisição proporcional das cotas do sócio que, por qualquer motivo, desejar se retirar da Sociedade, devendo exercê-la no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação recebida do sócio ofertante.

3. DO PRAZO

3.1. A sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. A Sociedade é administrada pelas sócias: CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como DIRETORA PRESIDENTE; LUIZA MESQUITA MARINHO, como DIRETORA VICE-PRESIDENTE; e ELIZABETH LEMANSKI, como DIRETORA ADJUNTA, dispensadas de prestar caução, as quais distribuirão entre si as atribuições e os poderes necessários à realização dos fins sociais.

4.2. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada semestralmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais da metade do Capital Social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.3. Compete à Diretora Presidente ou à Diretora Adjunta em conjunto com a Diretora Vice-Presidente:

- a) a compra e venda de imóveis;
- b) a compra ou venda de bens e equipamentos cujo valor seja superior a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIRs;
- c) a nomeação ou a destituição de procuradores com poderes de administração da Sociedade ou de representação de uma das Diretoras indicadas nesta Cláusula;
- d) a aquisição de programas especiais de TV não previstos no orçamento da Sociedade;

MARQUEZ 1627-11110
LUIZA MESQUITA MARINHO
Rua Curitiba, 15 - 1º andar - Curitiba - PR - 81210-000
Fone: (41) 333-1111 - Fax: (41) 333-1111
A presente alteração é aprovada pelo Conselho de Administração da TV Oeste do Paraná em 15 de Agosto de 2002.

CURITIBA 15 AGO. 2002 PARANÁ

☐ Carla Rinaldo dos Santos
☐ Isabel Aguiar dos Santos
☐ Juliana da Luz Batista
☐ Ana Lúcia Gizele



48318717-fa33-4b45-950a-21ff51d03df0



- e) a contratação de empregado em qualquer área de atuação, nos casos em que o salário do contratado for superior a 15 (quinze) vezes o maior salário mínimo vigente no País;
- f) a contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, imóveis ou participação em outras empresas;
- g) a determinação dos programas locais a serem exibidos pelas estações pertencentes à Sociedade;
- h) a locação ou compra de programas de qualquer natureza;
- i) a fixação do quadro de pessoal das emissoras;
- j) a gestão dos negócios nas áreas financeira e comercial; e
- l) a assinatura de contratos de locação, publicidade e de artistas.

4.4. Compete exclusivamente à Diretora Presidente ou à Diretora Adjunta:

a) a gestão nas seguintes áreas:

- (i) - administrativa;
- (ii) - pessoal (observado o disposto na letra e, item 4.3, desta cláusula).
- b) elaboração, para a prévia aprovação, do orçamento financeiro anual da Sociedade;
- c) elaboração, para aprovação, do relatório de desempenho da Sociedade, até 30 dias após o término do exercício social; e
- d) seleção do noticiário local das emissoras, excluído o de caráter político.

4.5. Compete exclusivamente à Diretora Vice-Presidente:

- a) estruturar a programação geral das emissoras;
- b) controlar a operação dos equipamentos técnicos das estações pertencentes à Sociedade;
- c) a contratação e dispensa do pessoal da área técnica, observado o disposto na letra e, do item 4.3 desta cláusula.

4.6. O procurador que for nomeado pela sociedade para representar qualquer das Diretoras indicadas só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das cotistas, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento dos mesmos e dos negócios sociais, observado o disposto na letra c, do item 4.3 desta cláusula.

4.7. Os administradores e procuradores designados pela sociedade serão, obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após a aprovação de seus nomes pelo órgão competente do Ministério das Comunicações.

4.8. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.



MARQUÊS DA MATOZINHA
LUIZA A. M. F. L. S.
Rua General Osório, 200 - 1º andar - Fone: 223-1100
R. 223-1100 / 200 - Fone: 223-1100
A presente cópia reproduzida fiel e
documentada, aprova-se, nesta data, o conteúdo
CLÉLIA 15 ABR 2002 PARANÁ

- ☐ Carla Renata dos Santos
- ☐ Isabel Aparecida dos Santos
- ☐ Juliana da Luz Brito
- ☐ Ana Lúcia Brito



5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio impedido.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do Espólio nos entendimentos com a Administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos na cláusula "5.1.", os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, nos 60 dias seguintes à data do evento e serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas de capital, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas, as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. Os balanços contábeis serão realizados em 31 de dezembro de cada ano, cujos resultados ou prejuízos apurados serão objeto de deliberação dos sócios, podendo ser criados fundos e provisões nos termos e limites legais.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir às Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

8.2. As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, ressalvado o disposto na cláusula 2.4. supra.

8.3. Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem prévia anuência do órgão competente do Ministério das Comunicações, dependendo, ainda, qualquer alteração contratual, inclusive para a transformação do tipo jurídico da sociedade, ou quaisquer deliberações sociais, da deliberação e assinatura do sócio ou sócios que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das cotas representativas do capital social.

RECEBIMOS em 15 de Agosto de 2002, a entrega de 01 (uma) cópia do documento acima descrito, para fins de arquivamento, conforme consta no documento.

CURITIBA 15 AGO. 2002 **PARANÁ**

DIRETOR JURÍDICO

☒ Carlos Renato dos Santos
☒ Isabel Aparecida dos Santos
☒ Juliana da Luz Batista
☒ Ana Lúcia Bianchi



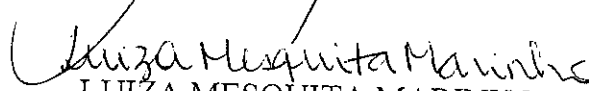
8.4. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em quatro vias na presença de duas testemunhas.

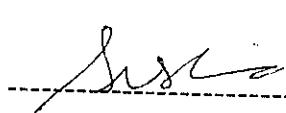
Cascavel/PR.


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA


ELIZABETH LEMANSKI


LUIZA MESQUITA MARINHO

Testemunhas:



Antônio Aminiano



Edson Luiz Bueno
RG. 845946 - II/PA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/10/2001
SOB O NÚMERO:
20012557854
Protocolo: 01/255785-4
Empresa: 41 2 0428412 4
TUFI RAME
SECRETÁRIO GERAL

mcl/ah2001/ivoesteparana2Tc.doc

MARQUES 10.º TABELÃO
LEYDIA MARQUES
Rua Cândido de Figueiredo, 20 - Jd. União 9
F. 222-7340/222-7340 Fone: 222-3501
A presente certidão foi lavrada no Bd do
documento em 15 de maio de 2002
nesta data.

CUNTA 15 MAIO 2002 PARANÁ

Lei 13.228 de 18/07/2001
ELIARPEN
Selo de Autenticidade
NOTARIAL
Juliana da Luz Batista
Ana Lúcia Ritzell
Nº AEE32556



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53

NIRE: 41.2.0428412.4/2000

3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada, artista plástica, residente e domiciliada na Rua José Bernardino Bormann, n.º 1111, 2º andar, Bigorrião, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade R.G. n.º 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.657.759-87;

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Jardim Social, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade R.G. n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, natural da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, n.º 179, casa 1, portadora da carteira de identidade R.G. n.º 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 053.588.407/96;

únicas sócias da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, e alterações posteriores, sendo a última arquivada sob o n.º 20012557854, em 11/10/2001 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Fica deliberada a retificação do endereço da filial da Sociedade na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, atualmente constando como Rua XV de Novembro, s/n.º, para Rua XV de Novembro, n.º 2.250, passando o item 1.2, do contrato social, a vigorar com a seguinte redação:

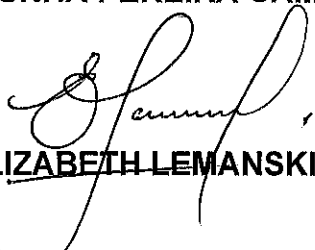
3ª ALTERAÇÃO RETIFICAÇÃO DO ENDEREÇO

"1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação da administração, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional."

E por estarem, assim, justos e acordados, ratificam todas as demais cláusulas do contrato social, assinando o presente Instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cascavel, 31 de março de 2003.


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

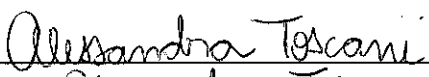

ELIZABETH LEMANSKI

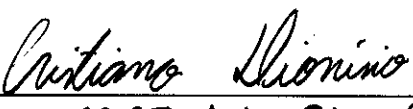

LUIZA MESQUITA MARINHO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 28/04/2003
SOB NÚMERO: 20030923093
Protocolo: 03/092309-3
Empresa: 41.2.0428412-4
TV OESTE DO PARANÁ LTDA

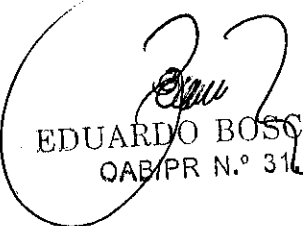
EVERLY MOTTA JOAKINSON
P/ SECRETARIA GERAL "AD HOC"

Testemunhas:


Nome: Alessandra Toscani
C.I./R.G.: 6.150.408-7
CPF/MF: 031.026.529-05


Nome: CRISTIANO DIONÍSIO
C.I./RG.: 3.638.378-0/SP-RF
CPF/MF: 026.546.129-45




EDUARDO BOSCHETTI
OAB/PR N.º 31.551



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53

NIRE: 41204284124

4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluísio França, n.º 83, Bigorrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.657.759-87;

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, n.º 179, casa 1, Vidigal, CEP 22450-220, portadora da carteira de identidade n.º 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 053.588.407/96,

únicas sócias da sociedade empresária limitada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, e alterações posteriores, sendo a última arquivada sob o n.º 20030923093, em 28/04/2003 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio às sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, ELIZABETH

Luiza Marinho
ef.



LEMANSKI e LUIZA MESQUITA MARINHO, referente ao exercício de 2001, realizada pela administração da Sociedade em 31/12/2001, no valor líquido total de R\$ 406.940,82 (quatrocentos e seis mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos), já descontado o imposto de renda devido.

(ii) Fica deliberada a alteração dos itens 1.1. e 1.2., do contrato social, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação das sócias, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.”

(iii) Fica deliberada, ainda, a alteração do objeto social da Sociedade, de modo a incluir as atividades de veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional em Televisão, Rádio e Internet, bem como de prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares, passando o item 1.3, do contrato social, a vigorar com a seguinte redação:

“1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

Luiza Marinho
ef
ll



(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.”

(iv) A sócia LUIZA MESQUITA MARINHO, acima qualificada, detentora de 1.500 (hum mil e quinhentas) cotas, cede e transfere, conforme instrumento em separado, 1.200 (hum mil e duzentas) cotas de sua titularidade, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas ou gravames, para as outras duas sócias, sendo 600 (seiscentas) cotas para a sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, acima qualificada; e 600 (seiscentas) cotas para a sócia ELIZABETH LEMANSKI, acima qualificada, subrogando-se as referidas cessionárias, para todos os fins, nos direitos e obrigações relativos às cotas cedidas.

(v) Os sócios deliberaram alterar o *quorum* necessário para transferência de cotas do capital social da Sociedade para 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, bem como resolveram que as cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, com a redação conferida pela Emenda Constitucional n.º 36, de 28 de maio de 2002.

(vi) Fica deliberada a alteração das disposições acerca do direito de preferência das sócias em relação a cessão e transferência de cotas do capital social, bem como participação nos aumentos de capital da Sociedade, nos termos da nova redação do item 2.4, do contrato social, deliberada abaixo.

(vii) Em razão das deliberações (iv), (v), e (vi) acima, a cláusula 2, do contrato social da Sociedade, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três

Luiza Marinho
ef.



mil) cotas, no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
CRISTINA MARIA CUNHA	1.350	1.350.000,00	45
PEREIRA CAMARGO DA VEIGA			
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas cu adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

Luiza Marinho
ef.
//



2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, não estarem impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada.”

(viii) A sócia LUIZA MESQUITA MARINHO, acima qualificada, renunciou ao cargo de Diretora Vice-Presidente, em 04 de outubro de 2002, tendo sido a renúncia aceita pela Sociedade e pelas demais sócias à época, outorgando-se a renunciante e a Sociedade e demais sócias, reciprocamente, a mais plena, rasa, geral e irrevogável quitação por todo o período de gestão da renunciante, que por ora se regulariza.

(ix) Foi deliberada, ainda, a alteração da estrutura da administração da Sociedade, que passa a ser administrada pelas sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como Diretora Presidente, e ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, as quais, desde logo, declaram que não estão incursas em crime ou em qualquer outra hipótese legal que as impeça de exercer a atividade mercantil. Às Diretoras caberá representar a Sociedade e exercer as atribuições e os poderes necessários à realização dos fins sociais.

(x) Em razão da deliberação (ix) acima, os sócios resolvem alterar a cláusula 4, do contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pelas sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como Diretora Presidente, e ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao

Luiza Marinho
EF



objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta de 2 (duas) Diretoras para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade, com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

Luiza Marinho
EP



4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.”

(xi) Foi deliberado pelas sócias que ao término de cada exercício social elaborar-se-á o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, sendo que a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras dependerá de deliberação de sócios representantes de, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, bem como alterar as disposições acerca da destinação dos resultados do exercício e distribuição de dividendos passando a cláusula 7, do contrato social, a vigorar com a seguinte redação:

“7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do

Luiza Marinho
EF



exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.”

(xii) Ainda em razão da deliberação (v) acima, os sócios resolveram excluir o item 8.2, do contrato social, renumerando-se os itens seguintes.

(xiii) As sócias deliberaram incluir cláusula sobre as deliberações sociais, numerada como nova cláusula 8, do contrato social, bem como alterar o *quorum* necessário para, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, para deliberação de qualquer modificação do contrato social ou deliberação social que vise a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio, passando o antigo item 8.3, do contrato social, a ser o atual item 8.10.

(xiv) Em razão da deliberação anterior, a nova cláusula 8, do contrato social, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se as cláusulas seguintes:

“8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso,

Luiza Mainho
[assinatura]



designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e
(iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as

Luiz Hainho
J. B.



alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.”

(xv) Fica deliberada, ainda, a alteração do foro competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes do contrato social da Sociedade para o foro central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, passando o antigo item 8.4, do contrato social, atual item 9.2, a vigorar com a seguinte redação:

“9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.”

(xvi) Deliberou-se, também, a inclusão de estipulação acerca da aplicação da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável, nas omissões do contrato social da Sociedade, sob a designação de item 9.3, bem como a inclusão de estipulação acerca do quadro de pessoal, itens esses que vigorarão de acordo com os seguintes termos:

“9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil brasileiro), rege-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do art. 10, II, do Decreto n.º 85.064/1980.”

(xvii) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, as sócias resolvem, por fim, proceder a reforma global e consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Luiza Marinho
[assinatura]



“CONTRATO SOCIAL

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação das sócias, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

Luiza Maranhão
ef. /



2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA	1.350	1.350.000,00	45
CAMARGO DA VEIGA			
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

Luiza Marinho

El.



2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, não estarem impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pelas sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como Diretora Presidente, e ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d)

Leiza Marinho
EF.



contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incursas em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Luiz Galvão
J. //



5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a

Luiza Marinho
[Assinatura]



distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

Luiz Maranhão
[assinatura]



8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade, (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias

Luiza Marinho
[Assinatura]



decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.”

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

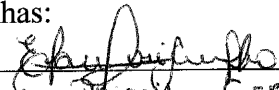
Cascavel/PR, 01 de junho de 2004.

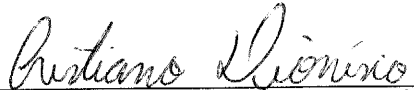

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

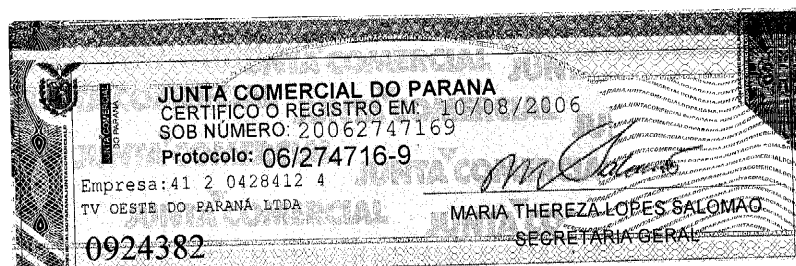

ELIZABETH LEMANSKI


LUIZA MESQUITA MARINHO

Testemunhas:

1. 
Nome: Elaine Priscila CERVELLO
RG: 8.261.198-3 /PR
CPF/MF: 050.316.559-09

2. 
Nome: CRISTIANO DIONÍSIO
RG: 3638378-0/PR
CPF/MF: 026.546.129-45



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camaraleg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 30

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial TV OESTE DO PARANÁ LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 2 0428412-4	03.699.194/0001-53	24/02/2000	24/02/2000
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA ALEXANDRE DE GUSMAO, 1413, JD MARIA LUIZA, CASCAVEL, PR, 85.819-530			
Objeto Social A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO DE SONS(RADIO) E DE SONS E IMAGENS(TELEVISÃO),DE ACORDO COM OS ATOS DE OUTORGA DE PERMISSÃO E/OU DE CONCESSÃO QUE VENHA A OBTER DO GOVERNO FEDERAL/MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ,OU MEDIANTE A TRASNFERENCIA DIRETA DESSAS OUTORGAS,QUANDO PREVIAMENTE AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE;			
Capital: R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS)		Não	Indeterminado
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			
Nome/CPF ou CNPJ		Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio
ELIZABETH LEMANSKI 024.437.429-54		1.500.000,00	SOCIO
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA 066.553.909-66		1.500.000,00	SOCIO
		Administrador	Administrador
			XXXXXXXXXX
			XXXXXXXXXX
Último Arquivamento		Situação	
Data: 14/12/2017		REGISTRO ATIVO	
Número: 20178259713		Status	
Ato: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO		COM IMPEDIMENTO JUDICIAL	
Evento (s):			
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
1 - NIRE: 41 9 0067221-1			
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX			
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais)			
RUA XV DE NOVEMBRO, 2250, MORRO ALTO, GUARAPUAVA, PR, BRASIL			
Observações: BLOQUEIO(S) JUDICIAL: 05ª VARA CÍVEL DE CURITIBA, OFÍCIO Nº: 2159/2011 DE 17/11/11 REFERENTE AOS AUTOS Nº: 26197-85.2011.8.16.0001. " PROCEDER AO BLOQUEIO DAS QUOTAS SOCIAIS DA TV OESTE PARANÁ LTDA., NIRE: 4120428412-4, TRANSFERIDAS AO AGRAVADO RÉU PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, 066.553.909-66, BEM COMO AVERBAR A EXISTÊNCIA DA DEMANDA SUPRA." PROTOCOLO JUCEPAR 11/407536-0 DE 02/12/2011.			

CURITIBA - PR, 07 de fevereiro de 2018

18/056154-5

Libertad Bogus

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



Para autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br

ou pelo 180561545 na Consulta de Autenticidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Consulta disponível por 30 dias

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/4821871259713-4845-03662115-4110>

Libertad Bogus

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informática

Presidência da República

Casa Civil

Medida Provisória Nº 2.200-2,

de 11 de agosto de 2001.

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Documento Assinado Digitalmente 07/02/2018
Junta Comercial do Paraná
CNPJ: 77.968.170/0001-99

Você deve instalar o certificado da JUCEPAR
www.juntacomercial.pr.gov.br/certificado

PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DA QUINTA VARA CÍVEL
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ
UBIRAJARA BINHARA
Escrivão

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo os Autos de **AÇÃO ORDINÁRIA**, autuados sob o n.º **26197-85.2011.8.16.0001**, em que **PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA** move em face de **CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, ELIZABETH LEMANSKI, LUIZA MESQUITA MARINHO** e **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**, distribuídos sob o n.º 20710 em 20/05/2011, pelo Cartório do 2º Ofício Distribuidor, verifiquei que o feito tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência das quotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda, realizado pela Requerida Cristina Maria Cunha Pereira, para o Requerido Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. **CERTIFICO mais que** à causa foi atribuído o valor de R\$1.350.000,00. **CERTIFICO ainda que** na data de 17/03/2016, houve prolação de sentença nos autos, pela MM Juíza de Direito Substituta, Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, a qual julgou improcedentes os pedidos do autor, resolvendo o processo, relativamente aos réus TV Oeste do Paraná LTDA, Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito, fundamentando no inciso IV, do artigo 269, do Código de Processo Civil. Ao passo que julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com relação às rés Luisa e Elizabeth, com fulcro no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Condenando assim, o autor ao pagamento das custas processuais, bem como nos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa. Sendo que da referida sentença houve interposição de apelação pelo autor, a qual pende de apreciação pelo órgão competente. **CERTIFICO finalmente que** os autos supramencionados foram encaminhados à conclusão com a M.M Juíza de Direito TAÍS DE PAULA SCHEER, na data de 15/03/2015, não retornando ao Cartório até às 13:10 horas da presente data.*-*-*-*-*

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 21 de março de 2018.

Marcos Cesar de Souza Junior
Juramentado

Av. Cândido de Abreu, n° 535, 5° andar - Centro Cívico
Curitiba/Pr - Fone: (0xx) 41-3206-6424 - CEP: 80530-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 32

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ**

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº. 1413, Cep 85.819-530, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.699.194/0001-53, e, com filial no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº. 2250, Cep 85.065-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0002-34, vem à presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao disposto no artigo 4º, da Lei 10.610/02, apresentar a **DECLARAÇÃO** da composição de seu capital social, conforme segue:

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR R\$</u>
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

Termos em que pede recebimento.

De Cascavel para Curitiba, 05 de dezembro de 2014.

7º TABELIAO

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Diretor Vice-Presidente

7º. TABELIAO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R. Mal Deodoro, 230, centro F: 3094-7700
CURITIBA - PARANA

Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
[LONZSDK1]-PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA,
DA VEIGA.....
Nº: aibc6 . geok3 . bsjeh - 29gab . ff1s
SELO DIGITAL: WWW.FUNARFEN.COM.BR

Em testemunho da verdade
Curitiba, 15 de dezembro de 2014

202-SANDY JALINE PALHANO
ESCREVENTE
SINAL PUBLICO EM WWW.CENSEC.ORG.BR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/01/2015
SOB NÚMERO: 20147205131
Protocolo: 14/720513-1, DE 18/12/2014
Empresa: 41.2.0428412-4
TV OESTE DO PARANÁ LTDA

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0 / pg. 33

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CONTRATO SOCIAL

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Av. Nossa Senhora da Luz, 1887 – Jardim Social – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 5.595.453-4 – SSP/PR e do CIC 024.437.429-54; e CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada, artista plástica, residente e domiciliada à Rua José Bernardino Bormann, 1111 – 2º andar – Champagnat – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 3.164.249-3 – SSP/PR e do CIC 394.160.899-15, resolvem constituir a sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., que se regerá pela legislação aplicável e pelas cláusulas a saber:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A sociedade por cotas de responsabilidade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413 – Jardim Maria Luíza, podendo, por deliberação da administração, ser criadas filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374)

SEI-35500-010307/201421 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas;

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social é de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 cotas de R\$1.000,00 cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR-R\$
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00
CRISTINA MARIA CUNHA		
PEREIRA CAMARGO DA VEIGA	1.500	1.500.000,00
SOMA	3.000	3.000.000,00

2.2. Os sócios integralizam, neste ato, em moeda corrente do País, 20% (vinte por cento) das cotas subscritas, totalizando R\$600.000,00, sendo a parcela restante realizada pelos sócios em bens ou dinheiro no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados desta data.

2.3. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota, não podendo ser alienadas ou gravadas por qualquer forma, direta ou indiretamente, a nacionais ou estrangeiros, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, sem anuência, por escrito, dos sócios detentores de 80% (oitenta por cento) do capital social e da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.4. É admitida a participação como cotista, sem direito a voto nas deliberações sociais, de pessoa jurídica, cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, participação essa limitada a 30% (trinta por cento) do capital da Sociedade.

2.5. Os cotistas terão sempre preferência na aquisição proporcional das cotas do sócio que, por qualquer motivo, desejar se retirar da Sociedade, devendo exercê-la no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação recebida do sócio ofertante.

3. DO PRAZO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374)

SEI-35500-010301/201421 / pg. 2

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



3.1. A sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. A administração da Sociedade caberá às cotistas ELIZABETH LEMANSKI e CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, com a designação de Gerentes, com as atribuições e os poderes necessários à realização dos fins sociais, inclusive a nomeação de procuradores e o uso da denominação social, atuando sempre em conjunto.

4.2. Os administradores e procuradores com poderes de gerência da Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após a aprovação de seus nomes pelo órgão competente do Ministério das Comunicações.

4.3. É expressamente vedado aos procuradores designados a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.4. Todos os atos e instrumentos que importem em responsabilidade para a Sociedade, inclusive contratos em geral, cheques e outros títulos de crédito, dependerão, para sua validade, da assinatura dos Gerentes, ou de procurador ou procuradores nomeados, conforme estabelecidos os mandatos outorgados;

4.5. Os atos e instrumentos que importem em alienação, gravame, ônus ou aquisição de bens imóveis, ou a contratação de financiamentos bancários, dependerão, obrigatoriamente, da assinatura das duas gerentes ou de procuradores na forma estabelecida nos mandatos outorgados.

4.6. Os membros da administração terão direito a uma retirada "Pró-labore", cujo valor será fixado, anualmente, pelos cotistas, de acordo com a situação econômico-financeira da Sociedade e a legislação aplicável.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374) SEI-35500.010301/201421 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio impedido.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do Espólio nos entendimentos com a Administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos na cláusula "5.1.", os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, nos 60 dias seguintes à data do evento e serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas de capital, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas, as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

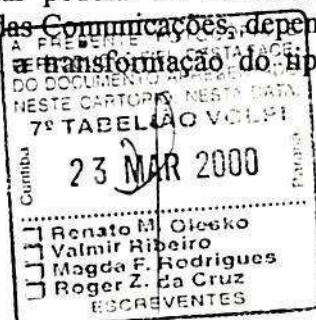
7.1. Os balanços contábeis serão realizados em 31 de dezembro de cada ano, cujos resultados ou prejuízos apurados serão objeto de deliberação dos sócios, podendo ser criados fundos e provisões nos termos e limites legais.

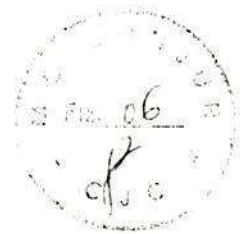
8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

8.2. As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, ressalvado o disposto na cláusula 2.4. supra.

8.3. Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem prévia anuência do órgão competente do Ministério das Comunicações, dependendo, ainda, qualquer alteração contratual, inclusive para transformação do tipo jurídico da






sociedade, ou quaisquer deliberações sociais, da deliberação e assinatura do sócio ou sócios que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das cotas representativas do capital social.

8.4. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca do Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

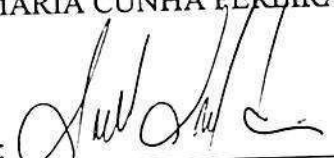
E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em quatro vias na presença de duas testemunhas.

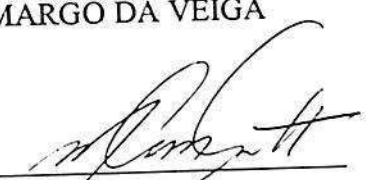
Curitiba/PR 02/12/1.999


ELIZABETH LEMANSKI


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

Testemunhas:


NORBERTO DOERING JUNIOR
RG 3.585.399-5-PR
CPF 562.093.719-49

e 
MIGUEL ANGELO GASPARETTO
RG 4.000.260-0-PR
CPF 574.251.839-00

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/02/2000
SOB O NÚMERO:
41 2 0428412 4
Protocolo: 00/039621-4
TUF: FAME
SECRETÁRIO GERAL

A PRESENTE FOTOCOPIA E
REPRODUÇÃO NESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO NESTA DATA
7º TABELADO VOLTA
23 MAR 2000
Curitiba
Renato M. D. de
Valmir Ribeiro
Márcio F. Rodrigues
Roger Z. da Cruz
ESCREVENTES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (200434)

SEI-35506.016307/2014217 pg. 5

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

59
Rubrica: 8508 - 83000000

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124

5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 896.657.759-87;

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, nº 179, casa 1, Vidigal, CEP 22450-220, portadora da carteira de identidade nº 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.588.407/96,

únicas sócias da sociedade empresária limitada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, e alterações posteriores, e a última arquivada sob o nº 20062747169, em 28/04/2006 ("Sociedade"),

e, ainda,

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I/R.G nº 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, em Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410;

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

Certificamos que o selo de Autenticidade de Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

PARANÁ	
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA	
DOCUMENTO APRESENTADO	
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.	
7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES	
<input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO	
<input type="checkbox"/> FATIMA SOUZA JACOB	
<input type="checkbox"/> ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO	
<input type="checkbox"/> TATIANA LUIZA XAVIER GARBINI	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374)

SEI35506-010307201421 / pg. 6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

(i) Registrar que, em decorrência de separação judicial, a sócia que anteriormente assinava como CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA voltou a utilizar o seu nome de solteira, qual seja, CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA;

(ii) A sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, anteriormente qualificada, detentora de 1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) cotas da Sociedade, cede e transfere a PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, conforme instrumento em separado, com a expressa anuência das sócias ELIZABETH LEMANSKI e LUIZA MESQUITA MARINHO, também anteriormente qualificadas, a totalidade das quotas de sua titularidade, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas ou gravames, e, com isso, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA passa a integrar a Sociedade como sócio cotista, sub-rogando-se, para todos os fins, nos direitos e obrigações relativos às quotas cedidas, e, assim, em razão da cessão da totalidade de suas quotas, a sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA se retira da Sociedade, outorgando-se a cedente e o cessionário, bem como a cedente e a Sociedade, neste ato, a mais plena, ampla, geral, rasa e irrevogável quitação, para nada mais dele reclamarem um do outro, a qualquer título, em juízo ou fora dele.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

(iii) Em razão da deliberação (i) acima, a cláusula 2, do Contrato Social da Sociedade, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.350	1.350.000,00	45
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.

7.º TABELIÃO VOLPI

CURITIBA 12 JUN. 2008 PARANÁ

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
☐ FÁTIMA SOUZA JACOB
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ PATRÍCIA LUIZA XAVIER GARBINI

Escriturantes





radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, que não estão impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada."

Atestamos que o selo de Autenticidade e Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.	
7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES <input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO <input type="checkbox"/> FÁBIO SOUZA JACOB <input type="checkbox"/> ACRIANA CRISTINA DE CARVALHO <input type="checkbox"/> LUIZA XAVIER GARBINI	

(iv) Os sócios aprovam a inclusão, no Contrato Social, de cláusula que permita a nomeação de administradores não sócios;

(v) Em decorrência da perda de condição de sócia de CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA e da intenção dos sócios de que permaneça ela como administradora da Sociedade, os sócios anteriormente qualificados, neste ato, nomeiam como administradora não sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR,



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Rúbrica: J
3559 - setembro

inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.657.759-87, a qual, presente neste ato, declara, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que a impeça de exercer atividade mercantil, ou impedida de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(vi) Em razão das deliberações (iv) e (v) acima, fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora não sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, como Diretora Presidente, e pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sob as seguintes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, para operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

Atestamos que o selo de Autenticidade dos Atos foi afixado na última folha do presente entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

SEMPRE FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.	
7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES <input type="checkbox"/> WILLIAN HENRIQUE CARNIATTO <input type="checkbox"/> PATIANA SOUZA JACOB <input type="checkbox"/> ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO <input checked="" type="checkbox"/> ELIZABETH LEMANSKI <input checked="" type="checkbox"/> CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA	

PARANÁ 48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03d00



Fls.: 63
Rúbrica: [assinatura]

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."

Atestamos que o selo de Autenticidade
foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

A PRESENTE FOTOCOPIA É
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7.º TABELIÃO VOLPI

12 JUN. 2008

CURTIBA

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
☐ FATIMA SOUZA JACOB
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ TATIANA LUIZA XAVIER GARSINI

64
F. 01
F. 02
F. 03
F. 04
F. 05
F. 06
F. 07
F. 08
F. 09
F. 10
F. 11
F. 12
F. 13
F. 14
F. 15
F. 16
F. 17
F. 18
F. 19
F. 20
F. 21
F. 22
F. 23
F. 24
F. 25
F. 26
F. 27
F. 28
F. 29
F. 30
F. 31
F. 32
F. 33
F. 34
F. 35
F. 36
F. 37
F. 38
F. 39
F. 40
F. 41
F. 42
F. 43
F. 44
F. 45
F. 46
F. 47
F. 48
F. 49
F. 50
F. 51
F. 52
F. 53
F. 54
F. 55
F. 56
F. 57
F. 58
F. 59
F. 60
F. 61
F. 62
F. 63
F. 64
F. 65
F. 66
F. 67
F. 68
F. 69
F. 70
F. 71
F. 72
F. 73
F. 74
F. 75
F. 76
F. 77
F. 78
F. 79
F. 80
F. 81
F. 82
F. 83
F. 84
F. 85
F. 86
F. 87
F. 88
F. 89
F. 90
F. 91
F. 92
F. 93
F. 94
F. 95
F. 96
F. 97
F. 98
F. 99
F. 100

(vii) fica alterada a cláusula 9, do Contrato Social, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.”

certificamos que o selo de Autenticidade e Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

PRESENTE FOTOCOPIA E
APRESENTAÇÃO FIEL, DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7.º TABELIÃO VOLPI

CURITIBA 1.º JUN. 2008

FLORA FLORES RODRIGUES
WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
FATIMA SOUZA JACOB
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
TATIANA LUIZA XAVIER GARBINI

(viii) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, as sócias resolvem, por unanimidade, proceder à reforma global e à consolidação do contrato social da Sociedade, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONTRATO SOCIAL

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial n.º 1, podendo, por deliberação das sócias, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programação de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

Atestamos que o selo de Autenticidade
foi afixado na última folha de
origem entregue para a parte
[assinatura]



2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA	1.350	1.350.000,00	45

DA VEIGA			
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes, colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação espelha acerca da radiodifusão.

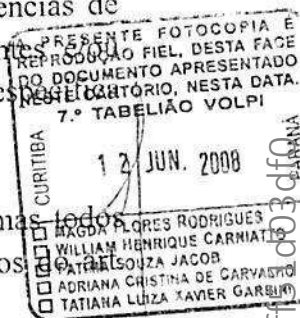
2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, não estarem impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

certificamos que o conteúdo de Autenticidade
de Ato foi afixado na última folha de
documento entregue para a parte
7.º Tabelião Volpi



67
y
0055

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora não sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, como Diretora Presidente, e pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

Atestamos que o selo de Autenticidade e Ato foi afixado na última folha do instrumento entregue para a parte. 70 T. Thailân Volpi

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuação em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

PARANÁ	REPRODUÇÃO FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA, NÃO DEVE SER APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
CUIABÁ	2008
CUIABÁ	PARANÁ
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES	<input type="checkbox"/> TATIANA LUIZA TAVIER GARDINI
<input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO	
<input type="checkbox"/> FÁTIMA SOUZA JACOB	
<input type="checkbox"/> JESSICA DE CARVALHO	

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.



SSC
Rubrica: 68
unicação

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incursas em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

certificamos que o selo de Autenticidade
de Alos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte
7º Tabelião Volpi

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA. 7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
PARANÁ	
Escritório	
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES <input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO <input type="checkbox"/> FATIMA SOUZA JACOB <input type="checkbox"/> ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO <input type="checkbox"/> TATIANA LUIZA XAVIER GARDINI	





6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais

certificamos que o selo de Autenticidade de Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

PRESENTE FOTOCOPIA
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA
DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7º TABELIÃO VOLPI
CURITIBA
11 JUN 2008
MAGDA FLORES RODRIGUES
HENRIQUE CARNIATTO
FATIMA SOUZA JACOB
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
FATIMA SOUZA XAVIER GARDINI



8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº

Certificamos que o selo de Autenticidade de Alos foi afixado na ultima folha do documento entregue para a parte.

A PRESENTE FOTOCOPIA
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
27.06.2008
TABELIÃO VOLPI

27 JUN. 2008

WAGDA FLORES RODRIGUES
WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
FATIMA SOUZA JACOB
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
TATIANA LUIZA XAVIER GARBIM

Fls. 7
Rótulo: 8
Cópia

4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

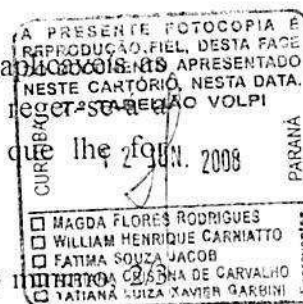
9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Lei da Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

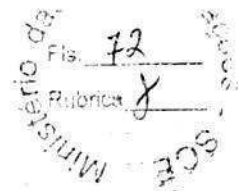
9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

certificamos que o selo de Autenticidade
de Ato foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi





Cascavel/PR, 21 de março de 2007.


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA


ELIZABETH LEMANSKI


LUIZA MESQUITA MARINHO


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

A PRESENTE FOTOCOPIA É
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7.º TABELIAO VOLPI

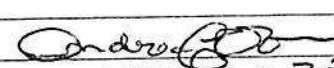
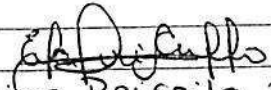
CURITIBA 12 JUN. 2008 PARANÁ

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
☐ FATIMA SOUZA JACOB
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ TATIANA LUIZA MESQUITA MARINHO



TABELIONATO
DE
NOTAS
CJM77243

Testemunhas:

1.  Nome: ANDREGA L. C. ZETOLA RG: 4.308.258-0/PR CPF/MF: 688.358.603-34	2.  Nome: Elaine Priscila Cervello RG: 1.281.198-3 /SSP-PR CPF/MF: 050.316.559-09
--	---



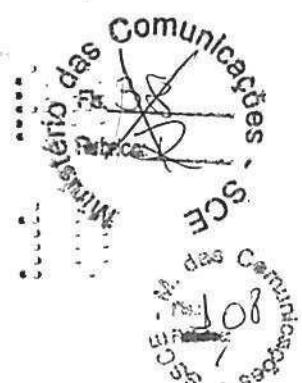
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/05/2007
SOB NÚMERO: 20071914994
Protocolo: 07/191499-4

Empresa: 41 2 0428412 4
TV OESTE DO PARANÁ LTDA
1971199


MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124



6ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54;

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I.R.G n.º 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, n.º 83, Bigorrrilho, em Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, n.º 179, casa 1, Vidigal, CEP 22450-220, portadora da carteira de identidade n.º 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 053.588.407/96,

únicos sócios da sociedade empresária limitada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41204284124, em 24/02/2000, e alterações posteriores, sendo a última arquivada sob o n.º 20071914994, em 22/05/2007 ("Sociedade"),

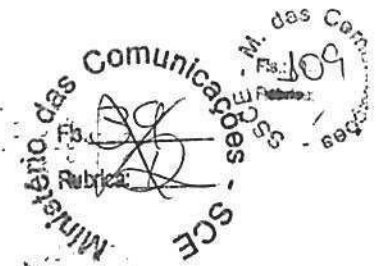
têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

- (i) Registrar a renúncia da Sra. **CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA**, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluizio França, n.º 83, Bigorrrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.657.759-87, ao cargo de administradora não sócia;

PRESENTE FOTOCÓPIA E
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7.º Tabelião Volpi



Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



- (ii) A sócia administradora ELIZABETH LEMANSKI, que atualmente ocupa o cargo de Diretora Vice-Presidente, passa a ocupar o cargo de Diretora Presidente;
- (iii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i) e da alteração mencionada no item (ii), os sócios, por unanimidade de votos, elegem para o cargo de administrador não sócio, como Diretor Vice-Presidente, o Sr. LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Estevão Bayão, nº 226, ap. 31, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, o qual, presente neste ato, declara, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que o impeça de exercer atividade mercantil, ou impedido de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.
- (iv) Em razão do contido nos itens (i), (ii) e (iii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Presidente, e pelo administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de



Autenticamos que o selo de Autenticidade
Atos foi afixado na única folha do
documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

[Handwritten signatures and initials]



bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.



4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em



Certificamos que a veracidade de Autenticidade de Atos foi atestada na última folha do documento entregue para a parte.



virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



- (v) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à reforma global e à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONTRATO SOCIAL

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial n.º 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7.º TARELADO VOLPI

CURTIBA 03 MAR 2010 PARANÁ



Certificamos que a ~~assinatura~~ Autenticidade
de Atos foi atestado na última folha do
documento entregue para a parte.

Página 4 de 4



(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.350	1.350.000,00	45
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre o terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e

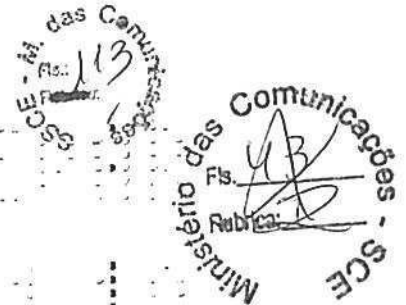
A PRESENTE FOTOCOPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7º Tabelião Volante

03 MAR. 2010



JURISDIÇÃO
DE CARVALHO
JER GARBINI
DEMA PERÚCIO
JUIZ
JANTOS FLOR

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volante



forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

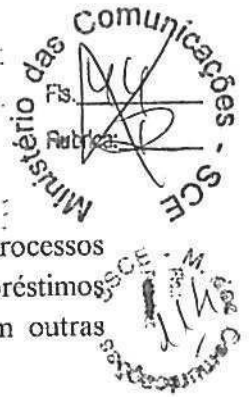
4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Presidente, e pelo administrador não sócio LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração,



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.



salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos, destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema

PRESENTE FOTOCÓPIA E
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7ª TERCEIRA VOLTADA

03 MAR. 2014



RODRIGUES
A DE CARVALHO
CABRER CARBONI
INQUER PERUCCI
NKIU
B SANTOS FLOR

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.

7. Tabela de Valores

Autenticidade de assinatura: www.paranaleg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

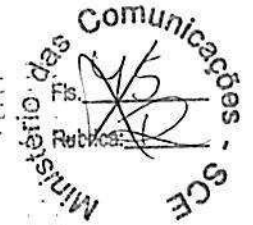
g.

3

R

46





financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

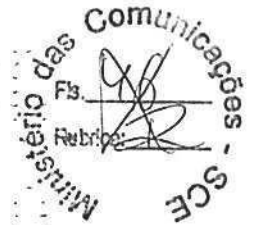
7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7º TABELIÃO VCIPI

CURITIBA
03 MAR. 2010
PARANÁ

MAGDA LÓREZ RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
TATIANA GARBINI
EDIELSON PERÚCIO
BERNARDO FLOR
JONATAS

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
7º Tabelião Volm



da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por

Atestamos que o selo de Autenticidade
foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte
7.º Tabelião Volpi



representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7º TABELIÃO VOLPI

03/MAR/2010



RODRIGUES
DE CARVALHO
MIEGUEIRO
JUNIOR
TABELIÃO VOLPI

Certificamos que o selo de Autenticidade
dos Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

[Handwritten signatures and initials]



9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 25 de junho de 2007.

ELIZABETH LEMANSKI

7º TABELIÃO

18072007114447

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

7º TABELIÃO

LUIZA MESQUITA MARINHO

500 f. c. de Notas.
Rua Real Grandeza nº 193 Lj-1/11-Botafogo, Reconheço, por semelhança,
a firma de: LUIZA MESQUITA MARINHO
Rio de Janeiro - RJ 18/07/2007.
Em testemunho da Verdade.
Gustavo
R\$ 4,31

ATERNALDES DA CUNHA GONZAGA - SUPERINTENDENTE
Tabelião Elmano Gomes Cardia de

Administrador não sócio:

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

7º TABELIÃO



Testemunhas:

1.
Nome: Paulo de Roschett
RG: 4015631-9/587PR
CPF/MF: 02403895-12

2.
Nome: Elouze Pereira Casella
RG: 8.361.193-3/PR
CPF/MF: 050.316.559-09

RESENTE FOTOCÓPIA E
INDUÇÃO FIEL, NESTA FASE
DOCUMENTO APRESENTADO
E CARTÓRIO, NESTA DATA.
7º TABELIÃO VOLPEI

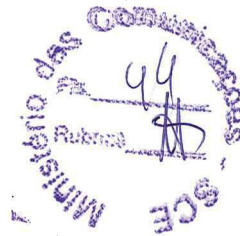
03 MAR. 2010

PARANÁ

Escritório

AGUA FLUENT, SODIUM
RUA CRISTINA DE CAVALLO
JANA DE OLIVEIRA GARCIA
ER LUIS DE SA SIONIERA PEREIRA
RENZABREN
NNAS PHILLIP SANTOS FILI

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54;

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I/R.G n.º 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluísio França, n.º 83, Bigorrião, era Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410; e

LUIZA MARINHO RABELO, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, arquiteta, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Vieira Souto n.º 192/apto. 201, Ipanema, CEP 22420-000, portadora da carteira de identidade n.º 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 053.588.407/96, neste ato representado por **Roberto Pinheiro da Silva**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do documento n.º 20.50582-5 de 19.09.2001 expedido pelo CRA, inscrito no CPF sob n.º 455.608.207-25, residente e domiciliado na Rua Afrânio de Melo Franco, 135/4º andar, conforme procuração lavrada no 5º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, localizado na Rua Real Grandeza n.º 193, loja 1, e registrada no Livro 3735, fls. 31-31, em 08 de setembro de 2010 do 5º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, doravante denominado simplesmente "PROMITENTE CEDENTE",

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

fazem entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004314)

SEI 53500-010501/2014 21 / pg. 31

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



(i) registrar que, em decorrência de casamento, a sócia **LUIZA MESQUITA MARINHO** passou a utilizar o nome de **LUIZA MARINHO RABELO**;

(ii) Neste ato, a sócia **LUIZA MARINHO RABELO**, anteriormente qualificada, titular de 300 (trezentas) quotas, a título oneroso e mediante instrumento em separado, cede e transfere a totalidade das suas quotas da seguinte forma: a) a **ELIZABETH LEMANSKI**, também anteriormente qualificada, 150 (cento e cinquenta) quotas das quais é titular na **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, quotas essas que se encontram integralmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, reais ou pessoais, legais ou convencionais, judiciais ou extrajudiciais; b) a **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, também anteriormente qualificado, 150 (cento e cinquenta) quotas das quais é titular na **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, quotas essas que se encontram integralmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, reais ou pessoais, legais ou convencionais, judiciais ou extrajudiciais. Assim, em razão da cessão da totalidade de suas quotas, sócia **LUIZA MARINHO RABELO** se retira da sociedade e se sub-rogam os cessionários, **ELIZABETH LEMANSKI** e **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, para todos os fins, nos direitos e obrigações relativos às quotas cedidas, outorgando-se cedente e cessionários, bem como o cedente e a sociedade, mutuamente, a mais plena, ampla, geral, rasa e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo e qualquer título, em juízo ou fora dele, em relação à cessão acima mencionada, razão pela qual a Cláusula 2, do Contrato Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA 7º TABELIÃO VOLPI

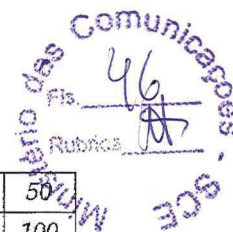
03 JUN. 2021

PARANÁ

MAGDA LOPES RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
CARINE CARVALHO SOARES
CLEVERSON MENDES
DANIELE BERNARDI SILVA
LAIS APARECIDA RAMOS
NATALIA SAFANELLI FONTANA



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cot. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Veloso



Página 3 de 17

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'R' and another that appears to be 'S'.



2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada."

(iii) os sócios, por unanimidade de votos, elegem para o cargo de Diretor Vice-Presidente o sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, o qual, presente neste ato, declara, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que o impeça de exercer atividade mercantil, ou impedido de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(iv) O administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82510-020, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, que ocupava o cargo de Diretor Vice-Presidente, passará a ocupar o cargo de Diretor Adjunto à Presidência.

(v) em decorrência das deliberações contidas nos itens (ii), (iii) e (iv) acima, a Cláusula 4, do Contrato Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, e pelo

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82510-020, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, como Diretor Adjunto à Presidência, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta de pelo menos 2 (dois) Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta

Certificamos que o selo de Autenticidade de Alos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



Página 5 de 17



Autenticidade da assinatura: <https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 35

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ministério das Comunicações
49
Rubrica

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social

dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



Página 6 de 17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004314)

SEI 53366-010501/2014 21 / pg. 36

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."

(vi) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/ME sob o n.º 024.437.429-54; e,

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I/R.G n.º 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/ME sob o n.º 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluísio França, n.º 83, Bigorrião, em Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Certificamos que o selo de Autenticidade de Albs foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7ª Tabelião Veiga



Página 7 de 17



1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
Rafael Velpi





2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Alós foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Velpi





2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, e pelo administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82510-020, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, como Diretor Adjunto à Presidência, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e

Certificamos que o selo de Autenticidade de Alos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



Handwritten signatures and initials.

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta de pelo menos 2 (dois) Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.





4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS CCTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de liquidação de haveres do sócio.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.



Handwritten signatures and initials.





6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido

no item 7.2. acima.



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.





8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.





secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

Certificamos que o selo de Autenticação de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi





9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 20 de outubro de 2010.

ELIZABETH LEMANSKI

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

LUIZA MARINHO RABELO
p.p Roberto Pinheiro da Silva



Página 16 de 17

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi




TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social

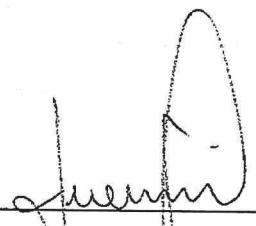


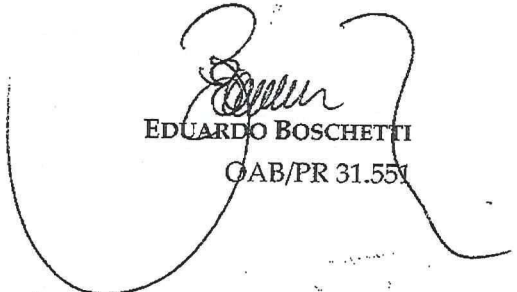
Administrador não sócio:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Eduardo Santos de Andrade
RG: 7.266.816-2/PR
CPF/MF: 647.559.757-00

2. 
Nome: Rita de Cacia de Medeiros Guerim
RG: 8.063.3404-52 SSP/RS
CPF/MF: 787.960.320-49


EDUARDO BOSCHETTI
OAB/PR 31.551

[continuação das assinaturas]



Ministério das Comunicações
Fls. 66
Rubrica HP

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluísio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Registrar a renúncia do administrador não sócio **LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82.510-020, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.579.885-2, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.395.329-15, ao cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(ii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i), os sócios, por unanimidade de votos, aprovam a extinção do cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(iii) Em razão do contido nos itens (i) e (ii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, para passar a vigorar com a seguinte redação:

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REALMENTE PASSADA ÀS
FOLHAS DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7.º TABELIÃO VOLPI

CURITIBA 23 DEZ. 2013 PARANÁ

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ CARINE CARVALHO SOARES
☐ CLEVERSON MENDES
☐ DANIELE BERNARDI SILVA
☐ LAIS APARECIDA RAMOS
☐ MARCELA SILVA PIOVESAN CAVICHOLI

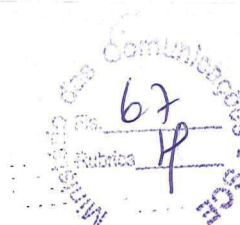
Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

belião Volpi



Autenticado eletronicamente, após

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.jucepar.br/4845950a-21ff51d03df0>



"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus



Atestamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º TABELIÃO VOLPI

Folha 2 de 13

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

Ministério das Comunicações
68
Rubrica
4

limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

7.º Tabelião Volpi

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

Ministério das Comunicações
69
Rúbrica

(iv) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluísio França, nº 83, Bigorrrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

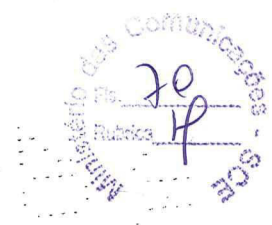


Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 4 de 13

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social



1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

- (a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;
- (b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;
- (c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;
- (d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e
- (e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 5 de 13

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA. 7.º TABELIÃO VOLPI

23 DEZ. 2013

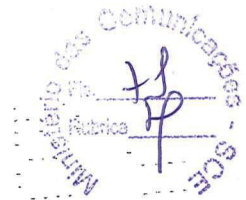
PARANÁ

MAGDA FLORES RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
CARINE CARVALHO SOARES
CLEVERSON MENDES

DA
LA
MA

OS
SAN CAVICHOLI

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social



COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

Folha 6 de 13



3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95%

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7.ª Tabelião Volpi

Folha 7 de 13



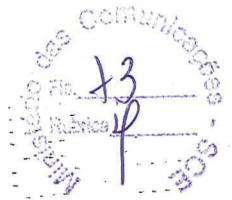
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004314)

SEI 53500-010501/2014 217 pg. 54

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



(noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 8 de 13



defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 9 de 13



deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

Folha 10 de 13

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social



8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

A PRESENTE FOTOCOPIA É
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7ª TABELIÃO VOLPI

23 DEZ. 2013

PARANÁ

MAGDA FLORES RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
CARINE CARVALHO SOARES
CLEVERSON MENDES
DANIELE BERNARDI SILVA
LAIS APARECIDA RAMOS
MARCELA SILVA PIOVESAN CAVICHOLI



Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.

Folha 11 de 13

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

7ª TABELIÃO VOLPI
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004314)

SEI 53500-010501/2014 21 / pg. 51

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 10 de fevereiro de 2012.


ELIZABETH LEMANSKI


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi
Autenticado eletronicamente em 24/02/2014 às 14:21h. URL: https://infoleg-autenticidadeassnatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Folha 12 de 13

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0


TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

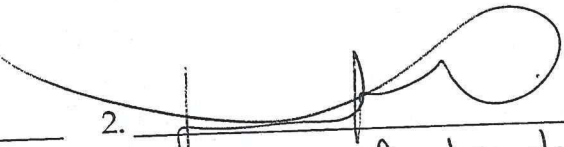
Ministério das Comunicações
Escritório
18
P

Administrador não sócio renunciante:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Andrea Lambert de Castro Zetola
CPF/MF 688.958.609-34
RG: OAB/PR: 21.863
CPF/MF:

2. 
Nome: Mayara Cardoso da Silva
RG: 9.932.893-2
CPF/MF: 004.508.009-51.



[continuação das assinaturas]



08 AGO 2000

DECRETO DE 7 DE AGOSTO DE 2000.

Transfere a concessão das entidades que menciona para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I — RÁDIO CULTURA DE ITUVERAVA LTDA., na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo, renovada pela Portaria MC nº 59, de 20 de fevereiro de 1985, autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 195/87 – GM, de 29 de setembro de 1987, do Ministério das Comunicações, para a Empresa de Radiodifusão Cultura Ltda. (Processo nº 50830.001484/93);

II — S.I.R. – SISTEMA INDEPENDÊNCIA DE RÁDIO E COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, renovada pelo Decreto de 25 de outubro de 1996, para a Fundação Cultural de Radiodifusão "Arthur de Souza Valle" (Processo nº 53830.001098/97);

III — RÁDIO PAJEÚ DE EDUCAÇÃO POPULAR LTDA., na cidade de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984, para a Fundação Cultural Senhor Bom Jesus dos Remédios (Processo nº 53103.000448/99).

Art. 2º Fica transferida a concessão outorgada à REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS LTDA., renovada pelo Decreto nº 98.481, de 7 de dezembro de 1989, para a Fundação José de Paiva Netto explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001147/98).

Art. 3º Fica transferida a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE GUAJARÁ-MIRIM LTDA., renovada pelo Decreto de 8 de agosto de 1994, para a Fundação Dom Rey explorar



fls. 2, do Decreto de de de 2000

serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia (Processo nº 29100.110888/80).

Art. 4º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV):

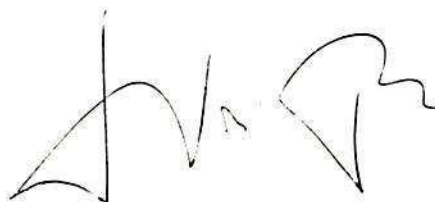
I — TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000150/2000);

II — TV INDEPENDÊNCIA-GUARAPUAVA LTDA., anteriormente denominada TV Araucária Ltda., na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.280, de 3 de outubro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000168/2000).

Art. 5º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são transferidas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.





08 244	0515 1279 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 90 0 178	260.000	08 244	0515 1279 0019	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DE SAO PAULO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 P 90 0 178	60.000
08 244	0515 1279 0015	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO PARANA - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 90 0 178	70.000	TOTAL - FISCAL				7.000.000
					TOTAL - SEGURIDADE				0
08 244	0515 1279 0017	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 90 0 178	30.000	TOTAL - GERAL				7.000.000
			F 4 90 0 178	30.000	(*) N. da DJOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seq. 1, pág. 15.				

(*) N. da DIJOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seção 1, pág. 15.

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Credencia o Centro Universitário Luterano de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1962, no art. 46 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, no Decreto nº 306, de 19 de agosto de 1997, e tendo em vista o Processo nº 23.000.004295/99-39, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica credenciado, pelo prazo de três anos, o Centro Universitário Luterano de Manaus, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Renova concessão das entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - AM CIDADE DE FORTALEZA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, outorgada originariamente à Rádio Cidade de Fortaleza Ltda., na cidade de Maranguape, Estado do Ceará, pela Portaria MVOP nº 738, de 6 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985, autorizada a transferir sua outorga para a localidade de que trata este inciso, conforme Decreto nº 96.571, de 24 de agosto de 1988, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual pela Portaria nº 205, de 8 de julho de 1992, do Secretário Nacional de Comunicações (Processo nº 53650.000204/94);

II - FUNDAÇÃO PADRE PELÁGIO - Rádio Xavantes de Ipameri, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Ipameri, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 25.838, de 16 de novembro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 92.088, de 9 de dezembro de 1985 (Processo nº 53670.000109/94);

III - RÁDIO ALVORADA DE RIALMA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rialma, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 540, de 16 de novembro de 1960, e renovada pelo Decreto nº 90.084, de 20 de agosto de 1984 (Processo nº 29670.000453/93);

IV - RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 368, de 12 de agosto de 1960, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 29670.000357/93);

V - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE CAMPO GRANDE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 268, de 5 de junho de 1939, e renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984 (Processo nº 5270.000108/94);

VI - FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Sociedade de Manhuaçu Ltda., conforme Portaria MVOP nº 324, de 11 de abril de 1950, renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 92.567, de 17 de abril de 1986, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50710.000140/94);

VII - RÁDIO CLUBE DE CURVELO LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria MVOP nº 810, de 27 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.495, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 5170.000136/94);

VIII - ITA - NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., a partir de 4 de maio de 1994, na cidade de Itaituba, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.508, de 3 de abril de 1984 (Processo nº 520.000175/94);

IX - RÁDIO ORIENTE DE REDENÇÃO LTDA., a partir de 1º de abril de 1994, na cidade de Redenção, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.475, de 23 de março de 1984 (Processo nº 520.000387/94);

X - RÁDIO BITURY LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 372, de 4 de junho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 92.671, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 520.000307/94);

XI - RÁDIO CULTURA DO NORDESTE S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 492, de 6 de agosto de 1958, e renovada pelo Decreto nº 96.829, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53103.000175/94);

XII - FUNDAÇÃO CULTURAL SENHOR BOM JESUS DOS REMÉDIOS, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Angicos da Ingazeira, Estado de Pernambuco, outorgada originariamente à Rádio Pajé de Educação Popular Ltda., conforme Portaria MVOP nº 441, de 2 de outubro de 1959, renovada pelo Decreto nº 96.548, de 23 de outubro de 1984, e transferida pelo Decreto de 7 de agosto de 2000, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53103.000103/94);

XIII - RÁDIO TRÊS RIOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 758, de 19 de agosto de 1946, e renovada pelo Decreto nº 89.631, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 520.000262/94);

XIV - EMPRESA JORNALÍSTICA NOROESTE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MJNI nº 303 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53790.000086/94);

XV - RÁDIO SOCIEDADE RONDÔNIA LTDA., a partir de 21 de maio de 1991, na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, outorgada pelo Decreto nº 85.905, de 14 de abril de 1981 (Processo nº 29000.000285/91);

XVI - RÁDIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 250, de 2 de abril de 1956, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 50820.000061/94);

XVII - RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MJNI nº 301 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 50820.000059/94);

XVIII - RÁDIO ATALAIA DE SERGIPE LTDA., a partir de 11 de fevereiro de 1995, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe, outorgada pelo Decreto nº 90.647, de 10 de dezembro de 1984 (Processo nº 53840.000229/94).

Art. 2º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, originariamente outorgada à TV Carimã Ltda., conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, e transferida para a TV OESTE DO PARANÁ LTDA., pelo Decreto de 7 de agosto de 2000 (Processo nº 53740.000797/99).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I - RÁDIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA., na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000630/97);

II - SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000828/97).

Art. 2º As concessões ora outorgadas rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.





Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 227, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS E CASAS DE JARDINÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ACVOLCAJA - Associação Comunitária de Voluntários e Casas de Jardinópolis a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 228, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 591, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Imprensa Nacional**

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL - SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

VALDECI MEDEIROS
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 230, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE LAVÍNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 231, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 232, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à MERCOS BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Mercosm Brasília Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 233, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à HERRERA GRILLO PUBLICIDADE S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saratã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saratã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 234, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2002**

Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Canim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(OE El. nº 153/2002)

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 67, de 4 de setembro de 2002, que "dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às





BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 024.437.429-54

ELIZABETH LEMANSKI

CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
03.699.194/0001-53	TV OESTE DO PARANA LTDA	0,00	50,00	DIRETORA PRESIDENTE	TV	PR	Cascavel	--

Usuário: **anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira**

Data: **26/03/2018**

Hora: **15:48:48**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

http://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 26/03/2018

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 066.553.909-66

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
03.699.194/0001-53	TV OESTE DO PARANA LTDA	0,00	50,00	DIRETOR VICE-PRESIDENTE	TV	PR	Cascavel	--
78.712.056/0001-66	RADIO INTERCONTINENTAL LTDA	0,00	25,00	--	FM	PR	Curitiba	--

Usuário: **anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira**

Data: **26/03/2018**

Hora: **15:49:17**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Consultas SIACCO: 12803424 - CPF: 066.553.909-66 / 2014-21 / pg. 66
http://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 26/03/2018

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 26/03/2018

Hora: 15:49:39



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

http://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 26/03/2018

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Altair de Santana Pereira**

Data/Hora: **26/03/2018 16:01:42**

Consulta Geral - TV

Identificação do Canal PB

UF: PR
Município: Cascavel
Frequência: 192 MHz a 198 MHz
Classe: E
Canal: 10-

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA
Nome Fantasia: RPC
Nº Estação: 322529654
Primeiro Licenciamento:

Fistel: 05022887797
CNPJ: 03.699.194/0001-53
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 19/01/2012 10:33:53

☐ **Dados do Plano Básico**

☐ **Dados da Outorga**

☐ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	90609		Decreto	MC	04/12/1984	05/12/1984	Outorga	Jur.
	12065		ATO	ER	04/10/2000	18/10/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
	11111		Decreto	PR	26/03/2001	27/03/2001	Renovação	Jur.
	235		Decreto Legislativo	CN	31/10/2002	04/11/2002	Renovação	Jur.
	95		Portaria	SSCE	19/07/2011	22/07/2011	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
	25		Despacho	SSCE	18/01/2012		Novas condições de operação	Téc.

☐ **Característica da Estação Instalada**

☐ **Dados do Licenciamento**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0
http://sisemasnet/srd/Consultas/ConsultaGera/Tela.asp?hdnImprimir=true pg. 68

26/03/2018

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL****1.1 (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**

Processo nº 53900.010501/2014-21		
Entidade: TV Oeste do Paraná Ltda.		
Executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens	Localidade: Cascavel	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Período: 2014-2029	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0083981
b) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	OK	evento SEI n.º 0083981, fls.5/6
c) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	OK	evento SEI n.º 0083981, fl.8
d) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2
e) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2
f) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2
g) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2



2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 2804314, fls. 1/5 (contrato social); fls. 6/19 (5ª alteração); fls. 20/30 (6ª alteração); fls. 31/47 (7ª alteração); fls. 48/60 (8ª alteração); evento SEI n.º 2797392, fls. 3/4 (1ª alteração); fls. 5/10 (2ª alteração); fls. 11/12 (3ª alteração); fls. 13/30 (4ª alteração)
	2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 0742717, fl. 63 evento SEI n.º 2797392, fl. 31
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.3
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 0742717, fl.22
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 2423583
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.4 (Estadual); evento SEI n.º 2521302, fl. 5 (Federal); evento SEI n.º 0083981, fl. 27 (municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 2682808
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n.º 2682822
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 2426466, fl.1
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 1257343, fls. 2/5

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	26/03/2018



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Lista de Verificação de Documentos (2604306)

SEI 55900.010501/2014-21 / pg. 70

NOTA TÉCNICA Nº 6466/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.010501/2014-21

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A concessão para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, foi outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4.12.1984, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 5.12.1984 (evento SEI n.º 2426449, fl.3). O correspondente contrato de outorga foi celebrado entre a União e a Televisão Carimã Ltda. no dia 21.12.1984, e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6466 (2804682)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 71

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

foi transferida, para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7.8.2000, publicado no D.O.U. de 8.8.2000 (evento SEI n.º2805519, fls. 1/2). A concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24.12.1999, por meio do Decreto Presidencial s./n.º de 26.3.2001, publicado no D.O.U. de 27.3.2001, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 235, de 2002 (evento SEI n.º2805519, fls. 3/4).

7. Com efeito, constata-se que a concessão se encontra vencida desde 24.12.2014. .

8. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado nesta Pasta em 6.8.2014, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 15 (quinze) anos. Assim, considerando que o antigo prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação se deu entre 24.6.2014 e 24.9.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6466 (2904682)

SEI 53596-01/2014-21 / pg. 72

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 2804506.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º0742717, fl. 22). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 2797392, fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria n.º 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo n.º 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão



da existência da Ação Ordinária n.º 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 01250.016482/2018-78 apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº 2805329).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º 2805329, fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º 2643463), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com a Nota Técnica n.º 3.923/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2675983), da lavra de engenheiro (a) desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6466 (2804682)

SEI 535906.016501/2014-21 / pg. 74

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

da outorga, devendo o processo (acompanhado das minutas dispostas no campo próprio abaixo) ser remetido à Conjur.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 26/03/2018, às 17:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 26/03/2018, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/03/2018, às 18:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2804682** e o código CRC **AB49D853**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2804682



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6466 (2804682)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 77

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação de outorga formulado TV Oeste do Paraná Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel, estado do Paraná, pelo período de 24/12/2014 a 24/12/2029.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, regulamentação complementada pelo que dispõe o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, condicionado o seguimento do trâmite do presente feito à apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada.

V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República para decidir, por meio de Decreto, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação, com base na instrução, dotada de parecer e exposição de motivos, a ser finalizada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para que, atendida a condicionante mencionada, adote as providências cabíveis para sequência do feito.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de **TV Oeste do Paraná Ltda.** e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão, para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada pede renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens no Município de Cascavel, Estado do Paraná, no período de 24/12/2014 a 24/12/2029.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460>

Parecer Jurídico 395/2018 (2688355) - SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 78

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA N° 6.466/2018/SEI-MCTIC**, que aprovada pelas autoridades competentes remeteu o feito, e conforme denota a documentação acostada aos autos (**Doc. SEI n° 2426449**), a outorga inicial para execução do serviço foi conferida pelo **Decreto n° 90.609, de 04/12/1984, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 05/12/1984, inicialmente em favor de Televisão Carimã Ltda**, nos termos de **contrato celebrado em 21/12/1984 e publicado no DOU de 21/12/1984**. Contudo, por meio do **Decreto Presidencial sem número de 07/08/2000, publicado no DOU de 08/08/2000**, a outorga em questão foi **transferida para a ora requerente, TV Oeste do Paraná Ltda.**, consoante evidenciado pela documentação (**Doc. SEI n° 2805519**), que também revela ter sido a concessão **renovada pelo período de 15 anos, a partir 4/12/1999**, nos termos do **Decreto Presidencial sem número de 26/03/2001, publicado no DOU de 27/03/2001, devidamente cancelado pelo Decreto legislativo n° 235/2002**.

3. Em **06/08/2014 (Doc. SEI n° 0083981)** foi protocolizado pela entidade interessada o pedido de renovação da outorga, sendo deflagrado o presente processo administrativo. A Secretaria de Radiodifusão analisou o pedido, opinando, ao fim, por seu deferimento, em conclusão assim exarada, na qual pugnou pela análise desta CONJUR: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

4. Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11, ambos da Lei Complementar n° 73/1993. Em decorrência da referida disciplina, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos correlatos, tais como a autenticidade dos documentos recebidos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Assim, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis, as disposições constantes da Lei n° 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que rege a matéria, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos normativos vigentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável à hipótese em apreço, sobretudo tendo-se em vista as recentes alterações legislativas implementadas pela Lei n° 13.424/2017, que alterou a Lei n° 5.785/1973, e implementadas também pelo Decreto n° 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795/1963, e revogou o Decreto n° 88.066/1983, reorganizando os procedimentos pertinentes, em atenção às alterações legislativas em comento.

8. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público às entidades que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Além disso, assinala, em seu §3º, que *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*. Assim, consoante as regras constitucionais, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, que poderá aprovar ou rejeitar a conclusão, ficando a produção de efeitos da renovação dependente de tal deliberação.

9. A previsão constitucional em tela é regulamentada pela Lei n° 4.117/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, segundo a qual, nos termos de do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei n° 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária,*



do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

10. O legislador ordinário cuidou, ainda, de assinalar expressamente a inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, dispondo o §3º do art. 33 da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, que *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

11. Atendendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, para pormenorizar os procedimentos de aplicação das previsões aludidas, regras que serão melhor analisadas adiante.

12. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão anteriormente concedidos para explorar serviço de radiodifusão deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê a legislação que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*, previsão consignada no §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

13. Já o art. 6º da Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de concessões outorgadas para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta"*. Referida regra, no que toca às atribuições do antigo Departamento Nacional de Telecomunicações, encontra-se atualmente adaptada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, e pela aplicação do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

14. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos factuais do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

15. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente, devendo-se avançar na análise com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 2804506).

16. De acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para explorar os serviços deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que habilitaram a entidade a executar relevante serviço público, observadas as eventuais atualizações normativas, **razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, a regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço.** Para tanto, nos termos do art. 113 do aludido Regulamento, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

17. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes na ocasião da renovação, indicativas da manutenção das condições que, no presente, habilitariam a interessada à obtenção de outorga:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º,



caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

18. Assim, pode-se constatar, desde logo, a presença das declarações de interesse no caso, conforme se verifica dos documentos **SEI nºs 0083981 e 2521302**, o que permite examinar a seguir os requisitos pertinentes à habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e observância das normas técnicas.

19. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia do seu ato constitutivo e das alterações realizadas, registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná, e certidão simplificada, emitida pelo respectivo órgão, que demonstram a conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar o objeto social compatível com a execução do serviço (**SEI nº 0742717, 2804314 e 2797392**). Sobre esse aspecto a Secretaria de Radiodifusão emitiu a seguinte conclusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [2797392](#), fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (susos mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria nº 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo nº 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária nº 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o nº [01250.016482/2018-78](#) apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

20. Já para comprovar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a interessada apresentou cópia do **balanço patrimonial** exigido pela legislação de regência (**doc. SEI nº 2521302**) e certidão de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (**doc. SEI nº 0742717**).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

Decreto Judicial 395/2016 (2888558) SEI 33500.010301/2014-21 / pg. 82

De acordo com a Secretaria, “*Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º 2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 0742717, fl. 22)*”.

21. **A regularidade fiscal, por sua vez, restou parcialmente demonstrada** por meio das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (docs. SEI n.ºs 2682808, 0083981, 2521302), nos termos exigidos pela legislação, e a **regularidade trabalhista** foi comprovada diante da juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (doc. SEI n.º 2426466).

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a nova **consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

A pendência, contudo, não impede a conclusão deste Parecer, mas fica consignada a necessidade de que, antes que se dê prosseguimento ao processamento do presente feito, seja instada a interessada a juntar demonstração idônea e atualizada de sua regularidade perante a Fazenda Federal, sem o que não estarão reunidos os elementos que permitiriam seu o prosseguimento.

23. **Em relação à verificação da regularidade técnica**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA N.º 3923/2018/SEI-MCTIC** (SEI n.º 2675983), segundo a qual “*os Laudos de Vistoria Técnica das Estações, os Laudos de Ensaio dos Transmissores Principal e Auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga*”, razão pela qual opinou a área técnica pelo “*encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para continuidade do processo de Renovação de Outorga*”.

24. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, assim consignou a Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que remeteu este feito:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º [2805329](#), fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º [2643463](#)), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

25. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável atestou não ter sido detectada infração à regra disposta pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 236/1967, como denota o **doc. SEI n.º 2805329**, extraído do SIACCO, manifestando-se a Secretaria nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI n.º [2805329](#)).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas na concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

26. Por fim, registre-se que constam do processo em testilha documentos que comprovam quitação da contribuição sindical, relativos ao empregado e ao empregador, exigíveis ao tempo do pedido de renovação, bem como outros documentos anteriormente exigíveis, tais como aqueles que permitiram a análise da existência de idoneidade moral já narrado.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460> - Parecer Jurídico 395/2018 (2688358) - SEI 33300.010301/2014-21 / pg. 83

27. Como se vê, **excetuada a pendência relativa à regularidade perante a Fazenda Federal**, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

28. Devem ser consideradas, por fim, duas questões para a concretização do ato em estudo.

29. A primeira consiste na correção do texto da minuta do ato que se pretende editar, no qual consta menção ao Decreto nº 52.795/1963, quando seria mais escorreito indicar, como fundamento, o *Regulamento dos Serviços de Radiodifusão*, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Trata-se de pequena filigrana que não redundaria em maiores problemas práticos, mas cuja correção é oportuna, uma vez que o aludido Decreto, em verdade, contém apenas dois artigos e se limita a aprovar o Regulamento em questão, no qual efetivamente se encontra o art. 113 invocado na minuta.

30. Já a segunda questão é a consignação da **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, feitas as adequações sugeridas na minuta do ato que se pretende editar **e desde que solucionada a pendência relativa à demonstração da regularidade fiscal perante a Fazenda pública Federal**, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito.

À consideração superior.

Brasília, 13 de abril de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124771460 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANCA. Data e Hora: 13-04-2018 15:59. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460>

Decreto Jurídico 395/2018 (2688558) - SLE 93300.010301/2014-21 / pg. 84



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

Aprovo o **PARECER Nº 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** de autoria do Advogado da União
Dr. Denis Soares França.

À apreciação do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão.

Brasília, 16 de abril de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125182077 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 16-04-2018 13:37. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/125182077

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Parecer Jurídico 395/2018 (2688358) - SER 53900.010501/2014-21 / pg. 85



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00529/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

**ASSUNTO: Pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na
localidade de Cascavel, Estado do Paraná**

1. Aprovo o DESPACHO Nº 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, que aprovou o PARECER Nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de autoria do Advogado da União, Dr. Dênis Soares França, que também aprovo.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 16 de abril de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Consultor Jurídico Adjunto Substituto
Portaria MCTIC Nº 6.058, DE 22/12/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125206854 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 16-04-2018 14:40. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/125206854

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/125206854> - PARECER JURÍDICO 539/2018 (2688558) - SLP 53900.010501/2014-21 / pg. 86

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Comercial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, Substituto**, em 16/04/2018, às 15:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889060** e o código CRC **834E7665**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889060



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho interno ASRAD 2889060

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 87

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Referência: Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU 2888598

Interessado: TV Oeste do Paraná Ltda

Assunto: Renovação de Outorga. Devolução dos autos.

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Hudson dos Santos Poeck**, **Administrador**, em 16/04/2018, às 16:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889142** e o código CRC **ED5A5E9D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889142



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

NOTA TÉCNICA Nº 8348/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.010501/2014-21

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682), concluiu pelo seu deferimento e envio dos autos a Doutra Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), se posicionou pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação e da consequente conformidade da instrução, condicionando, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Assim aduziu a Conjur sobre o assunto:

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a **nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

4. Por essa razão, visando ao prosseguimento do pleito, cumpre consignar que foi efetivada, nesta data (16.4.2018) a tentativa de emissão de nova certidão de regularidade perante o fisco federal, mediante acesso ao sítio da Receita Federal, porém, não se obteve êxito. Assim, outra medida não resta se não a intimação da Interessada, para que apresente a **certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada**.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o documento mencionado no parágrafo 4º, ficando **ida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada,**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 8348 (2889632)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 89

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 16/04/2018, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889632** e o código CRC **885469B7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889632



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 14769/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

TV OESTE DO PARANA LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53)

Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413 - Bairro Jardim Maria Luiza

85819-530 Cascavel/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53900.010501/2014-21.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8.348/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 16/04/2018, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889740** e o código CRC **FEB44D33**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14769/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.010501/2014-21 - Nº SEI: 2889740



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício 14769 (2018/40)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 91

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Data de Envio:

17/04/2018 10:58:49

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

seimc.tvoeste@rpc.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.010501/2014-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2889740.html

Nota_Tecnica_2889632.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Ilustríssimo Senhor

Altair de Santana Pereira

Coordenador-Geral de Pós-outorgas

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref: Ofício nº 14769/2018/SEI-MCTIC_ Proc. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de **Cascavel**, Estado do Paraná, por seu representante legal abaixo, vem, perante Vossa Senhoria, em cumprimento ao Ofício supra indicado, **requerer a juntada do documento solicitado** na nota técnica 8348/2018/SEI-MCTIC, qual seja:

- Certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União.

Assim, uma vez atendida a exigência desta Pasta, requer-se o prosseguimento do processo em seus ulteriores termos, colocando-nos à disposição para apresentar novos documentos caso seja necessário.

Cascavel, 25 de abril de 2018



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

CPF: 066.553.909-66

Administrador Sócio



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 09:27:08 do dia 29/11/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/05/2018.

Código de controle da certidão: **61E4.EC9A.AE62.1E1B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido objeto destes autos, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682) e do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), respectivamente;
- b) O Douto Órgão Jurídico, por meio do referido Parecer Jurídico condicionou o seguinte do trâmite do feito à apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada;
- c) A pessoa jurídica da Interessada apresentou a referida certidão positiva com efeito de negativa com validade até 28.5.2018 (evento SEI n.º2930153);
- d) A certidão, na forma apresentada, atende ao disposto no art. 186 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52/795, de 31.10.1963, e revela que a Interessada se encontra regular perante a Fazenda Federal;
- e) inexistem outras providências a serem adotadas nestes autos, restando, apenas, a tomada de decisão por parte da autoridade competente,

opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 23/05/2018, às 15:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3001025** e o código CRC **8A0E9FEE**.

Minutas e Anexos



MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de.gov.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho Interno CGP nº 3001025 SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO
DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho interno CCF nº 5001025

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 2

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, e no Despacho SEI 3001025,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 3001025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho interno CGU nº 3001025

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO
DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, e no cho SEI 3001025,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos Renovação de Outorga (3001672)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 01/06/2018, às 12:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3001672** e o código CRC **D64F7689**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 3001672



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos Renovação de Outorga (3001672)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 5

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 01/06/2018, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3024795** e o código CRC **C4FEC5C9**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 3024795



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Brasília, 08 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.
2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 31300/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência
Portaria Nº 1.317/2017, em 21/08/2018, às 16:09, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3243004** e o
código CRC **5DCBC53A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 31300/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.010501/2014-21 - Nº SEI: 3243004



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício 31300 (3243004)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 8

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 37281/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANY

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de mídia digital.

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes

processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

PROCESSO	EXPOSIÇÃO DE MOTIVO
53000.023809/2013-07	432
53900.062019/2015-57	430
53900.029584/2016-93	440
53900.020099/2014-92	424
53900.050577/2016-51	439
53900.025631/2014-68	422
53900.015077/2015-91	427
53900.010501/2014-21	378
53900.013163/2015-60	421
53900.001600/2016-83	434
53710.000474/2002-81	423
53000.040197/2013-17	390
53000.011767/2014-34	429
53000.011766/2014-90	428
53000.065990/2005-19	436
53000.048427/2012-05	438
01250.072621/2017-62	425
01250.000252/2018-97	431
01250.057354/2017-01	426

Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 19/09/2018, às 15:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mefileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3381224** e o código CRC **46BCB2E9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37281/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.031854/2018-96 - Nº SEI: 3381224



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Brasília, 6 de Setembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.
2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei nº 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, e no Despacho SEI 3001025,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, de de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

Referendado eletronicamente por: Gilberto Kassab



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS
ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

I. Pedido de renovação de outorga formulado TV Oeste do Paraná Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel, estado do Paraná, pelo período de 24/12/2014 a 24/12/2029.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, regulamentação complementada pelo que dispõe o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, condicionado o seguimento do trâmite do presente feito à apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada.

V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República para decidir, por meio de Decreto, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação, com base na instrução, dotada de parecer e exposição de motivos, a ser finalizada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para que, atendida a condicionante mencionada, adote as providências cabíveis para sequência do feito.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços
Ancilares,

I - RELATÓRIO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de **TV Oeste do Paraná Ltda.** e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão, para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens no Município de Cascavel, Estado do Paraná, no período de 24/12/2014 a 24/12/2029.**

Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC**, que aprovada pelas autoridades competentes remeteu o feito, e conforme denota a documentação acostada aos autos (**Doc. SEI nº 2426449**), a outorga inicial para execução do serviço foi conferida pelo **Decreto nº 90.609, de 04/12/1984, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 05/12/1984, inicialmente em favor de Televisão Carimã Ltda,** nos termos de **contrato celebrado em 21/12/1984 e publicado no DOU de 21/12/1984.** Contudo, por meio do **Decreto Presidencial sem número de 07/08/2000, publicado no DOU de 08/08/2000,** a outorga em questão foi **transferida para a ora requerente, TV Oeste do Paraná Ltda.,** consoante evidenciado pela documentação (**Doc. SEI nº 2805519**), que também revela ter sido a concessão **renovada pelo período de 15 anos, a partir 4/12/1999,** nos termos do **Decreto Presidencial sem número de 26/03/2001, publicado no DOU de 27/03/2001, devidamente chancelado pelo Decreto legislativo nº 235/2002.**

Em **06/08/2014 (Doc. SEI nº 0083981)** foi protocolizado pela entidade interessada o pedido de renovação da outorga, sendo deflagrado o presente processo administrativo. A Secretaria de Radiodifusão analisou o pedido, opinando, ao fim, por seu deferimento, em conclusão assim exarada, na qual pugnou pela análise desta CONJUR: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior; sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito".*

Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11, ambos da Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência da referida disciplina, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos correlatos, tais como a autenticidade dos documentos recebidos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Assim, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação



específica que rege a matéria, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos normativos vigentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável à hipótese em apreço, sobretudo tendo-se em vista as recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou a Lei nº 5.785/1973, e implementadas também pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795/1963, e revogou o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos pertinentes, em atenção às alterações legislativas em comento.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público às entidades que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Além disso, assinala, em seu §3º, que *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*. Assim, consoante as regras constitucionais, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, que poderá aprovar ou rejeitar a conclusão, ficando a produção de efeitos da renovação dependente de tal deliberação.

A previsão constitucional em tela é regulamentada pela Lei nº 4.117/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, segundo a qual, nos termos de do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

O legislador ordinário cuidou, ainda, de assinalar expressamente a inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, dispondo o §3º do art. 33 da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, que *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

Atendendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, para pormenorizar os procedimentos de aplicação das previsões aludidas, regras que serão melhor analisadas adiante.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão anteriormente concedidos para explorar serviço de radiodifusão deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento,



prevê a legislação que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*, previsão consignada no §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

Já o art. 6º da Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de concessões outorgadas para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta"*. Referida regra, no que toca às atribuições do antigo Departamento Nacional de Telecomunicações, encontra-se atualmente adaptada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, e pela aplicação do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos factuais do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente, devendo-se avançar na análise com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 2804506).

De acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para explorar os serviços deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que habilitaram a entidade a executar relevante serviço público, observadas as eventuais atualizações normativas, **razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, a regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço.** Para tanto, nos termos do art. 113 do aludido Regulamento, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes na ocasião da renovação, indicativas da manutenção das condições que, no presente, habilitariam a interessada à obtenção de outorga:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Assim, pode-se constatar, desde logo, a presença das declarações de interesse no caso, conforme se verifica dos documentos **SEI nºs 0083981 e 2521302**, o que permite examinar a seguir os requisitos pertinentes à habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e observância das normas técnicas.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia do seu ato constitutivo e das alterações realizadas, registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná, e certidão simplificada, emitida pelo respectivo órgão, que demonstram a conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar o objeto social compatível com a execução do serviço (**SEI nº 0742717, 2804314 e 2797392**). Sobre esse aspecto a Secretaria de Radiodifusão emitiu a seguinte conclusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [2797392](#), fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria nº 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo nº 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária nº 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o nº [01250.016482/2018-78](#) apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do



Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

Já para comprovar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do **balanço patrimonial** exigido pela legislação de regência (**doc. SEI nº 2521302**) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (**doc. SEI nº 0742717**). De acordo com a Secretaria, "*Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º0742717, fl. 22)*".

A **regularidade fiscal**, por sua vez, **restou parcialmente demonstrada** por meio das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (**docs. SEI nºs 2682808, 0083981, 2521302**), nos termos exigidos pela legislação, e a **regularidade trabalhista** foi comprovada diante da juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (**doc. SEI nº 2426466**).

No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a nova **consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

A pendência, contudo, não impede a conclusão deste Parecer, mas fica consignada a necessidade de que, antes que se dê prosseguimento ao processamento do presente feito, seja instada a interessada a juntar demonstração idônea e atualizada de sua regularidade perante a Fazenda Federal, sem o que não estarão reunidos os elementos que permitiriam seu o prosseguimento.

Em relação à **verificação da regularidade técnica**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA Nº 3923/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 2675983)**, segundo a qual "*os Laudos de Vistoria Técnica das Estações, os Laudos de Ensaio dos Transmissores Principal e Auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga*", razão pela qual opinou a área técnica pelo "*encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de*



Otorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para continuidade do processo de Renovação de Otorga".

Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, assim consignou a Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que remeteu este feito:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º [2805329](#), fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º [2643463](#)), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável atestou não ter sido detectada infração à regra disposta pelo art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, como denota o **doc. SEI nº 2805329**, extraído do SIACCO, manifestando-se a Secretaria nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº [2805329](#)).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

Por fim, registre-se que constam do processo em testilha documentos que comprovam quitação da contribuição sindical, relativos ao empregado e ao empregador, exigíveis ao tempo do pedido de renovação, bem como outros documentos anteriormente exigíveis, tais como aqueles que permitiram a análise da existência de idoneidade moral dos sócios. Contudo, algumas dessas verificações deixaram de ser aplicáveis pela legislação atualmente vigente, conforme já narrado.

Como se vê, **excetuada a pendência relativa à regularidade perante a Fazenda Federal**, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Devem ser consideradas, por fim, duas questões para a concretização do ato em estudo.

A primeira consiste na correção do texto da minuta do ato que se pretende editar, no qual consta menção ao Decreto nº 52.795/1963, quando seria mais correto indicar, como fundamento, o *Regulamento dos Serviços de Radiodifusão*, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Trata-se de pequena filigrana que não redundaria em maiores problemas práticos, mas cuja correção é oportuna, uma vez que o aludido Decreto, em verdade, contém apenas dois artigos e se limita a aprovar o Regulamento em questão, no qual efetivamente se encontra o art. 113 invocado na minuta.



Já a segunda questão é a consignação da **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, feitas as adequações sugeridas na minuta do ato que se pretende editar e **desde que solucionada a pendência relativa à demonstração da regularidade fiscal perante a Fazenda pública Federal**, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito.

À consideração superior.

Brasília, 13 de abril de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124771460 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANCA. Data e Hora: 13-04-2018 15:59. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

NOTA TÉCNICA Nº 8348/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.010501/2014-21

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682), concluiu pelo seu deferimento e envio dos autos a Doutra Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), se posicionou pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação e da consequente conformidade da instrução, condicionando, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Assim aduziu a Conjur sobre o assunto:

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a **nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

4. Por essa razão, visando ao prosseguimento do pleito, cumpre consignar que foi efetivada, nesta data (16.4.2018) a tentativa de emissão de nova certidão de regularidade perante o fisco federal, mediante acesso ao sítio da Receita Federal, porém, não se obteve êxito. Assim, outra medida não resta se não a intimação da Interessada, para que apresente a **certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada**.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o documento mencionado no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.





nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889632** e o código CRC **885469B7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889632



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 19 de setembro de 2018.

Ao Protocolo da SUPAR

Ao Protocolo da SAJ

Ao Protocolo da SAG

Assunto: EXM 378 2018 MCTIC

1. Encaminha, para providências, a EXM 378 2018 MCTIC

CARLOS HENRIQUE T. BOTELHO

Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a) (GR V)**, em 19/09/2018, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0808480** e o código CRC **10E7EF9C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Prezado André, Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, solicito a devolu      das Exposi     es de Motivos relacionadas abaixo   Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Gera      e Tramita      de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavalia      da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequa        s novas diretrizes governamentais. Segue arquivo de despacho em anexo. Informo que na sequência encaminharemos mais EMs para devolu     . 53900.043270/2015-12 - Exposi      de Motivos 513 2018 MCTIC (0920543) 53900.044560/2015-83 - Exposi      de Motivos 526 2018 MCTIC (0923886) 53900.034520/2015-23 - Exposi      de Motivos 525 2018 MCTIC (0923849) 53000.043010/2012-48 - Exposi      de Motivos 502 2018 MCTIC (0929173) 53000.007050/2013-15 - Exposi      de Motivos 195 2017 MCTIC (0261749) 53000.030840/2012-13 - Exposi      de Motivos 446 2017 MCTIC (0272018) 53000.054050/2012-15       Exposi      de Motivos 158 2017 MCTIC (0214367) 53900.001270/2016-26 - Exposi      de Motivos 511 2018 MCTIC (0920350) 53900.005300/2014-11 - Exposi      de Motivos 538 2018 MCTIC (0919449) 00020.000700/2018-01 - Ofício n   1764/2018/SE/CC-PR 53000.042414/2013-03 EM n   00546/2018 MCTIC 53000.056214/2011-68 EM n   00285/2017 MCTIC 53000.052684/2013-14 EM n   00568/2017 MCTIC 53000.009024/2012-32 EM n   00555/2018 MCTIC 53000.027244/2009-42 EM n   00557/2018 MCTIC 53000.006934/2013-44 EM n   00379/2018 MCTIC 53900.025904/2015-55 EM n   00418/2017 MCTIC 53900.026664/2015-14 EM n   00487/2018 MCTIC 01250.031531/2017-11 EM n   00231/2018 do MCTIC 53900.050381/2015-85       EM n   00528/2018 MCTIC 53900.017091/2015-20 - EM n   00520/2018 MCTIC 53900.013241/2015-26       EM n   00532/2018 do MCTIC 53000.034031/2012-72       EM n   00491/2018 do MCTIC 53900.037331/2014-21       EM n   00515/2018 MCTIC 53670.001341/2001-65       EM n   00505/2018 do MCTIC 53000.053961/2012-25 EM n   0780/2017 53000.053969/2012-91 EM n   1009/2017 53000.026230/2012-15 EM n   0132/2018 00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD 53000.030007/2005-35 EM n   0456/2018 53000.054050/2012-15 EM n   0549/2018 53000.027244/2009-42 EM n   0557/2018 53000.030397/2012-72 EM n   0553/2018 53000.009024/2012-32 EM n   0555/2018 53900.009151/2015-31 EM n   0550/2018 53000.064009/2013-38 EM n   0551/2018 53900.000271/2014-91 EM n   0038/2018 53900.016778/2016-29 EM n   0029/2018 53000.049242/2012-18 EM n   0323/2017 53000.052684/2013-14 EM n   0568/2017 53000.054982/2012-68 EM n   0445/2017 53000.057297/2012-93 EM n   0420/2017 53000.030840/2012-13 EM n   0446/2017 53000.015829/2013-04 EM n   0443/2017 53000.053176/2013-53 EM n   0314/2017 53000.065155/2013-81 EM n   0441/2017 53000.007050/2013-15 EM n   0195/2017 53000.056214/2011-68 EM n   0285/2017 53000.007687/2014-84 EM n   0194/2017 53900.017162/2015-94 EM n   0338/2017 53000.006481/2010-11 EM n   0545/2018 53000.055599/2007-60 EM n   0484/2017 53000.052021/2011-38 EM n   0360/2017 53000.056217/2011-00 EM n   0274/2017 00001.004765/2018-46 Ofício 0327/2018-GCH-CD 53000.039908/2003-21 EM n   0507/2018 53900.047853/2016-01 EM n   0504/2018 53900.016488/2015-02 EM n   0506/2018 53000.022925/2012-10 EM n   0501/2018 53000.042414/2013-03 EM n   0546/2018 53000.020988/2012-31 EM n   0503/2018 53000.043010/2012-48 EM n   0502/2018 53670.001341/2001-65 EM n   0505/2018 53900.011448/2014-85 EM n   0531/2018 01250.034988/2018-69 EM n   0533/2018 01250.048763/2017-17 EM n   0542/2018 53900.024997/2014-10 EM n   0517/2018 53900.034082/2015-01 EM n   0516/2018 53900.037331/2014-21 EM n   0515/2018 53900.034520/2015-23 EM n   0525/2018 53900.044560/2015-83 EM n   0526/2018 53900.041939/2015-31 EM n   0514/2018 53900.024692/2014-16 EM n   0530/2018 53900.001273/2016-60 EM n   0541/2018 53900.017145/2015-57 EM n   0521/2018 53900.013241/2015-26 EM n   0532/2018 53900.009333/2014-21 EM n   0512/2018 53000.016596/2013-59 EM n   0518/2018 53900.014648/2014-90 EM n   0519/2018 53900.017091/2015-20 EM n   0520/2018 53900.043270/2015-12 EM n   0513/2018 53900.050381/2015-85 EM n   0528/2018 53900.027712/2014-01 EM n   0524/2018 53900.048226/2015-07 EM n   0527/2018 53000.007913/2014-27 EM n   0529/2018 53900.022443/2014-88 EM n   0485/2018 53000.009433/2013-10 EM n   0499/2018 53900.038863/2014-86 EM n   0722/2017 53900.042143/2015-04 EM n   0724/2017 53000.007973/20012-88 EM n   1054/2017 53900.007823/2014-92 EM n   0413/2018 53000.056610/2011-95 - Exposi      de Motivos 256 2017 MCTIC (0245200) 53900.001600/2016-83 - Exposi      de Motivos 434 2018 MCTIC (0808564) 53000.004800/2014-70 - Exposi      de Motivos 402 2018 MCTIC (0767216) 53000.056630/2011-66 - Exposi      de Motivos 465 2018 MCTIC (0837828) 53000.065990/2005-19 - Exposi      de Motivos 436 2018 MCTIC (0808669) 53000.066680/2011-51 - Exposi      de Motivos 258 2016 MCTIC (0122481) 53900.042394/2016-61 - EM n   00462/2018 MCTIC 01250.057354/2017-01 - EM n   00426/2018 MCTIC 53900.029584/2016-93 - EM n   00440/2018 MCTIC 53710.000474/2002-81 - EM n   00423/2018 MCTIC 53900.043984/2015-21 - Exposi      de Motivos 400 2018 MCTIC (0785230) 53000.006934/3013-44 - Exposi      de Motivos 379 2018 MCTIC (0785031) 53900.012814/2014-13 - Exposi      de Motivos 398 2018 MCTIC (0784994) 53900.041594/2015-16 - Exposi      de Motivos 358 2018 MCTIC (0765330) 53900.012614/2016-22 - Exposi      de Motivos 371 2018 MCTIC (0765042) 53900.045664/2016-96 - Exposi      de Motivos 365 2018 MCTIC (0764846) 53900.035364/2014-37 - Exposi      de Motivos 355 2018 MCTIC (0736222) 53900.043814/2015-46 - Exposi      de Motivos 340 2018 MCTIC (0732911) 53900.017084/2015-28 - Exposi      de Motivos 298 2018 MCTIC (0702280) 53000.043064/2012-11 - Exposi      de Motivos 255 2018 MCTIC (0677009) 53900.049324/2015-53 - Exposi      de Motivos 215 2018 MCTIC (0676890) 53900.041564/2015-18 - Exposi      de Motivos 271 2018 MCTIC (0676554) 53000.013424/2014-12 - Exposi      de Motivos 193 2018 MCTIC (0652648) 53000.058134/2011-47 - Exposi      de Motivos 273 2017 MCTIC (0246722) 53000.048414/2012-28 - Exposi      de Motivos 234 2017 MCTIC (0246175) 53000.050644/2012-57 - Exposi      de Motivos 107 2018 MCTIC (0554563) 53000.026302/2013-05 ---- EXM 406 2017 MCTIC 01250.040812/2018-46 ---- EXM 498 2018 MCTIC 53000.006332/2012-14--- Exposi      de Motivos 134/2016 (0036529) 53740.000282/2002-18--- Exposi      de Motivos 1020 2017 MCTIC (0360501) 53900.010232/2014-01--- Exposi      de Motivos 444 2018 MCTIC (0838630) 53000.069282/2013-59 --- Exposi      de Motivos 461 2018 MCTIC (0838822) 53900.013262/2015-41--- Exposi      de Motivos 447 2018 MCTIC (0837186) 53000.060582/2013-72--- Exposi      de Motivos 446 2018 MCTIC (0836564) 53000.061812/2011-59--- Exposi      de Motivos 972 2017 MCTIC (0358122) 01250.000252/2018-97 --- Exposi      de Motivos 431 2018 MCTIC (0808692) 53900.017145/2015-57 - Exposi      de Motivos 521 2018 MCTIC (0923054) 53000.022925/2012-10 - Exposi      de Motivos 501 2018 MCTIC (0929356) 53000.055599/2007-60 - Exposi      de Motivos 484 2017 MCTIC (0275926) 53000.065155/2013-81 - Exposi      de Motivos 441 2017 MCTIC (0272465) 53000.051815/2010-01 - Exposi      de Motivos 539 2018 MCTIC (0918494) 53000.069265/2013-11 - Exposi      de Motivos 624 2017 MCTIC (0303292) 53000.061475/2011-08 - Exposi      de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098) 493/2015-12 EM n   0389/2018 53900.011113/2014-67 Exposi      de Motivos 0399/2018 MCTIC 01250.059013/2017-62       de Motivos 0396/2018 MCTIC 53000.001683/2014-92 Exposi      de Motivos 0388/2018 MCTIC 53900.017343/2015-



Autenticado eletronicamente,   ps conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

11 Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC 53000.013433/2010-71 Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC 53900.013163/2015-60 Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC 53900.017133/2015-22 Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC 53000.065773/2013-21 Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC 53900.008953/2015-23 Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC 53000.015613/2013-31 Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC 53900.047623/2015-53 Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC 53900.016403/2015-88 Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC 53900.026403/2015-96 Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC 53900.042013/2015-63 Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC 53900.029943/2015-21 Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC 53900.046473/2015-61 Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC 53000.061863/2006-13 Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC 53900.016433/2015-94 Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC 53000.007663/2014-25 Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC 53000.043803/2012-67 Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC 53000.006763/2012-72 Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC 53900.028013/2014-70 Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC 53000.007683/2014-04 Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC 53900.014053/2014-34 Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC 53900.016483/2016-52 Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC 53000.007963/2012-42 Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC 53900.050703/2015-96 Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC 53000.066813/2013-51 Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC 53900.046743/2015-33 Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC 00001.001003/2018-98 Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC 53000.001033/2012-85 Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC 53000.071343/2013-48 Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC 53000.043713/2013-57 Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC 53000.055773/2011-51 Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC 53900.009743/2014-71 Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC 53000.055803/2012-18 Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC 53000.061913/2013-91 Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC 53000.007503/2006-76 Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC 53000.043193/2011-11 Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC 53900.020193/2016-11 Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC 53000.006483/2012-64 Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC 53000.055153/2010-31 Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC 53900.017153/2015-01 Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC 53000.056613/2011-29 Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC 53000.004483/2010-68 Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC 53000.056113/2011-97 Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC 53000.054723/2012-37 Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002) 53900.002813/2016-22 Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756) 53000.059283/2011-23 Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346) 53900.061443/2015-84 Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600) 53000.060033/2013-06 Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495) 53900.042113/2015-90 Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640) 53000.055723/2011-73 Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798) 53000.059473/2011-41 Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543) 53900.038993/2015-08 Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220) 53000.056613/2013-91 Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715) 53900.041793/2015-24 Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895) 53000.058113/2011-21 Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704) 53900.046763/2015-12 Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211) 53900.005543/2014-40 Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459) 53000.036553/2012-17 Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472) 53000.003653/2013-30 Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876) 53000.058083/2011-53 Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512) 53000.056213/2011-13 Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699) 53000.065763/2013-95 Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566) 53900.006983/2014-14 Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816) 53569.000463/2014-16 Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647) 53000.051423/2012-04 Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692) 53000.010093/2013-70 Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756) 53000.058133/2011-01 Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573) 53000.028473/2013-61 Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135) 53000.049063/2007-13 Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579) 53000.015823/2013-29 Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620) 53000.070013/2013-35 Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059) 53000.070233/2013-69 Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412) 3900.005813/2014-12 Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506) 53000.054603/2012-30 Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396) 53000.055673/2012-13 Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643) 53000.047873/2012-94 Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419) 53000.021323/2012-45 Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270) 53000.055763/2011-15 Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991) 53000.058143/2011-38 Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455) 53900.020573/2014-86 Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618) 53000.056993/2012-82 Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657) 53900.029293/2014-33 Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222) Att, Ana Carolina Tannuri LafertÃ© Subchefe Adjunta de Infraestrutura Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil Tel. 3411 2053 / 2040



Data de Envio:

04/01/2019 12:40:58

De:

PR/Protocolo Central <codoc.protocolocentral@presidencia.gov.br>

Para:

codin.civil@mctic.gov.br

Assunto:

Devolução de Exposição de Motivos Nº 378/2018 do MCTIC

Mensagem:

Para : MCTIC

Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais. Log Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho.

Glauce Pereira da Silva
Especialista

Anexos:

E_mail_0962693_Email_de_devolucao____EXM_radiodifusao.msg



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, 18 de Dezembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018, aprovado pelo Despacho n.º 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ N.º 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO DE DE DE 2019.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

Referendado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS
ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação de outorga formulado TV Oeste do Paraná Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel, estado do Paraná, pelo período de 24/12/2014 a 24/12/2029.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, regulamentação complementada pelo que dispõe o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, condicionado o seguimento do trâmite do presente feito à apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada.

V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República para decidir, por meio de Decreto, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação, com base na instrução, dotada de parecer e exposição de motivos, a ser finalizada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para que, atendida a condicionante mencionada, adote as providências cabíveis para sequência do feito.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de TV Oeste do Paraná Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão, para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Cascavel, Estado do Paraná, no período de 24/12/2014 a 24/12/2029.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que aprovada pelas autoridades competentes remeteu o feito, e conforme denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 2426449), a outorga inicial para execução do serviço foi conferida pelo Decreto nº 90.609, de 04/12/1984, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 05/12/1984, inicialmente em favor de Televisão Carimã Ltda, nos termos de contrato celebrado em 21/12/1984 e publicado no DOU de 21/12/1984. Contudo, por meio do Decreto Presidencial sem número de 07/08/2000, publicado no DOU de 08/08/2000, a outorga em questão foi transferida para a ora requerente, TV Oeste do Paraná Ltda., consoante evidenciado pela documentação (Doc. SEI nº 2805519), que também revela ter sido a concessão renovada pelo período de 15 anos, a partir 4/12/1999, nos termos do Decreto Presidencial sem número de 26/03/2001, publicado no DOU de 27/03/2001, devidamente chancelado pelo Decreto legislativo nº 235/2002.

Em 06/08/2014 (Doc. SEI nº 0083981) foi protocolizado pela entidade interessada o pedido de renovação da outorga, sendo deflagrado o presente processo administrativo. A Secretaria de Radiodifusão analisou o pedido, opinando, ao fim, por seu deferimento, em conclusão assim exarada, na qual pugnou pela análise desta CONJUR: "Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito".

Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11, ambos da Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência da referida disciplina, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos correlatos, tais como a autenticidade dos documentos recebidos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Assim, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que rege a matéria, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos normativos vigentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável à hipótese em apreço, sobretudo tendo-se em vista as recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou a Lei nº 5.785/1973, e implementadas também pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795/1963, e revogou o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos pertinentes, em atenção às alterações legislativas em comento.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, caput e parágrafos, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público às entidades que exploram serviços de



radiodifusão sonora e de sons e imagens. Além disso, assinala, em seu §3º, que "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão". Assim, consoante as regras constitucionais, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, que poderá aprovar ou rejeitar a conclusão, ficando a produção de efeitos da renovação dependente de tal deliberação.

A previsão constitucional em tela é regulamentada pela Lei nº 4.117/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, segundo a qual, nos termos de do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência". A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

O legislador ordinário cuidou, ainda, de assinalar expressamente a inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, dispondo o §3º do art. 33 da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, que "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

Atendendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, para pormenorizar os procedimentos de aplicação das previsões aludidas, regras que serão melhor analisadas adiante.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão anteriormente concedidos para explorar serviço de radiodifusão deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê a legislação que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário", previsão consignada no §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

Já o art. 6º da Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de concessões outorgadas para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta". Referida regra, no que toca às atribuições do antigo Departamento Nacional de Telecomunicações, encontra-se atualmente adaptada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, e pela aplicação do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos factuais do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela



área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente, devendo-se avançar na análise com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a "Lista de Verificação de Documentos" (SEI nº 2804506).

De acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para explorar os serviços deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que habilitaram a entidade a executar relevante serviço público, observadas as eventuais atualizações normativas, razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, a regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço. Para tanto, nos termos do art. 113 do aludido Regulamento, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, in verbis:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal,



acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes na ocasião da renovação, indicativas da manutenção das condições que, no presente, habilitariam a interessada à obtenção de outorga:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Assim, pode-se constatar, desde logo, a presença das declarações de interesse no caso, conforme se verifica dos documentos SEI nºs 0083981 e 2521302, o que permite examinar a seguir os requisitos pertinentes à habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e observância das normas técnicas.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia do seu ato constitutivo e das alterações realizadas, registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná, e certidão simplificada, emitida pelo respectivo órgão, que demonstram a conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar o objeto social compatível com a execução do serviço (SEI nº 0742717, 2804314 e 2797392). Sobre esse aspecto a Secretaria de Radiodifusão emitiu a seguinte conclusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº 2797392, fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:



QUADRO SOCIETÁRIO

NOME

COTAS

VALOR (R\$)

Elizabeth Lemanski

1.500

1.500.000,00

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

1.500

1.500.000,00

TOTAL

3.000

3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO

NOME

CARGO

Elizabeth Lemanski

Diretora Presidente

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria n.º 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo n.º 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária n.º 26197-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 01250.016482/2018-78 apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

Já para comprovar a manutenção da qualificação econômico-financeira para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial exigido pela legislação de regência (doc. SEI nº 2521302) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (doc. SEI nº 0742717). De acordo com a Secretaria, "Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º0742717, fl. 22)".

A regularidade fiscal, por sua vez, restou parcialmente demonstrada por meio das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (docs. SEI nºs 2682808, 0083981, 2521302), nos termos exigidos pela legislação, e a regularidade trabalhista foi comprovada diante da juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (doc. SEI nº 2426466).

No que toca à regularidade perante a Fazenda Federal, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a ausência de informações disponíveis na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet" (grifou-se).

A pendência, contudo, não impede a conclusão deste Parecer, mas fica consignada a necessidade de que, antes que se dê prosseguimento ao processamento do presente feito, seja instada a interessada a juntar demonstração idônea e atualizada de sua regularidade perante a Fazenda Federal, sem o que não estarão reunidos os elementos que permitiriam seu o prosseguimento.

Em relação à verificação da regularidade técnica, consta do processo administrativo em epígrafe a NOTA TÉCNICA Nº 3923/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 2675983), segundo a qual "os Laudos de Vistoria Técnica das Estações, os Laudos de Ensaio dos Transmissores Principal e Auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga", razão pela qual opinou a área técnica pelo "encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para continuidade do processo de Renovação de Outorga".



Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, assim consignou a Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que remeteu este feito:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º 2805329, fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º 2643463), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável atestou não ter sido detectada infração à regra disposta pelo art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, como denota o doc. SEI nº 2805329, extraído do SIACCO, manifestando-se a Secretaria nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº 2805329).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

Por fim, registre-se que constam do processo em testilha documentos que comprovam quitação da contribuição sindical, relativos ao empregado e ao empregador, exigíveis ao tempo do pedido de renovação, bem como outros documentos anteriormente exigíveis, tais como aqueles que permitiram a análise da existência de idoneidade moral dos sócios. Contudo, algumas dessas verificações deixaram de ser aplicáveis pela legislação atualmente vigente, conforme já narrado.

Como se vê, excetuada a pendência relativa à regularidade perante a Fazenda Federal, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Devem ser consideradas, por fim, duas questões para a concretização do ato em estudo.

A primeira consiste na correção do texto da minuta do ato que se pretende editar, no qual consta menção ao Decreto nº 52.795/1963, quando seria mais escorreito indicar, como fundamento, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Trata-se de pequena filigrana que não redundaria em maiores problemas práticos, mas cuja correção é oportuna, uma vez que o aludido Decreto, em verdade, contém apenas dois artigos e se limita a aprovar o Regulamento em questão, no qual efetivamente se encontra o art. 113 invocado na minuta.

Já a segunda questão é a consignação da necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "quando da renovação da concessão ou da permissão,



será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, feitas as adequações sugeridas na minuta do ato que se pretende editar e desde que solucionada a pendência relativa à demonstração da regularidade fiscal perante a Fazenda pública Federal, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito.

À consideração superior.

Brasília, 13 de abril de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124771460 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANCA. Data e Hora: 13-04-2018 15:59. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS
ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o PARECER No 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de autoria do Advogado da União Dr. Denis Soares França.

À apreciação do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão.

Brasília, 16 de abril de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL
Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125182077 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 16-04-2018 13:37. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00529/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

ASSUNTO: Pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cascavel, Estado do Paraná



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Aprovo o DESPACHO Nº 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, que aprovou o PARECER Nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de autoria do Advogado da União, Dr. Dênis Soares França, que também aprovo.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 16 de abril de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Consultor Jurídico Adjunto Substituto
Portaria MCTIC Nº 6.058, DE 22/12/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125206854 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 16-04-2018 14:40. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Assinado eletronicamente por: Julio Cesar Ferreira Pereira



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

NOTA TÉCNICA Nº 8348/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.010501/2014-21

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682), concluiu pelo seu deferimento e envio dos autos a Doutra Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), se posicionou pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação e da consequente conformidade da instrução, condicionando, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Assim aduziu a Conjur sobre o assunto:

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a **nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

4. Por essa razão, visando ao prosseguimento do pleito, cumpre consignar que foi efetivada, nesta data (16.4.2018) a tentativa de emissão de nova certidão de regularidade perante o fisco federal, mediante acesso ao sítio da Receita Federal, porém, não se obteve êxito. Assim, outra medida não resta se não a intimação da Interessada, para que apresente a **certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada**.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o documento mencionado no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.





nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889632** e o código CRC **885469B7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889632



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 6466/2018/SEI-MCTIC**Processo nº** 53900.010501/2014-21**Assuntos:** DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A concessão para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, foi outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4.12.1984, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 5.12.1984 (evento SEI n.º 2426449, fl.3). O correspondente contrato de outorga foi celebrado entre a União e a Televisão Carimã Ltda. no dia 21.12.1984, e publicado no D.O.U. de 24.12. 1984 (evento SEI n.º 2426449, fls.4/7). A concessão em questão foi transferida, para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s/n.º de 7.8.2000, publicado no D.O.U. de 8.8.2000 (evento SEI n.º 2805519, fls. 1/2). A concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24.12.1999, por meio do Decreto Presidencial s/n.º de 26.3.2001, publicado no D.O.U. de 27.3.2001, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 235, de 2002 (evento SEI n.º 2805519, fls. 3/4).

7. Com efeito, constata-se que a concessão se encontra vencida desde 24.12.2014. .

8. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado nesta Pasta em 6.8.2014, a interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de (inze) anos. Assim, considerando que o antigo prazo legal para manifestação de interesse na



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ic.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3261042&infra_sist...

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

renovação da delegação se deu entre 24.6.2014 e 24.9.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 2804506.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º 2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 0742717, fl. 22). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento 2797392, fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos



aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria n.º 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo n.º 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária n.º 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 01250.016482/2018-78 apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº 2805329).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.



15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º 2805329, fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º 2643463), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com a Nota Técnica n.º 3.923/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2675983), da lavra de engenheiro (a) desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo (acompanhado das minutas dispostas no campo próprio abaixo) ser remetido à Conjur.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 26/03/2018, às 17:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-**
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>
ic.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3261042&infra_sist... 4/6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



outorgas, em 26/03/2018, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/03/2018, às 18:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2804682** e o código CRC **AB49D853**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2018.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://sei.mctic.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3261042&infra_sist... 5/6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2804682



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://www.tcn.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3261042&infra_sist...

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 18 de dezembro de 2019.

AO PROTOCOLO DA CGAP, SAJ e SAG.

ASSUNTO: Renovação da autorização outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária. Cascavel/PR - Renov/TV - Televisão Carimã Ltda.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 1.442 2019 MCTIC.

HUGO VINÍCIUS ALVES
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 18/12/2019, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1629868** e o código CRC **A590B1F6** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 1629868



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53900.010501/2014-21 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53900.010501/2014-21.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970856** e o código CRC **18A1F432** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 1970856

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 30 de junho de 2020.

Assunto: Devolução da EXM 1.442 2019 MCTIC

Informamos a devolução, via SIDOF, da EXM 1.442 2019 MCTIC, para reavaliação pelo novo Ministro das Comunicações e eventual instrução processual complementar.

Francisco de Assis Alves da Silva
Assistente DAS



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Alves da Silva, DAS**, em 30/06/2020, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1976582** e o código CRC **ED94F777** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 1976582

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Interessado: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

Assunto: Renovação de Outorga Comercial.

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta manifestaram-se favoravelmente ao deferimento, relativo ao pedido de renovação de outorga, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), para a exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 6466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2804682) e do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 2888598), respectivamente;
- b) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação das minutas, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, os textos atualizados para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente, razão pela qual opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 23/10/2020, às 12:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5987256** e o código CRC **8CBA1CBB**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2020.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ N.º 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2020.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo n.º 53900.010501/2014-21, do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 32, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fábio Faria

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI-MCOM nº 5987256



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho 5987256

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ilustríssimo Senhor

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações – MCOM.

Ref. Processo de Renovação da Outorga n. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre Gusmão, nº. 1413, CEP 85819-530, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Portaria MCOM n. 4.149, de 2021, encaminha, por seu representante legal, em anexo, para admissão por Vossa Senhoria, atualização da documentação necessária à renovação da outorga, conforme consta do artigo 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão-RSR e Portaria 4.149 de 24 de novembro de 2021.

Termos em que pede deferimento.

Cascavel, 10 de dezembro de 2021.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

Diretor Vice Presidente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6966046)

SEI 53115.043567/2021-49 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	TV OESTE DO PARANÁ LTDA.,		
CNPJ:	03.699.194/0001-53	CEP da sede:	85819-530
Endereço da sede:	Rua Alexandre Gusmão, nº. 1413		
E-mail de contato:	seimc.tvouest@rpc.com.br		
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora		() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais
	(x) Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	23/12/2014 a 23/12/2029		
Localidade da renovação:	Cascavel	UF:	PR

Eu, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, inscrito no CPF sob o nº 066.553.909-66, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



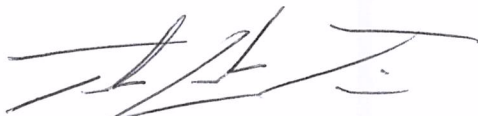


48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Cascavel, 13 de dezembro de 2021.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Diretor Vice Presidente



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.



Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6966046)

SEI 53115-043567/2021-49 / pg. 4

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: TV OESTE DO PARANÁ LTDA		Protocolo: PRC2109514943	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			
NIRE (Sede) 41204284124	CNPJ 03.699.194/0001-53	Data de Ato Constitutivo 24/02/2000	Início de Atividade 24/02/2000
Endereço Completo Rua ALEXANDRE DE GUSMAO, Nº 1.413, TV, JARDIM MARIA LUIZA - Cascavel/PR - CEP 85819-530			
Objeto Social A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO DE SONS(RADIO) E DE SONS E IMAGENS(TELEVISÃO),DE ACORDO COM OS ATOS DE OUTORGA DE PERMISSÃO E/OU DE CONCESSÃO QUE VENHA A OBTER DO GOVERNO FEDERAL/MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ,OU MEDIANTE A TRANSFERENCIA DIRETA DESSAS OUTORGAS,QUANDO PREVIAMENTE AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE;			
Capital Social R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais) Capital Integralizado R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio			
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	R\$ 1.500.000,00	Sócio
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	R\$ 1.500.000,00	Sócio
Dados do Administrador			
Nome	CPF	Término do mandato	
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	Indeterminado	
Nome	CPF	Término do mandato	
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	Indeterminado	
Último Arquivamento		Situação	
Data	Número	Ato/eventos	ATIVA
17/12/2020	20207467293	310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	Status
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela		COM IMPEDIMENTO JUDICIAL	
1 - NIRE: 41900672211		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	
Endereço Completo RUA XV DE NOVENBRO, Nº 2250 , MORRO ALTO, Guarapuava, PR, CEP: xx.xxx-xxx			
Observações: 05º VARA CÍVEL DE CURITIBA, OFÍCIO Nº: 2159/2011 DE 17/11/11 REFERENTE AOS AUTOS Nº: 26197-85.2011.8.16.0001. " PROCEDER AO BLOQUEIO DAS QUOTAS SOCIAIS DA TV OESTE PARANÁ LTDA., NIRE: 4120428412-4, TRANSFERIDAS AO AGRAVADO RÉU PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, 066.553.909-66, BEM COMO AVERBAR A EXISTÊNCIA DA DEMANDA SUPRA." PROTOCOLO JUCEPAR 11/407536-0 DE 02/12/2011.			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/12/2021, às 08:51:34 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **QS5VOMFJ**.



PRC2109514943

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (69966046)

SEI 53115-043567/2021-49 / pg. 5

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

"NAO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS"

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ABNC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.595.453 4 DATA DE EMISSÃO 25/06/1997

NOME ELIZABETH LEMANSKI

FILIAÇÃO EDMUNDO LEMANSKI MARIA ELSA PASSOS

NATURALIDADE CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO 25/05/1975

DOC ORIGEM COMARCA=CURITIBA/PR, 2 ZONA C.NASC 2436, LIVRO=48, FOLHA=148

CPF CURITIBA - PR ASSINATURA DO DIRETOR JOÃO RICARDO MARECHONHA

LEI Nº 1146 DE 29/08/83

ABNC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome ELIZABETH LEMANSKI

Ng de inscrição 024437429-54 Data do Nascimento 25/05/75

ABNC

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura ELIZABETH LEMANSKI

SER

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/07/96



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo>

Petição (6556646)

SEI 53115-04356-2021-49 / pg. 6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.000.000-0

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 6.000.000-0 DATA DE EXPEDIÇÃO: 22/02/2019

NOME: PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

FILIAÇÃO: PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA
CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

NATURALIDADE: CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO: 08/05/1989

DOC. ORIGEM: COMARCA=CURITIBA/PR, 1 OFÍCIO
C.NASC=18500, LIVRO=550, FOLHA=100

CPF: 066.553.909-66

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 7

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

Rodrigo Timótheo Taborda, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, específica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

TV OESTE DO PARANÁ LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 13 dia(s) do mês de dezembro do ano de 2021. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular

SERPRO
Assinado digitalmente por:
RODRIGO TIMOTHEO TABORDA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



VALORES DESTA CERTIDÃO: R\$ 33,66

Esta Certidão Negativa somente terá validade com o Carimbo e ou Assinatura Digital do Oficial do Cartório Distribuidor.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MARINA
Página 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.699.194/0001-53 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/02/2000
NOME EMPRESARIAL TV OESTE DO PARANA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TV OESTE DO PARANA LTDA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R ALEXANDRE DE GUSMAO	NÚMERO 1.413	COMPLEMENTO TV	
CEP 85.819-530	BAIRRO/DISTRITO JARDIM MARIA LUIZA	MUNICÍPIO CASCADEL	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONFIS@GRPCOM.COM.BR		TELEFONE (41) 3321-5100	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/12/2021** às **15:36:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (8596646)

SEP 33119:043564/2021-49 / pg. 9

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:28:00 do dia 11/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/02/2022.

Código de controle da certidão: **1260.7AB2.1050.AFE8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6986048)

SEI 33115-643364/2021-49 / pg. 10

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025228298-13

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.699.194/0001-53**

Nome: **TV OESTE DO PARANA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/02/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 167909/2021

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53
Endereço:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO, 1413
Complemento:	TV
Bairro:	MARIA LUIZA
Cidade:	Cascavel - PR
CEP:	85.819-530

[REQUERENTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 25 de novembro de 2021.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:

scavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
e Autenticidade: WGT211202-000-GQHCUPXYAKAQKF-7



Autenticado eletronicamente em: Rua Paraná, 5000 - Fone/Fax: (45) 3321-2020 - CEP 85.810-011 - Cascavel - PR

Home-page: <http://www.cascavel.pr.gov.br>

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/assinatura/SE163175-843354/2021-49/pg.12>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:43:10 do dia 15/12/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/01/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6986048)

CEL 33115:043364/2021-49 / pg. 13

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.699.194/0001-53

Razão Social: TV OESTE PARANA LTDA

Endereço: R ALEXANDRE DE GUSMAO 1413 / MARIA LUIZA / CASCAVEL / PR /
85819-530

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2021 a 06/01/2022

Certificação Número: 2021120804273426316100

Informação obtida em 22/12/2021 18:36:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf

<https://mforeg-autenticidade-caixa.gov.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Folha 06 de 06

SL133115.043564/2021-49 / pg. 14

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certidão nº: 57008175/2021

Expedição: 15/12/2021, às 15:39:20

Validade: 12/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.699.194/0001-53**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6966048)

CEL33115.043504/2021-49 / pg. 15

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Nº 13.476 - Processo nº 53508.005583/2017-77

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25/10/2017, a autorização outorgada à INFOSHORE COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA-ME, CNPJ/MF nº 07.123.880/0001-32, por intermédio do Ato nº 51986, de 23/05/2016, publicado no DOU de 24/05/2016, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequencia associada.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.547, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.011480/2016-35.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 26/10/2017, a autorização outorgada à GERAIS ON LINE INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 03.272.417/0001-00, por intermédio do Ato nº 2828, de 06/05/2011, publicado no DOU de 17/05/2011, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.623, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.079585/2017-72.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA., CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Monte Negro/RO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.821 - Processo nº 53500.080819/2017-24.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SERRA DA BOA ESPERANCA LTDA, CNPJ 16.545.022/0001-77, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Boa Esperança/MG.

Nº 13.822 - Processo nº 53500.080831/2017-39.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PRINCESA MONTE AZUL LTDA - ME, CNPJ 58.501.016/0001-68, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Monte Azul Paulista/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.834 - Processo nº 53500.079491/2017-01.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à VALE S.A., CNPJ 33.592.510/0044-94, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 13.841 - Processo nº 53500.080958/2017-58.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Portel/PA.

Nº 13.842 - Processo nº 53500.080959/2017-01.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto de Moz/PA.

Nº 13.843 - Processo nº 53500.080960/2017-27.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Anajás/PA.

Nº 13.844 - Processo nº 53500.080962/2017-16.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Limoeiro do Ajuru/PA.

Nº 13.845 - Processo nº 53500.080963/2017-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Medicilândia/PA.

Nº 13.846 - Processo nº 53500.080964/2017-13.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Oeiras do Pará/PA.

Nº 13.870 - Processo nº 53500.081043/2017-60.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 01.890.043/0001-52, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cajazeiras/PB.

Nº 13.878 - Processo nº 53500.081065/2017-20.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA, CNPJ 76.494.806/0001-45, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Antonina/PR.

Nº 13.880 - Processo nº 53500.081067/2017-19.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maringá/PR.

Nº 13.881 - Processo nº 53500.081068/2017-63.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São João do Caiuá/PR.

Nº 13.882 - Processo nº 53500.081070/2017-32.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ESPLANADA DO PARANA LTDA, CNPJ 80.242.720/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ponta Grossa/PR.

Nº 13.883 - Processo nº 53500.081071/2017-87.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OESTE DO PARANA LTDA, CNPJ 03.699.194/0001-53, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.079 - Processo nº 53500.078156/2017-88.

Expede autorização à EDSON JARA - ME, CNPJ/MF nº 14.020.371/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.080 - Processo nº 53500.074647/2017-50.

Expede autorização à GW TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ nº 18.968.664/0001-04, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14087 - Processo nº 53500.081319/2017-18.

Expede autorização à RJ NET SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 28.582.282/0001-00, para prestar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.089 - Processo nº 53500.076127/2017-81.

Expede autorização à NET WAY PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.334.505/0001-02, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 14.090 - Processo nº 53500.077615/2017-14.

Expede autorização à INTERVIA SOLUCOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 05.379.776/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.404 - Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Belo Horizonte/MG, no período de 01/12/2017 a 15/01/2018.

Nº 14.407 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 10/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.408 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 03/12/2017 a 03/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.437 - Autoriza HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.438 - Autoriza DOSSENA E VASCONCELOS SERV AUTOM LTDA ME, CNPJ nº 16.796.265/0001-88, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.439 - Autoriza MOTTIN RACING LTDA, CNPJ nº 03.406.065/0001-20, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.440 - Autoriza JOSE ANTONIO MIRO DE CORDOVA - ME, CNPJ nº 14.140.838/0001-95, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.441 - Autoriza COMERCIAL SAMBAIBA DE VIATURAS LTDA, CNPJ nº 03.013.854/0002-81, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.442 - Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.443 - Autoriza RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0001-78, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Bocaina/SP e Brotas/SP, no período de 01/11/2017 a 30/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
COMISSÃO DELIBERATIVA**

RESOLUÇÃO Nº 217, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 637ª Sessão, realizada em 01 de dezembro de 2017, considerando:

a) as recomendações constantes do Acórdão TCU nº 1.360/2017 Plenário;

b) que a Norma CNEN NN 9.01 Descomissionamento de Usinas Nucleoeletricas foi aprovada pela Resolução CNEN 133/12, publicada no DOU em 21 de novembro de 2012; e

c) que a respectiva documentação consta do processo 01341-000088/2010-41, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CNEN 133/12, incorporando à Norma CNEN NN 9.01 Descomissionamento de Usinas Nucleoeletricas as seguintes modificações:

I - O artigo 5 passa a ter a seguinte redação:

Art. 5 A organização Operadora deve disponibilizar os fundos necessários para garantir o descomissionamento seguro, a gerência de rejeitos radioativos gerados durante o descomissionamento e a gerência do combustível irradiado.

II - O caput do artigo 15 deve ser alterado conforme se segue, mantendo-se inalterados os seus parágrafos:

Art. 15 A organização operadora deve garantir recursos financeiros adequados para cobrir os custos associados ao descomissionamento seguro da usina, incluindo o gerenciamento dos rejeitos radioativos gerados durante o descomissionamento e o gerenciamento do combustível usado (irradiado) até a decisão quanto à sua destinação final.

Art. 2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente da Comissão

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro da Comissão

JOSÉ CARLOS BRESSIANI
Membro da Comissão

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>
Código 00012017120500011

SEI 53115.043564/2021-497 pg. 16

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

NOME/RAZÃO SOCIAL TV OESTE DO PARANA LTDA				CNPJ 03699194000153
Nº DA ESTAÇÃO 695786563	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 57' 12.0" S	LONGITUDE 53° 27' 11.0" W

<p>ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO</p> <p>AV. PARANÁ, nº 2361.</p>	<p>DISTRITO</p> <p>*****</p>	
<p>BAIRRO</p> <p>CENTRO</p>	<p>MUNICÍPIO</p> <p>Cascavel</p>	<p>UF</p> <p>PR</p>

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO:	Cascavel
LOCALIDADE:	*****
FREQUENCIA:	581 MHz
CLASSE:	A
INDICATIVO DA ESTACAO:	ZYB402
NOME FANTASIA:	RPC
CIDADE DA OUTORGA:	Cascavel

UF: PR

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO
MUNICÍPIO: Cascavel
NUMERO: 1413

BAIRRO: MARIA LUIZA
UF: PR
COMPLEMENTO: *****

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: *****
MUNICÍPIO: *****
NUMERO: *****

BAIRRO: *****
UF: *****
COMPLEMENTO: *****

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE:	Nec Corporation
CÓDIGO:	019751100192

MODELO: DTU-52/7R8PQ
POTÊNCIA: 5.000 kW


TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Screen Service Broadcasting Te
CÓDIGO: 021860804869

MODELO: SDT 103 UM (3000 W)
POTÊNCIA: 2.500 kW

ANTENA PRINCIPAL.

FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA
POLARIZAÇÃO:	Elíptica
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	91.47 m



MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
GANHO:	8.23
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
BEAM TILT:	5.00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA
POLARIZAÇÃO:	Elíptica
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	77.55 m

MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
GANHO:	8.23
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
BEAM TILT:	5.00 graus

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 12/08/2020 10:11:58



Emitido Em
10/08/2020

Esta licença pode ser validada em

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Interessado: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

Assunto: Renovação de Outorga Comercial.

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta manifestaram-se favoravelmente ao deferimento, relativo ao pedido de renovação de outorga, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), para a exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 6466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2804682) e do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 2888598), respectivamente;
- b) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação das minutas, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, os textos atualizados para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente, razão pela qual opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 23/10/2020, às 12:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5987256** e o código CRC **8CBA1CBB**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho 5987256

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2020.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ N.º 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2020.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo n.º 53900.010501/2014-21, do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 32, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fábio Faria

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI-MCOM nº 5987256



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho 5987256

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Data de Envio:

19/12/2023 15:03:09

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens TV, no município de CASCAVEL/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 27/12/2023 09:45

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens TV, no município de CASCAVEL/PR, responder aos processos nº 53516.003641/2017-29, 53516.003642/2017-73 não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão. At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 19 de dezembro de 2023 15:03

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens TV, no município de CASCAVEL/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJIMDQwLWRkODIjNGY4NG05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NOBGAAAAAAD31SCGCRSW...

mailto:corep@mcom.gov.br - E-mail: RESPOSTA CGFM (11234137) - 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0071156/2023

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
E-mail: in**is@grpcom.com.br
CPF: ***.553.909-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
E-mail: se**te@rpc.com.br
CNPJ: 03.699.194/0001-53

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0071156/2023
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações
Informações Complementares: Trata-se de atualização da documentação necessária à renovação da outorga para fins de celeridade e economia processual - TV OESTE DO PARANÁ LTDA - CASCÁVEL
Processo de Renovação n. 53900.010501/2014-21.
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: 53900.010501/2014-21
Data e Hora de Encaminhamento: 20/12/2023 às 17:18

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Processo Complementação Renovação de Outorga TV OESTE - CASCÁVEL.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Não há	Não há

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorriho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Registrar a renúncia do administrador não sócio **LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82.510-020, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.579.885-2, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.395.329-15, ao cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(ii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i), os sócios, por unanimidade de votos, aprovam a extinção do cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(iii) Em razão do contido nos itens (i) e (ii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(iv) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

- (a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;
- (b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;
- (c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;
- (d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e
- (e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.



3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95%



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de



defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da



deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.



9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 10 de fevereiro de 2012.


ELIZABETH LEMANSKI


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA




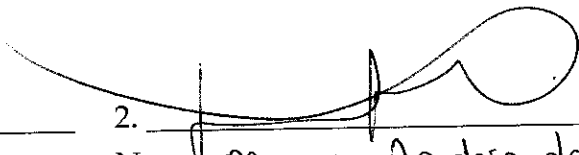
TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

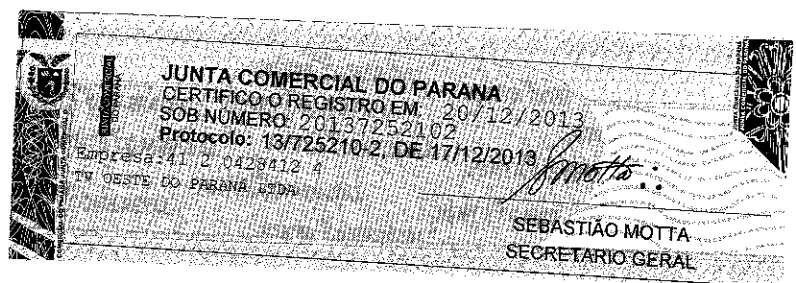
Administrador não sócio renunciante:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Andrea Lambert de Castro Zetola
CPF/MF 688.958.609-34
RG: OAB/PR: 21.863
CPF/MF:

2. 
Nome: Mayara Cardoso da Silva
RG: 9.932.893-2
CPF/MF: 064.568.009-51.



[continuação das assinaturas]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Folha 13 de 13

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 14

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ilustríssimo Senhor

WILSON DINIZ WELLISCH

Secretário de Comunicação Social Eletrônica

Ministério das Comunicações

Ref. Processo Renovação de Outorga n. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre Gusmão nº 1413, CEP 85819-530, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Portaria MCOM n. 4149 de 2021, encaminha, por seu representante legal, em anexo, para admissão por Vossa Senhoria, atualização da documentação necessária à renovação da outorga.

Termos em que pede recebimento e deferimento.

Cascavel, 04 de dezembro de 2023.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

Diretor Vice-Presidente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 15

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO	
Nome da Pessoa Jurídica:	TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ:	03.699.194/0001-53
CEP da sede:	85819-530
Endereço da sede:	Rua Alexandre de Gusmão, nº. 1413
E-mail de contato:	seimc.tvoeste@rpc.com.br
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais <input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens
Período da renovação:	24/12/2014 a 23/12/2029
Localidade da renovação:	Cascavel
	UF: PR

Eu, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, inscrito no CPF sob o nº 066.553.909-66, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação. DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Cascavel, 04 de dezembro de 2023.



Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou vii) passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(d) prova de inscrição no CNPJ;

(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;

(i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: TV OESTE DO PARANÁ LTDA NIRE : 41204284124 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: PRC2318916590		
NIRE (Sede) 41204284124	CNPJ 03.699.194/0001-53	Data de Ato Constitutivo 24/02/2000	Início de Atividade 24/02/2000		
Endereço Completo Rua ALEXANDRE DE GUSMAO, Nº 1.413, TV, JARDIM MARIA LUIZA - Cascavel/PR - CEP 85819-530					
Objeto Social A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO DE SONS(RADIO) E DE SONS E IMAGENS(TELEVISÃO),DE ACORDO COM OS ATOS DE OUTORGA DE PERMISSÃO E/OU DE CONCESSÃO QUE VENHA A OBTER DO GOVERNO FEDERAL/MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ,OU MEDIANTE A TRASNFERENCIA DIRETA DESSAS OUTORGAS,QUANDO PREVIAMENTE AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE;					
Capital Social R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais) Capital Integralizado R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais)		Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio					
Nome PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA		CPF/CNPJ 066.553.909-66	Participação no capital R\$ 1.500.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Nome ELIZABETH LEMANSKI		CPF/CNPJ 024.437.429-54	Participação no capital R\$ 1.500.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Dados do Administrador					
Nome PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA		CPF 066.553.909-66	Término do mandato Indeterminado		
Nome ELIZABETH LEMANSKI		CPF 024.437.429-54	Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento Data 22/12/2022			Número 20228441668		Ato/eventos 310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
Situação ATIVA Status COM IMPEDIMENTO JUDICIAL					
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1 - NIRE: 41900672211 Endereço Completo RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 2250 , MORRO ALTO, Guarapuava, PR, CEP: xx.xxx-xxx					
CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx					
Observações: 05ª VARA CÍVEL DE CURITIBA, OFÍCIO Nº: 2159/2011 DE 17/11/11 REFERENTE AOS AUTOS Nº: 26197-85.2011.8.16.0001. " PROCEDER AO BLOQUEIO DAS QUOTAS SOCIAIS DA TV OESTE PARANÁ LTDA., NIRE: 4120428412-4, TRANSFERIDAS AO AGRAVADO RÉU PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, 066.553.909-66, BEM COMO AVERBAR A EXISTÊNCIA DA DEMANDA SUPRA." PROTOCOLO JUCEPAR 11/407536-0 DE 02/12/2011.					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 19/12/2023, às 07:25:11 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **JILMXREG**.



PRC2318916590

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 20



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: TV OESTE DO PARANA LTDA NIRE : 41204284124 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	Protocolo: PRC2318916590
--	---------------------------------

Secretário(a) Geral

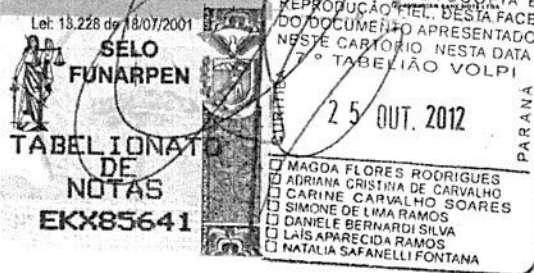
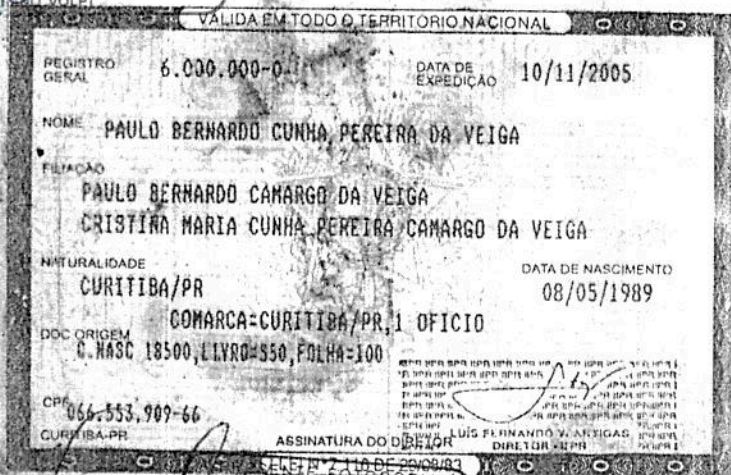


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204326)

SEI 55119:035591/2023-54 / pg. 21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526)

SER 3519:03559/2023-54 / pg. 22

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

"NÃO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS"

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ABNC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.595.453 4 DATA DE EMISSÃO 25/06/1997

NOME ELIZABETH LEMANSKI

FILIAÇÃO EDMUNDO LEMANSKI MARIA ELSA PASSOS

NATURALIDADE CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO 25/05/1975

DOC ORIGEM COMARCA=CURITIBA/PR, 2 ZONA C.NASC 2436, LIVRO=48, FOLHA=148

CPF CURITIBA - PR ASSINATURA DO DIRETOR JOÃO RICARDO MARECHONHA

LEI Nº 1146 DE 29/08/83

ABNC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome ELIZABETH LEMANSKI

Ng de inscrição 024437429-54 Data de Nascimento 25/05/75

ABNC

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura ELIZABETH LEMANSKI

SER

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/07/96



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo>

Requerimento (11264526)

SER 53113-033031/2023-54 / pg. 23

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo

**TJPR**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO
PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL
COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ**RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA
DISTRIBUIDOR PÚBLICOAVENIDA TANCREDO NEVES, 2320 - EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85805-036
FONE: (45) 3326-4479 - CNPJ: 00.322.048/0001-16**CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA**

Rodrigo Timótheo Taborda, Oficial Designado do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, nos termos da Seção V do CNFJ:

Certifico que, revendo os registros desta Serventia, NÃO FORAM localizadas ações de FALÊNCIA OU CONCORDATA; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Lei nº 11.101/2005), em face de:

TV OESTE DO PARANÁ LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 09 dia(s) do mês de novembro do ano de 2023. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular**SERPRO**
Assinado digitalmente por:
RODRIGO TIMOTHEO TABORDA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

000000024006



CUSTAS DESTA CERTIDÃO: R\$ 38,16

Esta Certidão Negativa somente terá validade com o Carimbo e ou Assinatura Digital do Oficial do Cartório Distribuidor.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>KHETLLYN
Página 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.699.194/0001-53 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 24/02/2000</div>
<div>NOME EMPRESARIAL TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ALEXANDRE DE GUSMAO</div>	<div>NÚMERO 1.413</div>	<div>COMPLEMENTO TV</div>
<div>CEP 85.819-530</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JARDIM MARIA LUIZA</div>	<div>MUNICÍPIO CASCAVEL</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONFIS@GRPCOM.COM.BR</div>		<div>UF PR</div>
<div>TELEFONE (41) 3321-5100</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 18/12/2023 às 16:32:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Requerimento (11264526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:46:13 do dia 20/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/04/2024.

Código de controle da certidão: **7131.A6A7.4E76.0FB7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11264526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 26

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032497475-01

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.699.194/0001-53**

Nome: **TV OESTE DO PARANA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/04/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 214765/2023

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53
Endereço:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO, 1413
Complemento:	TV
Bairro:	MARIA LUIZA
Cidade:	Cascavel - PR
CEP:	85.819-530

[REQUERENTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53

[FINALIDADE]

Juridico

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 18 de dezembro de 2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:

scavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
e Autenticidade: WGT211207-000-TEAYIDPIQMOFDS-2



Autenticado eletronicamente em: Rua Paraná, 5000 - Fone/Fax: (45) 3321-2020 - CEP 85.810-011 - Cascavel - PR

Home-page: <http://www.cascavel.pr.gov.br>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br> Requerimento nº 1264528 / SER-SS PR-055559/2023-54 / pg. 28

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:22:40 do dia 18/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11264526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 29

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.699.194/0001-53
Razão Social: TV OESTE PARANA LTDA
Endereço: R ALEXANDRE DE GUSMAO 1413 / MARIA LUIZA / CASCAVEL / PR / 85819-530

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/12/2023 a 13/01/2024

Certificação Número: 2023121505183347640900

Informação obtida em 18/12/2023 16:47:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jspx?_af=0&_text=Nesta página você poderá consultar a situação de,UF. Para in...](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jspx?_af=0&_text=Nesta%20p%C3%A1gina%20você%20poder%C3%A1%20consultar%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20UF.%20Para%20informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20requerimento%20(11264326))

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certidão nº: 72864442/2023

Expedição: 18/12/2023, às 16:48:14

Validade: 15/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.699.194/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 31

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*Início da Atividade
20/12/2023

Protocolo GOV.BR

Número da Solicitação
264359.0071156/2023CPF
066.553.909-66Nome
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGAE-mail
inflegais@grpcom.com.brSexo
MasculinoData de nascimento
08/05/1989País de nacionalidade
BrasilData de envio da solicitação
20/12/2023

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
71070_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante
Pessoa JurídicaProcuração
09. TV Oeste - 8 Alteração do Contrato Social de 20.12.2013.pdfCNPJ
03.699.194/0001-53Razão Social
TV OESTE DO PARANÁ LTDA.E-mail
seimc.tvoeste@rpc.com.br

Documentação Necessária

Tipo de Documento	Requerimento
Selecionar Documento	Processo Complementação Renovação de Outorga TV OESTE - CASCABEL.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior
SIMNúmero do Processo SPE
50000-010501/2014-21

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Informações Complementares (Preenchimento Opcional)

Informações Complementares


Trata-se de atualização da documentação necessária à renovação da outorga para fins de celeridade e economia processual - TV OESTE DO PARANÁ LTDA - CASCAVEL

Processo de Renovação n. 53900.010501/2014-21.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.699.194/0001-53									
TV OESTE DO PARANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024

Hora: 14:23:56



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 024.437.429-54									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024


Hora: 14:24:09



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 066.553.909-66											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024

Hora: 14:24:17



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.699.194/0001-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024

Hora: 14:21:56





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:24:52 do dia 23/01/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/02/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

Anexo ANATEL (11201196)

SEI53300.010307/2014-21 / pg. 5

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data/Hora: 23/01/2024 14:27:33

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA

Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital

Situação: Ativa

Incidência FUST: Integral

End. Sede: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO 1.413 - TV

Município: Cascavel

End. Corresp.:

Município:

Nº FISTEL: 50408062800

CNPJ/CPF: 03699194000153

☒ CADIN: Não

Data Validade: 24/12/2014

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Bairro: JARDIM MARIA LUIZA

UF: PR

Bairro:

UF:

Tipo Usuário:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2011	24/09/2011	R\$ 544,03	05/09/2011	1.632,07	544,03	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	25/03/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	23/09/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	07/08/2016	R\$ 12.200,00	20/07/2016	12.200,00	12.200,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 4.026,00	30/03/2017	4.026,00	4.026,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 610,00	30/03/2017	610,00	610,00	0006	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	9.792,42	3.264,14	0007	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/07/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2019	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 4.026,00	27/03/2018	4.026,00	4.026,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 610,00	27/03/2018	610,00	610,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 4.026,00	28/03/2019	4.026,00	4.026,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 610,00	28/03/2019	610,00	610,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 4.026,00	30/03/2020	4.026,00	4.026,00	0016	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 610,00	30/03/2020	610,00	610,00	0017	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2020	31/08/2020	R\$ 12.200,00	04/08/2020	12.200,00	12.200,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 4.026,00	30/03/2021	4.026,00	4.026,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 610,00	30/03/2021	610,00	610,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 4.026,00	30/03/2022	4.026,00	4.026,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 610,00	30/03/2022	610,00	610,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 4.026,00	29/03/2023	4.026,00	4.026,00	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 610,00	29/03/2023	610,00	610,00	0024	Quitado	0,00
Total devido em 23/01/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 23/01/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

- Efeito Suspensivo Revogado

- Lançamento com Recurso Judicial

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1/2

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

ANEXO ANATEL (11201186) - SLP53300.010501/2014-21 / pg. 7

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/f8318/17-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo ANATEL (11/2015)

SEL 53500-010301/2014-21 / pg. 8

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ANEXO ANATEL (11281156)

SEI53500-010301/2014-21 / pg. 9

Estações

✓ Voltar

1 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																					
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
Visualizar em PDF	TV-C4 (Canal Licenciado)	03699194000153	TV OESTE DO PARANA LTDA	50408062800	P	Comercial	GTVD	247	PR	Cascavel		32		581	A		24° 57' 12.00" S	53° 27' 11.00" W	25.5	91.47		2	2023-10-31 12:43:55		57dbab969a11d	245571400; 53W271200 - Coordenadas do Sítio. 2455714;53W2712.

Id solicitação: 57dbab969a11d

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Nome Fantasia: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Telefone: (45) 2220406	E-mail: CONFIS@GRPCOM.COM.BR
CNPJ: 03.699.194/0001-53	Número do Fistel: 50408062800
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 24/12/1999	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 24/12/2029	
Observações: Ato nº 4.967, de 27/08/2009, publicado no DOU. de 31/08/2009; Ato nº 5.160, de 22/07/2011, publicado no DOU. de 26/07/2011.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento: TV	
Bairro: JARDIM MARIA LUIZA	Numero: 1.413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV. PARANÁ	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 2361	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento:	
Bairro: MARIA LUIZA	Numero: 1413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cascavel	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 32	Frequência: 581 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 23.817kW
HCI: 91.5 m	Pareamento: 31867	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/15:01:53 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo ANATEL (11261136)

SEP 55500-310501/2014-21 / pg. 11

Informações Gerais	
Número da Estação: 695786563	Número Indicativo: ZYB402
Data Último Licenciamento: 10/08/2020	Número da Licença: 53500.033881/2020-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 24° 57' 12.00" S	Longitude: 53° 27' 11.00" W	Cota da base: 778 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 070681800419	Modelo: THU9 EVO 6kW
Fabricante: Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 49.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E	Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA				
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 91.47 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.91	5°: 0	10°: 0.7	15°: 0	20°: 0.39	25°: 0	30°: 0.15	35°: 0	40°: 0.03	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.16	75°: 0	80°: 0.41	85°: 0	90°: 0.56	95°: 0	100°: 0.54	105°: 0	110°: 0.43	115°: 0
120°: 0.36	125°: 0	130°: 0.39	135°: 0	140°: 0.46	145°: 0	150°: 0.55	155°: 0	160°: 0.8	165°: 0	170°: 0.98	175°: 0
180°: 0.98	185°: 0	190°: 0.84	195°: 0	200°: 0.65	205°: 0	210°: 0.54	215°: 0	220°: 0.57	225°: 0	230°: 0.67	235°: 0
240°: 0.76	245°: 0	250°: 0.81	255°: 0	260°: 0.84	265°: 0	270°: 0.85	275°: 0	280°: 0.8	285°: 0	290°: 0.73	295°: 0
300°: 0.71	305°: 0	310°: 0.76	315°: 0	320°: 0.86	325°: 0	330°: 0.92	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.84	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 019751100192	Modelo: DTU-52/7R8PQ
Fabricante: Nec Corporation	Potência de Operação: 5.0 kW



Transmissor Auxiliar 2			
Código Equipamento:		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: kW	

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: HCA318-50J		Fabricante: RFS	
Comprimento da Linha: 37.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E			Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA		
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 77.55 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041312011	95	Portaria	MC	28/04/2011	03/05/2011	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041302011	96	Portaria	MC	19/07/2011	22/07/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
81451984	90609	Decreto	PR	04/12/1984	05/12/1984	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
537400001502000	11	Decreto	PR	07/08/2000	08/08/2000	Transferência Direta	Jurídico
537400007971999	11	Decreto	PR	26/03/2001	27/03/2001	Renovação	Jurídico
537400007971999	235	Decreto Legislativo	CN	31/10/2002	04/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	5596	Ato	CMPRL	11/08/2011	12/08/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000389772011	331	Portaria	SSCE	18/10/2011	20/10/2011	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.081071/2017-87	13883	Ato	ORLE	14/11/2017	05/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL TV OESTE DO PARANA LTDA				CNPJ 03699194000153	
Nº DA ESTAÇÃO 695786563	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 57' 12.00" S	LONGITUDE 53° 27' 11.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AV. PARANÁ, nº 2361.			DISTRITO		
BAIRRO CENTRO			MUNICÍPIO Cascavel		UF PR

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	24/12/2029		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	581 MHz	CANAL:	32
CLASSE:	A	COTA BASE DA TORRE:	778
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB402		
NOME FANTASIA:	TV OESTE DO PARANA LTDA	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Cascavel		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	BAIRRO:	MARIA LUIZA
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
NUMERO:	1413	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	MODELO:	THU9 EVO 6kW
CÓDIGO:	070681800419	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Nec Corporation	MODELO:	DTU-52/7R8PQ
CÓDIGO:	019751100192	POTÊNCIA:	5.0 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	91.47 m	BEAM TILT:	5.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	77.55 m	BEAM TILT:	5.00 graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 23/01/2024 15:26:34



Emitido Em
10/08/2020

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/MQWwZ5fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIzNjU0MTEyYWVJ>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/MQWwZ5fa33-4845-950a-21ff51d03df0>





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 1088/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cascavel/PR, referente ao seguinte período: 24/12/2014 a 24/12/2029.

ANÁLISE

2. O pedido de que trata o parágrafo chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão e pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica em várias oportunidades, com vistas à completa instrução dos autos. A Interessada, por meio da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º 53115.033891/2023-54, apresentou certidão da Junta Comercial do Estado do Paraná, datada em 19.12.2023, na qual consta informações acerca de bloqueio judicial das cotas sociais da Interessada, situação que merece ser averiguada.

3. Assim, entende-se que, para a completa instrução do feito, se faz necessário que a entidade apresente Certidão de Objeto e Pé contendo informações, atualizadas, a respeito do bloqueio judicial das cotas sociais da Interessada.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 23/01/2024, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11328702** e o código CRC **9134FA68**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11328702



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 2247/2024/MCOM

Brasília, 23 de janeiro de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ Nº 03.699.194/0001-53)
Rua Alexandre de Gusmão nº 1.413 - TV - Jardim Maria Luiza
85.819-530 - Cascavel/PR

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.010501/2014-21.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 1088/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício 2247 (11526705)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 17

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 23/01/2024, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11328703** e o código CRC **C079720B**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 1088/2024 (11328702)

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11328703



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Data de Envio:

24/01/2024 11:56:03

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

CONFIS@GRPCOM.COM.BR
seimc.tvoeste@rpc.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53900.010501/2014-21

INTERESSADA: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11328703.html
Nota_Tecnica_11328702.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	CONFIS@GRPCOM.COM.BR, CONFIS@GRPCOM.COM.BR, seimc.tvoste@rpc.com.br
10 ▾ 1 / 1		



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Data de Envio:

24/01/2024 11:57:51

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, foi encaminhada notificação à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ 03.699.194/0001-53), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11328702.html

Oficio_11328703.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Data de Envio:

26/01/2024 15:41:31

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

jade.mariano@gruporic.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: - EDITAR - NÚMERO DO PROCESSO

INTERESSADA: 53900.010501/2014-21

ASSUNTO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA. .

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11328702.html

Oficio_11328703.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0080350/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
E-mail: al**xs@grpcomcorp.com.br
CPF: ***.553.909-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: TV OESTE DO PARANÁ LTDA
E-mail: se**te@rpc.com.br
CNPJ: 03.699.194/0001-53

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0080350/2024
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)
Informações Complementares: Ref.: Ofício nº 2247/2024/MCOM - Nota Técnica 1088/2024/SEI-MCOM - Processo nº 53900.010501/2014-21 - Renovação Outorga TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

OBS. em documentos complementares foi anexado o certificado de validação da assinatura digital (via token - ICP Brasil) obtida no site do gov <<https://validar.iti.gov.br/>>, que poderá ser obtida novamente se subindo o arquivo (resposta de ofício) no site.

Att.
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: 53900.010501/2014-21
Data e Hora de Encaminhamento: 15/02/2024 às 09:23

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Resposta Ofício nº 2247-2024 TV OESTE - Renovação.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
VALIDADOR ASSINATURA DIGITAL (TOKEN) GOV.BR	Validador assinatura RESP. OF. 2247-2024 TV OESTE.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Registrar a renúncia do administrador não sócio **LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82.510-020, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.579.885-2, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.395.329-15, ao cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(ii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i), os sócios, por unanimidade de votos, aprovam a extinção do cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(iii) Em razão do contido nos itens (i) e (ii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(iv) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

- (a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;
- (b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;
- (c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;
- (d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e
- (e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.



3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95%



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de



defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da



deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.



9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 10 de fevereiro de 2012.


ELIZABETH LEMANSKI


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA




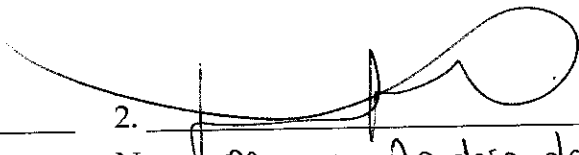
TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

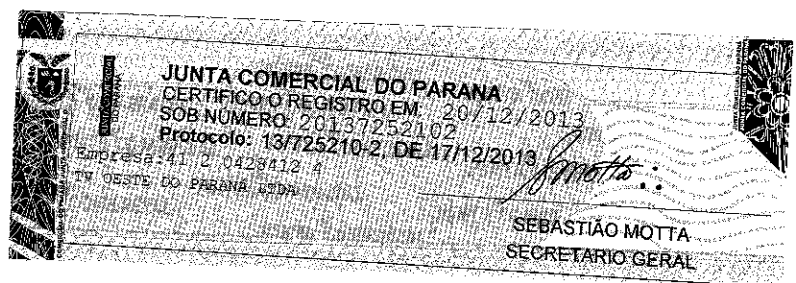
Administrador não sócio renunciante:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Andrea Lambert de Castro Zetola
RG: CPF/MF 688.958.609-34
OAB/PR: 21.863
CPF/MF:

2. 
Nome: Mayara Cardoso da Silva
RG: 9.932.893-2
CPF/MF: 004.508.009-51.



[continuação das assinaturas]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Folha 13 de 13

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 14

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ilustríssimo Senhor
WHENDELL PEREIRA DE SOUZA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Ref.: Ofício nº 2247/2024/MCOM
Nota Técnica 1088/2024/SEI-MCOM
Processo nº 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, já qualificada nos autos supra indicados, em cumprimento às exigências contidas no Ofício nº 2247/2024/MCOM, vem, perante Vossa Senhoria, **requerer a juntada do documento solicitados** no item 3 da Nota Técnica nº 1088/2024/SEI-MCOM, qual seja:

3. Certidão de Objeto e Pé atualizada contendo informações, atualizadas, a respeito do bloqueio judicial das cotas da Interessada.

Assim, uma vez atendidas as exigências formuladas por este Ministério, requer-se o prosseguimento do processo de renovação de outorga em seus ulteriores termos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Cascavel, 29 de janeiro de 2024.

PAULO BERNARDO
CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:06655390966

Assinado de forma digital por PAULO
BERNARDO CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:06655390966
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia,
ou=03558029000181, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(em branco), cn=PAULO BERNARDO
CUNHA PEREIRA DA VEIGA:06655390966
Dados: 2024.02.01 16:17:37 -03'00'

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Diretor Vice-Presidente





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060
- Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br

CERTIDÃO

Certifico a pedido da parte interessada, que revendo os Livros e Sistemas desta Secretaria, constatei a existência dos autos de Alimentos nº 0026197-85.2011.8.16.0001 (nº antigo 26197/2011), em que figura como requerente PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA, inscrito no CPF/MF sob o nº 394.160.899-15 e requeridos CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 896.657.759-87, ELIZABETH LEMANSKI, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54, LUIZA MESQUITA MARINHO, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.588.407-96, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66 e TV OESTE DO PARANÁ LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, distribuídos sob o nº 20710 em 19/05/2011, perante a 5ª Vara Cível de Curitiba.

Certifico que o feito tem por objeto o pedido de desconstituição de ato jurídico, qual seja a transferência de quotas sociais da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Certifico ainda que à causa foi atribuído o valor de R\$ 1.350.000,00.

Certifico finalmente que os autos foram julgados com a seguinte parte dispositiva constante da Sentença de mov. 1.15: "(...) Diante do exposto, julgo improcedentes os pedidos do autor, resolvendo o processo, relativamente aos réus TV OESTE DO PARANÁ LTDA., CRISTINA e PAULO BERNARDO, com resolução de mérito, com fulcro no inciso IV, do art. 269 do CPC. Por outro lado, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, em relação às rés Luisa e Elizabeth, com fulcro no artigo 267, VI do CPC. Pela sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e despesas do processo, assim como em honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, devidos aos patronos de Cristina Maria Cunha Pereira, bem como ao patrono de Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, de Elizabeth Lemanski, aos patronos de TV Oeste do Paraná e, por fim, aos patronos de Luisa Mesquita



SECRETARIA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-20ff51d03dfo>

Requerimento (113/2207)

SER35119:004100/2024-21 / pg. 16



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060
- Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br

Marinho, levando-se em conta o bom trabalho desenvolvido, a complexidade da causa, sem descuidar a solução sem necessidade de instrução e, ainda, da dimensão econômica da lide, com fulcro nos §3º e §4º do art. 20 do CPC.”

Certifico que, em face da r. Sentença fora interposto Recurso de Apelação, conforme se verifica do mov. 1.20, em 17/04/2018, distribuído a 12ª Câmara Cível.

Certifico que em 01/07/2022, foi o juntado o Acórdão nos presentes autos, com a seguinte decisão: “...com fulcro nos arts. 62, 64, §§ 1º e 4º, e 337, inc. II e § 5º, todos do Código de Processo Civil, CONHEÇO, EX OFFICIO, a INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para o processo e julgamento do presente feito, sem decretação de nulidade de qualquer ato do processo, na forma da fundamentação.”

Certifico que em 09/11/2022, os autos foram redistribuídos por dependência em razão de alteração de competência do órgão para este juízo.

Certifico que em 02/03/2023, foi realizada audiência de conciliação juntamente com os autos 0000545-63.2006.8.16.0188, a qual restou infrutífera, com pedido de suspensão do curso dos processos 0000545-63.2006.8.16.0188 e 0026197-85.2011.8.16.0001, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para tentativa de composição entre as partes.

Certifico que em 17/05/2023, em razão do deferimento do pedido de suspensão do processo principal de partilha de bens (autos n. 0000545-63.2006.8.16.0188) até 08/06/2023, o autor requereu que fosse estendida a determinação a este feito, a qual, foi deferida pelo juízo.

Certifico que em 26/06/2023, as partes Cristina Maria Cunha Pereira e Paulo Bernardo Camargo da Veiga pugnaram pela nova suspensão do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, considerando a existência de tratativas entre as partes voltadas à autocomposição do objeto litigioso, a qual foi deferida pelo juízo.



SECRETARIA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-20f51d03d1f0>

Requerimento (113/2207)

SER35119:004106/2024-21 / pg. 17



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060
- Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br

Certifico que em 18/10/2023, as partes Cristina Maria Cunha Pereira e Paulo Bernardo Camargo da Veiga pugnaram mais uma vez por nova suspensão dos autos nº 0000545-63.2006.8.16.0188 e 0026197-85.2011.8.16.0001.

Certifico que em 19/10/2023, foi deferida a suspensão processual, pelo prazo de 90 dias, com fulcro no art. 313, II, do Código de Processo Civil.

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 29 de janeiro de 2024.

Margarete Kulak
Técnica Judiciária
Documento assinado digitalmente conforme
código de barras na margem direita



SECRETARIA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-20ff51d03df0>

Requerimento (113/2207)

SER 35119:004100/2024-21 / pg. 18

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUYAS JBBLZ WH2P7 8TX5R





Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 02/02/2024 16:35:33 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.14rc1-dirty

Versão do software(Validador de Documentos): 2.4.2

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: Resposta Of??cio n?? 2247.2024 TV OESTE-protocolo.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

6391171b81bac4acb475049f23a82e49907a32df015bf64c9101e94d4eca29e6

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 1

Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:***553909**, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A3,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=03558029000181, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA:***553909**,
OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=03558029000181,
OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.553.909-**



Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 01/02/2024 16:17:37 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:***553909**, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A3,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=03558029000181, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/06/2022 17:30:36 BRT

Aprovado até: 19/06/2025 17:30:36 BRT

Expirado (LCR): false



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 08/12/2016 15:44:03 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:44:03 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 21

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade
15/02/2024

Protocolo GOV.BR

Número da Solicitação
264359.0080350/2024

CPF
066.553.909-66

Nome
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

E-mail
alexs@grpcomcorp.com.br

Sexo
Masculino

Data de nascimento
08/05/1989

País de nacionalidade
Brasil

Data de envio da solicitação
15/02/2024

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
79331_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante
Pessoa Jurídica

Procuração
09. TV Oeste - 8 Alteração do Contrato Social de
20.12.2013.pdf

CNPJ
03.699.194/0001-53

Razão Social
TV OESTE DO PARANÁ LTDA

E-mail
oeste@rpc.com.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Documentação Necessária

Tipo de Documento Requerimento
Selecionar Documento Resposta Ofício nº 2247-2024 TV OESTE - Renovação.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior
SIM

Número do Processo SPE
53900.010501/2014-21

Documentos Complementares (Preenchimento Opcional)

Descrição do documento VALIDADOR ASSINATURA DIGITAL (TOKEN) GOV.BR
Selecionar Documento Validador assinatura RESP. OF. 2247-2024 TV OESTE.pdf

Informações Complementares (Preenchimento Opcional)

Informações Complementares
Ref.: Ofício nº 2247/2024/MCOM - Nota Técnica 1088/2024/SEI-MCOM - Processo nº 53900.010501/2014-21 - Renovação Outorga TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

OBS. em documentos complementares foi anexado o certificado de validação da assinatura digital (via token - ICP Brasil) obtida no site do gov , que poderá ser obtida novamente se subindo o arquivo (resposta de ofício) no site.
Att.



Decreto n.º 90.609 de 04 de dezembro de 1984

Outorga concessão à TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 8.145/84, (Edital nº 78/84), decreta:

Art. 1º - Fica outorgada concessão à TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

Art. 2º - O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 04 de dezembro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

João Figueiredo
Alcides Bentes



DECRETO DE 7 DE AGOSTO DE 2000.

Transfere a concessão das entidades que menciona para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I — RÁDIO CULTURA DE ITUVERAVA LTDA., na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo, renovada pela Portaria MC nº 59, de 20 de fevereiro de 1985, autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 195/87 – GM, de 29 de setembro de 1987, do Ministério das Comunicações, para a Empresa de Radiodifusão Cultura Ltda. (Processo nº 50830.001484/93);

II — S.I.R. – SISTEMA INDEPENDÊNCIA DE RÁDIO E COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, renovada pelo Decreto de 25 de outubro de 1996, para a Fundação Cultural de Radiodifusão "Arthur de Souza Valle" (Processo nº 53830.001098/97);

III — RÁDIO PAJEÚ DE EDUCAÇÃO POPULAR LTDA., na cidade de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984, para a Fundação Cultural Senhor Bom Jesus dos Remédios (Processo nº 53103.000448/99).

Art. 2º Fica transferida a concessão outorgada à REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS LTDA., renovada pelo Decreto nº 98.481, de 7 de dezembro de 1989, para a Fundação José de Paiva Netto explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001147/98).

Art. 3º Fica transferida a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE GUAJARÁ-MIRIM LTDA., renovada pelo Decreto de 8 de agosto de 1994, para a Fundação Dom Rey explorar



fls. 2, do Decreto de de de 2000

serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia (Processo nº 29100.110888/80).

Art. 4º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV):

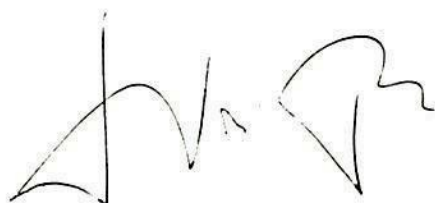
I — TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000150/2000);

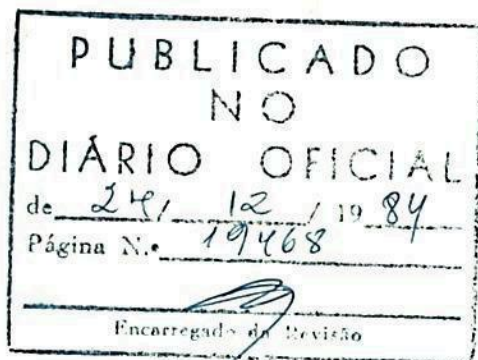
II — TV INDEPENDÊNCIA-GUARAPUAVA LTDA., anteriormente denominada TV Araucária Ltda., na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.280, de 3 de outubro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000168/2000).

Art. 5º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são transferidas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.





Contrato celebrado entre a União Federal e a Televisão Carimã Ltda. , para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel , Estado do Paraná.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro , no Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos, representando a União, com pareceu a Televisão Carimã Ltda. , CGC nº 78050283/0001-73 , representada por seu procurador , Sr. José Pereira Neto , CPF nº 121641191-34 , para o fim especial de assinar o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, através do Decreto nº 90.609 , de 04 de dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro , publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte , para explorar serviço de radiodifusão na cidade de Cascavel , Estado do Paraná , regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Televisão Carimã Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade de Cascavel , Estado do Paraná , o serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subornidade às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) publicar o extrato do presente Contrato de concessão no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura; b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da pu

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Atos de Outorga e Renovação (11328117)

SL 49390.010501/2014-21 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

blicação do extrato deste Contrato; c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 2 (dois) anos, contado da data da publicação da portaria que aprovar o projeto de instalação da emissora; d) submeter-se à ressalva de que a frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União; e) observar o caráter de não exclusividade na execução do serviço de radiodifusão autorizado, e, bem assim, da frequência consignada, respeitadas as limitações técnicas referentes à área de serviço; f) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; g) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade; h) ter seu quadro societário composto por brasileiros e sua diretoria ou gerência, aprovada pelo Poder Concedente, constituída de brasileiros natos, os quais não poderão ter mandato eletivo que assegure imunidade parlamentar, nem exercer cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial; i) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para designar gerente, ou constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração; j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus estatutos ou contrato social, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social; l) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão; m) observar as normas técnicas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço; n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações; o) criar, através da seleção de seu pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão; p) submeter-se aos precei




tos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço; q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando a este órgão todas as informações que lhe forem solicitadas; r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização. CLÁUSULA QUARTA: - Na organização da programação a concessionária deverá: a) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes; b) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico; c) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso; d) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do horário da sua programação diária o tempo destinado a publicidade comercial; e) reservar 5 (cinco) horas semanais para a transmissão de programas educacionais; f) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente; g) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; h) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações; i) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações; j) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico; m) manter em dia os registros da programação. CLÁUSULA QUINTA: - O



não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeitará a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente. CLÁUSULA SEXTA: - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.




HAROLDO CORREA DE MATTOS - Ministro de Estado das Comunicações



JOSÉ PEREIRA NETO - Procurador da Televisão Carimã Ltda.



ANTONIO FERNANDES NEIVA - Testemunha



DOMINGO POTY CHABALBOITY - Testemunha





08 244	0515 1279 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	90	0	178	260.000	08 244	0515 1279 0019	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DE SAO PAULO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	P	90	0	178	60.000
08 244	0515 1279 0015	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO PARANA - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	90	0	178	70.000	TOTAL - FISCAL								7.000.000
08 244	0515 1279 0017	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	90	0	178	30.000	TOTAL - SEGURIDADE								0
								TOTAL - GERAL								7.000.000

(*) N. da DUOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seq. 1. pág. 15.

(*) N. da DIJOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seção 1, pág. 15.

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Credencia o Centro Universitário Luterano de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1962, no art. 46 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, no Decreto nº 306, de 19 de agosto de 1997, e tendo em vista o Processo nº 2.900.004.295/99-39, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica credenciado, pelo prazo de três anos, o Centro Universitário Luterano de Manaus, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Renova concessão das entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - AM CIDADE DE FORTALEZA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, outorgada originariamente à Rádio Cidade de Fortaleza Ltda., na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, pela Portaria MVOP nº 738, de 6 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985, autorizada a transferir sua outorga para a localidade de que trata este inciso, conforme Decreto nº 96.571, de 24 de agosto de 1988, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual pela Portaria nº 205, de 8 de julho de 1992, do Secretário Nacional de Comunicações (Processo nº 53650.000204/94);

II - FUNDAÇÃO PADRE PELÁGIO - Rádio Xavantes de Ipameri, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Ipameri, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 25.838, de 16 de novembro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 92.088, de 9 de dezembro de 1985 (Processo nº 53670.000109/94);

III - RÁDIO ALVORADA DE RIALMA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rialma, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 540, de 16 de novembro de 1960, e renovada pelo Decreto nº 90.084, de 20 de agosto de 1984 (Processo nº 29670.000453/93);

IV - RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 368, de 12 de agosto de 1960, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 29670.000357/93);

V - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE CAMPO GRANDE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 268, de 5 de junho de 1939, e renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984 (Processo nº 5570.000108/94);

VI - FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Manhuçu, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Sociedade de Manhuçu Ltda., conforme Portaria MVOP nº 324, de 11 de abril de 1950, renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 92.567, de 17 de abril de 1986, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50710.000140/94);

VII - RÁDIO CLUBE DE CURVELO LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria MVOP nº 810, de 27 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.495, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 5110.000136/94);

VIII - ITA - NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., a partir de 4 de maio de 1994, na cidade de Itaituba, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.508, de 3 de abril de 1984 (Processo nº 510.000175/94);

IX - RÁDIO ORIENTE DE REDENÇÃO LTDA., a partir de 1º de abril de 1994, na cidade de Redenção, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.475, de 23 de março de 1984 (Processo nº 510.000387/94);

X - RÁDIO BITURY LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 372, de 4 de junho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 92.671, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 5103.000307/94);

XI - RÁDIO CULTURA DO NORDESTE S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 492, de 6 de agosto de 1958, e renovada pelo Decreto nº 96.829, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53103.000175/94);

XII - FUNDAÇÃO CULTURAL SENHOR BOM JESUS DOS REMÉDIOS, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Angicos da Ingazeira, Estado de Pernambuco, outorgada originariamente à Rádio Pajé de Educação Popular Ltda., conforme Portaria MVOP nº 441, de 2 de outubro de 1959, renovada pelo Decreto nº 96.248, de 23 de outubro de 1984, e transferida pelo Decreto de 7 de agosto de 2000, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53103.000103/94);

XIII - RÁDIO TRÊS RIOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 758, de 19 de agosto de 1946, e renovada pelo Decreto nº 89.631, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 510.000262/94);

XIV - EMPRESA JORNALÍSTICA NOROESTE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MUNI nº 303 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1994 (Processo nº 53790.000086/94);

XV - RÁDIO SOCIEDADE RONDÔNIA LTDA., a partir de 21 de maio de 1991, na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, outorgada pelo Decreto nº 85.905, de 14 de abril de 1981 (Processo nº 29000.000258/91);

XVI - RÁDIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 250, de 2 de abril de 1958, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 50820.000061/94);

XVII - RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MUNI nº 301 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 50820.000059/94);

XVIII - RÁDIO ATALAIA DE SERGIPE LTDA., a partir de 11 de fevereiro de 1995, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe, outorgada pelo Decreto nº 90.647, de 10 de dezembro de 1984 (Processo nº 53840.000229/94);

Art. 2º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, originariamente outorgada à TV Carimã Ltda., conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, e transferida para a TV OESTE DO PARANÁ LTDA., pelo Decreto de 7 de agosto de 2000 (Processo nº 53740.000797/99).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I - RÁDIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA., na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000630/97);

II - SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000828/97);

Art. 2º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.





Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS E CASAS DE JARDINÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ACVOLCAJA - Associação Comunitária de Voluntários e Casas de Jardinópolis a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 591, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Imprensa Nacional**

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL - SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

VALDECI MEDEIROS
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E ARTÍSTICA DA CIDADE DE LAVÍNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavinia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Social e Artística da Cidade de Lavinia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavinia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 231, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à MERCOS BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Mercos Brasília Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à HERRERA GRILLO PUBLICIDADE S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Carimã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 153/2002)

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 67, de 4 de setembro de 2002, que "dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ : 03.699.194/0001-53.
ENDEREÇO : Rua Alexandre de Gusmão, nº 1.413 – Jardim Maria Luiza – Cascavel / PR.
CEP : 85819-530.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	PORTARIA	
		Nº	D.O.U.
ELIZABETH LEMANSKI 024.437.429-54	DIRETORA PRESIDENTE	412	20/ 12/ 2011
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA 066.553.909-66	DIRETOR VICE-PRESIDENTE	412	20/ 12/ 2011
Observação: LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA, renúncia o cargo de diretor adjunto á presidente de acordo com 8ª Alteração do Contrato Social, de 10 de fevereiro de 2012. Registrada na JUCEPAR sob nº 20137252102, em 26/12/2013.			

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

SECAD/nsa.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.699.194/0001-53									
TV OESTE DO PARANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024

Hora: 15:29:44



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 024.437.429-54									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024

Hora: 15:29:52



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 066.553.909-66											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024


Hora: 15:30:03



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.699.194/0001-53

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024

Hora: 15:31:03

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:31:47 do dia 20/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/03/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data/Hora: 20/02/2024 15:32:37

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA

Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital

Situação: Ativa

Incidência FUST: Integral

End. Sede: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO 1.413 - TV

Município: Cascavel

End. Corresp.:

Município:

Nº FISTEL: 50408062800

CNPJ/CPF: 03699194000153

☒ CADIN: Não

Data Validade: 24/12/2014

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Bairro: JARDIM MARIA LUIZA

UF: PR

Bairro:

UF:

Tipo Usuário:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2011	24/09/2011	R\$ 544,03	05/09/2011	1.632,07	544,03	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	25/03/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	23/09/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	07/08/2016	R\$ 12.200,00	20/07/2016	12.200,00	12.200,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 4.026,00	30/03/2017	4.026,00	4.026,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 610,00	30/03/2017	610,00	610,00	0006	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	9.792,42	3.264,14	0007	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/07/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2019	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 4.026,00	27/03/2018	4.026,00	4.026,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 610,00	27/03/2018	610,00	610,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 4.026,00	28/03/2019	4.026,00	4.026,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 610,00	28/03/2019	610,00	610,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 4.026,00	30/03/2020	4.026,00	4.026,00	0016	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 610,00	30/03/2020	610,00	610,00	0017	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2020	31/08/2020	R\$ 12.200,00	04/08/2020	12.200,00	12.200,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 4.026,00	30/03/2021	4.026,00	4.026,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 610,00	30/03/2021	610,00	610,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 4.026,00	30/03/2022	4.026,00	4.026,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 610,00	30/03/2022	610,00	610,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 4.026,00	29/03/2023	4.026,00	4.026,00	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 610,00	29/03/2023	610,00	610,00	0024	Quitado	0,00
Total devido em 20/02/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 20/02/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

- Efeito Suspensivo Revogado

- Lançamento com Recurso Judicial

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1/2

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

http://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true - Anexo 6 Anatel (11554-023) - SLP 55500-010301/2014-21 / pg. 17

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmódulo=3761

https://infoleg-autenticadocadex-assinatura.camara.leg.br/2014-21/17-1333-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo Anatel (11364025)

SIS 35500-010501/2014-21 / pg. 18

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticadocadexassmatuturacamaraleg.br/48318717-1f33-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo Anatel (11584025)

SIS 35500-010501/2014-21 / pg. 19

Estações

Voltar

1 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtrar												
Ações		Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Espo
Visualizar em PDF		TV-C4 (Canal Licenciado)	03699194000153	TV OESTE DO PARANA LTDA	50408062800	P	Comercial	GTVD	247	PR	Cascavel	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Id solicitação: 57dbab969a11d

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Nome Fantasia: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Telefone: (45) 2220406	E-mail: CONFIS@GRPCOM.COM.BR
CNPJ: 03.699.194/0001-53	Número do Fistel: 50408062800
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 24/12/1999	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 24/12/2029	
Observações: Ato nº 4.967, de 27/08/2009, publicado no DOU. de 31/08/2009;Ato nº 5.160, de 22/07/2011, publicado no DOU. de 26/07/2011.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento: TV	
Bairro: JARDIM MARIA LUIZA	Numero: 1.413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV. PARANÁ	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 2361	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento:	
Bairro: MARIA LUIZA	Numero: 1413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cascavel	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 32	Frequência: 581 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 23.817kW
HCI: 91.5 m	Pareamento: 31867	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24115101533 Eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo Anexo (11364023)

32135500-010501/2014-21 / pg. 21

Informações Gerais	
Número da Estação: 695786563	Número Indicativo: ZYB402
Data Último Licenciamento: 10/08/2020	Número da Licença: 53500.033881/2020-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 24° 57' 12.00" S	Longitude: 53° 27' 11.00" W	Cota da base: 778 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 070681800419	Modelo: THU9 EVO 6kW
Fabricante: Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 49.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E	Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA				
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 91.47 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.91	5°: 0	10°: 0.7	15°: 0	20°: 0.39	25°: 0	30°: 0.15	35°: 0	40°: 0.03	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.16	75°: 0	80°: 0.41	85°: 0	90°: 0.56	95°: 0	100°: 0.54	105°: 0	110°: 0.43	115°: 0
120°: 0.36	125°: 0	130°: 0.39	135°: 0	140°: 0.46	145°: 0	150°: 0.55	155°: 0	160°: 0.8	165°: 0	170°: 0.98	175°: 0
180°: 0.98	185°: 0	190°: 0.84	195°: 0	200°: 0.65	205°: 0	210°: 0.54	215°: 0	220°: 0.57	225°: 0	230°: 0.67	235°: 0
240°: 0.76	245°: 0	250°: 0.81	255°: 0	260°: 0.84	265°: 0	270°: 0.85	275°: 0	280°: 0.8	285°: 0	290°: 0.73	295°: 0
300°: 0.71	305°: 0	310°: 0.76	315°: 0	320°: 0.86	325°: 0	330°: 0.92	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.84	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 019751100192	Modelo: DTU-52/7R8PQ
Fabricante: Nec Corporation	Potência de Operação: 5.0 kW



Transmissor Auxiliar 2			
Código Equipamento:		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: kW	

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: HCA318-50J		Fabricante: RFS	
Comprimento da Linha: 37.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E			Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA		
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 77.55 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041312011	95	Portaria	MC	28/04/2011	03/05/2011	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041302011	96	Portaria	MC	19/07/2011	22/07/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
81451984	90609	Decreto	PR	04/12/1984	05/12/1984	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
537400001502000	11	Decreto	PR	07/08/2000	08/08/2000	Transferência Direta	Jurídico
537400007971999	11	Decreto	PR	26/03/2001	27/03/2001	Renovação	Jurídico
537400007971999	235	Decreto Legislativo	CN	31/10/2002	04/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	5596	Ato	CMPRL	11/08/2011	12/08/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000389772011	331	Portaria	SSCE	18/10/2011	20/10/2011	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.081071/2017-87	13883	Ato	ORLE	14/11/2017	05/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL TV OESTE DO PARANA LTDA				CNPJ 03699194000153	
Nº DA ESTAÇÃO 695786563	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 57' 12.00" S	LONGITUDE 53° 27' 11.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AV. PARANÁ, nº 2361.			DISTRITO		
BAIRRO CENTRO			MUNICÍPIO Cascavel		UF PR

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	24/12/2029		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	581 MHz	CANAL:	32
CLASSE:	A	COTA BASE DA TORRE:	778
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB402		
NOME FANTASIA:	TV OESTE DO PARANA LTDA	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Cascavel		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	BAIRRO:	MARIA LUIZA
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
NUMERO:	1413	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	MODELO:	THU9 EVO 6kW
CÓDIGO:	070681800419	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Nec Corporation	MODELO:	DTU-52/7R8PQ
CÓDIGO:	019751100192	POTÊNCIA:	5.0 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	91.47 m	BEAM TILT:	5.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	77.55 m	BEAM TILT:	5.00 graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 23/01/2024 15:26:34



Emitido Em
10/08/2020

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/legislacao/11364025>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIzNjU0MTEyYWJhMGIwMw==>

Anexo Anatel (11364025) - 321-35500-010501/2014 - 21 / pg. 24



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.699.194/0001-53 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 24/02/2000</div>
<div>NOME EMPRESARIAL TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ALEXANDRE DE GUSMAO</div>	<div>NÚMERO 1.413</div>	<div>COMPLEMENTO TV</div>
<div>CEP 85.819-530</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JARDIM MARIA LUIZA</div>	<div>MUNICÍPIO CASCAVEL</div>
<div>UF PR</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONFIS@GRPCOM.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (41) 3321-5100</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/01/2024 às 14:29:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
03.699.194/0001-53
NOME EMPRESARIAL:
TV OESTE DO PARANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
ELIZABETH LEMANSKI
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 23/01/2024 às 14:29 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.699.194/0001-53
Razão Social: TV OESTE PARANA LTDA
Endereço: R ALEXANDRE DE GUSMAO 1413 / MARIA LUIZA / CASCAVEL / PR / 85819-530

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/01/2024 a 20/02/2024

Certificação Número: 2024012206443917526152

Informação obtida em 23/01/2024 14:30:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo Certidões emitidas pela internet (11261144)

SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 27

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.699.194/0001-53
Certidão nº: 5417422/2024
Expedição: 23/01/2024, às 14:30:39
Validade: 21/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.699.194/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Certidões emitidas pela Internet (11261144) SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 28

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:46:13 do dia 20/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/04/2024.

Código de controle da certidão: **7131.A6A7.4E76.0FB7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Certidões emitidas pela Internet (11261144)

SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 29

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: TV OESTE DO PARANA LTDA

CPF/CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 14:31:56 do dia 23/01/2024, com validade até o dia 22/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 4YgQInRrxQVZ0RJpGyZH

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Certidões emitidas pela Internet (11261144)

SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 30

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53900.010501/2014-21**Entidade:** TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**CNPJ nº:** 03.699.194/0001-53**FISTEL nº:** 50408062800**Localidade:** Cascavel/PR**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 06/08/2014**Período:** 24/12/2014 a 24/12/2029**Tipo de outorga a ser renovada:**☒ (X) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☐ () Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ () Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ () Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não <input type="checkbox"/> () Não se aplica	0083981 Págs.1-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pelos representantes legais da entidade, à época, Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga (SEI 11328417 - Pág. 10 e 0617161 - Pág.6)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Checklist 11381721

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 31

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11381825 Págs.1-4</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Pág.6-7</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	<p>11372207 Certidão de Objeto e Pé</p>
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Pág.10</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11281144 Pág.1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11281144 Pág.5 E 11284528 Pág.13 M 11284528 Pág.14	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11381825 Pág.5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11281144 Pág.5 FGTS 11281144 Pág.3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11281144 Pág.4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Checklist 11381721

SEP 33500:010501/2014-21 / pg. 35

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Pág.9 ELIZABETH LEMANSKI</p> <p>11284528 Pág.8 PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11381825 Pág.14</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11381825 Págs.6-9</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	



13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11291157	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11281144 Pág.6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <p>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 22/02/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11381721** e o código CRC **F5A03D5E**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 11381721



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.010501/2014-21

INTERESSADA: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS. OUTORGA
COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **TV Oeste do Paraná Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.699.194/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, vinculado ao **FISTEL nº 50408062800**, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Por intermédio da Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC e do Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão - SERAD e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação apresentado pela pessoa jurídica interessada (SEI 2804682 e 2888598). A unidade consultiva condicionou, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Em atendimento, após oficiada, a interessada apresentou a referida certidão positiva com efeito de negativa com validade até 28 de maio de 2018 (SEI 2930153).

3. Os autos foram então remetidos à Casa Civil da Presidência da República para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, em atenção ao disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal (SEI 3243004 e 5028395).

4. Ocorre que, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, o processo em tela foi restituído duas vezes à SERAD para ratificação das minutas propostas na referida Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC (SEI 2804682). Além disso, em razão da publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a pessoa jurídica interessada foi notificada para providenciar a complementação da documentação instrutória.

ANÁLISE

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a **TV Oeste do Paraná Ltda** nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de **1999-2014**. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999** (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de agosto de 2014**, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de **2014-2029** (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).



A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 2020 (14881907)

SEI 55900-010901/2014-21 / pg. 41

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 2650 (11381907)

SEI 55900-010901/2014-21 / pg. 42

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e

habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial (SEI 11381909), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.



25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 22/02/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/02/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11381907** e o código CRC **E7F105C5**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (SEI 11381909)

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11381907



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 2650 (11381907)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 45

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ Nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Minuta Exposição de Motivos (11381309)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 46

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda, nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ Nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 201º da Independência e 134º da República.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Juscelino Filho

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 22/02/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/02/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11381909** e o código CRC **AE3E3B05**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM (11381907)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM (11381907), a qual trata de pedido formulado pela **TV Oeste do Paraná Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.699.194/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, vinculado ao **FISTEL nº 50408062800**, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 27/02/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390930** e o código CRC **C2CEDCE**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11390930



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício Interno 47530 (14390930)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 48

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO DE SONS
E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo **TV Oeste do Paraná Ltda.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117, de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do **Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a manifestou-se nos seguintes termos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11438247)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 49

“ANÁLISE

(...)

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em **6 de agosto de 2014**, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de **Cascavel/PR**, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar o parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

Recorrido: 06/21/2024, 09:05:01 AM - CONJUR/MCTIC/CGU/AGU (11458247) - SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 50

conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU)**.

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela **Lei nº 13.424/2017**, que alterou as **Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e implementadas, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21**, que alteraram o **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A **Constituição Federal de 1988** estabeleceu, na **alínea "a" do inciso XII de seu art. 21**, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão**, nos termos do **art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal**. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da **Lei nº 4.117/1962**, o **Código Brasileiro de Telecomunicações**, estipulando, em seu **art. 33**, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223, caput** e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988**. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações** pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67**, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

13. A questão também é abordada no **art. 2º da Lei nº 5.785/1972**, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º do art. 33** do diploma legal em sua redação dada pela **Lei nº 13.424/2017**: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez*



anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a **Lei nº 5.785/1972** assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao **art. 4º** pela **Lei nº 13.424/2017**. Em complemento, prevê o § 1º do **art. 4º** da **Lei nº 5.785/1972** que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o **art. 5º** da mesma **Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único** do **art. 165** do **Decreto-Lei 200/1967**, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do **art. 23** da **Lei nº 14.600, de 2023** é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795, de 1963**, que instituiu o **RSR**, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (**Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682**) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (**Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598**), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (**SEI-2930153**).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de **Exposição de Motivos** e de **Decreto Presidencial**, em razão da **mudança de titularidade desta Pasta Ministerial**, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do **Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021**, que alterou o **Decreto nº 52.795, de 1963** (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a **tempestividade do requerimento** apresentado em **6 de agosto de 2014** pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no **art. 4º** da **Lei nº 5.785, de 1972**, vigentes à época, ou seja, *in casu*, entre **24 de junho de 2014** e **24 de setembro de 2014**, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de agosto de 2014**, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do **art. 4º** da **Lei nº 5.785/1972** estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre **24 de junho de 2014** e **24 de setembro de 2014**.”



22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. **ELIZABETH LEMANSKI** e pelo Sr. **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, na condição de **Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente**, respectivamente, da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (**SUPER-11284528, fls.6-7**) e da **Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** da requerente (**SUPER-2804314, fls.51-54**).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113[1]** do **RSR**, alterado pelo **Decreto n° 10.775, de 2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

"10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto n° 52.795/1963, alterado pelo Decreto n° 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei n° 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4)."

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto n° 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do ráguafo único, da Lei n° 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto n° 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

RECEBIMOS: 06/21/2024, 09:50:01 - CONJUR/MC/CM/CGG/AGG (11436247)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 53

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, 'a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

25. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, 'a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14). (destacamos)



26. Já, no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos citados:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).” (sublinhamos)

27. Relativamente aos **limites de outorga**, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no **art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967**, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

“(…)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo **"Lista de Verificação de Documentos"** (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

Requisito	Base normativa	Cumprimento
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CFRB.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7)
ii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.	Atendido (SUPER 11284528, fls.9 e 11284528, fls.8)
iii) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	Atendido (SUPER 11381825, fls.1-4)
iv)Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
v) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.	Atendido (SUPER (SEI 11328417, fls. 10 e 0617161 - fls.6)

vi) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7) Certidão de Objeto e Pé (11372207)
vii) Apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.10)
viii) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.1)
ix) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.	Atendido (SUPER F-11281144, fls.5 – E e M- 11284528, fls.13 e 14)
x) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.5)
xi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – INSS	Art. 113, inciso VIII, do RSR.	Atendido (SUPER FGTS-11281144, fls.3) INSS-11281144, fls.5
xii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.4)
xiii) declaração do representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
xiv) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.6-9)
xv) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.14)

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

31. Porém, insta ressaltar que **as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o **art. 115 do RSR**.

32. Conforme o **art. 113, § 2º**, do mesmo Regulamento, no caso de **serviços de radiodifusão de sons e imagens**, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de **decreto presidencial**. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de **Decreto** e de **Exposição de Motivos** que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do **serviço de radiodifusão de sons e imagens** na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

recebido em 21/03/2024, 16:27, pelo sistema de autenticação eletrônica (SECOE) - SUPER-11381909

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 56

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no **item 31** deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “**Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:** (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020).

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

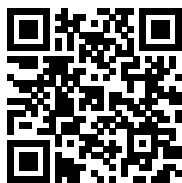
e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).



g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, no período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 2858/2024/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**.

4. Conforme os termos do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e **atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.

5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**

6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

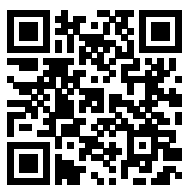
recebido em: 06/21/2024, 09:51:01 - CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11436247)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 59

Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

Recorrido: 09/02/2024/CONJUR/MC/MC/GG/AGU (11438241) SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 60



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

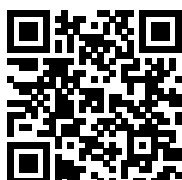
ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 21 de março de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE DE DE 2024.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e o art. 223, **caput**, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos 240 - Transferência Direta (11436455) - SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 62



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 201º da Independência e 134º da República.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Juscelino Filho



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/04/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11436493** e o código CRC **34868A24**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11436493



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos 240 - Transfereência Direta (11436493)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 63

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48529/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 240/2024 (11436493)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11436241), encaminho a Exposição de Motivos nº 240/2024 (11436493), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 26/03/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11436501** e o código CRC **F4B70631**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11436501



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício Interno 48529 (11436501)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 64

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49017/2024/MCOM

Brasília, 04 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11436493)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 2858/2024 (11381907), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 240/2024 (11436493), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 04/04/2024, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11457324** e o código CRC **11224B24**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11457324



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício Interno 49017 (11457324)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 65

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, 9 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MECOM-009-2024 (11463724)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 67

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE
RÁDIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
DE SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo TV Oeste do Paraná Ltda., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117, de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a **SECOE manifestou-se nos seguintes termos:**

“ANÁLISE

(...)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MCOM-309-2024 (11463724)

SEI 93900.010501/2014-21 / pg. 68

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de

outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em 6 de agosto de 2014, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do



Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

13. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o



§ 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023 é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795, de 1963, que instituiu o RSR, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (SEI-2930153).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 1963 (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a tempestividade do requerimento apresentado em 6 de agosto de 2014 pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, vigentes à época, ou seja, in casu, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014, conforme NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), ao discorrer:

"7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014."

22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. ELIZABETH LEMANSKI e pelo Sr. PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, na condição de Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente, da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., conforme consta



na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113[1] do RSR, alterado pelo Decreto nº 10.775, de 2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)



18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço."

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei



nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.’

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).” (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).” (sublinhamos)

27. Relativamente aos limites de outorga, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos: “(...)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, aSECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.

31. Porém, insta ressaltar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do RSR.

32. Conforme o art. 113, § 2º, do mesmo Regulamento, no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de decreto presidencial. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.



34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 31 deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que

estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas

executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar

ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou



indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em

julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900

BRÁSILIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, no período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda.

4. Conforme os termos do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MCOM-309-2024 (11463724)

SEI 93900.010501/2014-21 / pg. 76

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do PARECER N. 00210/2024/CONJURMCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 1/2
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407
Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 2/2
21/03/2024, 16:28 supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MCOM-300-2024 (11463724)

SER 93900.010501/2014-21 / pg. 77

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270> 1/1

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 12480/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.010501/2014-21.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/04/2024, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465954** e o código CRC **F694EFE0**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11465954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Usuário Externo (signatário):	Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário:	12/04/2024 10:57:38
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53900.010501/2014-21
Interessados:	
TV Oeste do Paraná Ltda. CASCAVEL - PR	
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Renovação de Outorga	5106833

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digiais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, 9 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE
RÁDIO-DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO
DE SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo TV Oeste do Paraná Ltda., com o
objetivo de

permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR,
referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada
pelas Leis nº 4.117,

de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com
o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963,
consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº
10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE),
nos termos

da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições
necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga,
desde que observadas

as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo
Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República
para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da
regularidade por ocasião

da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
(SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o
Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.,
que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de
radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de
dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a
SECOE manifestou-se nos seguintes termos:

“ANÁLISE

(...)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de

outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em 6 de agosto de 2014, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação

da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em



aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

13. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido



ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023 é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795, de 1963, que instituiu o RSR, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (SEI-2930153).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 1963 (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a tempestividade do requerimento apresentado em 6 de agosto de 2014 pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, vigentes à época, ou seja, in casu, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014, conforme NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”



22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. ELIZABETH LEMANSKI e pelo Sr. PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, na condição de Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente, da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113[1] do RSR, alterado pelo Decreto nº 10.775, de 2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO,

a
pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado

do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade

da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da



CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço."

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado



também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14)." (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

"13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade

de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157)." (sublinhamos)

27. Relativamente aos limites de outorga, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

"(...)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a

pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão."

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, aSECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.

31. Porém, insta ressaltar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do RSR.



32. Conforme o art. 113, § 2º, do mesmo Regulamento, no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de decreto presidencial. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 31 deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.
À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado

pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que

estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)



XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo

período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas

executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar

ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou

indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da

Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em

julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900

BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, no período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.
 3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda.
 4. Conforme os termos do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
 5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
 6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do PARECER N. 00210/2024/CONJURMCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.
 7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.
 8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.
- À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 1/2
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407
Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 2/2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

21/03/2024, 16:28 supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270> 1/1

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS
E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo **TV Oeste do Paraná Ltda.**,
com o objetivo de
permanecer explorando o serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período
de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada
pelas Leis nº 4.117,
de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos
Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos
Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE),
nos termos
da **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento
do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga,
desde que observadas
as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo
Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e
submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da
regularidade por ocasião
da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do **Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social
Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo
Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, que visa ver deferida a renovação
da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, na localidade de
Cascavel/PR, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.



2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a SECOE manifestou-se nos seguintes termos:

“ANÁLISE

(...)

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de **1999-2014**. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999** (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de agosto de 2014**, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de **2014-2029** (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014. ”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em **6 de agosto de 2014**, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de **Cascavel/PR**, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081
<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318/17-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram

atribuídas pelo **art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB)** e pelo **art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993**, compete a este órgão de execução da **Advocacia-Geral da União (AGU)** prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU)**.

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela **Lei nº 13.424/2017**, que alterou as **Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e implementadas, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21**, que alteraram o **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A **Constituição Federal de 1988** estabeleceu, na **alínea "a" do inciso XII** de seu **art. 21**, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão**, nos termos do **art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal**. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da **Lei nº 4.117/1962**, o **Código Brasileiro de Telecomunicações**, estipulando, em seu **art. 33**, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223, caput** e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988**. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações** pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67**, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.



13. A questão também é abordada no **art. 2º da Lei nº 5.785/1972**, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º do art. 33** do diploma legal em questão, com a redação dada pela **Lei nº 13.424/2017**: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a **Lei nº 5.785/1972** assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao **art. 4º** pela **Lei nº 13.424/2017**. Em complemento, prevê o **§ 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972** que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o **art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967**, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do **art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023** é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795, de 1963**, que instituiu o **RSR**, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (**Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682**) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (**Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598**), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (**SEI-2930153**).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de **Exposição de Motivos** e de **Decreto Presidencial**, em razão da **mudança de titularidade desta Pasta Ministerial**, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do **Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021**, que alterou o **Decreto nº 52.795, de 1963** (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).



21. Destarte,volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter aSecretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a **tempestividade do requerimento** apresentado em **6 de agosto de 2014** pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no **art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972**, vigentes à época, ou seja, *in casu*, entre **24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014**, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. **ELIZABETH LEMANSKI** e pelo Sr. **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, na condição de **Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente**, respectivamente, da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da **Cláusula 4. Da Administração**, da **8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113[1] do RSR**, alterado pelo **Decreto nº 10.775, de 2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Física, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de



igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade

da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica

deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira

automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

“17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das licenças ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de



outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).” (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).” (sublinhamos)

27. Relativamente aos **limites de outorga**, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no **art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967**, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

“(…)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. *Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO,*
a
pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo **"Lista de Verificação de Documentos"** (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, aSECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:



Requisito	Base normativa	Cumprimento
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CFRB.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7)
ii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.	Atendido (SUPER 11284528, fls.9 e 11284528, fls.8)
iii) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	Atendido (SUPER 11381825, fls.1-4)
iv) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
v) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.	Atendido (SUPER (SEI 11328417, fls. 10 e 0617161 - fls.6)
vi) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7) Certidão de Objeto e Pé (11372207)
vii) Apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.10)
viii) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.1)
ix) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.	Atendido (SUPER F11281144, fls.5 – E e M- 11284528, fls.13 e 14)
x) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.5)
xi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – INSS	Art. 113, inciso VIII, do RSR.	Atendido (SUPER FGTS-11281144, fls.3) INSS-11281144, fls.5
xii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.4)
xiii) declaração do representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
xiv) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.6-9)
xv) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.14)

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

https://trf5-1-17-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

31. Porém, insta ressaltar que **as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o **art. 115 do RSR**.

32. Conforme o **art. 113, § 2º**, do mesmo Regulamento, no caso de **serviços de radiodifusão de sons e imagens**, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de **decreto presidencial**. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de **Decreto** e de **Exposição de Motivos** que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do **serviço de radiodifusão de sons e imagens** na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no **item 31** deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] “**Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:** [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - *certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro*

competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - *certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa*
[\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)



- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, no período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 2858/2024/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e **atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**
6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

21/03/2024, 16:27

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.
À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407>
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

1/2

Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente FELIPE
NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 3928/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.027212/2014-61

INTERESSADA: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.842.001/0001-71**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50012012335**, referente ao período de 23 de fevereiro de 2015 a 23 de fevereiro de 2025.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (14403949)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2002 e Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de outubro de 2003 (SEI 11405940 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de fevereiro de 2005 (SEI 11405940 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de novembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0234907 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 23 de agosto de 2014 a 23 de novembro de 2014.



A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (1403345)

SEI 55900.027212/2014-61 / pg. 2

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11405727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11405727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Págs. 6-11).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Josias Gonçalves da Cruz compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Vespasiano/MG, Cantagalo/RJ, Vitória da Conquista/BA, Patrocínio Paulista/SP, e Igarassu/PE; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Rio Grande/RS. Já o sócio Zelino José Francisco participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campo Grande/MS; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande/MS. Por fim, tem-se que o sócio Luiz Antônio Zanto Campos Borges não figura no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (1405949)

SEI 55900.027212/2014-61 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11405726 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11143109).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11405727).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11142827 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (11405949)

SEI 55900.027212/2014-61 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 7 de junho de 2023, com validade até 23 de fevereiro de 2025 (SEI 11405726 - Págs. 1 e 5).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Pág. 12). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11405726 - Págs. 14-17). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11406052).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11405949** e o código CRC **6F85D7AD**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11406065)
- Minuta de Exposição de Motivos (11406067)

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11405949



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 5928 (11405949)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 7

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61)

2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ELETRÔNICA – SECOE

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo TV Oeste do Paraná Ltda., com o
objetivo de

permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de
Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas
Leis nº 4.117,

de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em
conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº
52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº
10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), nos
termos

da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições
necessárias ao deferimento do pleito.



IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que observadas

as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião

da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), a SECOE manifestou-se nos seguintes termos:

“ANÁLISE

(...)

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do

serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).



6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de

outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada

apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado

pela entidade interessada em 6 de agosto de 2014, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores

está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação



da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram

atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e

servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o

arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.



8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21,

que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução

de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar

os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

13. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a

eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela



concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à

realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação

de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de

permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023 é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795, de 1963, que instituiu o RSR, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os

elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.



II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (SEI-2930153).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República

para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 1963 (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a tempestividade do requerimento apresentado em 6 de agosto de 2014 pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, vigentes à época, ou seja, in casu, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014, conforme NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada

apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. ELIZABETH LEMANSKI e pelo Sr. PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, na condição de Diretora



Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente, da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113[1] do RSR, alterado pelo Decreto nº 10.775, de 2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga,

acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os

parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a

pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade

de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em



trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado

do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade

da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa

jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica

deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.



19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira

automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço."

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67,

parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)



18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica

deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira

automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14)." (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do

serviço, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

"13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade

de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157)." (sublinhamos)

27. Relativamente aos limites de outorga, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no



art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

“(…)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os

parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a

pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos

pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta

instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.



31. Porém, insta ressaltar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em

que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do RSR.

32. Conforme o art. 113, § 2º, do mesmo Regulamento, no caso de serviços de radiodifusão

de sons e imagens, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de decreto presidencial. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se

pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029, de interesse da TV OESTE

DO PARANÁ LTDA.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 31 deste

PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas

a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.



Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado

pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que

estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da

pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da

apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo

período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas

executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar

ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou

indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em

julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso



1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais:
Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e
Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor:
Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61)

2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e
imagens

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, no período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

2858/2024/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda.

4. Conforme os termos do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.

5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do PARECER N. 00210/2024/CONJURMCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407>
1/2 supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407



Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407>
2/2 21/03/2024, 16:28
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270>

1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 12 de abril de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 300 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 12/04/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108559** e o código CRC **391335FF** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 300/2024 MCOM (5108539) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de radiodifusão em Cascavel/PR, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAJ/CC/PR — órgãos competentes para analisar o tema —, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva, caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante expediente do Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 15/04/2024, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108933** e o código CRC **1CFC2482** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SUPER nº 5108933



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Nota SAG nº 36/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SUPER Nº: 53900.010501/2014-21.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00300/2024 MCOM, de 9 de Abril de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta de Decreto que renova a outorga concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel (PR).

I - RELATÓRIO

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00300/2024 MCOM (5108539), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhada da minuta de Decreto que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a outorga de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital^[1], no município de Cascavel, estado do Paraná, sem direito de exclusividade, para a TV OESTE DO PARANÁ LTDA entidade de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.699.194/0001-53, canal 32, frequência nº 581 MHz, FISTEL nº 50408062800, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[2], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[3].

2. A concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é de competência do Presidente da República, com a instrução processual efetivada pelo Ministério das Comunicações (MCOM) e sendo precedida de procedimento licitatório, observada as disposições legais e regulamentares, cujas propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. No âmbito do MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE^[4] detém a competência de formular e avaliar a execução de políticas públicas, diretrizes, objetivos e metas relativas aos serviços de radiodifusão e de seus anulares, bem como propor a regulamentação e a alteração normativa dos mencionados serviços.

3. As fundamentações técnicas e jurídicas para a proposta estão descritas nos documentos indicados a seguir:

I - Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, de 23 de fevereiro de 2024 (5106833, p. 145-150), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.

II - Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5108547), de 21 de março de 2024, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.

III - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 22 de fevereiro de 2024 (5106833, p.136-144), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

II - ANÁLISE

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que à Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG) compete, com fundamento art. 24, II, do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 48, I, do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#), proceder à análise do mérito, da oportunidade, da conveniência e da compatibilidade das propostas de atos normativos submetidas ao Presidente da República com as políticas e as diretrizes governamentais.

5. Assim sendo, a presente manifestação analisa a proposta de Decreto referente à renovação da outorga de concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens em destaque. Consoante já exposto, por meio da EM nº 00300/2024 MCOM (5108539), o Decreto proposto está organizado em três artigos:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

6. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#)^[5], e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro](#)^[6], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

7. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.699.194/0001-53
NOME EMPRESARIAL:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELIZABETH LEMANSKI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/06/2024 às 13:42 (data e hora de Brasília).

8. Nesse sentido, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do processo de renovação de outorga do canal, considerando que:

- a) As manifestações dos órgãos técnico e jurídico são favoráveis à renovação da outorga de concessão;
- b) A documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação;
- c) Os registros administrativos sob a responsabilidade do MCOM podem ser atualizados enquanto o processo tramitar; e
- d) A documentação probatória de manutenção da situação de regularidade da empresa deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do instrumento de renovação da concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

9. Pelo exposto acima, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices** ao prosseguimento do feito, e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

III - CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, conclui-se que a proposta é viável quanto ao mérito, à oportunidade e à conveniência, bem como compatível com as diretrizes de Governo.

11. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor



De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

Brasília, na data da assinatura.

KARLA BRANQUINHO DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS

Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto
(SAG/CC/PR)

[1] [Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006](#), dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[5] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 07/01/2025, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Branquinho dos Santos Gonzaga, Secretário(a) Adjunto(a) substituto(a)**, em 07/01/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 07/01/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5809890** e o código CRC **596D7765** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.010501/2014-21

Nota SAJ - Radiodifusão nº 1114 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MCOM
TV OESTE DO PARANÁ LTDA

EM nº 00300/2024-MCOM

Anexos: II

Renovação de concessão de radiodifusão de sons e imagens (TV), em caráter comercial.

Assunto: Decreto que renova a concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, em favor de TV OESTE DO PARANÁ LTDA, na localidade de Cascavel/PR.

Pelo expedição do Decreto e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Processo: 53900.010501/2014-21

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se da Exposição de Motivos nº 00300/2024-MCOM (doc. SEI nº5108539), cuja proposta é a **renovação [1]**, por mais quinze anos, contados a partir de 24 de dezembro de 2014, da outorga de concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens (TV comercial)**, sem direito de exclusividade, em favor de **TV OESTE DO PARANÁ LTDA. CASCAVEL - PR**, CNPJ sob nº 03.699.194/0001-53, na localidade de Cascavel/PR.
- Tanto a área técnica competente (Nota Técnica nº NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM - doc SEI nº 5106833) quanto a Consultoria Jurídica (Parecer nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - doc. SEI nº5108547) do Ministério das Comunicações - MCOM, analisaram o mérito e legalidade da outorga, com manifestações favoráveis.

II - ASPECTOS TÉCNICOS DA RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS

- Embora o principal instrumento regulador da atividade de radiodifusão de sons e imagens permaneça sendo o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT – Lei nº 4.117/1962), alterado ao longo de quase cinquenta anos por decretos e leis, a Constituição de 1988 estabeleceu competências, regras, procedimentos e princípios relativos às concessões de rádio e TV, criando um capítulo específico sobre a Comunicação Social. A Constituição prevê, ainda, em seu artigo 223, a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal.
- O **serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV Aberta)** é compreendido como o conjunto de atividades encadeadas, outorgado mediante **“concessão” [2]** e realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação de serviço que consiste na oferta de conteúdos e obras audiovisuais em grades horárias específicas, por difusão linear, segundo linha editorial própria ofertados ao consumidor final de forma gratuita.



As emissoras podem ser comerciais ou de finalidade educativa e cultural. As comerciais possuem seus serviços Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

financiados predominantemente por venda de espaços publicitários. Já as emissoras educativas e culturais se caracterizam por serviços financiados substancialmente por recursos públicos, prestação de serviços ou publicidade institucional, sendo que sua outorga pode ser executada pela União, estados, municípios, universidades e fundações públicas. No caso concreto, verifica-se renovação de emissora comercial.

6. Como todo e qualquer serviço público, o serviço de radiodifusão de sons e imagens deve ser continuamente avaliado pelo Poder Público – no caso, pela União – sempre na perspectiva da sua melhor prestação à coletividade. Da mesma forma, sendo serviço público prestado mediante concessão, incumbe ao poder concedente – no caso, a União – a devida fiscalização e monitoramento de sua prestação pelo concessionário.

III - ANÁLISE JURÍDICA

7. Examinados os autos, não se vislumbram ilegalidades ou inconstitucionalidades a maculá-los. O ato tem fundamento no art. 223 da Constituição Federal e encontra-se em consonância com as Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com o Decreto nº 52.795/1963, além de legislação complementar.

8. Observa-se que Lei nº 5.785/1972 indica o procedimento para a renovação das outorgas dos serviços de radiodifusão. Neste aspecto, embora a ementa e o art. 1º daquela Lei passem o entendimento de que ela só seria aplicável a algumas situações específicas (renovação automática de determinadas concessões e permissões de radiodifusão sonoras já existentes à época da promulgação da Lei nº 4.117/1962), é possível a interpretação de que os artigos seguintes da Lei dizem respeito a outras situações [3], quais sejam, as demais concessões e permissões que não se enquadrem naquelas hipóteses específicas do art. 1º.

9. O processo de outorga de radiodifusão de sons e imagens, em caráter comercial, ocorre por processo licitatório na modalidade Concorrência, mediante a publicação, na Imprensa Oficial, do devido edital, e é julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

10. O prazo para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens é de **quinze anos**, que poderá ser renovado por períodos sucessivos e iguais. Ademais, havendo pedido de renovação na forma devida e com a documentação hábil, ter-se-á o pedido como deferido, se o órgão competente não lhe fizer exigências. Além disso, a redação atual do Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR (Decreto nº 52.795/1963), apresenta artigos específicos acerca da renovação da outorga dos serviços de radiodifusão, bem como apontando o rol de documentos necessários para o processo [4].

11. Verifica-se que, não ocorrendo deliberação final sobre o pedido até a data prevista para o término do prazo original da outorga, entende-se que ela será mantida, em *caráter precário* [5], com as mesmas condições. Neste ponto específico, verifica-se a permissão legal para eventual transferência [6] da concessão, mesmo enquanto aquela estiver em caráter precário.

12. No que tange à competência, a outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) será dada pela Presidência da República [7]. O Poder Executivo também é competente para renovar a outorga, que “*entrará em vigor após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, publicada em ato competente*”. Portanto, cabe à União (Poder Executivo no ato de outorga e de renovação da concessão e Poder Legislativo na sua posterior apreciação) verificar, sobretudo, o regular cumprimento, pelas concessionárias, dos requisitos de legalidade e dos princípios constitucionais da produção e programação, nos termos do art. 221 da Constituição.

13. Assim, do ponto de vista jurídico, a Constituição de 1988 criou uma sistemática diferenciada para a outorga dos serviços de radiodifusão, expressando um procedimento que pode ser entendido como um *ato administrativo complexo*, ou seja, uma conjugação de vontades diversas, na medida em que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades. Com efeito, para que a outorga dos serviços de radiodifusão seja concedida, renovada ou mesmo encerrada, torna-se necessária: **(a)** análise técnica, da documentação e dos requisitos objetivos e subjetivos, por parte do MCOM; **(b)** encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, por Mensagem do Presidente da República (nos casos de TV, com expedição de Decreto pelo Chefe do Executivo); e **(c)** deliberação do Congresso Nacional sobre o ato de outorga, sua renovação ou perempção, nos termos do art. 223 da Constituição.

14. O requerimento de renovação, devidamente subscrito pelos diretores da entidade, foi apresentado tempestivamente. Ademais, os autos do processo trazem os documentos exigidos pela legislação pertinente para a renovação (conforme arts. 112 e 113 do mesmo Decreto nº 52.795/1963) [8]. Todavia, a completa análise e aceitação de referidos documentos, bem como sua subsunção às normas vigentes, foi previamente realizada pelo Ministério, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à renovação, conforme se verifica pela manifestação da Consultoria Jurídica.

15. Vê-se que a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi inicialmente concedida à Televisão Carimã Ltda pelo Decreto nº 90.609/1984, com contrato publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 1984. Posteriormente, a concessão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda por meio de Decreto de 2000. O último pedido de renovação aprovado abrangeu o período de 1999-2014, oficializado pelo Decreto de 2001 e validado pelo Decreto Legislativo nº 235/2002. Em 6 de agosto de 2014, a TV Oeste do Paraná Ltda solicitou a renovação da outorga para o período de 2014-2029, dentro do prazo legal vigente, conforme o art. 4º da Lei nº 5.785/1972. O requerimento foi protocolado entre 24 de junho e 24 de setembro de 2014, em conformidade com a legislação da época.

16. Desta forma, com relação à documentação apresentada, esta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos – SAJ/CC/PR verificou apenas a juntada dos documentos previstos em normas vigentes à época do protocolo do pedido de renovação da outorga, sem se ater ao mérito ou análise técnica da documentação, conforme check-list anexo à presente Nota SAJ. Observa-se que desatualizações ou falta de documentos deverão ser verificados e sanados pelo MCOM, após todo o trâmite, no momento tura do termo de outorga.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

17. Nesse sentido, conclui-se pela pertinência da expedição de Decreto, com o consequente encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional para a adoção das providências cabíveis, em observância ao § 2º do art. 113 do Decreto nº 52.795/1963 [9].

IV - CONCLUSÃO

18. Diante de todo o exposto, cumpridas as exigências legais e regulamentares, bem como em face dos pronunciamentos favoráveis das áreas técnicas do Ministério das Comunicações, não se vislumbra óbice jurídico à proposição, razão pela qual se opina pela expedição de Decreto presidencial e posterior encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

19. Estas são as considerações sobre a proposta encaminhada pela **EM nº 00300/2024-MCOM**, objeto de apreciação, sujeitas à consideração superior.

SIMONE SALVATORI SCHNORR

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Trata-se de pedido de renovação de outorga, observando-se que a entidade já possui concessão para a exploração do serviço, outorgada originalmente por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000.

[2] A radiodifusão pode ser explorada indiretamente, por meio de concessão (para radiodifusão de sons e imagens e para radiodifusão sonora de alcance nacional ou regional), permissão (para radiodifusão sonora de alcance local); e autorização (para radiodifusão sonora conhecida como “rádio comunitária”). Além disso, caso uma emissora de radiodifusão estiver em área de faixa de fronteira, serão acrescidos outros requisitos para a outorga. O mesmo será feito se a emissora possuir finalidades exclusivamente educativas.

[3] Com efeito, o art. 1º da Lei nº 5.785/1972 faz prorrogação automática de outorgas específicas, independentemente de procedimento. Assim, pode-se entender que os demais artigos daquela lei (arts. 2º ao 7º), ao preverem todo um procedimento para renovação de outorgas, estariam se referindo às demais outorgas não abarcadas no art. 1º, ou seja, seria aplicável às concessões e permissões que, por óbvio, não foram automaticamente prorrogadas. Este é o entendimento adotado pelo Ministério, que utiliza esta Lei nº 5.785/1972 como arcabouço para a renovação de outorgas de radiodifusão sonora (rádios) e de sons e imagens (TVs abertas).

[4] Vide arts. 110 ao 115 do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR), com redação atualizada.

[5] É o que se depreende da leitura do § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

[6] Aponta-se que, a Lei 13.424/2017, em seu art. 4º parágrafo único, asseverou que, para os casos de transferência, a anuência prévia do Governo Federal apenas se dará desde que concluída a instrução do processo de renovação da outorga, de modo a caracterizar que a entidade detentora da outorga preenche os pressupostos legais e regulamentares da renovação e que sua formalização depende apenas do trâmite administrativo que culminará no Decreto Legislativo, pelo Congresso Nacional.

[7] Sobre a competência do Presidente da República, vide art. 6º § 1º c/c art. 113, § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR), com redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017.

[8] Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

"Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista.

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:

(...)"

[9] Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR):

"Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:

(...)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação."

Anexo I à Nota SAJ - Radiodifusão nº 1114 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

DECRETO Nº , DE DE DE 2024

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Anexo II à Nota SAJ - Radiodifusão nº 1114 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Processo nº: 53900.010501/2014-21

EM nº: 00300/2024-MCOM



TV OESTE DO PARANÁ LTDA. CASCAVEL - PR

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

CNPJ nº: 03.699.194/0001-53

Localidade: Cascavel/PR

Data do protocolo do pedido de renovação da outorga: 06/08/2014

OUTORGA: concessão de serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV aberta), em caráter comercial.

A lista de documentação a seguir considera o **Decreto nº 52.795/1963, com redação vigente até 17/janeiro/2012 (entrada em vigor do Decreto nº 7.670/2012)**, bem como outras legislações aplicáveis à época do protocolo do pedido de renovação.

HABILITAÇÃO JURÍDICA DA ENTIDADE	
<p>1. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, entre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p> <p>(art. 15, § 1º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>2. Comprovante de que a entidade obteve o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver em faixa de fronteira (até 150km de distância de fronteira com outros países);</p> <p>(art. 15, § 1º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável (X)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>3. Declaração de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.</p> <p>(art. 15, § 1º, "c", item 1 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Decreto-Lei nº 236/1967)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>4. Declaração de que nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade em que a concessão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/1967;</p> <p>(art. 15, § 1º, "c", item 2 e § 4º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>5. Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas do Anexo ao Decreto nº 88.066/1983, que passarão a regular as relações da concessionária com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido.</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "a" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor entre janeiro/1983 até agosto/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</p>	
<p>6. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios);</p> <p>(art. 15, § 2º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>7. Certidão negativa de falência ou concordata (atual recuperação judicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(art. 15, § 2º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>REGULARIDADE FISCAL</p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>8. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC (atual Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ);</p> <p>(art. 15, § 3º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, I c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993;)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, II c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993;)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>10. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(art. 15, § 3º, "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 27, "c" da Lei nº 8.036/90 – FGTS; art. 29, IV c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>11. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, III c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>12. Certificado de quitação com a Contribuição Sindical, relativo ao empregador e empregados, ou comprovantes de recolhimento referentes aos últimos 5 (cinco) anos</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "b" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor entre janeiro/1983 e agosto/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>HABILITAÇÃO DOS SÓCIOS E DIRIGENTES</p>	
<p>13. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios que representem, ao menos, 70% do capital social total ou votante, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certificado de reservista; (c) título de eleitor; (d) carteira profissional ou de identidade; ou (e) comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses.</p> <p>A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.</p> <p>(art. 15, § 4º "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 222, § 1º da Constituição de 1988)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>14. Certidão dos cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;</p> <p>Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.</p> <p>(art. 15, § 4º, "b" e "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>15. Declaração dos sócios e dirigentes, de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial;</p> <p>(art. 15, § 6º, item 2 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>16. prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;</p> <p>(art. 15, § 4º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>17. Fichas de cadastramento relativas aos sócios que detenham 5% (cinco por cento) ou mais das quotas ou ações representativas do capital social, assim como a todos os dirigentes da entidade.</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "c" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor entre janeiro/1983 e agosto/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>

Ato Normativo nº 01/2007, da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-4-335-de-17-de-setembro-de-2015-32861729>.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Salvatori Schnorr, Assessor(a)**, em 19/12/2024, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/12/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 20/12/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6297763** e o código CRC **1C13BE18** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6297763



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/01/2025 | Edição: 6 | Seção: 1 | Página: 3

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.357, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Sonia Faustino Mendes

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO Nº 12.357, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.



D-RENOVA CONCESSÃO TV OESTE DO PARANÁ (EM 300 MCOM)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



DECRETO Nº 12.357, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

Assinatura
MCOM (S)

12.357 - D-RENOVA CONCESSÃO TV OESTE DO PARANÁ (EM 300 MCOM)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 10 de janeiro de 2025.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.010501/2014-21.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura do Decreto nº 12.357/2025 pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.010501/2014-21, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 10/01/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6354994** e o código CRC **A36B4C3B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6357494) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARDILO VALENTE
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente, Supervisor(a)**, em 13/01/2025, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6357495** e o código CRC **F7EBE116** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6357495



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná."

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 79, de 15 de janeiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.".

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 16/01/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 16/01/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6365902** e o código CRC **0749D961** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MENSAGEM Nº 79

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná."

Brasília, 15 de janeiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 95/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná".

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 16/01/2025, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367347** e o código CRC **B53ADD84** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6367347

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 16 de janeiro de 2025.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 16/01/2025, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367726** e o código CRC **E715C9F1** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6367726



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Arquivo

Brasília, na data da assinatura.

Assunto: Recebimento do processo

Confirmo o recebimento físico do documento nº (6357494) do presente processo. Informo que procederemos com seu tratamento, guarda e encerraremos o processo nessa Divisão.

CAROLINA ALVES CAIXETA BUENO
Arquivista-DIARQ



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Caixeta Bueno, Supervisor(a)**, em 20/01/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6372288** e o código CRC **51E0127F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6372288



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Ilustríssimo Senhor

RAFAEL FERREIRA LARCHER

Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref: Ofício nº 7022/2018/SEI-MCTIC _ Proc. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de **Cascavel**, Estado do Paraná, por seu representante legal abaixo, vem, perante Vossa Senhoria, em cumprimento ao Ofício supra indicado, **requerer a juntada dos documentos solicitados no item 6** da nota técnica 4043/2018/SEI-MCTIC.

Em anexo, conforme solicitado, seguem:

- I. **1ª, 2ª, 3ª e 4ª alterações dos contratos sociais.** Nesta oportunidade, a TV Oeste aproveita para informar que não houve alterações societárias posteriores à 8ª alteração do contrato social, registrada sob nº20137252102, na data de 17 de dezembro de 2013.
- II. Certidão expedida pela Junta Comercial do Estado do Paraná.
- III. Certidão de "objeto e pé" dos autos 0026197-85.2011.8.16.0001, que versa sobre o bloqueio judicial das cotas sociais.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Esclarecemos que o documento registrado em 06.1.2015 diz respeito a declaração anual de composição societária, protocolada na junta comercial em 18 de dezembro de 2014 e registrada sob nº 20147205131 em 06 de janeiro de 2015, cópia anexa a esta resposta.

Em relação à certidão emitida pelo registro competente em que estão arquivados o ato constitutivo e suas alterações, vale o esclarecimento de que o nome adotado pela Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR – é “certidão simplificada”, contudo, é o documento equivalente a certidão detalhada solicitada por esta pasta.

Assim, uma vez atendida às exigências desta Pasta, requer-se o prosseguimento do processo em seus ulteriores termos, colocando-nos à disposição para apresentar novos documentos caso seja necessário.

Cascavel, 20 de março de 2018.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

CPF: 066.553.909-66

Administrador Sócio



1º. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ELIZABETH LEMANSKI e CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileiras, domiciliadas em Curitiba, Estado do Paraná, a primeira solteira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 5.595.453-4/PR, CPF/MF nº 024.437.429/54, com endereço à Avenida Nossa Senhora da Luz, 1887, a segunda, casada, artista plástica, portadora da cédula de identidade nº 3.164.249-3/PR, CPF/MF nº 394.160.899/15, com endereço a Rua José Bernardino Bormann, 1111, 2º andar, na qualidade de sócias quotistas detentoras da totalidade do capital social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de TV OESTE DO PARANÁ LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, com sede à Rua Alexandre de Gusmão, 1413 na cidade de Cascavel, neste Estado, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado em data de 24 de fevereiro de 2.000 sob o nº 41 2 0428412 4, têm, de comum acordo e nos termos do item 8.3 do contrato social, com prévia anuência do órgão competente do Ministério das Comunicações, deliberado alterar o contrato, na forma abaixo:

PRIMEIRA

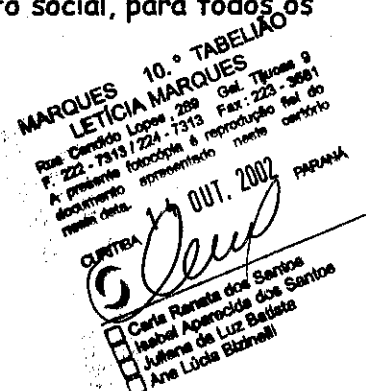
Fica criada uma filial da sociedade na cidade de Guarapuava, neste Estado com endereço naquela Cidade à Rua XV de novembro, s/nº, Bairro Morro Alto, designado "filial nº 01" que operará por tempo indeterminado, a partir de 01 de abril do corrente ano.

SEGUNDA

Para o funcionamento da filial ora criada, é destacada, do capital Social, a parcela de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

TERCEIRA

Continuam em vigor as cláusulas contratuais que não contrariem o disposto na presente alteração, que se considera incorporada ao contrato social, para todos os efeitos de direito.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0-78/pg_3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

E, porque assim convencionaram, firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas, sendo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, para os fins legais.

Curitiba, 20 de abril de 2.000



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/04/2000

SOB O NÚMERO:

41 9 0067221 1

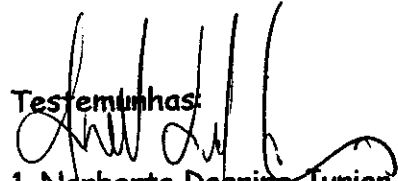
Protocolo: 00/058690-0

TUFIRAME
SECRETÁRIO GERAL


ELIZABETH LEMANSKI


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

Testemunhas:


1. Norberto Doering Junior

RG. 3.585.399 - II/PR

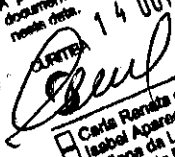

2. Edson Luiz Bueno

RG. 875.946 - II/PR

MARQUES 10.º TABELÃO
LETÍCIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 288 - Col. Tijucas 8
F. 222-7313 / 224-7313 Fax: 223-3061
A presente fotocópia é reprodução fiel do
documento apresentado neste cartório
nesta data.

14 OUT. 2002

PARANÁ


Carla Renata dos Santos
Isabel Aparecida dos Santos
Juliana da Luz Batista
Ana Lúcia Blizinelli



Autenticação eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara7.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (2757392)

SEI 01250-016462/2018-78 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ: 03.699.194/0001-53
NIRE: 41.2.0428412.4/2000

2ª Alteração do Contrato Social

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada, artista plástica, residente e domiciliada na Rua José Bernardino Bormann, 1111 – 2º andar – Champagnat – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 3.164.249-3 – SSP/PR e do CIC 394.160.899-15; e

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, 1887 – Jardim Social – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 5.595.453-4 – SSP/PR e do CIC 024.437.429-54,

únicas sócias da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413 – Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial/PR sob o nº 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, têm justo e contratado o presente Instrumento com a finalidade de:

(i) - transferir, por venda, 1.500 cotas / R\$1.500.000,00, sendo

- 750 cotas / R\$750.000,00, pertencentes à sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA; e
- 750 cotas / R\$750.000,00 pertencentes à sócia ELIZABETH LEMANSKI,

para a neo-cotista LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, maior, solteira, empresária, natural da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portadora da Carteira de Identidade nº 12254057-8 – IFP e do GIC nº 053.588.407/96, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, nº 179 – casa 1, que, desse modo, ingressa na Sociedade, declarando, desde já, não estar impedida de exercer atividades mercantis, ficando o quadro social assim constituído: - CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA – 750 cotas/ R\$750.000,00; - ELIZABETH LEMANSKI – 750 cotas / R\$750.000,00; e - LUIZA MESQUITA MARINHO – 1.500 cotas/R\$1.500.000,00. As cedentes, neste ato, outorgam plena e integral quitação à cessionária em relação à participação cedida,

(ii) - alterar as cláusulas 2 e 4, consolidando-se as demais cláusulas do contrato social, como se seguem:

MARQUES 40.ª TABELÃO
CURITIBA
15 AGO 2002
PARANÁ
Ana Lucia Glizinski



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (2797392)

SEI 01250-016462/2018-78 / pg. 5

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A sociedade por cotas de responsabilidade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413 – Jardim Maria Luíza, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, s/nº, Bairro Morro Alto, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação da administração, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1 Fica destacado o Capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional; e

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas;

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 cotas de R\$1.000,00 cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR-R\$
* CRISTINA MARIA CUNHA		
PEREIRA CAMARGO DA VEIGA	750	750.000,00
* ELIZABETH LEMANSKI	750	750.000,00
* LUIZA MESQUITA MARINHO	1.500	1.500.000,00
TOTAL:	3.000	3.000.000,00

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota, não podendo ser alienadas ou gravadas por qualquer forma, direta ou indiretamente, a nacionais ou estrangeiros, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, sem anuência, por

MARQUES 10.º TABELA
 15/05/2002
 Para Grande...
 P. 202-7512...
 A...
 documento...
 15/05/2002
 COTISTA
 G
 Casa...
 Isel...
 Juliana...
 Ana...



escrito, dos sócios detentores de 80% (oitenta por cento) do capital social e da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. É admitida a participação como cotista, sem direito a voto nas deliberações sociais, de pessoa jurídica, cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, participação essa limitada a 30% (trinta por cento) do capital da Sociedade.

2.4. Os cotistas terão sempre preferência na aquisição proporcional das cotas do sócio que, por qualquer motivo, desejar se retirar da Sociedade, devendo exercê-la no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação recebida do sócio ofertante.

3. DO PRAZO

3.1. A sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. A Sociedade é administrada pelas sócias: CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como DIRETORA PRESIDENTE; LUIZA MESQUITA MARINHO, como DIRETORA VICE-PRESIDENTE; e ELIZABETH LEMANSKI, como DIRETORA ADJUNTA, dispensadas de prestar caução, as quais distribuirão entre si as atribuições e os poderes necessários à realização dos fins sociais.

4.2. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada semestralmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais da metade do Capital Social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.3. Compete à Diretora Presidente ou à Diretora Adjunta em conjunto com a Diretora Vice-Presidente:

- a) a compra e venda de imóveis;
- b) a compra ou venda de bens e equipamentos cujo valor seja superior a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFIRs;
- c) a nomeação ou a destituição de procuradores com poderes de administração da Sociedade ou de representação de uma das Diretoras indicadas nesta Cláusula;
- d) a aquisição de programas especiais de TV não previstos no orçamento da Sociedade;

MARQUEZ 1627-0000
LUIZA MESQUITA MARINHO
Rua Curitiba 100, 1º andar, Curitiba, PR 81220-000. Tel: 3333-3333. Fax: 3333-3333
A presente alteração é aprovada pelo Conselho de Administração da TV Oeste do Paraná em 15 de Agosto de 2002.
CURITIBA 15 AGO. 2002 PARANÁ

☐ Carla Rinaldi dos Santos
☐ Isabel Aguiar dos Santos
☐ Juliana da Luz Batista
☐ Ana Lúcia Gizele

- e) a contratação de empregado em qualquer área de atuação, nos casos em que o salário do contratado for superior a 15 (quinze) vezes o maior salário mínimo vigente no País;
- f) a contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, imóveis ou participação em outras empresas;
- g) a determinação dos programas locais a serem exibidos pelas estações pertencentes à Sociedade;
- h) a locação ou compra de programas de qualquer natureza;
- i) a fixação do quadro de pessoal das emissoras;
- j) a gestão dos negócios nas áreas financeira e comercial; e
- l) a assinatura de contratos de locação, publicidade e de artistas.

4.4. Compete exclusivamente à Diretora Presidente ou à Diretora Adjunta:

a) a gestão nas seguintes áreas:

- (i) - administrativa;
- (ii) - pessoal (observado o disposto na letra e, item 4.3, desta cláusula).
- b) elaboração, para a prévia aprovação, do orçamento financeiro anual da Sociedade;
- c) elaboração, para aprovação, do relatório de desempenho da Sociedade, até 30 dias após o término do exercício social; e
- d) seleção do noticiário local das emissoras, excluído o de caráter político.

4.5. Compete exclusivamente à Diretora Vice-Presidente:

- a) estruturar a programação geral das emissoras;
- b) controlar a operação dos equipamentos técnicos das estações pertencentes à Sociedade;
- c) a contratação e dispensa do pessoal da área técnica, observado o disposto na letra e, do item 4.3 desta cláusula.

4.6. O procurador que for nomeado pela sociedade para representar qualquer das Diretoras indicadas só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das cotistas, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento dos mesmos e dos negócios sociais, observado o disposto na letra c, do item 4.3 desta cláusula.

4.7. Os administradores e procuradores designados pela sociedade serão, obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após a aprovação de seus nomes pelo órgão competente do Ministério das Comunicações.

4.8. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.



MARQUÊS DE ...
LUIZA A. ...
Rua ...
P. ...
A ...
neste dia, ...
15 ABR 2002
CURITIBA PARANÁ

- ☐ Carla Renata dos Santos
- ☐ Isabel Aparecida dos Santos
- ☐ Juliana da Luz Brito
- ☐ Ana Lúcia ...



5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio impedido.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do Espólio nos entendimentos com a Administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos na cláusula "5.1.", os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, nos 60 dias seguintes à data do evento e serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas de capital, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas, as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. Os balanços contábeis serão realizados em 31 de dezembro de cada ano, cujos resultados ou prejuízos apurados serão objeto de deliberação dos sócios, podendo ser criados fundos e provisões nos termos e limites legais.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir às Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

8.2. As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, ressalvado o disposto na cláusula 2.4. supra.

8.3. Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem prévia anuência do órgão competente do Ministério das Comunicações, dependendo, ainda, qualquer alteração contratual, inclusive para a transformação do tipo jurídico da sociedade, ou quaisquer deliberações sociais, da deliberação e assinatura do sócio ou sócios que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das cotas representativas do capital social.

RECEBIMOS em 15 de Agosto de 2002
Rua Cantão do Paraná, 100 - Jd. das Flores 9
R. 224 - 1309/224 - 78000 - Fone: 223-3581
A presente escritura é autenticada pelo
documento apresentado ao cartório
nesta data.

CURITIBA 15 AGO. 2002 PARANÁ

☒ Carlo Renato dos Santos
☒ Isabel Aparecida dos Santos
☒ Juliana da Luz Batista
☒ Ana Lúcia Bianchi

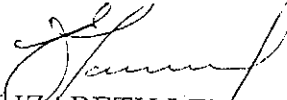


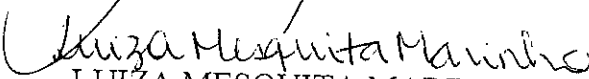
8.4. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em quatro vias na presença de duas testemunhas.

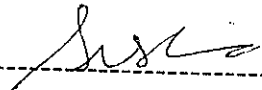
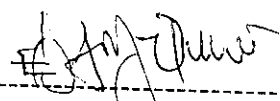
Cascavel/PR.


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA


ELIZABETH LEMANSKI


LUIZA MESQUITA MARINHO

Testemunhas:

 e 
Antônio Aminiano Edson Luiz Bueno
RG. 845946 - II/PA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/10/2001
SOB O NÚMERO:
20012557854
Protocolo: 01/255785-4
Empresa: 41 2 0428412 4
TUFI RAME
SECRETÁRIO-GERAL

mcl/ah2001/ivoesteparana2Fc.doc

MARQUES 10.º TABELÃO
LEYDIA MARQUES
Rua Cândido de Figueiredo, 20 - Jd. União 9
F. 222-7340/222-7340 Fone: 222-3501
A presente certidão foi lavrada em 11 do
documento em 11 de outubro de 2001
nesta data.

CUNTA 15 AZO. 2002 PARANÁ

Lei 13.228 de 18/07/2001
ELIARPEN
Selo de Autenticidade
NOTARIAL
Juliana da Luz Batista
Ana Lúcia Ritzel
Nº AEE32556



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21f51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53

NIRE: 41.2.0428412.4/2000

3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada, artista plástica, residente e domiciliada na Rua José Bernardino Bormann, n.º 1111, 2º andar, Bigorrião, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade R.G. n.º 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.657.759-87;

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Jardim Social, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade R.G. n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, natural da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, n.º 179, casa 1, portadora da carteira de identidade R.G. n.º 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 053.588.407/96;

únicas sócias da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, e alterações posteriores, sendo a última arquivada sob o n.º 20012557854, em 11/10/2001 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Fica deliberada a retificação do endereço da filial da Sociedade na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, atualmente constando como Rua XV de Novembro, s/n.º, para Rua XV de Novembro, n.º 2.250, passando o item 1.2, do contrato social, a vigorar com a seguinte redação:

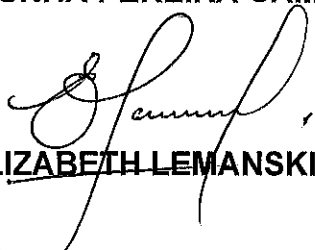
3ª ALTERAÇÃO RETIFICAÇÃO DO ENDEREÇO

"1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação da administração, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional."

E por estarem, assim, justos e acordados, ratificam todas as demais cláusulas do contrato social, assinando o presente Instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cascavel, 31 de março de 2003.


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

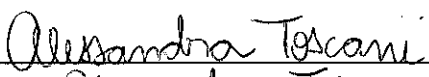

ELIZABETH LEMANSKI

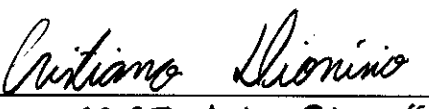

LUIZA MESQUITA MARINHO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 28/04/2003
SOB NÚMERO: 20030923093
Protocolo: 03/092309-3
Empresa: 41.2.0428412-4
TV DESDE DO PARANÁ LTDA

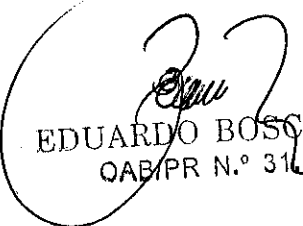
EVERLY MOTTA JOAKINSON
P/ SECRETARIA GERAL "AD HOC"

Testemunhas:


Nome: Alessandra Toscani
C.I./R.G.: 6.150.408-7
CPF/MF: 031.026.529-05


Nome: CRISTIANO DIONÍSIO
C.I./RG.: 3.638.378-0/SP-RF
CPF/MF: 026.546.129-45




EDUARDO BOSCHETTI
OAB/PR N.º 31.551



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53

NIRE: 41204284124

4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 896.657.759-87;

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, nº 179, casa 1, Vidigal, CEP 22450-220, portadora da carteira de identidade nº 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.588.407/96,

únicas sócias da sociedade empresária limitada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, e alterações posteriores, sendo a última arquivada sob o nº 20030923093, em 28/04/2003 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio às sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, ELIZABETH

Luiza Marinho
ef.



LEMANSKI e LUIZA MESQUITA MARINHO, referente ao exercício de 2001, realizada pela administração da Sociedade em 31/12/2001, no valor líquido total de R\$ 406.940,82 (quatrocentos e seis mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos), já descontado o imposto de renda devido.

(ii) Fica deliberada a alteração dos itens 1.1. e 1.2., do contrato social, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação das sócias, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.”

(iii) Fica deliberada, ainda, a alteração do objeto social da Sociedade, de modo a incluir as atividades de veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional em Televisão, Rádio e Internet, bem como de prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares, passando o item 1.3, do contrato social, a vigorar com a seguinte redação:

“1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

Luiza Marinho
LM



(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.”

(iv) A sócia LUIZA MESQUITA MARINHO, acima qualificada, detentora de 1.500 (hum mil e quinhentas) cotas, cede e transfere, conforme instrumento em separado, 1.200 (hum mil e duzentas) cotas de sua titularidade, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas ou gravames, para as outras duas sócias, sendo 600 (seiscentas) cotas para a sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, acima qualificada; e 600 (seiscentas) cotas para a sócia ELIZABETH LEMANSKI, acima qualificada, subrogando-se as referidas cessionárias, para todos os fins, nos direitos e obrigações relativos às cotas cedidas.

(v) Os sócios deliberaram alterar o *quorum* necessário para transferência de cotas do capital social da Sociedade para 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, bem como resolveram que as cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, com a redação conferida pela Emenda Constitucional n.º 36, de 28 de maio de 2002.

(vi) Fica deliberada a alteração das disposições acerca do direito de preferência das sócias em relação a cessão e transferência de cotas do capital social, bem como participação nos aumentos de capital da Sociedade, nos termos da nova redação do item 2.4, do contrato social, deliberada abaixo.

(vii) Em razão das deliberações (iv), (v), e (vi) acima, a cláusula 2, do contrato social da Sociedade, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três

Luiza Marinho
ef.



mil) cotas, no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
CRISTINA MARIA CUNHA	1.350	1.350.000,00	45
PEREIRA CAMARGO DA VEIGA			
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas cu adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

Luiza Marinho
ef.
//



2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, não estarem impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada.”

(viii) A sócia LUIZA MESQUITA MARINHO, acima qualificada, renunciou ao cargo de Diretora Vice-Presidente, em 04 de outubro de 2002, tendo sido a renúncia aceita pela Sociedade e pelas demais sócias à época, outorgando-se a renunciante e a Sociedade e demais sócias, reciprocamente, a mais plena, rasa, geral e irrevogável quitação por todo o período de gestão da renunciante, que por ora se regulariza.

(ix) Foi deliberada, ainda, a alteração da estrutura da administração da Sociedade, que passa a ser administrada pelas sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como Diretora Presidente, e ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, as quais, desde logo, declaram que não estão incursas em crime ou em qualquer outra hipótese legal que as impeça de exercer a atividade mercantil. Às Diretoras caberá representar a Sociedade e exercer as atribuições e os poderes necessários à realização dos fins sociais.

(x) Em razão da deliberação (ix) acima, os sócios resolvem alterar a cláusula 4, do contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pelas sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como Diretora Presidente, e ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao

Luiza Marinho
EF



objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta de 2 (duas) Diretoras para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade, com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

Luiza Marinho
EF



4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.”

(xi) Foi deliberado pelas sócias que ao término de cada exercício social elaborar-se-á o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, sendo que a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras dependerá de deliberação de sócios representantes de, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, bem como alterar as disposições acerca da destinação dos resultados do exercício e distribuição de dividendos passando a cláusula 7, do contrato social, a vigorar com a seguinte redação:

“7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do

Luiza Marinho
EF



exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.”

(xii) Ainda em razão da deliberação (v) acima, os sócios resolveram excluir o item 8.2, do contrato social, renumerando-se os itens seguintes.

(xiii) As sócias deliberaram incluir cláusula sobre as deliberações sociais, numerada como nova cláusula 8, do contrato social, bem como alterar o *quorum* necessário para, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, para deliberação de qualquer modificação do contrato social ou deliberação social que vise a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio, passando o antigo item 8.3, do contrato social, a ser o atual item 8.10.

(xiv) Em razão da deliberação anterior, a nova cláusula 8, do contrato social, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se as cláusulas seguintes:

“8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso,

Luiza Mainho
[assinatura]



designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e
(iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as

Luiz Hainho
J. L.



alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.”

(xv) Fica deliberada, ainda, a alteração do foro competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes do contrato social da Sociedade para o foro central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, passando o antigo item 8.4, do contrato social, atual item 9.2, a vigorar com a seguinte redação:

“9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.”

(xvi) Deliberou-se, também, a inclusão de estipulação acerca da aplicação da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável, nas omissões do contrato social da Sociedade, sob a designação de item 9.3, bem como a inclusão de estipulação acerca do quadro de pessoal, itens esses que vigorarão de acordo com os seguintes termos:

“9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil brasileiro), rege-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do art. 10, II, do Decreto n.º 85.064/1980.”

(xvii) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, as sócias resolvem, por fim, proceder a reforma global e consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Luiza Marinho
[assinatura]



“CONTRATO SOCIAL

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação das sócias, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

Luiza Maranhão
ef. /



2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA	1.350	1.350.000,00	45
CAMARGO DA VEIGA			
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

Luiza Marinho

El.



2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, não estarem impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pelas sócias CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, como Diretora Presidente, e ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d)

Leiza Marinho
EF.



contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incursas em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Luiz Galvão
J. //



5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a

Luiza Marinho
[Assinatura]



distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

Luiz Maranhão
[assinatura]



8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade, (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias

Luiza Marinho
[Assinatura]



decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.”

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

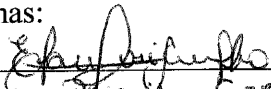
Cascavel/PR, 01 de junho de 2004.

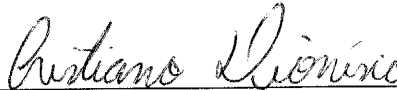

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

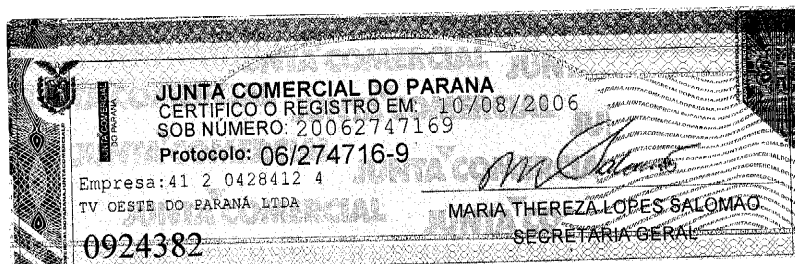

ELIZABETH LEMANSKI


LUIZA MESQUITA MARINHO

Testemunhas:

1. 
Nome: Elaine Priscila CERVELLO
RG: 8.261.198-3 /PR
CPF/MF: 050.316.559-09

2. 
Nome: CRISTIANO DIONÍSIO
RG: 3638378-0/PR
CPF/MF: 026.546.129-45



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camaraleg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 30

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial TV OESTE DO PARANÁ LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 2 0428412-4	CNPJ 03.699.194/0001-53	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 24/02/2000	Data de Início de Atividade 24/02/2000
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA ALEXANDRE DE GUSMAO, 1413, JD MARIA LUIZA, CASCAVEL, PR, 85.819-530			
Objeto Social A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO DE SONS(RADIO) E DE SONS E IMAGENS(TELEVISÃO),DE ACORDO COM OS ATOS DE OUTORGA DE PERMISSÃO E/OU DE CONCESSÃO QUE VENHA A OBTER DO GOVERNO FEDERAL/MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ,OU MEDIANTE A TRASNFERENCIA DIRETA DESSAS OUTORGAS,QUANDO PREVIAMENTE AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE;			
Capital: R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Não	Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado: R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS)			
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador
ELIZABETH LEMANSKI 024.437.429-54	1.500.000,00	SOCIO	Administrador
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA 066.553.909-66	1.500.000,00	SOCIO	Administrador
Último Arquivamento		Situação	
Data: 14/12/2017	Número: 20178259713	REGISTRO ATIVO	
Ato: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO		Status	
Evento (s):		COM IMPEDIMENTO JUDICIAL	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
1 - NIRE: 41 9 0067221-1		CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXX	
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA XV DE NOVEMBRO, 2250, MORRO ALTO, GUARAPUAVA, PR, BRASIL			
Observações: BLOQUEIO(S) JUDICIAL: 05ª VARA CÍVEL DE CURITIBA, OFÍCIO Nº: 2159/2011 DE 17/11/11 REFERENTE AOS AUTOS Nº: 26197-85.2011.8.16.0001. " PROCEDER AO BLOQUEIO DAS QUOTAS SOCIAIS DA TV OESTE PARANÁ LTDA., NIRE: 4120428412-4, TRANSFERIDAS AO AGRAVADO RÉU PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, 066.553.909-66, BEM COMO AVERBAR A EXISTÊNCIA DA DEMANDA SUPRA." PROTOCOLO JUCEPAR 11/407536-0 DE 02/12/2011.			

CURITIBA - PR, 07 de fevereiro de 2018

18/056154-5

Libertad Bogus

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



Para autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br

ou pelo 180561545 na Consulta de Autenticidade.
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Consulta disponível por 30 dias
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/4821871239-4845-9-0662115-4110>



Documento Assinado Digitalmente 07/02/2018
Junta Comercial do Paraná
CNPJ: 77.968.170/0001-99

Você deve instalar o certificado da JUCEPAR
www.juntacomercial.pr.gov.br/certificado

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DA QUINTA VARA CÍVEL
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ
UBIRAJARA BINHARA
Escrivão

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo os Autos de **AÇÃO ORDINÁRIA**, autuados sob o n.º **26197-85.2011.8.16.0001**, em que **PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA** move em face de **CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, ELIZABETH LEMANSKI, LUIZA MESQUITA MARINHO** e **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**, distribuídos sob o n.º 20710 em 20/05/2011, pelo Cartório do 2º Ofício Distribuidor, verifiquei que o feito tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência das quotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda, realizado pela Requerida Cristina Maria Cunha Pereira, para o Requerido Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. **CERTIFICO mais que** à causa foi atribuído o valor de R\$1.350.000,00. **CERTIFICO ainda que** na data de 17/03/2016, houve prolação de sentença nos autos, pela MM Juíza de Direito Substituta, Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, a qual julgou improcedentes os pedidos do autor, resolvendo o processo, relativamente aos réus TV Oeste do Paraná LTDA, Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito, fundamentando no inciso IV, do artigo 269, do Código de Processo Civil. Ao passo que julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com relação às rés Luisa e Elizabeth, com fulcro no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Condenando assim, o autor ao pagamento das custas processuais, bem como nos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa. Sendo que da referida sentença houve interposição de apelação pelo autor, a qual pende de apreciação pelo órgão competente. **CERTIFICO finalmente que** os autos supramencionados foram encaminhados à conclusão com a M.M Juíza de Direito TAÍS DE PAULA SCHEER, na data de 15/03/2015, não retornando ao Cartório até às 13:10 horas da presente data.*-*-*-*-*-*

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 21 de março de 2018.

Marcos Cesar de Souza Junior
Juramentado

Av. Cândido de Abreu, n° 535, 5° andar - Centro Cívico
Curitiba/Pr - Fone: (0xx) 41-3206-6424 - CEP: 80530-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 32

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ**

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº. 1413, Cep 85.819-530, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.699.194/0001-53, e, com filial no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº. 2250, Cep 85.065-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0002-34, vem à presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao disposto no artigo 4º, da Lei 10.610/02, apresentar a **DECLARAÇÃO** da composição de seu capital social, conforme segue:

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR R\$</u>
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

Termos em que pede recebimento.

De Cascavel para Curitiba, 05 de dezembro de 2014.

7º TABELIAO

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Diretor Vice-Presidente

7º. TABELIAO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R. Mal Deodoro, 230, centro F: 3094-7700
CURITIBA - PARANA

Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
[LONZSDK1]-PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA,
DA VEIGA.....
Nº: aibc6 . geok3 . bsjeh - 29gab . ffls
SELO DIGITAL: WWW.FUNARFEN.COM.BR

Em testemunho da verdade
Curitiba, 15 de dezembro de 2014

202-SANDY JALINE PALHANO
ESCREVENTE
SINAL PUBLICO EM WWW.CENSEC.ORG.BR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/01/2015
SOB NÚMERO: 20147205131
Protocolo: 14/720513-1, DE 18/12/2014
Empresa: 41.2.0428412-4
TV OESTE DO PARANÁ LTDA

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0 / pg. 33

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CONTRATO SOCIAL

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Av. Nossa Senhora da Luz, 1887 – Jardim Social – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 5.595.453-4 – SSP/PR e do CIC 024.437.429-54; e CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, brasileira, casada, artista plástica, residente e domiciliada à Rua José Bernardino Bormann, 1111 – 2º andar – Champagnat – Curitiba/PR, portadora da Carteira de Identidade 3.164.249-3 – SSP/PR e do CIC 394.160.899-15, resolvem constituir a sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., que se regerá pela legislação aplicável e pelas cláusulas a saber:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A sociedade por cotas de responsabilidade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413 – Jardim Maria Luíza, podendo, por deliberação da administração, ser criadas filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374)

SEI-35500-0103017/201421 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas;

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social é de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 cotas de R\$1.000,00 cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR-R\$
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00
CRISTINA MARIA CUNHA		
PEREIRA CAMARGO DA VEIGA	1.500	1.500.000,00
SOMA	3.000	3.000.000,00

2.2. Os sócios integralizam, neste ato, em moeda corrente do País, 20% (vinte por cento) das cotas subscritas, totalizando R\$600.000,00, sendo a parcela restante realizada pelos sócios em bens ou dinheiro no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados desta data.

2.3. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota, não podendo ser alienadas ou gravadas por qualquer forma, direta ou indiretamente, a nacionais ou estrangeiros, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, sem anuência, por escrito, dos sócios detentores de 80% (oitenta por cento) do capital social e da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.4. É admitida a participação como cotista, sem direito a voto nas deliberações sociais, de pessoa jurídica, cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, participação essa limitada a 30% (trinta por cento) do capital da Sociedade.

2.5. Os cotistas terão sempre preferência na aquisição proporcional das cotas do sócio que, por qualquer motivo, desejar se retirar da Sociedade, devendo exercê-la no prazo de trinta dias contados do recebimento da notificação recebida do sócio ofertante.

3. DO PRAZO



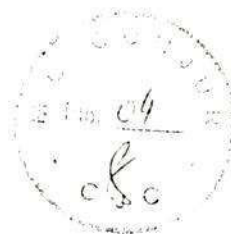
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374)

SEI-35500-010301/201421 / pg. 2

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



3.1. A sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. A administração da Sociedade caberá às cotistas ELIZABETH LEMANSKI e CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA, com a designação de Gerentes, com as atribuições e os poderes necessários à realização dos fins sociais, inclusive a nomeação de procuradores e o uso da denominação social, atuando sempre em conjunto.

4.2. Os administradores e procuradores com poderes de gerência da Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após a aprovação de seus nomes pelo órgão competente do Ministério das Comunicações.

4.3. É expressamente vedado aos procuradores designados a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.4. Todos os atos e instrumentos que importem em responsabilidade para a Sociedade, inclusive contratos em geral, cheques e outros títulos de crédito, dependerão, para sua validade, da assinatura dos Gerentes, ou de procurador ou procuradores nomeados, conforme estabelecidos os mandatos outorgados;

4.5. Os atos e instrumentos que importem em alienação, gravame, ônus ou aquisição de bens imóveis, ou a contratação de financiamentos bancários, dependerão, obrigatoriamente, da assinatura das duas gerentes ou de procuradores na forma estabelecida nos mandatos outorgados.

4.6. Os membros da administração terão direito a uma retirada "Pró-labore", cujo valor será fixado, anualmente, pelos cotistas, de acordo com a situação econômico-financeira da Sociedade e a legislação aplicável.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374)

SEI-35500.010301/201421 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio impedido.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do Espólio nos entendimentos com a Administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos na cláusula "5.1.", os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, nos 60 dias seguintes à data do evento e serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas de capital, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas, as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. Os balanços contábeis serão realizados em 31 de dezembro de cada ano, cujos resultados ou prejuízos apurados serão objeto de deliberação dos sócios, podendo ser criados fundos e provisões nos termos e limites legais.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

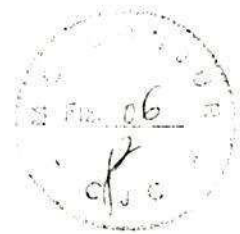
8.2. As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, ressalvado o disposto na cláusula 2.4. supra.

8.3. Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem prévia anuência do órgão competente do Ministério das Comunicações, dependendo, ainda, qualquer alteração contratual, inclusive para a transformação do tipo jurídico da



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>




sociedade, ou quaisquer deliberações sociais, da deliberação e assinatura do sócio ou sócios que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das cotas representativas do capital social.

8.4. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca do Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

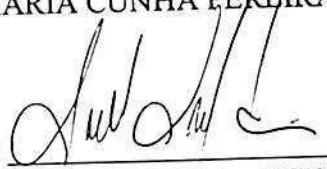
E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em quatro vias na presença de duas testemunhas.


Curitiba/PR 02/12/1.999


ELIZABETH LEMANSKI


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

Testemunhas:


NORBERTO DOERING JUNIOR
RG 3.585.399-5-PR
CPF 562.093.719-49

e 
MIGUEL ANGELO GASPARETTO
RG 4.000.260-0-PR
CPF 574.251.839-00

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/02/2000
SOB O NÚMERO:
41 2 0428412 4
Protocolo: 00/039621-4
TUF: FAME
SECRETÁRIO GERAL

A PRESENTE FOTOCOPIA E
REPRODUÇÃO NESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO NESTA DATA
7º TABELADO VOLTA
23 MAR 2000
Curitiba
Renato M. D. de
Valmir Ribeiro
Márcio F. Rodrigues
Roger Z. da Cruz
ESCREVENTES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (200434)

SEI-35506.016307/2014217 pg. 5

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

59
Rubrica:
850

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124

5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 896.657.759-87;

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, nº 179, casa 1, Vidigal, CEP 22450-220, portadora da carteira de identidade nº 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.588.407/96,

únicas sócias da sociedade empresária limitada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 41.2.0428412.4, em 24/02/2000, e alterações posteriores, e a última arquivada sob o nº 20062747169, em 28/04/2006 ("Sociedade"),

e, ainda,

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I/R.G nº 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, em Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410;

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

Certificamos que o selo de Autenticidade de Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

PARANÁ	
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA	
DOCUMENTO APRESENTADO	
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.	
7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES	
<input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO	
<input type="checkbox"/> FATIMA SOUZA JACOB	
<input type="checkbox"/> ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO	
<input type="checkbox"/> TATIANA LUIZA XAVIER GARBINI	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dej.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004374)

SEI35506-016307/201421 / pg. 6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

(i) Registrar que, em decorrência de separação judicial, a sócia que anteriormente assinava como CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA voltou a utilizar o seu nome de solteira, qual seja, CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA;

(ii) A sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, anteriormente qualificada, detentora de 1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) cotas da Sociedade, cede e transfere a PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, conforme instrumento em separado, com a expressa anuência das sócias ELIZABETH LEMANSKI e LUIZA MESQUITA MARINHO, também anteriormente qualificadas, a totalidade das quotas de sua titularidade, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas ou gravames, e, com isso, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA passa a integrar a Sociedade como sócio cotista, sub-rogando-se, para todos os fins, nos direitos e obrigações relativos às quotas cedidas, e, assim, em razão da cessão da totalidade de suas quotas, a sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA se retira da Sociedade, outorgando-se a cedente e o cessionário, bem como a cedente e a Sociedade, neste ato, a mais plena, ampla, geral, rasa e irrevogável quitação, para nada mais dele reclamarem um do outro, a qualquer título, em juízo ou fora dele.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

(iii) Em razão da deliberação (i) acima, a cláusula 2, do Contrato Social da Sociedade, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.350	1.350.000,00	45
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.

7.º TABELIÃO VOLPI

CURITIBA 12 JUN. 2008 PARANÁ

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
☐ FÁTIMA SOUZA JACOB
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ PATRÍCIA LUIZA XAVIER GARBINI

Escriturantes





radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

Atestamos que o selo de Autenticidade e Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, que não estão e não estarão impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada."

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.	
7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES <input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO <input type="checkbox"/> FÁBIO SOUZA JACOB <input type="checkbox"/> ACRIANA CRISTINA DE CARVALHO <input type="checkbox"/> LUIZA XAVIER GARBINI	

(iv) Os sócios aprovam a inclusão, no Contrato Social, de cláusula que permita a nomeação de administradores não sócios;

(v) Em decorrência da perda de condição de sócia de CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA e da intenção dos sócios de que permaneça ela como administradora da Sociedade, os sócios anteriormente qualificados, neste ato, nomeiam como administradora não sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade nº 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR,



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03d00

Rúbrica: J
3559 - setembro

inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.657.759-87, a qual, presente neste ato, declara, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que a impeça de exercer atividade mercantil, ou impedida de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(vi) Em razão das deliberações (iv) e (v) acima, fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora não sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, como Diretora Presidente, e pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sob as seguintes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, para operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

Atestamos que o selo de Autenticidade dos Atos foi afixado na última folha do presente entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

SEMPRE FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.	
7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES <input type="checkbox"/> WILLIAN HENRIQUE CARNIATTO <input type="checkbox"/> PATIANA SOUZA JACOB <input type="checkbox"/> ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO <input checked="" type="checkbox"/> ELIZABETH LEMANSKI	

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras pelas seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.



4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."

Atestamos que o selo de Autenticidade
foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

A PRESENTE FOTOCOPIA É
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7.º TABELIÃO VOLPI

12 JUN. 2008

CURITIBA

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
☐ FATIMA SOUZA JACOB
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ TATIANA LUIZA XAVIER GARSINI

64
F. 01
F. 02
F. 03
F. 04
F. 05
F. 06
F. 07
F. 08
F. 09
F. 10
F. 11
F. 12
F. 13
F. 14
F. 15
F. 16
F. 17
F. 18
F. 19
F. 20
F. 21
F. 22
F. 23
F. 24
F. 25
F. 26
F. 27
F. 28
F. 29
F. 30
F. 31
F. 32
F. 33
F. 34
F. 35
F. 36
F. 37
F. 38
F. 39
F. 40
F. 41
F. 42
F. 43
F. 44
F. 45
F. 46
F. 47
F. 48
F. 49
F. 50
F. 51
F. 52
F. 53
F. 54
F. 55
F. 56
F. 57
F. 58
F. 59
F. 60
F. 61
F. 62
F. 63
F. 64
F. 65
F. 66
F. 67
F. 68
F. 69
F. 70
F. 71
F. 72
F. 73
F. 74
F. 75
F. 76
F. 77
F. 78
F. 79
F. 80
F. 81
F. 82
F. 83
F. 84
F. 85
F. 86
F. 87
F. 88
F. 89
F. 90
F. 91
F. 92
F. 93
F. 94
F. 95
F. 96
F. 97
F. 98
F. 99
F. 100

(vii) fica alterada a cláusula 9, do Contrato Social, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.”

certificamos que o selo de Autenticidade e Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

PRESENTE FOTOCOPIA E
APRESENTAÇÃO FIEL, DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7.º TABELIÃO VOLPI

CURITIBA 1.º JUN. 2008

FLORA FLORES RODRIGUES
WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
FATIMA SOUZA JACOB
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
TATIANA LUIZA XAVIER GARBINI

(viii) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, as sócias resolvem, por unanimidade, proceder à reforma global e à consolidação do contrato social da Sociedade, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONTRATO SOCIAL

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.



1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial n.º 1, podendo, por deliberação das sócias, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programação de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

Atestamos que o selo de Autenticidade
foi afixado na última folha de
origem entregue para a parte
[assinatura]



2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA	1.350	1.350.000,00	45

DA VEIGA			
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócias sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócias e suas descendentes, ascendentes, colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação espelha acerca da radiodifusão.

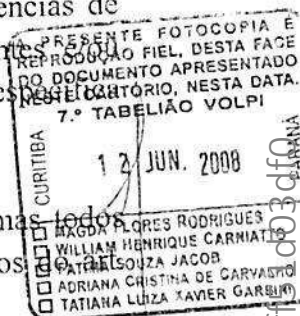
2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram as sócias, sob as penas da lei, não estarem impedidas, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócias de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

certificamos que o seio de Autenticidade
de Ato foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte
7º Tabelião Volpi



67
y
0055

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora não sócia CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, como Diretora Presidente, e pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Vice-Presidente, dispensadas de prestar caução, às quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

Atestamos que o selo de Autenticidade e Ato foi afixado na última folha do instrumento entregue para a parte. 70 T. Thailân Volpi

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuação em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

PARANÁ	REPRODUÇÃO FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA, NÃO DEVE SER APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
CUIABÁ	2008
CUIABÁ	PARANÁ
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES	<input type="checkbox"/> TATIANA LUIZA TAVIER GARDINI
<input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO	
<input type="checkbox"/> FÁTIMA SOUZA JACOB	
<input type="checkbox"/> JESSICA DE CARVALHO	

4.3. As Diretoras terão direito a uma retirada *pro-labore* mensal, fixada de comum acordo pelas sócias representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer das Diretoras e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta das 2 (duas) Diretoras, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

SSC
Rubrica: 68
unicação

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança das sócias, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, as administradoras declaram, sob as penas da lei, não estar incursas em crime que as impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidas de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

certificamos que o selo de Autenticidade
de Alos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte
7º Tabelião Volpi

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA. 7.º TABELIÃO VOLPI	
CURITIBA	12 JUN. 2008
PARANÁ	
Escritório	
<input type="checkbox"/> MAGDA FLORES RODRIGUES <input type="checkbox"/> WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO <input type="checkbox"/> FATIMA SOUZA JACOB <input type="checkbox"/> ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO <input type="checkbox"/> TATIANA LUIZA XAVIER GARDINI	





6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais

certificamos que o selo de Autenticidade de Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

PRESENTE FOTOCOPIA
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FOLHA
DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7º TABELIÃO VOLPI
CURITIBA
11 JUN 2008
☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ HENRIQUE CARNIATTO
☐ FÁTIMA SOUZA JACOB
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ FÁTIMA SOUZA XAVIER GARDINI



8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Altos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

A PRESENTE FOTOCOPIA
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
2 JUN. 2008

SECRETÁRIO
Neste

WAGDA FLORES RODRIGUES
WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
FATIMA SOUZA JACOB
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
TATIANA LUIZA XAVIER GARBINI

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº



Fls. 7
Rótulo: 8
Cópia

4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

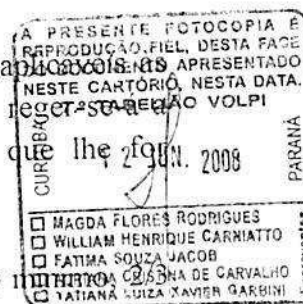
9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

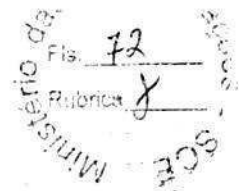
9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

certificamos que o selo de Autenticidade
de Ato foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi





Cascavel/PR, 21 de março de 2007.


CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA


ELIZABETH LEMANSKI


LUIZA MESQUITA MARINHO


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

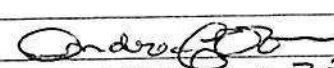
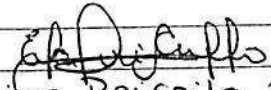
A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA. 7.º TABELIAO VOLPI

CURITIBA 12 JUN. 2008 PARANÁ

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ WILLIAM HENRIQUE CARNIATTO
☐ FATIMA SOUZA JACOB
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ TATIANA LUIZA MESQUITA MARINHO

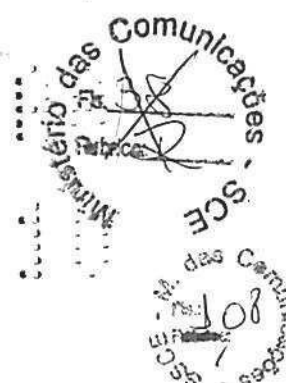


Testemunhas:

1.  Nome: ANDREGA L. C. ZETOLA RG: 4.308.258-0/PR CPF/MF: 688.358.603-34	2.  Nome: Elaine Priscila Cervello RG: 1.281.198-3 /SSP-PR CPF/MF: 050.316.559-09
--	---



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124



6ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54;

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I.R.G n.º 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, n.º 83, Bigorrrilho, em Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410; e

LUIZA MESQUITA MARINHO, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Niemeyer, n.º 179, casa 1, Vidigal, CEP 22450-220, portadora da carteira de identidade n.º 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 053.588.407/96,

únicos sócios da sociedade empresária limitada TV OESTE DO PARANÁ LTDA., sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41204284124, em 24/02/2000, e alterações posteriores, sendo a última arquivada sob o n.º 20071914994, em 22/05/2007 ("Sociedade"),

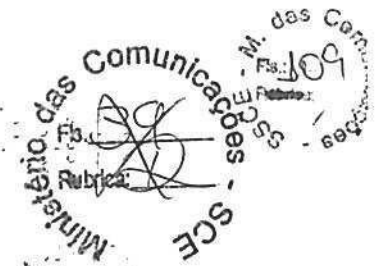
têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

- (i) Registrar a renúncia da Sra. **CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA**, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, residente e domiciliada na Rua Doutor Aluizio França, n.º 83, Bigorrrilho, CEP 80710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 3.164.249-3, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.657.759-87, ao cargo de administradora não sócia;

PRESENTE FOTOCÓPIA E
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7.º Tabelião Volpi



Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



- (ii) A sócia administradora ELIZABETH LEMANSKI, que atualmente ocupa o cargo de Diretora Vice-Presidente, passa a ocupar o cargo de Diretora Presidente;
- (iii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i) e da alteração mencionada no item (ii), os sócios, por unanimidade de votos, elegem para o cargo de administrador não sócio, como Diretor Vice-Presidente, o Sr. LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Estevão Bayão, nº 226, ap. 31, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, o qual, presente neste ato, declara, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que o impeça de exercer atividade mercantil, ou impedido de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.
- (iv) Em razão do contido nos itens (i), (ii) e (iii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Presidente, e pelo administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de



Autenticamos que o selo de Autenticidade
Atos foi afixado na única folha do
documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.



4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelas sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em



Certificamos que a veracidade de Autenticidade de Atos foi atestada na última folha do documento entregue para a parte.



virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



- (v) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à reforma global e à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONTRATO SOCIAL

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial n.º 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7.º TARELADO VOLPI

CURTIBA 03 MAR 2010 PARANÁ



Certificamos que a ~~assinatura~~ Autenticidade
de Atos foi atestado na última folha do
documento entregue para a parte.

Página 4 de 4

[Handwritten signatures and initials]





(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.350	1.350.000,00	45
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.350	1.350.000,00	45
LUIZA MESQUITA MARINHO	300	300.000,00	10
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre o terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e

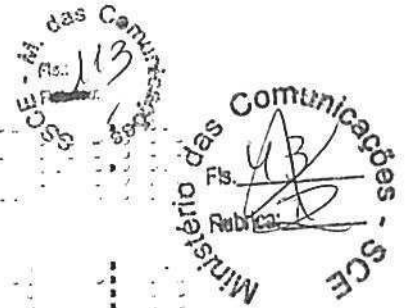
A PRESENTE FOTOCOPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7º Tabelião Volante

03 MAR. 2010



JURISDIÇÃO
DE CARVALHO
JER GARBINI
DEMA PERÚCIO
JUIZ
JANTOS FLOR

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volante



forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre os sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

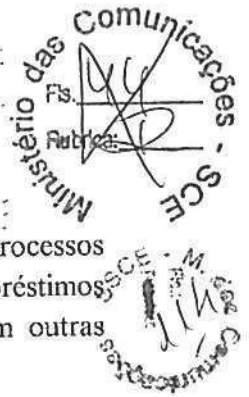
4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, como Diretora Presidente, e pelo administrador não sócio LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores para os seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração,



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Handwritten signatures and initials.



salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos, destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema

PRESENTE FOTOCÓPIA E
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7ª TABELAÇÃO VOLP

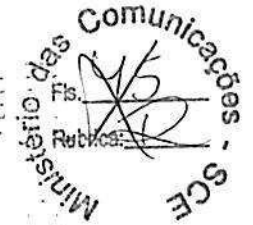
03 MAR. 2010



RODRIGUES
A DE CARVALHO
CABRER CARBONI
INQUER PERUCCI
NKIU
B SANTOS FLOR

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.

7. Tabelação Volp



financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7º TABELIÃO VCIPI

CURTIBA
03 MAR. 2010
PARANÁ

MAGDA LÓREZ RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
TATIANA GARBINI
EDERSON PERÚCIO
JONAS FLOR

Escritórios

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volm



da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por

PRESENTE FOTOCÓPIA E
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA
7.º TABELIÃO VOLPI

03 MAR 2010

MAGDA FLORIS RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
TATIANA LUIZA VASCONCELOS
EDER
BERE
JOHN

7.º TABELIÃO VOLPI

Atestamos que o selo de Autenticidade
foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte
7.º Tabelião Volpi



representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA:
7º TABELIÃO VOLPI

03/MAR/2010

RODRIGUES
DE CARVALHO
MIEG GARBINI
JUR.º
CURTIBA

Certificamos que o selo de Autenticidade
dos Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi

Página 10 de 10

[Handwritten signatures and initials]

Autenticidade assinatura: camara leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo (2004314)

SEI 53366-010501/2014 21 / pg. 29

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 25 de junho de 2007.

ELIZABETH LEMANSKI

7º TABELIÃO

18072007114447

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

7º TABELIÃO

LUIZA MESQUITA MARINHO

500 f. c. de Notas.
Rua Real Grandeza nº 193 Lj-1/11-Botafogo, Reconheço, por semelhança,
a firma de: LUIZA MESQUITA MARINHO
Rio de Janeiro - RJ 18/07/2007.
Em testemunho da Verdade.
Custas: R\$ 4,31

ATERNALDES DA CUNHA GONZAGA - SUPERINTENDENTE
Tabelião Elmano Gomes Cardia Jr

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

7º TABELIÃO



Administrador não sócio:

Testemunhas:

1.
Nome: Paulo de Roschett
RG: 4015631-9/587PR
CPF/MF: 02403895-12

2.
Nome: Elouze Priscila Casella
RG: 8.361.193-3/PR
CPF/MF: 050.316.559-09

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54;

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I/R.G n.º 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, n.º 83, Bigorrilho, era Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410; e

LUIZA MARINHO RABELO, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, arquiteta, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Vieira Souto n.º 192/apto. 201, Ipanema, CEP 22420-000, portadora da carteira de identidade n.º 12254057-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 053.588.407/96, neste ato representado por **Roberto Pinheiro da Silva**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do documento n.º 20.50582-5 de 19.09.2001 expedido pelo CRA, inscrito no CPF sob n.º 455.608.207-25, residente e domiciliado na Rua Afrânio de Melo Franco, 135/4º andar, conforme procuração lavrada no 5º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, localizado na Rua Real Grandeza n.º 193, loja 1, e registrada no Livro 3735, fls. 31-31, em 08 de setembro de 2010 do 5º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, doravante denominado simplesmente "PROMITENTE CEDENTE",

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

fazem entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004314)

SEI 53500-010501/2014 21 / pg. 31

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



(i) registrar que, em decorrência de casamento, a sócia **LUIZA MESQUITA MARINHO** passou a utilizar o nome de **LUIZA MARINHO RABELO**;

(ii) Neste ato, a sócia **LUIZA MARINHO RABELO**, anteriormente qualificada, titular de 300 (trezentas) quotas, a título oneroso e mediante instrumento em separado, cede e transfere a totalidade das suas quotas da seguinte forma: a) a **ELIZABETH LEMANSKI**, também anteriormente qualificada, 150 (cento e cinquenta) quotas das quais é titular na **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, quotas essas que se encontram integralmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, reais ou pessoais, legais ou convencionais, judiciais ou extrajudiciais; b) a **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, também anteriormente qualificado, 150 (cento e cinquenta) quotas das quais é titular na **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, quotas essas que se encontram integralmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, reais ou pessoais, legais ou convencionais, judiciais ou extrajudiciais. Assim, em razão da cessão da totalidade de suas quotas, sócia **LUIZA MARINHO RABELO** se retira da sociedade e se sub-rogam os cessionários, **ELIZABETH LEMANSKI** e **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, para todos os fins, nos direitos e obrigações relativos às quotas cedidas, outorgando-se cedente e cessionários, bem como o cedente e a sociedade, mutuamente, a mais plena, ampla, geral, rasa e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo e qualquer título, em juízo ou fora dele, em relação à cessão acima mencionada, razão pela qual a Cláusula 2, do Contrato Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50

A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DESTA FOLHA DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA 7º TABELIÃO VOLPI

03 JUN. 2021

PARANÁ

MAGDA LOPES RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
CARINE CARVALHO SOARES
CLEVERSON MENDES
DANIELE BERNARDI SILVA
LAIS APARECIDA RAMOS
NATALIA SAFANELLI FONTANA



Página 2 de 17

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004314)

SEI 53500-010501/2014 21 / pg. 32

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social

Ministério das Comunicações
 46
 Rubrica
 306

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cot. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
 7.º Tabelião Veloso



Handwritten signatures and initials.



2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada."

(iii) os sócios, por unanimidade de votos, elegem para o cargo de Diretor Vice-Presidente o sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, o qual, presente neste ato, declara, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que o impeça de exercer atividade mercantil, ou impedido de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(iv) O administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82510-020, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, que ocupava o cargo de Diretor Vice-Presidente, passará a ocupar o cargo de Diretor Adjunto à Presidência.

(v) em decorrência das deliberações contidas nos itens (ii), (iii) e (iv) acima, a Cláusula 4, do Contrato Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, e pelo

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



Página 4 de 17

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'ELIZABETH LEMANSKI' and another that appears to be 'PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA'.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (200434)

SEI 53500-010501/2014 21 / pg. 34

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82510-020, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, como Diretor Adjunto à Presidência, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta de pelo menos 2 (dois) Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta

Certificamos que o selo de Autenticidade de Alos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



Página 5 de 17



Autenticidade da assinatura: <https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 35

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ministério das Comunicações
49
Rubrica

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social

dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



Página 6 de 17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (2004314)

SEI 53366-010501/2014 21 / pg. 36

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."

(vi) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, n.º 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da carteira de identidade n.º 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 024.437.429-54; e,

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, natural de Curitiba, Estado do Paraná, solteiro, estudante, portador da C.I/R.G n.º 6.000.000-0-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 066.553.909-66, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluísio França, n.º 83, Bigorrião, em Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.710-410;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luíza, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o n.º 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Certificamos que o selo de Autenticidade de Albs foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7ª Tabelião Veiga



Página 7 de 17



1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, n.º 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, n.º 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
Rafael Velloso





2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Alós foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Velpi





2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.

3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, e pelo administrador não sócio LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82510-020, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.579.885-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 648.395.329-15, como Diretor Adjunto à Presidência, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e

Certificamos que o selo de Autenticidade de Alos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi



Handwritten signatures and initials.

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social



municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta de pelo menos 2 (dois) Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.





4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS CCTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de liquidação de haveres do sócio.

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.



Handwritten signatures and initials.





6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido

no item 7.2. acima.



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.





8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.





secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

Certificamos que o selo de Autenticação de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi





9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 20 de outubro de 2010.

ELIZABETH LEMANSKI

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

LUIZA MARINHO RABELO
p.p Roberto Pinheiro da Silva

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atas foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7º Tabelião Volpi




TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
7ª Alteração do Contrato Social

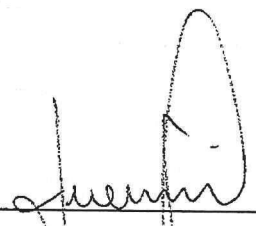


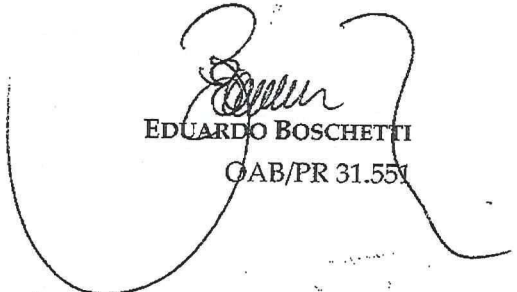
Administrador não sócio:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Eduardo Santos de Andrade
RG: 7.266.816-2/PR
CPF/MF: 647.559.757-00

2. 
Nome: Rita de Cacia de Medeiros Guerim
RG: 8.063.3404-52 SSP/RS
CPF/MF: 787.960.320-49


EDUARDO BOSCHETTI
OAB/PR 31.551

[continuação das assinaturas]



TABELIONATO
DE
NOTAS
ERV31207



Ministério das Comunicações
Fls. 66
Rubrica HP

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluísio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Registrar a renúncia do administrador não sócio **LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82.510-020, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.579.885-2, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.395.329-15, ao cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(ii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i), os sócios, por unanimidade de votos, aprovam a extinção do cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(iii) Em razão do contido nos itens (i) e (ii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, para passar a vigorar com a seguinte redação:

A PRESENTE FOTOCÓPIA É
REALMENTE PASSADA ÀS
FOLHAS DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7.º TABELIÃO VOLPI

CURITIBA 23 DEZ. 2013 PARANÁ

☐ MAGDA FLORES RODRIGUES
☐ ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
☐ CARINE CARVALHO SOARES
☐ CLEVERSON MENDES
☐ DANIELE BERNARDI SILVA
☐ LAIS APARECIDA RAMOS
☐ MARCELA SILVA PIOVESAN CAVICHOLI

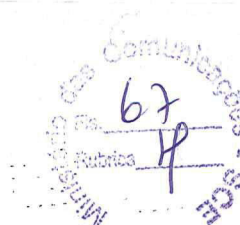
Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

belião Volpi



Autenticado eletronicamente, após

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.jucepar.br/4845950a-21ff51d03df0>



"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus



Atestamos que o selo de Autenticidade de Ato foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º TABELIÃO VOLPI

Folha 2 de 13

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

Ministério das Comunicações
68
Rubrica
4

limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

7.º Tabelião Volpi

Ministério das Comunicações
69
Rúbrica

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(iv) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluísio França, nº 83, Bigorrrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

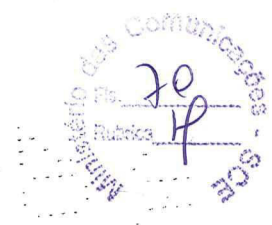
1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 4 de 13

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social



1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

- (a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;
- (b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;
- (c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;
- (d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e
- (e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:

Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 5 de 13

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

A PRESENTE FOTOCÓPIA É REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA. 7.º TABELIÃO VOLPI

23 DEZ. 2013

PARANÁ

MAGDA FLORES RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
CARINE CARVALHO SOARES
CLEVERSON MENDES

DA
LA
MA

OS
SAN CAVICHOLI

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social



COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

Folha 6 de 13



3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95%

Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.
7.ª Tabelião Volpi

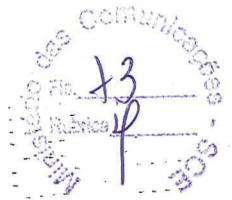
Folha 7 de 13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



(noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 8 de 13



defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

Folha 9 de 13



deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

Folha 10 de 13

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social



8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.

A PRESENTE FOTOCOPIA É
REPRODUÇÃO FIEL, DESTA FACE
DO DOCUMENTO APRESENTADO
NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.
7ª TABELIÃO VOLPI

23 DEZ. 2013

PARANÁ

MAGDA FLORES RODRIGUES
ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
CARINE CARVALHO SOARES
CLEVERSON MENDES
DANIELE BERNARDI SILVA
LAIS APARECIDA RAMOS
MARCELA SILVA PIOVESAN CAVICHOLI



Certificamos que o selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do
documento entregue para a parte.

Folha 11 de 13

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

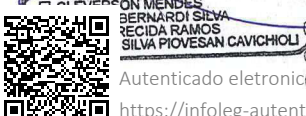
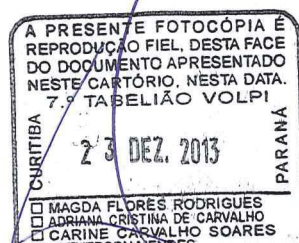
9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 10 de fevereiro de 2012.


ELIZABETH LEMANSKI


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA



Certificamos que o selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.
7.º Tabelião Volpi

Folha 12 de 13


TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social



Administrador não sócio renunciante:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Andrea Lambert de Castro Zetola
CPF/MF 688.958.609-34
RG: OAB/PR: 21.863
CPF/MF:

2. 
Nome: Mayara Cardoso da Silva
RG: 9.932.893-2
CPF/MF: 004.508.009-51.



[continuação das assinaturas]



08 AGO 2000

DECRETO DE 7 DE AGOSTO DE 2000.

Transfere a concessão das entidades que menciona para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I — RÁDIO CULTURA DE ITUVERAVA LTDA., na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo, renovada pela Portaria MC nº 59, de 20 de fevereiro de 1985, autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 195/87 – GM, de 29 de setembro de 1987, do Ministério das Comunicações, para a Empresa de Radiodifusão Cultura Ltda. (Processo nº 50830.001484/93);

II — S.I.R. – SISTEMA INDEPENDÊNCIA DE RÁDIO E COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, renovada pelo Decreto de 25 de outubro de 1996, para a Fundação Cultural de Radiodifusão "Arthur de Souza Valle" (Processo nº 53830.001098/97);

III — RÁDIO PAJEÚ DE EDUCAÇÃO POPULAR LTDA., na cidade de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984, para a Fundação Cultural Senhor Bom Jesus dos Remédios (Processo nº 53103.000448/99).

Art. 2º Fica transferida a concessão outorgada à REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS LTDA., renovada pelo Decreto nº 98.481, de 7 de dezembro de 1989, para a Fundação José de Paiva Netto explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001147/98).

Art. 3º Fica transferida a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE GUAJARÁ-MIRIM LTDA., renovada pelo Decreto de 8 de agosto de 1994, para a Fundação Dom Rey explorar



fls. 2, do Decreto de de de 2000

serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia (Processo nº 29100.110888/80).

Art. 4º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV):

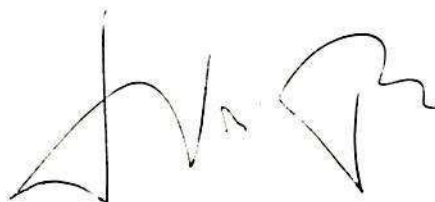
I — TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000150/2000);

II — TV INDEPENDÊNCIA-GUARAPUAVA LTDA., anteriormente denominada TV Araucária Ltda., na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.280, de 3 de outubro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000168/2000).

Art. 5º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são transferidas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.





08 244	0515 1279 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 90 0 178	260.000	08 244	0515 1279 0019	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DE SAO PAULO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 P 90 0 178	60.000
08 244	0515 1279 0015	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO PARANA - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 90 0 178	70.000	TOTAL - FISCAL				7.000.000
					TOTAL - SEGURIDADE				0
08 244	0515 1279 0017	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4 90 0 178	30.000	TOTAL - GERAL				7.000.000
			F 4 90 0 178	30.000	(*) N. da DUOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seq. 1, pág. 15.				

(*) N. da DIJOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seção 1, pág. 15.

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Credencia o Centro Universitário Luterano de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1962, no art. 46 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, no Decreto nº 3.06, de 19 de agosto de 1997, e tendo em vista o Processo nº 23.000.004295/99-39, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica credenciado, pelo prazo de três anos, o Centro Universitário Luterano de Manaus, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Renova concessão das entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - AM CIDADE DE FORTALEZA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, outorgada originariamente à Rádio Cidade de Fortaleza Ltda., na cidade de Maranguape, Estado do Ceará, pela Portaria MVOP nº 738, de 6 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985, autorizada a transferir sua outorga para a localidade de que trata este inciso, conforme Decreto nº 96.571, de 24 de agosto de 1988, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual pela Portaria nº 205, de 8 de julho de 1992, do Secretário Nacional de Comunicações (Processo nº 53650.000204/94);

II - FUNDAÇÃO PADRE PELÁGIO - Rádio Xavantes de Ipameri, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Ipameri, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 25.838, de 16 de novembro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 92.088, de 9 de dezembro de 1985 (Processo nº 53670.000109/94);

III - RÁDIO ALVORADA DE RIALMA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rialma, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 540, de 16 de novembro de 1960, e renovada pelo Decreto nº 90.084, de 20 de agosto de 1984 (Processo nº 29670.000453/93);

IV - RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 368, de 12 de agosto de 1960, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 29670.000357/93);

V - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE CAMPO GRANDE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 268, de 5 de junho de 1939, e renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984 (Processo nº 5270.000108/94);

VI - FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Sociedade de Manhuaçu Ltda., conforme Portaria MVOP nº 324, de 11 de abril de 1950, renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 92.567, de 17 de abril de 1986, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50710.000140/94);

VII - RÁDIO CLUBE DE CURVELO LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria MVOP nº 810, de 27 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.495, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 5170.000136/94);

VIII - ITA - NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., a partir de 4 de maio de 1994, na cidade de Itaituba, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.508, de 3 de abril de 1984 (Processo nº 520.000175/94);

IX - RÁDIO ORIENTE DE REDENÇÃO LTDA., a partir de 1º de abril de 1994, na cidade de Redenção, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.475, de 23 de março de 1984 (Processo nº 520.000387/94);

X - RÁDIO BITURY LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 372, de 4 de junho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 92.671, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 520.000307/94);

XI - RÁDIO CULTURA DO NORDESTE S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 492, de 6 de agosto de 1958, e renovada pelo Decreto nº 96.829, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53103.000175/94);

XII - FUNDAÇÃO CULTURAL SENHOR BOM JESUS DOS REMÉDIOS, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Angicos da Ingazeira, Estado de Pernambuco, outorgada originariamente à Rádio Pajé de Educação Popular Ltda., conforme Portaria MVOP nº 441, de 2 de outubro de 1959, renovada pelo Decreto nº 96.548, de 23 de outubro de 1984, e transferida pelo Decreto de 7 de agosto de 2000, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53103.000103/94);

XIII - RÁDIO TRÊS RIOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 758, de 19 de agosto de 1946, e renovada pelo Decreto nº 89.631, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 520.000262/94);

XIV - EMPRESA JORNALÍSTICA NOROESTE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MJNI nº 303 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53790.000086/94);

XV - RÁDIO SOCIEDADE RONDÔNIA LTDA., a partir de 21 de maio de 1991, na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, outorgada pelo Decreto nº 85.905, de 14 de abril de 1981 (Processo nº 29000.000285/91);

XVI - RÁDIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 250, de 2 de abril de 1956, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 50820.000061/94);

XVII - RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MJNI nº 301 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 50820.000059/94);

XVIII - RÁDIO ATALAIA DE SERGIPE LTDA., a partir de 11 de fevereiro de 1995, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe, outorgada pelo Decreto nº 90.647, de 10 de dezembro de 1984 (Processo nº 53840.000229/94).

Art. 2º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, originariamente outorgada à TV Carimã Ltda., conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, e transferida para a TV OESTE DO PARANÁ LTDA., pelo Decreto de 7 de agosto de 2000 (Processo nº 53740.000797/99).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I - RÁDIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA., na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000630/97);

II - SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000828/97);

Art. 2º As concessões ora outorgadas rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.





Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 227, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS E CASAS DE JARDINÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ACVOLCAJA - Associação Comunitária de Voluntários e Casas de Jardinópolis a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 228, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 591, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Imprensa Nacional**

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL - SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

VALDECI MEDEIROS
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 230, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE LAVÍNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 231, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 232, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à MERCOS BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Mercos Brasília Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 233, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à HERRERA GRILLO PUBLICIDADE S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saratã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saratã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 234, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2002**

Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere ao Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Canim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(OE El. nº 153/2002)

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL**

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 67, de 4 de setembro de 2002, que "dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às





BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 024.437.429-54

ELIZABETH LEMANSKI

CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
03.699.194/0001-53	TV OESTE DO PARANA LTDA	0,00	50,00	DIRETORA PRESIDENTE	TV	PR	Cascavel	--

Usuário: **anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira**

Data: **26/03/2018**

Hora: **15:48:48**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

http://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 26/03/2018

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet

teia

menu

ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 066.553.909-66

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
03.699.194/0001-53	TV OESTE DO PARANA LTDA	0,00	50,00	DIRETOR VICE-PRESIDENTE	TV	PR	Cascavel	--
78.712.056/0001-66	RADIO INTERCONTINENTAL LTDA	0,00	25,00	--	FM	PR	Curitiba	--

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 26/03/2018

Hora: 15:49:17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

http://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 26/03/2018

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 26/03/2018

Hora: 15:49:39



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Altair de Santana Pereira**

Data/Hora: **26/03/2018 16:01:42**

Consulta Geral - TV

Identificação do Canal PB

UF: PR
Município: Cascavel
Frequência: 192 MHz a 198 MHz
Classe: E
Canal: 10-

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA
Nome Fantasia: RPC
Nº Estação: 322529654
Primeiro Licenciamento:

Fistel: 05022887797
CNPJ: 03.699.194/0001-53
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 19/01/2012 10:33:53

☐ **Dados do Plano Básico**

☐ **Dados da Outorga**

☐ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	90609		Decreto	MC	04/12/1984	05/12/1984	Outorga	Jur.
	12065		ATO	ER	04/10/2000	18/10/2000	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
	11111		Decreto	PR	26/03/2001	27/03/2001	Renovação	Jur.
	235		Decreto Legislativo	CN	31/10/2002	04/11/2002	Renovação	Jur.
	95		Portaria	SSCE	19/07/2011	22/07/2011	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
	25		Despacho	SSCE	18/01/2012		Novas condições de operação	Téc.

☐ **Característica da Estação Instalada**

☐ **Dados do Licenciamento**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara-deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0
http://sisemasnet/srd/Consultas/ConsultaGera/Tela.asp?hdnImprimir=true

26/03/2018

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL****1.1 (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**

Processo nº 53900.010501/2014-21		
Entidade: TV Oeste do Paraná Ltda.		
Executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens	Localidade: Cascavel	UF: PR
Validade da Outorga: vencida	Período: 2014-2029	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0083981
b) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	OK	evento SEI n.º 0083981, fls.5/6
c) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	OK	evento SEI n.º 0083981, fl.8
d) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2
e) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2
f) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2
g) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.2



2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 2804314, fls. 1/5 (contrato social); fls. 6/19 (5ª alteração); fls. 20/30 (6ª alteração); fls. 31/47 (7ª alteração); fls. 48/60 (8ª alteração); evento SEI n.º 2797392, fls. 3/4 (1ª alteração); fls. 5/10 (2ª alteração); fls. 11/12 (3ª alteração); fls. 13/30 (4ª alteração)
	2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 0742717, fl. 63 evento SEI n.º 2797392, fl. 31
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.3
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 0742717, fl.22
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 2423583
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 2521302, fl.4 (Estadual); evento SEI n.º 2521302, fl. 5 (Federal); evento SEI n.º 0083981, fl. 27 (municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 2682808
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n.º 2682822
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 2426466, fl.1
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 1257343, fls. 2/5

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	26/03/2018



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Lista de Verificação de Documentos (2604306)

SEI 55900.010501/2014-21 / pg. 70

NOTA TÉCNICA Nº 6466/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.010501/2014-21

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A concessão para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, foi outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4.12.1984, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 5.12.1984 (evento SEI n.º 2426449, fl.3). O correspondente contrato de outorga foi celebrado entre a União e a Televisão Carimã Ltda. no dia 21.12.1984, e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6466 (2804682)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 71

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

foi transferida, para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7.8.2000, publicado no D.O.U. de 8.8.2000 (evento SEI n.º2805519, fls. 1/2). A concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24.12.1999, por meio do Decreto Presidencial s./n.º de 26.3.2001, publicado no D.O.U. de 27.3.2001, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 235, de 2002 (evento SEI n.º2805519, fls. 3/4).

7. Com efeito, constata-se que a concessão se encontra vencida desde 24.12.2014. .

8. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado nesta Pasta em 6.8.2014, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 15 (quinze) anos. Assim, considerando que o antigo prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação se deu entre 24.6.2014 e 24.9.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6406 (2804682)

SEI 53596-01/2014-21 / pg. 72

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 2804506.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º0742717, fl. 22). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 2797392, fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria n.º 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo n.º 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão



da existência da Ação Ordinária n.º 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 01250.016482/2018-78 apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº 2805329).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º 2805329, fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º 2643463), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com a Nota Técnica n.º 3.923/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2675983), da lavra de engenheiro (a) desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6406 (2804682)

SEI 535906.016501/2014-21 / pg. 74

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

da outorga, devendo o processo (acompanhado das minutas dispostas no campo próprio abaixo) ser remetido à Conjur.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 26/03/2018, às 17:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 26/03/2018, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/03/2018, às 18:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2804682** e o código CRC **AB49D853**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2804682



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 6466 (2804682)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 77

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação de outorga formulado TV Oeste do Paraná Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel, estado do Paraná, pelo período de 24/12/2014 a 24/12/2029.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, regulamentação complementada pelo que dispõe o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, condicionado o seguimento do trâmite do presente feito à apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada.

V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República para decidir, por meio de Decreto, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação, com base na instrução, dotada de parecer e exposição de motivos, a ser finalizada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para que, atendida a condicionante mencionada, adote as providências cabíveis para sequência do feito.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de **TV Oeste do Paraná Ltda.** e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão, para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada pede renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens no Município de Cascavel, Estado do Paraná, no período de 24/12/2014 a 24/12/2029.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460>

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460>

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA N° 6.466/2018/SEI-MCTIC**, que aprovada pelas autoridades competentes remeteu o feito, e conforme denota a documentação acostada aos autos (**Doc. SEI n° 2426449**), a outorga inicial para execução do serviço foi conferida pelo **Decreto n° 90.609, de 04/12/1984, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 05/12/1984, inicialmente em favor de Televisão Carimã Ltda**, nos termos de **contrato celebrado em 21/12/1984 e publicado no DOU de 21/12/1984**. Contudo, por meio do **Decreto Presidencial sem número de 07/08/2000, publicado no DOU de 08/08/2000**, a outorga em questão foi **transferida para a ora requerente, TV Oeste do Paraná Ltda.**, consoante evidenciado pela documentação (**Doc. SEI n° 2805519**), que também revela ter sido a concessão **renovada pelo período de 15 anos, a partir 4/12/1999**, nos termos do **Decreto Presidencial sem número de 26/03/2001, publicado no DOU de 27/03/2001, devidamente cancelado pelo Decreto legislativo n° 235/2002**.

3. Em **06/08/2014 (Doc. SEI n° 0083981)** foi protocolizado pela entidade interessada o pedido de renovação da outorga, sendo deflagrado o presente processo administrativo. A Secretaria de Radiodifusão analisou o pedido, opinando, ao fim, por seu deferimento, em conclusão assim exarada, na qual pugnou pela análise desta CONJUR: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

4. Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11, ambos da Lei Complementar n° 73/1993. Em decorrência da referida disciplina, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos correlatos, tais como a autenticidade dos documentos recebidos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Assim, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis, as disposições constantes da Lei n° 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que rege a matéria, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos normativos vigentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável à hipótese em apreço, sobretudo tendo-se em vista as recentes alterações legislativas implementadas pela Lei n° 13.424/2017, que alterou a Lei n° 5.785/1973, e implementadas também pelo Decreto n° 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795/1963, e revogou o Decreto n° 88.066/1983, reorganizando os procedimentos pertinentes, em atenção às alterações legislativas em comento.

8. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público às entidades que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Além disso, assinala, em seu §3º, que *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*. Assim, consoante as regras constitucionais, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, que poderá aprovar ou rejeitar a conclusão, ficando a produção de efeitos da renovação dependente de tal deliberação.

9. A previsão constitucional em tela é regulamentada pela Lei n° 4.117/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, segundo a qual, nos termos de do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei n° 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária,*



do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

10. O legislador ordinário cuidou, ainda, de assinalar expressamente a inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, dispondo o §3º do art. 33 da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, que *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

11. Atendendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, para pormenorizar os procedimentos de aplicação das previsões aludidas, regras que serão melhor analisadas adiante.

12. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão anteriormente concedidos para explorar serviço de radiodifusão deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê a legislação que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*, previsão consignada no §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

13. Já o art. 6º da Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de concessões outorgadas para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta"*. Referida regra, no que toca às atribuições do antigo Departamento Nacional de Telecomunicações, encontra-se atualmente adaptada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, e pela aplicação do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

14. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos factuais do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

15. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente, devendo-se avançar na análise com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 2804506).

16. De acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para explorar os serviços deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que habilitaram a entidade a executar relevante serviço público, observadas as eventuais atualizações normativas, **razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, a regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço.** Para tanto, nos termos do art. 113 do aludido Regulamento, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

17. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes na ocasião da renovação, indicativas da manutenção das condições que, no presente, habilitariam a interessada à obtenção de outorga:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º,



caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

18. Assim, pode-se constatar, desde logo, a presença das declarações de interesse no caso, conforme se verifica dos documentos **SEI nºs 0083981 e 2521302**, o que permite examinar a seguir os requisitos pertinentes à habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e observância das normas técnicas.

19. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia do seu ato constitutivo e das alterações realizadas, registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná, e certidão simplificada, emitida pelo respectivo órgão, que demonstram a conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar o objeto social compatível com a execução do serviço (**SEI nº 0742717, 2804314 e 2797392**). Sobre esse aspecto a Secretaria de Radiodifusão emitiu a seguinte conclusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [2797392](#), fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (susos mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria nº 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo nº 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária nº 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o nº [01250.016482/2018-78](#) apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

20. Já para comprovar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a interessada apresentou cópia do **balanço patrimonial** exigido pela legislação de regência (**doc. SEI nº 2521302**) e certidão de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (**doc. SEI nº 0742717**).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

SEI 33300.010301/2014-21 / pg. 82

De acordo com a Secretaria, “*Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º 2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 0742717, fl. 22)*”.

21. **A regularidade fiscal, por sua vez, restou parcialmente demonstrada** por meio das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (docs. SEI n.ºs 2682808, 0083981, 2521302), nos termos exigidos pela legislação, e a **regularidade trabalhista** foi comprovada diante da juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (doc. SEI n.º 2426466).

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a nova **consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

A pendência, contudo, não impede a conclusão deste Parecer, mas fica consignada a necessidade de que, antes que se dê prosseguimento ao processamento do presente feito, seja instada a interessada a juntar demonstração idônea e atualizada de sua regularidade perante a Fazenda Federal, sem o que não estarão reunidos os elementos que permitiriam seu o prosseguimento.

23. **Em relação à verificação da regularidade técnica**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA N.º 3923/2018/SEI-MCTIC (SEI n.º 2675983)**, segundo a qual “*os Laudos de Vistoria Técnica das Estações, os Laudos de Ensaio dos Transmissores Principal e Auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga*”, razão pela qual opinou a área técnica pelo “*encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para continuidade do processo de Renovação de Outorga*”.

24. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, assim consignou a Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que remeteu este feito:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º [2805329](#), fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º [2643463](#)), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

25. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável atestou não ter sido detectada infração à regra disposta pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 236/1967, como denota o **doc. SEI n.º 2805329**, extraído do SIACCO, manifestando-se a Secretaria nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI n.º [2805329](#)).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas na concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

26. Por fim, registre-se que constam do processo em testilha documentos que comprovam quitação da contribuição sindical, relativos ao empregado e ao empregador, exigíveis ao tempo do pedido de renovação, bem como outros documentos anteriormente exigíveis, tais como aqueles que permitiram a análise da existência de idoneidade moral já narrado.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460> - Parecer Jurídico 395/2018 (2688358) - SEI 33300.010301/2014-21 / pg. 83

27. Como se vê, **excetuada a pendência relativa à regularidade perante a Fazenda Federal**, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

28. Devem ser consideradas, por fim, duas questões para a concretização do ato em estudo.

29. A primeira consiste na correção do texto da minuta do ato que se pretende editar, no qual consta menção ao Decreto nº 52.795/1963, quando seria mais escorreito indicar, como fundamento, o *Regulamento dos Serviços de Radiodifusão*, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Trata-se de pequena filigrana que não redundaria em maiores problemas práticos, mas cuja correção é oportuna, uma vez que o aludido Decreto, em verdade, contém apenas dois artigos e se limita a aprovar o Regulamento em questão, no qual efetivamente se encontra o art. 113 invocado na minuta.

30. Já a segunda questão é a consignação da **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, feitas as adequações sugeridas na minuta do ato que se pretende editar **e desde que solucionada a pendência relativa à demonstração da regularidade fiscal perante a Fazenda pública Federal**, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito.

À consideração superior.

Brasília, 13 de abril de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124771460 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANCA. Data e Hora: 13-04-2018 15:59. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/124771460

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460>

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/124771460>

SEI 93300-010301/2014-21 / pg. 84



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

Aprovo o **PARECER Nº 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** de autoria do Advogado da União
Dr. Denis Soares França.

À apreciação do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão.

Brasília, 16 de abril de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125182077 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 16-04-2018 13:37. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/125182077

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Parecer Jurídico 395/2018 (2688358) - SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 85



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00529/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

**ASSUNTO: Pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na
localidade de Cascavel, Estado do Paraná**

1. Aprovo o DESPACHO Nº 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, que aprovou o PARECER Nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de autoria do Advogado da União, Dr. Dênis Soares França, que também aprovo.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 16 de abril de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Consultor Jurídico Adjunto Substituto
Portaria MCTIC Nº 6.058, DE 22/12/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125206854 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 16-04-2018 14:40. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/125206854

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/125206854>

Assunto: Pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cascavel, Estado do Paraná / pg. 86

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Comercial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, Substituto**, em 16/04/2018, às 15:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889060** e o código CRC **834E7665**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889060



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho interno ASRAD 2889060

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 87

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Referência: Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU 2888598

Interessado: TV Oeste do Paraná Ltda

Assunto: Renovação de Outorga. Devolução dos autos.

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Hudson dos Santos Poeck, Administrador**, em 16/04/2018, às 16:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889142** e o código CRC **ED5A5E9D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889142



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho interno QDCOM 2889142

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 88

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

NOTA TÉCNICA Nº 8348/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.010501/2014-21

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682), concluiu pelo seu deferimento e envio dos autos a Doutra Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), se posicionou pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação e da consequente conformidade da instrução, condicionando, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Assim aduziu a Conjur sobre o assunto:

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a **nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

4. Por essa razão, visando ao prosseguimento do pleito, cumpre consignar que foi efetivada, nesta data (16.4.2018) a tentativa de emissão de nova certidão de regularidade perante o fisco federal, mediante acesso ao sítio da Receita Federal, porém, não se obteve êxito. Assim, outra medida não resta se não a intimação da Interessada, para que apresente a **certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada**.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o documento mencionado no parágrafo 4º, ficando **ida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada,**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 8348 (2889632)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 89

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 16/04/2018, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889632** e o código CRC **885469B7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889632



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 14769/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

TV OESTE DO PARANA LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53)

Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413 - Bairro Jardim Maria Luiza

85819-530 Cascavel/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53900.010501/2014-21.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8.348/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 16/04/2018, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889740** e o código CRC **FEB44D33**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14769/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.010501/2014-21 - Nº SEI: 2889740



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício 14769 (2018/40)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 91

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Data de Envio:

17/04/2018 10:58:49

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

seimc.tvoeste@rpc.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.010501/2014-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2889740.html

Nota_Tecnica_2889632.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Ilustríssimo Senhor

Altair de Santana Pereira

Coordenador-Geral de Pós-outorgas

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref: Ofício nº 14769/2018/SEI-MCTIC_ Proc. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de **Cascavel**, Estado do Paraná, por seu representante legal abaixo, vem, perante Vossa Senhoria, em cumprimento ao Ofício supra indicado, **requerer a juntada do documento solicitado** na nota técnica 8348/2018/SEI-MCTIC, qual seja:

- Certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União.

Assim, uma vez atendida a exigência desta Pasta, requer-se o prosseguimento do processo em seus ulteriores termos, colocando-nos à disposição para apresentar novos documentos caso seja necessário.

Cascavel, 25 de abril de 2018



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

CPF: 066.553.909-66

Administrador Sócio



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (2930193)

SEI 01250-024641/2018-16 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 09:27:08 do dia 29/11/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/05/2018.

Código de controle da certidão: **61E4.EC9A.AE62.1E1B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido objeto destes autos, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682) e do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), respectivamente;
- b) O Douto Órgão Jurídico, por meio do referido Parecer Jurídico condicionou o seguinte do trâmite do feito à apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada;
- c) A pessoa jurídica da Interessada apresentou a referida certidão positiva com efeito de negativa com validade até 28.5.2018 (evento SEI n.º2930153);
- d) A certidão, na forma apresentada, atende ao disposto no art. 186 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52/795, de 31.10.1963, e revela que a Interessada se encontra regular perante a Fazenda Federal;
- e) inexistem outras providências a serem adotadas nestes autos, restando, apenas, a tomada de decisão por parte da autoridade competente,

opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 23/05/2018, às 15:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3001025** e o código CRC **8A0E9FEE**.

Minutas e Anexos



MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho Interno CGP nº 3001025 - SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO
DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho interno CCF nº 5001025

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 2

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, e no Despacho SEI 3001025,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 3001025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho interno CGU nº 3001025

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO
DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, e no cho SEI 3001025,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos Renovação de Outorga (3001672)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 01/06/2018, às 12:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3001672** e o código CRC **D64F7689**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 3001672



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura-camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos Renovação de Outorga (3001672)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 5

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 01/06/2018, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3024795** e o código CRC **C4FEC5C9**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 3024795



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Brasília, 08 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.
2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 31300/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência
Portaria Nº 1.317/2017, em 21/08/2018, às 16:09, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3243004** e o
código CRC **5DCBC53A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 31300/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.010501/2014-21 - Nº SEI: 3243004



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício 31300 (3243004)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 8

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 37281/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANY

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de mídia digital.

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

PROCESSO	EXPOSIÇÃO DE MOTIVO
53000.023809/2013-07	432
53900.062019/2015-57	430
53900.029584/2016-93	440
53900.020099/2014-92	424
53900.050577/2016-51	439
53900.025631/2014-68	422
53900.015077/2015-91	427
53900.010501/2014-21	378
53900.013163/2015-60	421
53900.001600/2016-83	434
53710.000474/2002-81	423
53000.040197/2013-17	390
53000.011767/2014-34	429
53000.011766/2014-90	428
53000.065990/2005-19	436
53000.048427/2012-05	438
01250.072621/2017-62	425
01250.000252/2018-97	431
01250.057354/2017-01	426

Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 19/09/2018, às 15:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mefileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3381224** e o código CRC **46BCB2E9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37281/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.031854/2018-96 - Nº SEI: 3381224



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Brasília, 6 de Setembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.
2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei nº 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO DE DE DE 2018.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, e no Despacho SEI 3001025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, de de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

Referendado eletronicamente por: Gilberto Kassab



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS
ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação de outorga formulado TV Oeste do Paraná Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel, estado do Paraná, pelo período de 24/12/2014 a 24/12/2029.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, regulamentação complementada pelo que dispõe o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, condicionado o seguimento do trâmite do presente feito à apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada.

V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República para decidir, por meio de Decreto, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação, com base na instrução, dotada de parecer e exposição de motivos, a ser finalizada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para que, atendida a condicionante mencionada, adote as providências cabíveis para sequência do feito.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços
Ancilares,

I - RELATÓRIO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de **TV Oeste do Paraná Ltda.** e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão, para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens no Município de Cascavel, Estado do Paraná, no período de 24/12/2014 a 24/12/2029.**

Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC**, que aprovada pelas autoridades competentes remeteu o feito, e conforme denota a documentação acostada aos autos (**Doc. SEI nº 2426449**), a outorga inicial para execução do serviço foi conferida pelo **Decreto nº 90.609, de 04/12/1984, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 05/12/1984, inicialmente em favor de Televisão Carimã Ltda,** nos termos de **contrato celebrado em 21/12/1984 e publicado no DOU de 21/12/1984.** Contudo, por meio do **Decreto Presidencial sem número de 07/08/2000, publicado no DOU de 08/08/2000,** a outorga em questão foi **transferida para a ora requerente, TV Oeste do Paraná Ltda.,** consoante evidenciado pela documentação (**Doc. SEI nº 2805519**), que também revela ter sido a concessão **renovada pelo período de 15 anos, a partir 4/12/1999,** nos termos do **Decreto Presidencial sem número de 26/03/2001, publicado no DOU de 27/03/2001, devidamente chancelado pelo Decreto legislativo nº 235/2002.**

Em **06/08/2014 (Doc. SEI nº 0083981)** foi protocolizado pela entidade interessada o pedido de renovação da outorga, sendo deflagrado o presente processo administrativo. A Secretaria de Radiodifusão analisou o pedido, opinando, ao fim, por seu deferimento, em conclusão assim exarada, na qual pugnou pela análise desta CONJUR: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior; sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito".*

Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11, ambos da Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência da referida disciplina, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos correlatos, tais como a autenticidade dos documentos recebidos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Assim, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação



específica que rege a matéria, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos normativos vigentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável à hipótese em apreço, sobretudo tendo-se em vista as recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou a Lei nº 5.785/1973, e implementadas também pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795/1963, e revogou o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos pertinentes, em atenção às alterações legislativas em comento.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público às entidades que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Além disso, assinala, em seu §3º, que *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*. Assim, consoante as regras constitucionais, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, que poderá aprovar ou rejeitar a conclusão, ficando a produção de efeitos da renovação dependente de tal deliberação.

A previsão constitucional em tela é regulamentada pela Lei nº 4.117/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, segundo a qual, nos termos de do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

O legislador ordinário cuidou, ainda, de assinalar expressamente a inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, dispondo o §3º do art. 33 da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, que *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

Atendendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, para pormenorizar os procedimentos de aplicação das previsões aludidas, regras que serão melhor analisadas adiante.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão anteriormente concedidos para explorar serviço de radiodifusão deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento,



prevê a legislação que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*, previsão consignada no §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

Já o art. 6º da Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de concessões outorgadas para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta"*. Referida regra, no que toca às atribuições do antigo Departamento Nacional de Telecomunicações, encontra-se atualmente adaptada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, e pela aplicação do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos factuais do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente, devendo-se avançar na análise com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 2804506).

De acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para explorar os serviços deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que habilitaram a entidade a executar relevante serviço público, observadas as eventuais atualizações normativas, **razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, a regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço.** Para tanto, nos termos do art. 113 do aludido Regulamento, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes na ocasião da renovação, indicativas da manutenção das condições que, no presente, habilitariam a interessada à obtenção de outorga:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Assim, pode-se constatar, desde logo, a presença das declarações de interesse no caso, conforme se verifica dos documentos **SEI n.ºs 0083981 e 2521302**, o que permite examinar a seguir os requisitos pertinentes à habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e observância das normas técnicas.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia do seu ato constitutivo e das alterações realizadas, registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná, e certidão simplificada, emitida pelo respectivo órgão, que demonstram a conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar o objeto social compatível com a execução do serviço (**SEI n.º 0742717, 2804314 e 2797392**). Sobre esse aspecto a Secretaria de Radiodifusão emitiu a seguinte conclusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º [2797392](#), fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria n.º 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo n.º 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária n.º 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º [01250.016482/2018-78](#) apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do



Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

Já para comprovar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do **balanço patrimonial** exigido pela legislação de regência (**doc. SEI nº 2521302**) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (**doc. SEI nº 0742717**). De acordo com a Secretaria, "*Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º0742717, fl. 22)*".

A **regularidade fiscal**, por sua vez, **restou parcialmente demonstrada** por meio das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (**docs. SEI nºs 2682808, 0083981, 2521302**), nos termos exigidos pela legislação, e a **regularidade trabalhista** foi comprovada diante da juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (**doc. SEI nº 2426466**).

No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a nova **consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

A pendência, contudo, não impede a conclusão deste Parecer, mas fica consignada a necessidade de que, antes que se dê prosseguimento ao processamento do presente feito, seja instada a interessada a juntar demonstração idônea e atualizada de sua regularidade perante a Fazenda Federal, sem o que não estarão reunidos os elementos que permitiriam seu o prosseguimento.

Em relação à **verificação da regularidade técnica**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA Nº 3923/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 2675983)**, segundo a qual "*os Laudos de Vistoria Técnica das Estações, os Laudos de Ensaio dos Transmissores Principal e Auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga*", razão pela qual opinou a área técnica pelo "*encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de*



Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para continuidade do processo de Renovação de Outorga".

Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, assim consignou a Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que remeteu este feito:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º [2805329](#), fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º [2643463](#)), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável atestou não ter sido detectada infração à regra disposta pelo art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, como denota o **doc. SEI nº 2805329**, extraído do SIACCO, manifestando-se a Secretaria nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº [2805329](#)).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

Por fim, registre-se que constam do processo em testilha documentos que comprovam quitação da contribuição sindical, relativos ao empregado e ao empregador, exigíveis ao tempo do pedido de renovação, bem como outros documentos anteriormente exigíveis, tais como aqueles que permitiram a análise da existência de idoneidade moral dos sócios. Contudo, algumas dessas verificações deixaram de ser aplicáveis pela legislação atualmente vigente, conforme já narrado.

Como se vê, **excetuada a pendência relativa à regularidade perante a Fazenda Federal**, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Devem ser consideradas, por fim, duas questões para a concretização do ato em estudo.

A primeira consiste na correção do texto da minuta do ato que se pretende editar, no qual consta menção ao Decreto nº 52.795/1963, quando seria mais correto indicar, como fundamento, o *Regulamento dos Serviços de Radiodifusão*, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Trata-se de pequena filigrana que não redundaria em maiores problemas práticos, mas cuja correção é oportuna, uma vez que o aludido Decreto, em verdade, contém apenas dois artigos e se limita a aprovar o Regulamento em questão, no qual efetivamente se encontra o art. 113 invocado na minuta.



Já a segunda questão é a consignação da **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, feitas as adequações sugeridas na minuta do ato que se pretende editar e **desde que solucionada a pendência relativa à demonstração da regularidade fiscal perante a Fazenda pública Federal**, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito.

À consideração superior.

Brasília, 13 de abril de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124771460 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANCA. Data e Hora: 13-04-2018 15:59. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

NOTA TÉCNICA Nº 8348/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.010501/2014-21

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682), concluiu pelo seu deferimento e envio dos autos a Doutra Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), se posicionou pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação e da consequente conformidade da instrução, condicionando, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Assim aduziu a Conjur sobre o assunto:

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a **nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

4. Por essa razão, visando ao prosseguimento do pleito, cumpre consignar que foi efetivada, nesta data (16.4.2018) a tentativa de emissão de nova certidão de regularidade perante o fisco federal, mediante acesso ao sítio da Receita Federal, porém, não se obteve êxito. Assim, outra medida não resta se não a intimação da Interessada, para que apresente a **certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada**.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o documento mencionado no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.





nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889632** e o código CRC **885469B7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889632



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 19 de setembro de 2018.

Ao Protocolo da SUPAR

Ao Protocolo da SAJ

Ao Protocolo da SAG

Assunto: EXM 378 2018 MCTIC

1. Encaminha, para providências, a EXM 378 2018 MCTIC

CARLOS HENRIQUE T. BOTELHO

Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a) (GR V)**, em 19/09/2018, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0808480** e o código CRC **10E7EF9C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Prezado André, Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, solicito a devolu      das Exposições de Motivos relacionadas abaixo   Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação   s novas diretrizes governamentais. Segue arquivo de despacho em anexo. Informo que na sequência encaminharemos mais EMs para devolução. 53900.043270/2015-12 - Exposição de Motivos 513 2018 MCTIC (0920543) 53900.044560/2015-83 - Exposição de Motivos 526 2018 MCTIC (0923886) 53900.034520/2015-23 - Exposição de Motivos 525 2018 MCTIC (0923849) 53000.043010/2012-48 - Exposição de Motivos 502 2018 MCTIC (0929173) 53000.007050/2013-15 - Exposição de Motivos 195 2017 MCTIC (0261749) 53000.030840/2012-13 - Exposição de Motivos 446 2017 MCTIC (0272018) 53000.054050/2012-15      Exposição de Motivos 158 2017 MCTIC (0214367) 53900.001270/2016-26 - Exposição de Motivos 511 2018 MCTIC (0920350) 53900.005300/2014-11 - Exposição de Motivos 538 2018 MCTIC (0919449) 00020.000700/2018-01 - Ofício n   1764/2018/SE/CC-PR 53000.042414/2013-03 EM n   00546/2018 MCTIC 53000.056214/2011-68 EM n   00285/2017 MCTIC 53000.052684/2013-14 EM n   00568/2017 MCTIC 53000.009024/2012-32 EM n   00555/2018 MCTIC 53000.027244/2009-42 EM n   00557/2018 MCTIC 53000.006934/2013-44 EM n   00379/2018 MCTIC 53900.025904/2015-55 EM n   00418/2017 MCTIC 53900.026664/2015-14 EM n   00487/2018 MCTIC 01250.031531/2017-11 EM n   00231/2018 do MCTIC 53900.050381/2015-85      EM n   00528/2018 MCTIC 53900.017091/2015-20 - EM n   00520/2018 MCTIC 53900.013241/2015-26      EM n   00532/2018 do MCTIC 53000.034031/2012-72      EM n   00491/2018 do MCTIC 53900.037331/2014-21      EM n   00515/2018 MCTIC 53670.001341/2001-65      EM n   00505/2018 do MCTIC 53000.053961/2012-25 EM n   0780/2017 53000.053969/2012-91 EM n   1009/2017 53000.026230/2012-15 EM n   0132/2018 00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD 53000.030007/2005-35 EM n   0456/2018 53000.054050/2012-15 EM n   0549/2018 53000.027244/2009-42 EM n   0557/2018 53000.030397/2012-72 EM n   0553/2018 53000.009024/2012-32 EM n   0555/2018 53900.009151/2015-31 EM n   0550/2018 53000.064009/2013-38 EM n   0551/2018 53900.000271/2014-91 EM n   0038/2018 53900.016778/2016-29 EM n   0029/2018 53000.049242/2012-18 EM n   0323/2017 53000.052684/2013-14 EM n   0568/2017 53000.054982/2012-68 EM n   0445/2017 53000.057297/2012-93 EM n   0420/2017 53000.030840/2012-13 EM n   0446/2017 53000.015829/2013-04 EM n   0443/2017 53000.053176/2013-53 EM n   0314/2017 53000.065155/2013-81 EM n   0441/2017 53000.007050/2013-15 EM n   0195/2017 53000.056214/2011-68 EM n   0285/2017 53000.007687/2014-84 EM n   0194/2017 53900.017162/2015-94 EM n   0338/2017 53000.006481/2010-11 EM n   0545/2018 53000.055599/2007-60 EM n   0484/2017 53000.052021/2011-38 EM n   0360/2017 53000.056217/2011-00 EM n   0274/2017 00001.004765/2018-46 Ofício 0327/2018-GCH-CD 53000.039908/2003-21 EM n   0507/2018 53900.047853/2016-01 EM n   0504/2018 53900.016488/2015-02 EM n   0506/2018 53000.022925/2012-10 EM n   0501/2018 53000.042414/2013-03 EM n   0546/2018 53000.020988/2012-31 EM n   0503/2018 53000.043010/2012-48 EM n   0502/2018 53670.001341/2001-65 EM n   0505/2018 53900.011448/2014-85 EM n   0531/2018 01250.034988/2018-69 EM n   0533/2018 01250.048763/2017-17 EM n   0542/2018 53900.024997/2014-10 EM n   0517/2018 53900.034082/2015-01 EM n   0516/2018 53900.037331/2014-21 EM n   0515/2018 53900.034520/2015-23 EM n   0525/2018 53900.044560/2015-83 EM n   0526/2018 53900.041939/2015-31 EM n   0514/2018 53900.024692/2014-16 EM n   0530/2018 53900.001273/2016-60 EM n   0541/2018 53900.017145/2015-57 EM n   0521/2018 53900.013241/2015-26 EM n   0532/2018 53900.009333/2014-21 EM n   0512/2018 53000.016596/2013-59 EM n   0518/2018 53900.014648/2014-90 EM n   0519/2018 53900.017091/2015-20 EM n   0520/2018 53900.043270/2015-12 EM n   0513/2018 53900.050381/2015-85 EM n   0528/2018 53900.027712/2014-01 EM n   0524/2018 53900.048226/2015-07 EM n   0527/2018 53000.007913/2014-27 EM n   0529/2018 53900.022443/2014-88 EM n   0485/2018 53000.009433/2013-10 EM n   0499/2018 53900.038863/2014-86 EM n   0722/2017 53900.042143/2015-04 EM n   0724/2017 53000.007973/20012-88 EM n   1054/2017 53900.007823/2014-92 EM n   0413/2018 53000.056610/2011-95 - Exposição de Motivos 256 2017 MCTIC (0245200) 53900.001600/2016-83 - Exposição de Motivos 434 2018 MCTIC (0808564) 53000.004800/2014-70 - Exposição de Motivos 402 2018 MCTIC (0767216) 53000.056630/2011-66 - Exposição de Motivos 465 2018 MCTIC (0837828) 53000.065990/2005-19 - Exposição de Motivos 436 2018 MCTIC (0808669) 53000.066680/2011-51 - Exposição de Motivos 258 2016 MCTIC (0122481) 53900.042394/2016-61 - EM n   00462/2018 MCTIC 01250.057354/2017-01 - EM n   00426/2018 MCTIC 53900.029584/2016-93 - EM n   00440/2018 MCTIC 53710.000474/2002-81 - EM n   00423/2018 MCTIC 53900.043984/2015-21 - Exposição de Motivos 400 2018 MCTIC (0785230) 53000.006934/3013-44 - Exposição de Motivos 379 2018 MCTIC (0785031) 53900.012814/2014-13 - Exposição de Motivos 398 2018 MCTIC (0784994) 53900.041594/2015-16 - Exposição de Motivos 358 2018 MCTIC (0765330) 53900.012614/2016-22 - Exposição de Motivos 371 2018 MCTIC (0765042) 53900.045664/2016-96 - Exposição de Motivos 365 2018 MCTIC (0764846) 53900.035364/2014-37 - Exposição de Motivos 355 2018 MCTIC (0736222) 53900.043814/2015-46 - Exposição de Motivos 340 2018 MCTIC (0732911) 53900.017084/2015-28 - Exposição de Motivos 298 2018 MCTIC (0702280) 53000.043064/2012-11 - Exposição de Motivos 255 2018 MCTIC (0677009) 53900.049324/2015-53 - Exposição de Motivos 215 2018 MCTIC (0676890) 53900.041564/2015-18 - Exposição de Motivos 271 2018 MCTIC (0676554) 53000.013424/2014-12 - Exposição de Motivos 193 2018 MCTIC (0652648) 53000.058134/2011-47 - Exposição de Motivos 273 2017 MCTIC (0246722) 53000.048414/2012-28 - Exposição de Motivos 234 2017 MCTIC (0246175) 53000.050644/2012-57 - Exposição de Motivos 107 2018 MCTIC (0554563) 53000.026302/2013-05 ---- EXM 406 2017 MCTIC 01250.040812/2018-46 ---- EXM 498 2018 MCTIC 53000.006332/2012-14--- Exposição de Motivos 134/2016 (0036529) 53740.000282/2002-18--- Exposição de Motivos 1020 2017 MCTIC (0360501) 53900.010232/2014-01--- Exposição de Motivos 444 2018 MCTIC (0838630) 53000.069282/2013-59 --- Exposição de Motivos 461 2018 MCTIC (0838822) 53900.013262/2015-41--- Exposição de Motivos 447 2018 MCTIC (0837186) 53000.060582/2013-72--- Exposição de Motivos 446 2018 MCTIC (0836564) 53000.061812/2011-59--- Exposição de Motivos 972 2017 MCTIC (0358122) 01250.000252/2018-97 --- Exposição de Motivos 431 2018 MCTIC (0808692) 53900.017145/2015-57 - Exposição de Motivos 521 2018 MCTIC (0923054) 53000.022925/2012-10 - Exposição de Motivos 501 2018 MCTIC (0929356) 53000.055599/2007-60 - Exposição de Motivos 484 2017 MCTIC (0275926) 53000.065155/2013-81 - Exposição de Motivos 441 2017 MCTIC (0272465) 53000.051815/2010-01 - Exposição de Motivos 539 2018 MCTIC (0918494) 53000.069265/2013-11 - Exposição de Motivos 624 2017 MCTIC (0303292) 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098) 493/2015-12 EM n   0389/2018 53900.011113/2014-67 Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC 01250.059013/2017-62   o de Motivos 0396/2018 MCTIC 53000.001683/2014-92 Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC 53900.017343/2015-



Autenticado eletronicamente,  p  s conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

11 Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC 53000.013433/2010-71 Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC 53900.013163/2015-60 Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC 53900.017133/2015-22 Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC 53000.065773/2013-21 Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC 53900.008953/2015-23 Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC 53000.015613/2013-31 Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC 53900.047623/2015-53 Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC 53900.016403/2015-88 Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC 53900.026403/2015-96 Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC 53900.042013/2015-63 Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC 53900.029943/2015-21 Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC 53900.046473/2015-61 Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC 53000.061863/2006-13 Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC 53900.016433/2015-94 Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC 53000.007663/2014-25 Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC 53000.043803/2012-67 Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC 53000.006763/2012-72 Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC 53900.028013/2014-70 Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC 53000.007683/2014-04 Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC 53900.014053/2014-34 Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC 53900.016483/2016-52 Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC 53000.007963/2012-42 Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC 53900.050703/2015-96 Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC 53000.066813/2013-51 Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC 53900.046743/2015-33 Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC 00001.001003/2018-98 Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC 53000.001033/2012-85 Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC 53000.071343/2013-48 Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC 53000.043713/2013-57 Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC 53000.055773/2011-51 Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC 53900.009743/2014-71 Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC 53000.055803/2012-18 Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC 53000.061913/2013-91 Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC 53000.007503/2006-76 Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC 53000.043193/2011-11 Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC 53900.020193/2016-11 Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC 53000.006483/2012-64 Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC 53000.055153/2010-31 Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC 53900.017153/2015-01 Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC 53000.056613/2011-29 Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC 53000.004483/2010-68 Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC 53000.056113/2011-97 Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC 53000.054723/2012-37 Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002) 53900.002813/2016-22 Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756) 53000.059283/2011-23 Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346) 53900.061443/2015-84 Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600) 53000.060033/2013-06 Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495) 53900.042113/2015-90 Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640) 53000.055723/2011-73 Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798) 53000.059473/2011-41 Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543) 53900.038993/2015-08 Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220) 53000.056613/2013-91 Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715) 53900.041793/2015-24 Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895) 53000.058113/2011-21 Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704) 53900.046763/2015-12 Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211) 53900.005543/2014-40 Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459) 53000.036553/2012-17 Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472) 53000.003653/2013-30 Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876) 53000.058083/2011-53 Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512) 53000.056213/2011-13 Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699) 53000.065763/2013-95 Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566) 53900.006983/2014-14 Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816) 53569.000463/2014-16 Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647) 53000.051423/2012-04 Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692) 53000.010093/2013-70 Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756) 53000.058133/2011-01 Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573) 53000.028473/2013-61 Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135) 53000.049063/2007-13 Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579) 53000.015823/2013-29 Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620) 53000.070013/2013-35 Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059) 53000.070233/2013-69 Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412) 3900.005813/2014-12 Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506) 53000.054603/2012-30 Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396) 53000.055673/2012-13 Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643) 53000.047873/2012-94 Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419) 53000.021323/2012-45 Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270) 53000.055763/2011-15 Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991) 53000.058143/2011-38 Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455) 53900.020573/2014-86 Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618) 53000.056993/2012-82 Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657) 53900.029293/2014-33 Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222) Att, Ana Carolina Tannuri LafertÃ© Subchefe Adjunta de Infraestrutura Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil Tel. 3411 2053 / 2040



Data de Envio:

04/01/2019 12:40:58

De:

PR/Protocolo Central <codoc.protocolocentral@presidencia.gov.br>

Para:

codin.civil@mctic.gov.br

Assunto:

Devolução de Exposição de Motivos Nº 378/2018 do MCTIC

Mensagem:

Para : MCTIC

Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais. Log Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho.

Glauce Pereira da Silva
Especialista

Anexos:

E_mail_0962693_Email_de_devolucao____EXM_radiodifusao.msg



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, 18 de Dezembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018, aprovado pelo Despacho n.º 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ N.º 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO DE DE DE 2019.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

Referendado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS
ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação de outorga formulado TV Oeste do Paraná Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel, estado do Paraná, pelo período de 24/12/2014 a 24/12/2029.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República, regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, regulamentação complementada pelo que dispõe o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, condicionado o seguimento do trâmite do presente feito à apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União atualizada.

V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República para decidir, por meio de Decreto, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação, com base na instrução, dotada de parecer e exposição de motivos, a ser finalizada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para que, atendida a condicionante mencionada, adote as providências cabíveis para sequência do feito.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de TV Oeste do Paraná Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão, para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Cascavel, Estado do Paraná, no período de 24/12/2014 a 24/12/2029.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, que aprovada pelas autoridades competentes remeteu o feito, e conforme denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 2426449), a outorga inicial para execução do serviço foi conferida pelo Decreto nº 90.609, de 04/12/1984, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 05/12/1984, inicialmente em favor de Televisão Carimã Ltda, nos termos de contrato celebrado em 21/12/1984 e publicado no DOU de 21/12/1984. Contudo, por meio do Decreto Presidencial sem número de 07/08/2000, publicado no DOU de 08/08/2000, a outorga em questão foi transferida para a ora requerente, TV Oeste do Paraná Ltda., consoante evidenciado pela documentação (Doc. SEI nº 2805519), que também revela ter sido a concessão renovada pelo período de 15 anos, a partir 4/12/1999, nos termos do Decreto Presidencial sem número de 26/03/2001, publicado no DOU de 27/03/2001, devidamente chancelado pelo Decreto legislativo nº 235/2002.

Em 06/08/2014 (Doc. SEI nº 0083981) foi protocolizado pela entidade interessada o pedido de renovação da outorga, sendo deflagrado o presente processo administrativo. A Secretaria de Radiodifusão analisou o pedido, opinando, ao fim, por seu deferimento, em conclusão assim exarada, na qual pugnou pela análise desta CONJUR: "Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito".

Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11, ambos da Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência da referida disciplina, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos correlatos, tais como a autenticidade dos documentos recebidos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Assim, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que rege a matéria, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos normativos vigentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável à hipótese em apreço, sobretudo tendo-se em vista as recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou a Lei nº 5.785/1973, e implementadas também pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795/1963, e revogou o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos pertinentes, em atenção às alterações legislativas em comento.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, caput e parágrafos, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público às entidades que exploram serviços de



radiodifusão sonora e de sons e imagens. Além disso, assinala, em seu §3º, que "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão". Assim, consoante as regras constitucionais, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, que poderá aprovar ou rejeitar a conclusão, ficando a produção de efeitos da renovação dependente de tal deliberação.

A previsão constitucional em tela é regulamentada pela Lei nº 4.117/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, segundo a qual, nos termos de do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência". A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

O legislador ordinário cuidou, ainda, de assinalar expressamente a inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, dispondo o §3º do art. 33 da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, que "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

Atendendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, para pormenorizar os procedimentos de aplicação das previsões aludidas, regras que serão melhor analisadas adiante.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão anteriormente concedidos para explorar serviço de radiodifusão deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê a legislação que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário", previsão consignada no §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

Já o art. 6º da Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de concessões outorgadas para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta". Referida regra, no que toca às atribuições do antigo Departamento Nacional de Telecomunicações, encontra-se atualmente adaptada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, e pela aplicação do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos factuais do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela



área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado tempestivamente, devendo-se avançar na análise com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme a "Lista de Verificação de Documentos" (SEI nº 2804506).

De acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para explorar os serviços deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que habilitaram a entidade a executar relevante serviço público, observadas as eventuais atualizações normativas, razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, a regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço. Para tanto, nos termos do art. 113 do aludido Regulamento, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, in verbis:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal,



acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes na ocasião da renovação, indicativas da manutenção das condições que, no presente, habilitariam a interessada à obtenção de outorga:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Assim, pode-se constatar, desde logo, a presença das declarações de interesse no caso, conforme se verifica dos documentos SEI nºs 0083981 e 2521302, o que permite examinar a seguir os requisitos pertinentes à habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e observância das normas técnicas.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia do seu ato constitutivo e das alterações realizadas, registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná, e certidão simplificada, emitida pelo respectivo órgão, que demonstram a conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, além de indicar o objeto social compatível com a execução do serviço (SEI nº 0742717, 2804314 e 2797392). Sobre esse aspecto a Secretaria de Radiodifusão emitiu a seguinte conclusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº 2797392, fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:



QUADRO SOCIETÁRIO

NOME

COTAS

VALOR (R\$)

Elizabeth Lemanski

1.500

1.500.000,00

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

1.500

1.500.000,00

TOTAL

3.000

3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO

NOME

CARGO

Elizabeth Lemanski

Diretora Presidente

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria n.º 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo n.º 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária n.º 26197-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 01250.016482/2018-78 apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

Já para comprovar a manutenção da qualificação econômico-financeira para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial exigido pela legislação de regência (doc. SEI nº 2521302) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (doc. SEI nº 0742717). De acordo com a Secretaria, "Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º0742717, fl. 22)".

A regularidade fiscal, por sua vez, restou parcialmente demonstrada por meio das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, FISTEL e Fazendas estadual e municipal (docs. SEI nºs 2682808, 0083981, 2521302), nos termos exigidos pela legislação, e a regularidade trabalhista foi comprovada diante da juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (doc. SEI nº 2426466).

No que toca à regularidade perante a Fazenda Federal, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a ausência de informações disponíveis na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet" (grifou-se).

A pendência, contudo, não impede a conclusão deste Parecer, mas fica consignada a necessidade de que, antes que se dê prosseguimento ao processamento do presente feito, seja instada a interessada a juntar demonstração idônea e atualizada de sua regularidade perante a Fazenda Federal, sem o que não estarão reunidos os elementos que permitiriam seu o prosseguimento.

Em relação à verificação da regularidade técnica, consta do processo administrativo em epígrafe a NOTA TÉCNICA Nº 3923/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 2675983), segundo a qual "os Laudos de Vistoria Técnica das Estações, os Laudos de Ensaio dos Transmissores Principal e Auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga", razão pela qual opinou a área técnica pelo "encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para continuidade do processo de Renovação de Outorga".



Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, assim consignou a Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que remeteu este feito:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º 2805329, fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º 2643463), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável atestou não ter sido detectada infração à regra disposta pelo art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, como denota o doc. SEI nº 2805329, extraído do SIACCO, manifestando-se a Secretaria nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n . 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº 2805329).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.

Por fim, registre-se que constam do processo em testilha documentos que comprovam quitação da contribuição sindical, relativos ao empregado e ao empregador, exigíveis ao tempo do pedido de renovação, bem como outros documentos anteriormente exigíveis, tais como aqueles que permitiram a análise da existência de idoneidade moral dos sócios. Contudo, algumas dessas verificações deixaram de ser aplicáveis pela legislação atualmente vigente, conforme já narrado.

Como se vê, excetuada a pendência relativa à regularidade perante a Fazenda Federal, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Devem ser consideradas, por fim, duas questões para a concretização do ato em estudo.

A primeira consiste na correção do texto da minuta do ato que se pretende editar, no qual consta menção ao Decreto nº 52.795/1963, quando seria mais escorreito indicar, como fundamento, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Trata-se de pequena filigrana que não redundaria em maiores problemas práticos, mas cuja correção é oportuna, uma vez que o aludido Decreto, em verdade, contém apenas dois artigos e se limita a aprovar o Regulamento em questão, no qual efetivamente se encontra o art. 113 invocado na minuta.

Já a segunda questão é a consignação da necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "quando da renovação da concessão ou da permissão,



será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, feitas as adequações sugeridas na minuta do ato que se pretende editar e desde que solucionada a pendência relativa à demonstração da regularidade fiscal perante a Fazenda pública Federal, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito.

À consideração superior.

Brasília, 13 de abril de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124771460 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANCA. Data e Hora: 13-04-2018 15:59. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS
ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o PARECER No 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de autoria do Advogado da União Dr. Denis Soares França.

À apreciação do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão.

Brasília, 16 de abril de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL
Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125182077 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 16-04-2018 13:37. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00529/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

ASSUNTO: Pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cascavel, Estado do Paraná



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Aprovo o DESPACHO Nº 00527/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, que aprovou o PARECER Nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de autoria do Advogado da União, Dr. Dênis Soares França, que também aprovo.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 16 de abril de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Consultor Jurídico Adjunto Substituto
Portaria MCTIC Nº 6.058, DE 22/12/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 125206854 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 16-04-2018 14:40. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Assinado eletronicamente por: Julio Cesar Ferreira Pereira



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

NOTA TÉCNICA Nº 8348/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.010501/2014-21

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2804682), concluiu pelo seu deferimento e envio dos autos a Doutra Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º2888598), se posicionou pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação e da consequente conformidade da instrução, condicionando, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Assim aduziu a Conjur sobre o assunto:

22. No que toca à **regularidade perante a Fazenda Federal**, no entanto, calha registrar que nenhuma das versões da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União se revelou efetivamente negativa, havendo Certidão Positiva com efeitos de Negativa, já desatualizada, e demonstração que retratou a **ausência de informações disponíveis** na base de dados da Receita Federal que permitam emitir uma certidão. Afim de sanar eventual dúvida, procedeu-se a **nova consulta da referida certidão, realizada no corrente mês, situação em que o sistema eletrônico da Receita Federal igualmente retornou a mensagem de que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.699.194/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet"** (grifou-se).

4. Por essa razão, visando ao prosseguimento do pleito, cumpre consignar que foi efetivada, nesta data (16.4.2018) a tentativa de emissão de nova certidão de regularidade perante o fisco federal, mediante acesso ao sítio da Receita Federal, porém, não se obteve êxito. Assim, outra medida não resta se não a intimação da Interessada, para que apresente a **certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada**.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o documento mencionado no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.





nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2889632** e o código CRC **885469B7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2889632



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 6466/2018/SEI-MCTIC**Processo nº** 53900.010501/2014-21**Assuntos:** DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV Oeste do Paraná Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A concessão para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná, foi outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4.12.1984, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 5.12.1984 (evento SEI n.º 2426449, fl.3). O correspondente contrato de outorga foi celebrado entre a União e a Televisão Carimã Ltda. no dia 21.12.1984, e publicado no D.O.U. de 24.12. 1984 (evento SEI n.º 2426449, fls.4/7). A concessão em questão foi transferida, para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s/n.º de 7.8.2000, publicado no D.O.U. de 8.8.2000 (evento SEI n.º 2805519, fls. 1/2). A concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24.12.1999, por meio do Decreto Presidencial s/n.º de 26.3.2001, publicado no D.O.U. de 27.3.2001, cancelado pelo Decreto Legislativo n.º 235, de 2002 (evento SEI n.º 2805519, fls. 3/4).

7. Com efeito, constata-se que a concessão se encontra vencida desde 24.12.2014. .

8. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado nesta Pasta em 6.8.2014, a interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de (inze) anos. Assim, considerando que o antigo prazo legal para manifestação de interesse na



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ic.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3261042&infra_sist...

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

renovação da delegação se deu entre 24.6.2014 e 24.9.2014, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 2804506.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se do balanço patrimonial acostado ao feito (evento SEI n.º 2521302, fl.3) a existência de recursos financeiros. Ademais, da certidão de falência apresentada, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 0742717, fl. 22). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento 2797392, fl.31), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos



aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Elizabeth Lemanski	1.500	1.500.000,00
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	1.500	1.500.000,00
TOTAL	3.000	3.000.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Elizabeth Lemanski	Diretora Presidente
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga	Diretor Vice-Presidente

13.1. Registra-se que as composição societária e/ou diretiva da Entidade (suso mencionadas), decorrentes da 7ª alteração contratual, foram aprovadas por esta Pasta, nos termos da Portaria n.º 412, de 19.12.2011, publicada no D.O.U. de 20.12.2011. A 8ª alteração contratual, última efetivada pela Interessada, foi objeto de análise nos autos do Processo n.º 53000.010685/2012 (atualmente arquivado), tendo se concluído, naquela ocasião, que a operação realizada pela Interessada (saída do dirigente Luiz Cláudio Maia Vieira) independia da prévia autorização deste Órgão para ser realizada. Naquela oportunidade foi proposta a atualização dos dados cadastrais da Interessada, conforme o instrumento da 8ª alteração contratual.

13.2. É importante consignar que a certidão da junta comercial apresentada pela Interessada revela a existência de bloqueio judicial de cotas em razão da existência da Ação Ordinária n.º 26197-85.2011.8.16.0001. A interessada, por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 01250.016482/2018-78 apresentou a correspondente certidão de objeto e pé da Ação. Entende-se que, apesar disso, não há óbice para o prosseguimento do pleito. Isto porque, a controvérsia judicial existente se encontra adstrita aos administrados, além do que, o pedido de nulidade de transferência de cotas, formulado pelo autor, foi indeferido.

13.2.1. Depreende-se dos termos da certidão de objeto e pé que o feito judicial em questão possui como requerente o Sr. Paulo Bernardo Camargo da Veiga e requeridos Cristina Maria Cunha Pereira, Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, Elizabeth Lemanski, Luiza Mesquinha Marinho e TV Oeste do Paraná Ltda. Tem por objeto o pedido de desconstituição do ato de transferência de cotas do capital social da TV Oeste do Paraná Ltda., realizado por Cristina Maria Cunha Pereira, para o Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga. Em 17.3.2016, houve prolação de sentença a qual julgou improcedente o pedido do autor, resolvendo o processo, relativamente à TV Oeste do Paraná Ltda., Cristina e Paulo Bernardo, com resolução de mérito. Houve a interposição de apelação pelo autor, porém, se encontra pendente de decisão.

14. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que estes estão sendo obedecidos pelos sócios, dirigentes e pessoa jurídica da Interessada, conforme atesta a consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 26.3.2018 (evento SEI nº 2805329).

14.1. De acordo com o SIACCO, a senhora Elizabeth Lemanski possui participação apenas da concessão objeto destes autos. O Sr. Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga possui participação na concessão objeto destes autos e em permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná (na condição de sócio). A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a concessão objeto destes autos.



15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cumpre consignar que de acordo com consulta realizada no dia 26.3.2018 junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD (evento SEI n.º 2805329, fl.4) constata-se que a Entidade não foi punida com a pena de cassação. Ademais, conforme atesta o correspondência eletrônica oriunda da CGFI (evento SEI n.º 2643463), não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação.

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com a Nota Técnica n.º 3.923/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2675983), da lavra de engenheiro (a) desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo (acompanhado das minutas dispostas no campo próprio abaixo) ser remetido à Conjur.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 26/03/2018, às 17:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



outorgas, em 26/03/2018, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/03/2018, às 18:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2804682** e o código CRC **AB49D853**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

2. Diante do exposto, em observância ao que dispõe o art. 6º, da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, o art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, e o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2018.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://sei.mctic.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3261042&infra_sist... 5/6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos dos art. da Lei n.º 5.785, de 26 de junho de 1972, e do art. 113, § 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinados com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 2804682



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://www.tcn.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3261042&infra_sist... 6/6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 18 de dezembro de 2019.

AO PROTOCOLO DA CGAP, SAJ e SAG.

ASSUNTO: Renovação da autorização outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária. Cascavel/PR - Renov/TV - Televisão Carimã Ltda.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 1.442 2019 MCTIC.

HUGO VINÍCIUS ALVES
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 18/12/2019, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1629868** e o código CRC **A590B1F6** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 1629868



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53900.010501/2014-21 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53900.010501/2014-21.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970856** e o código CRC **18A1F432** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 1970856

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 30 de junho de 2020.

Assunto: Devolução da EXM 1.442 2019 MCTIC

Informamos a devolução, via SIDOF, da EXM 1.442 2019 MCTIC, para reavaliação pelo novo Ministro das Comunicações e eventual instrução processual complementar.

Francisco de Assis Alves da Silva
Assistente DAS



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Alves da Silva, DAS**, em 30/06/2020, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1976582** e o código CRC **ED94F777** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 1976582



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Interessado: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

Assunto: Renovação de Outorga Comercial.

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta manifestaram-se favoravelmente ao deferimento, relativo ao pedido de renovação de outorga, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), para a exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 6466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2804682) e do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 2888598), respectivamente;
- b) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação das minutas, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, os textos atualizados para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente, razão pela qual opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 23/10/2020, às 12:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5987256** e o código CRC **8CBA1CBB**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2020.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ N.º 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2020.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo n.º 53900.010501/2014-21, do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 32, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fábio Faria

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI-MCOM nº 5987256



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho 5987256

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ilustríssimo Senhor

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO


Secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações – MCOM.

Ref. Processo de Renovação da Outorga n. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre Gusmão, nº. 1413, CEP 85819-530, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Portaria MCOM n. 4.149, de 2021, encaminha, por seu representante legal, em anexo, para admissão por Vossa Senhoria, atualização da documentação necessária à renovação da outorga, conforme consta do artigo 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão-RSR e Portaria 4.149 de 24 de novembro de 2021.

Termos em que pede deferimento.

Cascavel, 10 de dezembro de 2021.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

Diretor Vice Presidente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6966046)

SEI 53115.043567/2021-49 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		TV OESTE DO PARANÁ LTDA.,	
CNPJ:	03.699.194/0001-53	CEP da sede:	85819-530
Endereço da sede:		Rua Alexandre Gusmão, nº. 1413	
E-mail de contato:		<u>seimc.tv oeste@rpc.com.br</u>	
Serviço a ser renovado:		<input type="checkbox"/> em frequência modulada	
		<input type="checkbox"/> em ondas curtas	
		<input type="checkbox"/> em ondas médias	
		<input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
		<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens	
Período da renovação:		23/12/2014 a 23/12/2029	
Localidade da renovação:		Cascavel	UF: PR

Eu, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, inscrito no CPF sob o nº 066.553.909-66, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (0300046)

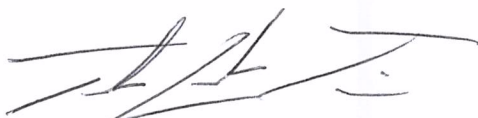
SEI 53115.043567/2021-49 / pg. 2

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Cascavel, 13 de dezembro de 2021.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Diretor Vice Presidente



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou vii) passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.



Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6966046)

SEI 53115-043567/2021-49 / pg. 4

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: TV OESTE DO PARANÁ LTDA		Protocolo: PRC2109514943	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			
NIRE (Sede) 41204284124	CNPJ 03.699.194/0001-53	Data de Ato Constitutivo 24/02/2000	Início de Atividade 24/02/2000
Endereço Completo Rua ALEXANDRE DE GUSMAO, Nº 1.413, TV, JARDIM MARIA LUIZA - Cascavel/PR - CEP 85819-530			
Objeto Social A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO DE SONS(RADIO) E DE SONS E IMAGENS(TELEVISÃO),DE ACORDO COM OS ATOS DE OUTORGA DE PERMISSÃO E/OU DE CONCESSÃO QUE VENHA A OBTER DO GOVERNO FEDERAL/MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ,OU MEDIANTE A TRANSFERENCIA DIRETA DESSAS OUTORGAS,QUANDO PREVIAMENTE AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE;			
Capital Social R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais) Capital Integralizado R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio			
Nome ELIZABETH LEMANSKI	CPF/CNPJ 024.437.429-54	Participação no capital R\$ 1.500.000,00	Espécie de sócio Sócio
Nome PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	CPF/CNPJ 066.553.909-66	Participação no capital R\$ 1.500.000,00	Espécie de sócio Sócio
Dados do Administrador		Término do mandato	
Nome ELIZABETH LEMANSKI	CPF 024.437.429-54	Indeterminado	
Nome PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	CPF 066.553.909-66	Indeterminado	
Último Arquivamento Data 17/12/2020	Número 20207467293	Ato/eventos 310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	Situação ATIVA Status COM IMPEDIMENTO JUDICIAL
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1 - NIRE: 41900672211 Endereço Completo RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 2250 , MORRO ALTO, Guarapuava, PR, CEP: xx.xxx-xxx CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
Observações: 05º VARA CÍVEL DE CURITIBA, OFÍCIO Nº: 2159/2011 DE 17/11/11 REFERENTE AOS AUTOS Nº: 26197-85.2011.8.16.0001. " PROCEDER AO BLOQUEIO DAS QUOTAS SOCIAIS DA TV OESTE PARANÁ LTDA., NIRE: 4120428412-4, TRANSFERIDAS AO AGRAVADO RÉU PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, 066.553.909-66, BEM COMO AVERBAR A EXISTÊNCIA DA DEMANDA SUPRA." PROTOCOLO JUCEPAR 11/407536-0 DE 02/12/2011.			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/12/2021, às 08:51:34 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **QS5VOMFJ**.



PRC2109514943

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (69966046)

SEP 33115-0435672021-49 / pg. 5

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

"NAO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS"

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ABNC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.595.453 4 DATA DE EMISSÃO 25/06/1997

NOME ELIZABETH LEMANSKI

FILIAÇÃO EDMUNDO LEMANSKI MARIA ELSA PASSOS

NATURALIDADE CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO 25/05/1975

DOC ORIGEM COMARCA=CURITIBA/PR, 2 ZONA C.NASC 2436, LIVRO=48, FOLHA=148

CPF CURITIBA - PR ASSINATURA DO DIRETOR JOÃO RICARDO MARECHONHA

LEI Nº 1146 DE 29/08/83

ABNC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome ELIZABETH LEMANSKI

Ng de inscrição 024437429-54 Data do Nascimento 25/05/75

ABNC

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura ELIZABETH LEMANSKI

SER

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/07/96



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo>

Petição (6556646)

SEI 53115-04356-2021-49 / pg. 6

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.000.000-0

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 6.000.000-0 DATA DE EXPEDIÇÃO: 22/02/2019

NOME: PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

FILIAÇÃO: PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA
CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA CAMARGO DA VEIGA

NATURALIDADE: CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO: 08/05/1989

DOC. ORIGEM: COMARCA=CURITIBA/PR, 1 OFÍCIO
C.NASC=18500, LIVRO=550, FOLHA=100

CPF: 066.553.909-66

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 7

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

Rodrigo Timótheo Taborda, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, específica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

TV OESTE DO PARANÁ LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 13 dia(s) do mês de dezembro do ano de 2021. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular

SERPRO
Assinado digitalmente por:
RODRIGO TIMOTHEO TABORDA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



VALORES DESTA CERTIDÃO: R\$ 33,66

Esta Certidão Negativa somente terá validade com o Carimbo e ou Assinatura Digital do Oficial do Cartório Distribuidor.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MARINA
Página 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.699.194/0001-53 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/02/2000
NOME EMPRESARIAL TV OESTE DO PARANA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TV OESTE DO PARANA LTDA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R ALEXANDRE DE GUSMAO	NÚMERO 1.413	COMPLEMENTO TV	
CEP 85.819-530	BAIRRO/DISTRITO JARDIM MARIA LUIZA	MUNICÍPIO CASCADEL	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONFIS@GRPCOM.COM.BR		TELEFONE (41) 3321-5100	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/12/2021** às **15:36:31** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (8596646)

SEP 33119:043564/2021-49 / pg. 9

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:28:00 do dia 11/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/02/2022.

Código de controle da certidão: **1260.7AB2.1050.AFE8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 10

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025228298-13

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.699.194/0001-53**

Nome: **TV OESTE DO PARANA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/02/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 167909/2021

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53
Endereço:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO, 1413
Complemento:	TV
Bairro:	MARIA LUIZA
Cidade:	Cascavel - PR
CEP:	85.819-530

[REQUERENTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 25 de novembro de 2021.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:

scavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
e Autenticidade: WGT211202-000-GQHCUPXYAKAQKF-7



Autenticado eletronicamente em: Rua Paraná, 5000 - Fone/Fax: (45) 3321-2020 - CEP 85.810-011 - Cascavel - PR

Home-page: <http://www.cascavel.pr.gov.br>

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.com.br/assinatura/SE163175-843354/2021-49/pg.12>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:43:10 do dia 15/12/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/01/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6986048)

SLI 33115:043364/2021-49 / pg. 13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.699.194/0001-53

Razão Social: TV OESTE PARANA LTDA

Endereço: R ALEXANDRE DE GUSMAO 1413 / MARIA LUIZA / CASCAVEL / PR /
85819-530

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2021 a 06/01/2022

Certificação Número: 2021120804273426316100

Informação obtida em 22/12/2021 18:36:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf

<https://mforeg-autenticidade-caixa.gov.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Folha 06 de 06

SL133115.043504/2021-49 / pg. 14

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.699.194/0001-53
Certidão nº: 57008175/2021
Expedição: 15/12/2021, às 15:39:20
Validade: 12/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.699.194/0001-53**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Petição (6966048) - 48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0 / pg. 15

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Nº 13.476 - Processo nº 53508.005583/2017-77

Declara extinta, por renúncia, a partir de 25/10/2017, a autorização outorgada à INFOSHORE COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA-ME, CNPJ/MF nº 07.123.880/0001-32, por intermédio do Ato nº 51986, de 23/05/2016, publicado no DOU de 24/05/2016, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequencia associada.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.547, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.011480/2016-35.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 26/10/2017, a autorização outorgada à GERAIS ON LINE INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 03.272.417/0001-00, por intermédio do Ato nº 2828, de 06/05/2011, publicado no DOU de 17/05/2011, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.623, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.079585/2017-72.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA., CNPJ 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Monte Negro/RO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.821 - Processo nº 53500.080819/2017-24.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SERRA DA BOA ESPERANCA LTDA, CNPJ 16.545.022/0001-77, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Boa Esperança/MG.

Nº 13.822 - Processo nº 53500.080831/2017-39.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PRINCESA MONTE AZUL LTDA - ME, CNPJ 58.501.016/0001-68, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Monte Azul Paulista/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.834 - Processo nº 53500.079491/2017-01.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à VALE S.A., CNPJ 33.592.510/0044-94, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 13.841 - Processo nº 53500.080958/2017-58.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Portel/PA.

Nº 13.842 - Processo nº 53500.080959/2017-01.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto de Moz/PA.

Nº 13.843 - Processo nº 53500.080960/2017-27.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Anajás/PA.

Nº 13.844 - Processo nº 53500.080962/2017-16.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Limoeiro do Ajuru/PA.

Nº 13.845 - Processo nº 53500.080963/2017-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Medicilândia/PA.

Nº 13.846 - Processo nº 53500.080964/2017-13.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Oeiras do Pará/PA.

Nº 13.870 - Processo nº 53500.081043/2017-60.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 01.890.043/0001-52, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cajazeiras/PB.

Nº 13.878 - Processo nº 53500.081065/2017-20.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA, CNPJ 76.494.806/0001-45, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Antonina/PR.

Nº 13.880 - Processo nº 53500.081067/2017-19.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maringá/PR.

Nº 13.881 - Processo nº 53500.081068/2017-63.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São João do Caiuá/PR.

Nº 13.882 - Processo nº 53500.081070/2017-32.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ESPLANADA DO PARANA LTDA, CNPJ 80.242.720/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ponta Grossa/PR.

Nº 13.883 - Processo nº 53500.081071/2017-87.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OESTE DO PARANA LTDA, CNPJ 03.699.194/0001-53, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.079 - Processo nº 53500.078156/2017-88.

Expede autorização à EDSON JARA - ME, CNPJ/MF nº 14.020.371/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.080 - Processo nº 53500.074647/2017-50.

Expede autorização à GW TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ nº 18.968.664/0001-04, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14087 - Processo nº 53500.081319/2017-18.

Expede autorização à RJ NET SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 28.582.282/0001-00, para prestar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.089 - Processo nº 53500.076127/2017-81.

Expede autorização à NET WAY PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.334.505/0001-02, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 14.090 - Processo nº 53500.077615/2017-14.

Expede autorização à INTERVIA SOLUCOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 05.379.776/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.404 - Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Belo Horizonte/MG, no período de 01/12/2017 a 15/01/2018.

Nº 14.407 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 10/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.408 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 03/12/2017 a 03/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.437 - Autoriza HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.438 - Autoriza DOSSENA E VASCONCELOS SERV AUTOM LTDA ME, CNPJ nº 16.796.265/0001-88, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.439 - Autoriza MOTTIN RACING LTDA, CNPJ nº 03.406.065/0001-20, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.440 - Autoriza JOSE ANTONIO MIRO DE CORDOVA - ME, CNPJ nº 14.140.838/0001-95, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.441 - Autoriza COMERCIAL SAMBAIBA DE VIATURAS LTDA, CNPJ nº 03.013.854/0002-81, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.442 - Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 08/12/2017 a 10/12/2017.

Nº 14.443 - Autoriza RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0001-78, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Bocaina/SP e Brotas/SP, no período de 01/11/2017 a 30/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
COMISSÃO DELIBERATIVA

RESOLUÇÃO Nº 217, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 637ª Sessão, realizada em 01 de dezembro de 2017, considerando:

a) as recomendações constantes do Acórdão TCU nº 1.360/2017 Plenário;

b) que a Norma CNEN NN 9.01 Descomissionamento de Usinas Nucleoeletricas foi aprovada pela Resolução CNEN 133/12, publicada no DOU em 21 de novembro de 2012; e

c) que a respectiva documentação consta do processo 01341-000088/2010-41, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CNEN 133/12, incorporando à Norma CNEN NN 9.01 Descomissionamento de Usinas Nucleoeletricas as seguintes modificações:

I - O artigo 5 passa a ter a seguinte redação:

Art. 5 A organização Operadora deve disponibilizar os fundos necessários para garantir o descomissionamento seguro, a gerência de rejeitos radioativos gerados durante o descomissionamento e a gerência do combustível irradiado.

II - O caput do artigo 15 deve ser alterado conforme se segue, mantendo-se inalterados os seus parágrafos:

Art. 15 A organização operadora deve garantir recursos financeiros adequados para cobrir os custos associados ao descomissionamento seguro da usina, incluindo o gerenciamento dos rejeitos radioativos gerados durante o descomissionamento e o gerenciamento do combustível usado (irradiado) até a decisão quanto à sua destinação final.

Art. 2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente da Comissão

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro da Comissão

JOSÉ CARLOS BRESSIANI
Membro da Comissão

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de



NOME/RAZÃO SOCIAL TV OESTE DO PARANA LTDA				CNPJ 03699194000153	
Nº DA ESTAÇÃO 695786563	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 57' 12.0" S	LONGITUDE 53° 27' 11.0" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AV. PARANÁ, nº 2361.		DISTRITO *****			
BAIRRO CENTRO		MUNICÍPIO Cascavel			UF PR

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO:	Cascavel
LOCALIDADE:	*****
FREQUENCIA:	581 MHz
CLASSE:	A
INDICATIVO DA ESTACAO:	ZYB402
NOME FANTASIA:	RPC
CIDADE DA OUTORGA:	Cascavel

UF: PR

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO
MUNICÍPIO: Cascavel
NUMERO: 1413

BAIRRO: MARIA LUIZA
UF: PR
COMPLEMENTO: *****

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: *****
MUNICÍPIO: *****
NUMERO: *****

BAIRRO: *****
UF: *****
COMPLEMENTO: *****

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE:	Nec Corporation
CÓDIGO:	019751100192

MODELO: DTU-52/7R8PQ
POTÊNCIA: 5.000 kW


TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Screen Service Broadcasting Te
CÓDIGO: 021860804869

MODELO: SDT 103 UM (3000 W)
POTÊNCIA: 2.500 kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA
POLARIZAÇÃO:	Elíptica
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	91.47 m



MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
GANHO:	8.23
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
BEAM TILT:	5.00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA
POLARIZAÇÃO:	Elíptica
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	77.55 m

MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
GANHO:	8.23
ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
BEAM TILT:	5.00 graus



IMPRESSO EM: 12/08/2020 10:11:58



Emitido Em
10/08/2020

Esta licença pode ser validada em

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Interessado: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

Assunto: Renovação de Outorga Comercial.

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta manifestaram-se favoravelmente ao deferimento, relativo ao pedido de renovação de outorga, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), para a exploração do serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, no município de Cascavel, estado do Paraná, referente ao período de 24.12.2014 a 24.12.2029, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 6466/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2804682) e do Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 2888598), respectivamente;
- b) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação das minutas, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, os textos atualizados para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente, razão pela qual opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 23/10/2020, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 23/10/2020, às 12:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5987256** e o código CRC **8CBA1CBB**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2020.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6.466/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ N.º 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2020.

Renova a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda e posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo n.º 53900.010501/2014-21, do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto n.º 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., nos termos do Decreto Presidencial s./n.º de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 32, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fábio Faria

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI-MCOM nº 5987256



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Despacho 5987256

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Data de Envio:

19/12/2023 15:03:09

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens TV, no município de CASCAVEL/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 27/12/2023 09:45

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens TV, no município de CASCAVEL/PR, responder aos processos nº 53516.003641/2017-29, 53516.003642/2017-73 não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão. At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 19 de dezembro de 2023 15:03

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.010501/2014-21

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens TV, no município de CASCAVEL/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJIMDQwLWRkODIjNGY4NG05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NOBGAAAAAAD31SCGCRSW...

mailto:corep@mcom.gov.br - E-mail: RESPOSTA CGFM (11234137) - 53900.010501/2014-21 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0071156/2023

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
E-mail: in**is@grpcom.com.br
CPF: ***.553.909-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
E-mail: se**te@rpc.com.br
CNPJ: 03.699.194/0001-53

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0071156/2023
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações
Informações Complementares: Trata-se de atualização da documentação necessária à renovação da outorga para fins de celeridade e economia processual - TV OESTE DO PARANÁ LTDA - CASCÁVEL
Processo de Renovação n. 53900.010501/2014-21.
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: 53900.010501/2014-21
Data e Hora de Encaminhamento: 20/12/2023 às 17:18

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Processo Complementação Renovação de Outorga TV OESTE - CASCÁVEL.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Não há	Não há

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorriho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Registrar a renúncia do administrador não sócio **LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82.510-020, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.579.885-2, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.395.329-15, ao cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(ii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i), os sócios, por unanimidade de votos, aprovam a extinção do cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(iii) Em razão do contido nos itens (i) e (ii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(iv) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se TV OESTE DO PARANÁ LTDA.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.



3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95%



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de



defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da



deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.



9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 10 de fevereiro de 2012.


ELIZABETH LEMANSKI


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA




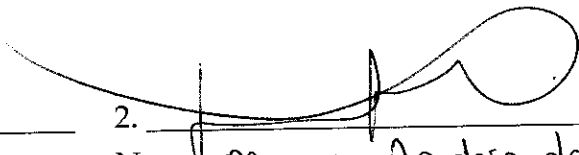
TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

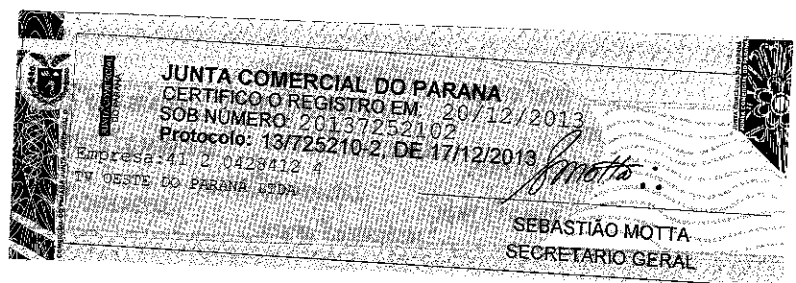
Administrador não sócio renunciante:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Andrea Lambert de Castro Zetola
RG: CPF/MF 688.958.609-34
OAB/PR: 21.863
CPF/MF:

2. 
Nome: Mayara Cardoso da Silva
RG: 9.932.893-2
CPF/MF: 004.508.009-51.



[continuação das assinaturas]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Folha 13 de 13

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0> / pg. 14

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ilustríssimo Senhor

WILSON DINIZ WELLISCH

Secretário de Comunicação Social Eletrônica

Ministério das Comunicações

Ref. Processo Renovação de Outorga n. 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre Gusmão nº 1413, CEP 85819-530, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.699.194/0001-53, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Portaria MCOM n. 4149 de 2021, encaminha, por seu representante legal, em anexo, para admissão por Vossa Senhoria, atualização da documentação necessária à renovação da outorga.

Termos em que pede recebimento e deferimento.

Cascavel, 04 de dezembro de 2023.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga

Diretor Vice-Presidente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 15

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO	
Nome da Pessoa Jurídica:	TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ:	03.699.194/0001-53
CEP da sede:	85819-530
Endereço da sede:	Rua Alexandre de Gusmão, nº. 1413
E-mail de contato:	seimc.tvoeste@rpc.com.br
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais <input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens
Período da renovação:	24/12/2014 a 23/12/2029
Localidade da renovação:	Cascavel
	UF: PR

Eu, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, inscrito no CPF sob o nº 066.553.909-66, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação. DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Cascavel, 04 de dezembro de 2023.



Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(d) prova de inscrição no CNPJ;

(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;

(i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).





CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: TV OESTE DO PARANA LTDA NIRE : 41204284124 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: PRC2318916590		
NIRE (Sede) 41204284124	CNPJ 03.699.194/0001-53	Data de Ato Constitutivo 24/02/2000	Início de Atividade 24/02/2000		
Endereço Completo Rua ALEXANDRE DE GUSMAO, Nº 1.413, TV, JARDIM MARIA LUIZA - Cascavel/PR - CEP 85819-530					
Objeto Social A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÕES DE RADIODIFUSÃO DE SONS(RADIO) E DE SONS E IMAGENS(TELEVISÃO),DE ACORDO COM OS ATOS DE OUTORGA DE PERMISSÃO E/OU DE CONCESSÃO QUE VENHA A OBTER DO GOVERNO FEDERAL/MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ,OU MEDIANTE A TRASNFERENCIA DIRETA DESSAS OUTORGAS,QUANDO PREVIAMENTE AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE;					
Capital Social R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais) Capital Integralizado R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais)		Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio					
Nome PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA		CPF/CNPJ 066.553.909-66	Participação no capital R\$ 1.500.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Nome ELIZABETH LEMANSKI		CPF/CNPJ 024.437.429-54	Participação no capital R\$ 1.500.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Dados do Administrador					
Nome PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA		CPF 066.553.909-66	Término do mandato Indeterminado		
Nome ELIZABETH LEMANSKI		CPF 024.437.429-54	Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento Data 22/12/2022			Número 20228441668	Ato/eventos 310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	Situação ATIVA Status COM IMPEDIMENTO JUDICIAL
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela 1 - NIRE: 41900672211 Endereço Completo RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 2250 , MORRO ALTO, Guarapuava, PR, CEP: xx.xxx-xxx					
Observações: 05ª VARA CÍVEL DE CURITIBA, OFÍCIO Nº: 2159/2011 DE 17/11/11 REFERENTE AOS AUTOS Nº: 26197-85.2011.8.16.0001. " PROCEDER AO BLOQUEIO DAS QUOTAS SOCIAIS DA TV OESTE PARANÁ LTDA., NIRE: 4120428412-4, TRANSFERIDAS AO AGRAVADO RÉU PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, 066.553.909-66, BEM COMO AVERBAR A EXISTÊNCIA DA DEMANDA SUPRA." PROTOCOLO JUCEPAR 11/407536-0 DE 02/12/2011.					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 19/12/2023, às 07:25:11 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **JILMXREG**.



PRC2318916590

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 20



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: TV OESTE DO PARANA LTDA NIRE : 41204284124 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	Protocolo: PRC2318916590
--	---------------------------------

Secretário(a) Geral

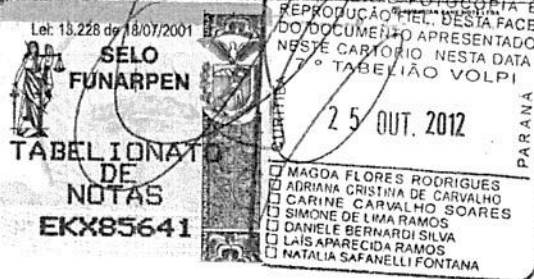
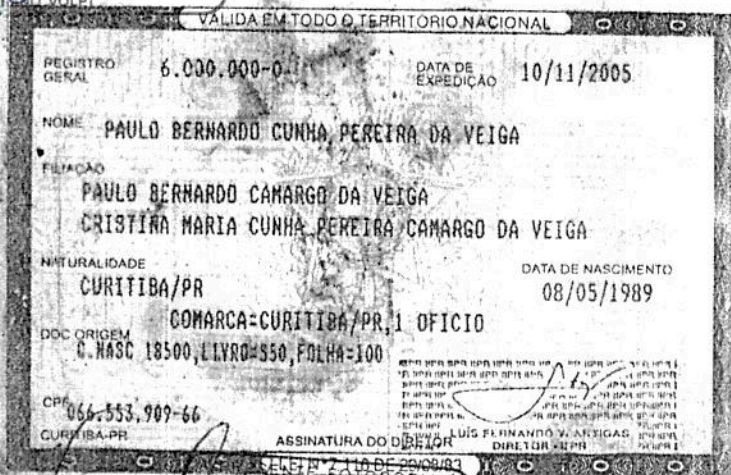


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204326)

SEI 55119:035591/2023-54 / pg. 21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526)

SER 3519:03559/2023-54 / pg. 22

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

"NÃO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS"

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ABNC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.595.453 4 DATA DE EMISSÃO 25/06/1997

NOME ELIZABETH LEMANSKI

FILIAÇÃO EDMUNDO LEMANSKI MARIA ELSA PASSOS

NATURALIDADE CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO 25/05/1975

DOC ORIGEM COMARCA=CURITIBA/PR, 2 ZONA

C.NASC 2436, LIVRO=48, FOLHA=148

CPF CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 1146 DE 29/08/83

ABNC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome ELIZABETH LEMANSKI

Ng de inscrição 024437429-54

Date do Nascimento 25/05/75

ABNC

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura ELIZABETH LEMANSKI

SER

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/07/96



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo>

Requerimento (11264526)

SER 53113-033031/2023-54 / pg. 23

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03dfo

**TJPR**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO
PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL
COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ**RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA
DISTRIBUIDOR PÚBLICOAVENIDA TANCREDO NEVES, 2320 - EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85805-036
FONE: (45) 3326-4479 - CNPJ: 00.322.048/0001-16**CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA**

Rodrigo Timótheo Taborda, Oficial Designado do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, nos termos da Seção V do CNFJ:

Certifico que, revendo os registros desta Serventia, NÃO FORAM localizadas ações de FALÊNCIA OU CONCORDATA; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Lei nº 11.101/2005), em face de:

TV OESTE DO PARANÁ LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 09 dia(s) do mês de novembro do ano de 2023. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular**SERPRO**
Assinado digitalmente por:
RODRIGO TIMOTHEO TABORDA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

0 000000 024006



CUSTAS DE EMISSÃO DESTA CERTIDÃO: R\$ 38,16

Esta Certidão Negativa somente terá validade com o Carimbo e ou Assinatura Digital do Oficial do Cartório Distribuidor.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>KHETLLYN
Página 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.699.194/0001-53 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 24/02/2000</div>
<div>NOME EMPRESARIAL TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ALEXANDRE DE GUSMAO</div>	<div>NÚMERO 1.413</div>	<div>COMPLEMENTO TV</div>
<div>CEP 85.819-530</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JARDIM MARIA LUIZA</div>	<div>MUNICÍPIO CASCAVEL</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONFIS@GRPCOM.COM.BR</div>		<div>UF PR</div>
<div>TELEFONE (41) 3321-5100</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 18/12/2023 às 16:32:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11264526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 25

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:46:13 do dia 20/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/04/2024.

Código de controle da certidão: **7131.A6A7.4E76.0FB7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11264526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 26

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032497475-01

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.699.194/0001-53**

Nome: **TV OESTE DO PARANA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/04/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 214765/2023

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53
Endereço:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO, 1413
Complemento:	TV
Bairro:	MARIA LUIZA
Cidade:	Cascavel - PR
CEP:	85.819-530

[REQUERENTE]

Código:	1560247
Nome/Razão:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ/CPF:	03.699.194/0001-53

[FINALIDADE]

Juridico

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 18 de dezembro de 2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:

scavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
e Autenticidade: WGT211207-000-TEAYIDPIQMOFDS-2



Autenticado eletronicamente em: Rua Paraná, 5000 - Fone/Fax: (45) 3321-2020 - CEP 85.810-011 - Cascavel - PR

Home-page: <http://www.cascavel.pr.gov.br>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br> Requerimento nº 1264528 / SER-SS PR-055559/2023-54 / pg. 28

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:22:40 do dia 18/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11264526)

SER 35119:035591/2023-54 / pg. 29

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.699.194/0001-53
Razão Social: TV OESTE PARANA LTDA
Endereço: R ALEXANDRE DE GUSMAO 1413 / MARIA LUIZA / CASCAVEL / PR / 85819-530

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/12/2023 a 13/01/2024

Certificação Número: 2023121505183347640900

Informação obtida em 18/12/2023 16:47:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jspx?_af=0&_text=Nesta página você poderá consultar a situação de,UF. Para in...](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jspx?_af=0&_text=Nesta%20p%C3%A1gina%20você%20poder%C3%A1%20consultar%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20UF.%20Para%20informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20requerimento%20(11264326))

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.699.194/0001-53
Certidão nº: 72864442/2023
Expedição: 18/12/2023, às 16:48:14
Validade: 15/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.699.194/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Requerimento (11204526) - SER 35119:035591/2023-54 / pg. 31

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*Início da Atividade
20/12/2023

Protocolo GOV.BR

Número da Solicitação
264359.0071156/2023CPF
066.553.909-66Nome
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGAE-mail
inflegais@grpcom.com.brSexo
MasculinoData de nascimento
08/05/1989País de nacionalidade
BrasilData de envio da solicitação
20/12/2023

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
71070_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante
Pessoa JurídicaProcuração
09. TV Oeste - 8 Alteração do Contrato Social de 20.12.2013.pdfCNPJ
03.699.194/0001-53Razão Social
TV OESTE DO PARANÁ LTDA.E-mail
seimc.tvoeste@rpc.com.br

Documentação Necessária

Tipo de Documento	Requerimento
Selecionar Documento	Processo Complementação Renovação de Outorga TV OESTE - CASCABEL.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior
SIMNúmero do Processo SPE
50000-010501/2014-21

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Informações Complementares (Preenchimento Opcional)

Informações Complementares


Trata-se de atualização da documentação necessária à renovação da outorga para fins de celeridade e economia processual - TV OESTE DO PARANÁ LTDA - CASCAVEL

Processo de Renovação n. 53900.010501/2014-21.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.699.194/0001-53									
TV OESTE DO PARANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024


Hora: 14:23:56



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 024.437.429-54									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024


Hora: 14:24:09



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 066.553.909-66											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024

Hora: 14:24:17



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.699.194/0001-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 23/01/2024

Hora: 14:21:56





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:24:52 do dia 23/01/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/02/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data/Hora: 23/01/2024 14:27:33

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA

Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital

Situação: Ativa

Incidência FUST: Integral

End. Sede: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO 1.413 - TV

Município: Cascavel

End. Corresp.:

Município:

Nº FISTEL: 50408062800

CNPJ/CPF: 03699194000153

☒ CADIN: Não

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Bairro: JARDIM MARIA LUIZA

UF: PR

Bairro:

UF:

Data Validade: 24/12/2014

Tipo Usuário:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2011	24/09/2011	R\$ 544,03	05/09/2011	1.632,07	544,03	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	25/03/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	23/09/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	07/08/2016	R\$ 12.200,00	20/07/2016	12.200,00	12.200,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 4.026,00	30/03/2017	4.026,00	4.026,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 610,00	30/03/2017	610,00	610,00	0006	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	9.792,42	3.264,14	0007	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/07/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2019	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 4.026,00	27/03/2018	4.026,00	4.026,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 610,00	27/03/2018	610,00	610,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 4.026,00	28/03/2019	4.026,00	4.026,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 610,00	28/03/2019	610,00	610,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 4.026,00	30/03/2020	4.026,00	4.026,00	0016	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 610,00	30/03/2020	610,00	610,00	0017	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2020	31/08/2020	R\$ 12.200,00	04/08/2020	12.200,00	12.200,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 4.026,00	30/03/2021	4.026,00	4.026,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 610,00	30/03/2021	610,00	610,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 4.026,00	30/03/2022	4.026,00	4.026,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 610,00	30/03/2022	610,00	610,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 4.026,00	29/03/2023	4.026,00	4.026,00	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 610,00	29/03/2023	610,00	610,00	0024	Quitado	0,00
Total devido em 23/01/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 23/01/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

- Efeito Suspensivo Revogado

- Lançamento com Recurso Judicial

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1/2

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

ANEXO ANATEL (11201196) - SLP53300.010501/2014-21 / pg. 7

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/f8318/17-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo ANATEL (11/2015)

SEL 53500-010301/2014-21 / pg. 8

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ANEXO ANATEL (11281156)

SEI53500-010301/2014-21 / pg. 9

Estações

Voltar

1 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																							
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações		
Visualizar em PDF	TV-C4 (Canal Licenciado)	03699194000153	TV OESTE DO PARANA LTDA	50408062800	P	Comercial	GTVD	247	PR	Cascavel		32		581	A		24° 57' 12.00" S	53° 27' 11.00" W	25.5	91.47		2	2023-10-31 12:43:55		57dbab969a11d	245571400; 53W271200 - Coordenadas do Sítio. 2455714;53W2712.		

Id solicitação: 57dbab969a11d

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Nome Fantasia: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Telefone: (45) 2220406	E-mail: CONFIS@GRPCOM.COM.BR
CNPJ: 03.699.194/0001-53	Número do Fistel: 50408062800
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 24/12/1999	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 24/12/2029	
Observações: Ato nº 4.967, de 27/08/2009, publicado no DOU. de 31/08/2009; Ato nº 5.160, de 22/07/2011, publicado no DOU. de 26/07/2011.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento: TV	
Bairro: JARDIM MARIA LUIZA	Numero: 1.413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV. PARANÁ	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 2361	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento:	
Bairro: MARIA LUIZA	Numero: 1413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cascavel	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 32	Frequência: 581 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 23.817kW
HCI: 91.5 m	Pareamento: 31867	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/15:01:53 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo ANATEL (11261136)

SEP 55500-310501/2014-21 / pg. 11

Informações Gerais	
Número da Estação: 695786563	Número Indicativo: ZYB402
Data Último Licenciamento: 10/08/2020	Número da Licença: 53500.033881/2020-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 24° 57' 12.00" S	Longitude: 53° 27' 11.00" W	Cota da base: 778 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 070681800419	Modelo: THU9 EVO 6kW
Fabricante: Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 49.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E	Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA				
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 91.47 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.91	5°: 0	10°: 0.7	15°: 0	20°: 0.39	25°: 0	30°: 0.15	35°: 0	40°: 0.03	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.16	75°: 0	80°: 0.41	85°: 0	90°: 0.56	95°: 0	100°: 0.54	105°: 0	110°: 0.43	115°: 0
120°: 0.36	125°: 0	130°: 0.39	135°: 0	140°: 0.46	145°: 0	150°: 0.55	155°: 0	160°: 0.8	165°: 0	170°: 0.98	175°: 0
180°: 0.98	185°: 0	190°: 0.84	195°: 0	200°: 0.65	205°: 0	210°: 0.54	215°: 0	220°: 0.57	225°: 0	230°: 0.67	235°: 0
240°: 0.76	245°: 0	250°: 0.81	255°: 0	260°: 0.84	265°: 0	270°: 0.85	275°: 0	280°: 0.8	285°: 0	290°: 0.73	295°: 0
300°: 0.71	305°: 0	310°: 0.76	315°: 0	320°: 0.86	325°: 0	330°: 0.92	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.84	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 019751100192	Modelo: DTU-52/7R8PQ
Fabricante: Nec Corporation	Potência de Operação: 5.0 kW



Transmissor Auxiliar 2			
Código Equipamento:		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: kW	

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: HCA318-50J		Fabricante: RFS	
Comprimento da Linha: 37.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E			Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA		
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 77.55 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041312011	95	Portaria	MC	28/04/2011	03/05/2011	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041302011	96	Portaria	MC	19/07/2011	22/07/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
81451984	90609	Decreto	PR	04/12/1984	05/12/1984	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
537400001502000	11	Decreto	PR	07/08/2000	08/08/2000	Transferência Direta	Jurídico
537400007971999	11	Decreto	PR	26/03/2001	27/03/2001	Renovação	Jurídico
537400007971999	235	Decreto Legislativo	CN	31/10/2002	04/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	5596	Ato	CMPRL	11/08/2011	12/08/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000389772011	331	Portaria	SSCE	18/10/2011	20/10/2011	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.081071/2017-87	13883	Ato	ORLE	14/11/2017	05/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL TV OESTE DO PARANA LTDA				CNPJ 03699194000153	
Nº DA ESTAÇÃO 695786563	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 57' 12.00" S	LONGITUDE 53° 27' 11.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AV. PARANÁ, nº 2361.			DISTRITO		
BAIRRO CENTRO			MUNICÍPIO Cascavel		UF PR

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	24/12/2029		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	581 MHz	CANAL:	32
CLASSE:	A	COTA BASE DA TORRE:	778
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB402		
NOME FANTASIA:	TV OESTE DO PARANA LTDA	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Cascavel		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	BAIRRO:	MARIA LUIZA
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
NUMERO:	1413	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	MODELO:	THU9 EVO 6kW
CÓDIGO:	070681800419	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Nec Corporation	MODELO:	DTU-52/7R8PQ
CÓDIGO:	019751100192	POTÊNCIA:	5.0 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	91.47 m	BEAM TILT:	5.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	77.55 m	BEAM TILT:	5.00 graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 23/01/2024 15:26:34



Emitido Em
10/08/2020

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/MQWZ5-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIzNjU0MTEyYWJlMQWZ5-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 1088/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cascavel/PR, referente ao seguinte período: 24/12/2014 a 24/12/2029.

ANÁLISE

2. O pedido de que trata o parágrafo chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão e pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica em várias oportunidades, com vistas à completa instrução dos autos. A Interessada, por meio da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º 53115.033891/2023-54, apresentou certidão da Junta Comercial do Estado do Paraná, datada em 19.12.2023, na qual consta informações acerca de bloqueio judicial das cotas sociais da Interessada, situação que merece ser averiguada.

3. Assim, entende-se que, para a completa instrução do feito, se faz necessário que a entidade apresente Certidão de Objeto e Pé contendo informações, atualizadas, a respeito do bloqueio judicial das cotas sociais da Interessada.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 23/01/2024, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11328702** e o código CRC **9134FA68**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11328702



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 2247/2024/MCOM

Brasília, 23 de janeiro de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ Nº 03.699.194/0001-53)
Rua Alexandre de Gusmão nº 1.413 - TV - Jardim Maria Luiza
85.819-530 - Cascavel/PR

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.010501/2014-21.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 1088/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício 2247 (11526705)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 17

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 23/01/2024, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11328703** e o código CRC **C079720B**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 1088/2024 (11328702)

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11328703



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Circulo 2247 (11328703)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 18

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Data de Envio:

24/01/2024 11:56:03

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

CONFIS@GRPCOM.COM.BR
seimc.tvoeste@rpc.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53900.010501/2014-21

INTERESSADA: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11328703.html
Nota_Tecnica_11328702.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	CONFIS@GRPCOM.COM.BR, CONFIS@GRPCOM.COM.BR, seimc.tvoste@rpc.com.br
10 ▾ 1 / 1		



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Data de Envio:

24/01/2024 11:57:51

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, foi encaminhada notificação à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ 03.699.194/0001-53), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11328702.html

Oficio_11328703.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Data de Envio:

26/01/2024 15:41:31

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

jade.mariano@gruporic.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: - EDITAR - NÚMERO DO PROCESSO

INTERESSADA: 53900.010501/2014-21

ASSUNTO: TV OESTE DO PARANÁ LTDA. .

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11328702.html

Oficio_11328703.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0080350/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
E-mail: al**xs@grpcomcorp.com.br
CPF: ***.553.909-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: TV OESTE DO PARANÁ LTDA
E-mail: se**te@rpc.com.br
CNPJ: 03.699.194/0001-53

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0080350/2024
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)
Informações Complementares: Ref.: Ofício nº 2247/2024/MCOM - Nota Técnica 1088/2024/SEI-MCOM - Processo nº 53900.010501/2014-21 - Renovação Outorga TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

OBS. em documentos complementares foi anexado o certificado de validação da assinatura digital (via token - ICP Brasil) obtida no site do gov <<https://validar.iti.gov.br/>>, que poderá ser obtida novamente se subindo o arquivo (resposta de ofício) no site.

Att.
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: 53900.010501/2014-21
Data e Hora de Encaminhamento: 15/02/2024 às 09:23

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Resposta Ofício nº 2247-2024 TV OESTE - Renovação.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
VALIDADOR ASSINATURA DIGITAL (TOKEN) GOV.BR	Validador assinatura RESP. OF. 2247-2024 TV OESTE.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorriho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000 ("Sociedade"),

têm entre si justo e contratado alterar o contrato social da Sociedade, o que fazem de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Registrar a renúncia do administrador não sócio **LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, administrador, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora da Luz, 1081, casa 08, CEP 82.510-020, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.579.885-2, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.395.329-15, ao cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(ii) Em decorrência da renúncia mencionada no item (i), os sócios, por unanimidade de votos, aprovam a extinção do cargo de Diretor Adjunto à Presidência;

(iii) Em razão do contido nos itens (i) e (ii), fica alterada a cláusula 4, do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade."



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(iv) Em face das deliberações anteriormente aprovadas, os sócios resolvem, por fim, proceder à consolidação do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ELIZABETH LEMANSKI, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora da Luz, nº 1887, Hugo Lange, CEP 82.520-060, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.595.453-4, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54; e

PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, brasileiro, solteiro, estudante, maior, residente e domiciliado na Rua Doutor Aluizio França, nº 83, Bigorrilho, CEP 80.710-410, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.000-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66;

únicos sócios da sociedade empresária limitada **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, sediada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luíza, CEP 85.819-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o nº 41204284124, em 24/02/2000, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1.1. A Sociedade limitada denomina-se **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)

8ª Alteração do Contrato Social

1.2. A sede social é no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na Rua Alexandre de Gusmão, nº 1413, Jardim Maria Luiza, CEP 85819-530, tendo uma filial na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 2.250, Bairro Morro Alto, CEP 85065-000, denominada filial nº 1, podendo, por deliberação dos sócios, ser criadas outras filiais ou dependências da Sociedade em qualquer parte do Território Nacional.

1.2.1. Fica destacado o capital de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada filial ou dependência da Sociedade.

1.3. A Sociedade terá por objetivos:

(a) a instalação e operação de estações de radiodifusão de sons (RÁDIO) e de sons e imagens (TELEVISÃO), de acordo com os atos de outorga de permissão e/ou de concessão que venha a obter do Governo Federal/Ministério das Comunicações, ou mediante a transferência direta dessas outorgas, quando previamente autorizadas pelo Poder Concedente;

(b) a execução pela Sociedade do serviço de radiodifusão terá finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa;

(c) a veiculação de propaganda e publicidade comercial ou institucional, em Televisão, Rádio e Internet;

(d) a importação de equipamentos, peças e acessórios para uso próprio; de programas de televisão, de filmes e fitas magnéticas, virgens ou gravadas; e

(e) prestação de serviços em geral nas áreas de comunicação, eventos e entretenimento, inclusive pela Internet e outros meios similares.

2. DO CAPITAL SOCIAL E COTAS

2.1. O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000 (três mil) cotas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, assim distribuídas:



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

COTISTAS	COTAS	VALOR - R\$	%
ELIZABETH LEMANSKI	1.500	1.500.000,00	50
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	1.500	1.500.000,00	50
TOTAL:	3.000	3.000.000,00	100

2.2. As cotas são indivisíveis, cabendo um voto a cada cota. Qualquer transferência de cotas do capital social dependerá da concordância e assinatura dos sócios que detenham 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e, nos casos previstos na legislação em vigor atinente à radiodifusão, da obtenção da prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações.

2.3. As cotas representativas do capital social só poderão ser subscritas ou adquiridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País, observado que, em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital social da Sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do art. 222, da Constituição Federal, e da legislação complementar, condições essas que também deverão ser observadas na hipótese de caucionamento das cotas.

2.4. Para a cessão e a transferência total ou parcial de cotas do capital social, bem como a participação nos aumentos de capital, haverá sempre preferência das sócios sobre terceiro interessado, na proporção das cotas de que sejam titulares, pelo prazo de 30 (trinta) dias, respeitando, contudo, as condições de igualdade quanto ao preço, prazo e forma de pagamento, ressalvados os casos de cessões e transferências de cotas, a qualquer título, entre as sócios e suas descendentes, ascendentes e/ou colaterais, as quais são livres, respeitado o estabelecido na legislação específica acerca da radiodifusão.

2.5. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052, do Código Civil brasileiro.

2.6. Nesta oportunidade, declaram os sócios, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por norma constitucional ou por qualquer lei especial, de serem sócios de sociedade limitada.



3. DO PRAZO

3.1. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

3.2. No caso de dissolução da Sociedade, os sócios escolherão de comum acordo, dentre eles, o liquidante, que será responsável também pelo cumprimento das obrigações passivas, porventura existentes, bem como pela guarda e conservação dos livros e documentos pelo prazo da lei.

4. DA ADMINISTRAÇÃO

4.1. Observado o disposto no item 4.2, a Sociedade será administrada pela administradora sócia ELIZABETH LEMANSKI, anteriormente qualificada, como Diretora Presidente, bem como pelo administrador sócio PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, anteriormente qualificado, como Diretor Vice-Presidente, dispensados de prestar caução, aos quais compete o uso da firma isoladamente ou em conjunto, para fins da administração de todos os negócios sociais, representando a Sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, para a prática de todo e qualquer ato que se faça necessário e conveniente para o bom andamento dos negócios sociais, sendo-lhes expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer hipótese, em operações e negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

4.2. Exigir-se-á a assinatura conjunta dos Diretores para a prática dos seguintes atos: a) oneração ou venda de bens móveis; b) oneração, compra ou venda de bens imóveis; c) nomeação ou destituição de procuradores da Sociedade com poderes de administração, salvo no caso de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, conforme disposto no item 4.4 abaixo; d) contratação de empréstimos destinados à aquisição de equipamentos, de imóveis ou de participações em outras sociedades.

4.3. Os Diretores terão direito a uma retirada pro-labore mensal, fixada anualmente, de comum acordo pelos sócios representantes de mais de 95%



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

(noventa e cinco por cento) do capital social, observando-se as disponibilidades da Sociedade e a legislação vigente.

4.4. À exceção de procurações para fins judiciais ou para atuações em processos administrativos, as quais poderão ser firmadas por qualquer um dos Diretores e ter prazo de duração indeterminado, as demais procurações em nome da Sociedade dependerão da assinatura conjunta dos Diretores, e deverão especificar os poderes outorgados, seus limites, bem como os atos e operações que poderão praticar e, ainda, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

4.5. O procurador que for nomeado pela Sociedade só será mantido nessa condição enquanto merecer a confiança dos sócios, podendo, assim, ser substituído a qualquer tempo, sempre no interesse do bom entendimento das mesmas e dos negócios sociais.

4.6. Os administradores e procuradores designados pela Sociedade serão obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a sua investidura nos cargos observará a legislação em vigor sobre radiodifusão.

4.7. É expressamente vedado aos administradores ou procuradores designados pela Sociedade a utilização da denominação social em negócios estranhos aos objetivos societários, especialmente para prestar caução ou fiança, aval, abono ou quaisquer outros atos semelhantes, os quais são nulos perante a Sociedade.

4.8. A Sociedade manterá em seus quadros um engenheiro especializado em radiodifusão, que será responsável pela parte técnica da emissora.

4.9. Os sócios poderão deliberar pela nomeação de administradores não sócios.

4.10. Nesta oportunidade, os administradores declaram, sob as penas da lei, não estar incurso em crime que os impeça de exercer atividade mercantil, ou impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de



defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

5. DA CESSÃO DAS COTAS E DO IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

5.1. No caso de retirada espontânea, morte, insolvência ou impedimento de sócio, a Sociedade não será dissolvida, prosseguindo com os sócios remanescentes e os herdeiros ou sucessores do sócio em questão.

5.2. Os herdeiros ou sucessores do sócio falecido escolherão, entre eles, aquele que representará todos os interesses do espólio nos entendimentos com a administração da Sociedade, inclusive no que se refere aos procedimentos de apuração de haveres do sócio.

6. DA APURAÇÃO DE HAVERES

6.1. Na ocorrência de qualquer dos fatos previstos no item 5.1, os haveres do sócio, apurados em balanço geral do ativo e passivo, levantado nos 60 (sessenta) dias seguintes à data do evento, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, acrescidas da correção monetária do IGPM/FGV, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após o balanço realizado.

6.2. Para apuração do valor patrimonial das cotas do capital social, subscritas e integralizadas, deverão ser consideradas as reservas e as demais contas de balanço pelos valores contábeis e os bens imóveis, por avaliação.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇOS

7.1. O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

7.2. Ao término de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade, dependendo a aprovação das contas da administração e das referidas demonstrações financeiras da



deliberação de sócios que representem, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

7.3. A Sociedade deverá distribuir dividendos à conta dos lucros do exercício pelo maior percentual e nos menores prazos possíveis, respeitadas as condições financeiras da Sociedade e suas necessidades de investimento, assegurada a distribuição aos sócios, a título de dividendos, do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

7.4. A Sociedade poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros neles apurados, respeitado o *quorum* estabelecido no item 7.2. acima.

8. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

8.1. Ressalvados os casos que, na forma deste contrato social ou da legislação aplicável, exijam deliberação por *quorum* superior, as demais deliberações sociais serão tomadas, em reunião de sócios, pelo voto favorável de sócio ou de sócios que representem mais da metade do capital social.

8.2. A Sociedade realizará, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma reunião ordinária de sócios, com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) quando for o caso, designar ou destituir administradores e fixar a remuneração dos mesmos; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

8.3. Sempre que necessário, reunir-se-ão os sócios extraordinariamente.

8.4. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios ou dos administradores, por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolada, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, devendo constar, do documento de convocação, o local, a data, a hora e a ordem do dia, sendo dispensada qualquer publicação em órgão oficial ou de imprensa.



TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

8.5. Os documentos pertinentes à ordem do dia deverão vir acompanhados do documento de convocação da assembléia, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias, salvo se não houver outro prazo estabelecido por lei para apresentação de documentos.

8.6. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito (inclusive por *fax* ou *e-mail*), cientes da convocação acima mencionada.

8.7. As reuniões serão instaladas com a presença de sócios titulares de cotas representativas de mais da metade do capital social e serão presididas por sócio ou por representante deste, escolhido entre os presentes, o qual indicará um secretário para os trabalhos, devendo sempre respeitar o *quorum* de deliberação, previsto neste contrato social ou na legislação aplicável, para efetivação das deliberações sociais.

8.8. Das reuniões de sócios serão lavradas atas em livro próprio, cujas cópias serão levadas a registro, nos casos exigidos em lei.

8.9. Tornar-se-á dispensável a reunião de sócios, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação pretendida.

8.10. As alterações contratuais serão realizadas sempre em consonância com a legislação vigente relativa à radiodifusão (alíneas b e c, do art. 38, da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pelo art. 7º, da Lei nº 10.610/2002, e demais dispositivos legais aplicáveis), dependendo, ainda, da deliberação e assinatura de sócios que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das cotas representativas do capital social, as alterações contratuais e deliberações sociais que visem a: (i) alteração do endereço da sede social; (ii) modificação do objeto social; (iii) modificação do capital social, com ou sem alteração do número de cotas; (iv) alteração das disposições acerca do direito de preferência dos sócios; (v) alteração de qualquer *quorum* qualificado para deliberação previsto no presente contrato social; (vi) transformação do tipo jurídico da Sociedade; (vii) fusão, cisão e incorporação da Sociedade, ou incorporação de outra por ela; (viii) dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas; (x) pedido de concordata; bem como (xi) exclusão de sócio.



9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Sociedade, por todos os seus sócios, obriga-se a cumprir as Leis, Regulamentos e Instruções vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão em particular e de telecomunicações em geral.

9.2. Fica eleito o Foro Central da Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para apreciar e resolver quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, renunciando os sócios a qualquer outro por mais especial que seja.

9.3. Nas omissões deste contrato social e dos dispositivos específicos aplicáveis às sociedades limitadas (arts. 1.052 a 1.087, do Código Civil Brasileiro), reger-se-á a Sociedade pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, no que lhe for aplicável.

9.4. O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros, nos termos do Art. 10, II, do Decreto nº 85.064/1980.

9.5. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos."

E por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias na presença de duas testemunhas.

Cascavel/PR, 10 de fevereiro de 2012.


ELIZABETH LEMANSKI


PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA




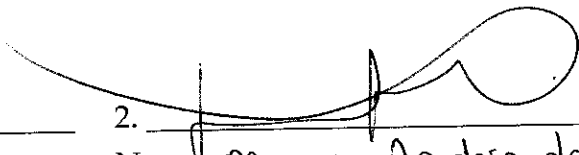
TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ/MF: 03.699.194/0001-53 / NIRE: 41204284124 (24/02/2000)
8ª Alteração do Contrato Social

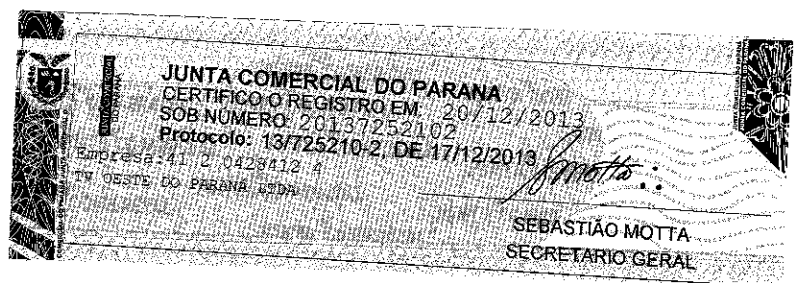
Administrador não sócio renunciante:


LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Andrea Lambert de Castro Zetola
RG: CPF/MF 688.958.609-34
OAB/PR: 21.863
CPF/MF:

2. 
Nome: Mayara Cardoso da Silva
RG: 9.932.893-2
CPF/MF: 064.568.009-51.



[continuação das assinaturas]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Folha 13 de 13

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0
Procuração (113/2206) SEP 33/15.004186/2024-21 / pg. 14

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Ilustríssimo Senhor
WHENDELL PEREIRA DE SOUZA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Ref.: Ofício nº 2247/2024/MCOM
Nota Técnica 1088/2024/SEI-MCOM
Processo nº 53900.010501/2014-21

A **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, já qualificada nos autos supra indicados, em cumprimento às exigências contidas no Ofício nº 2247/2024/MCOM, vem, perante Vossa Senhoria, **requerer a juntada do documento solicitados** no item 3 da Nota Técnica nº 1088/2024/SEI-MCOM, qual seja:

3. Certidão de Objeto e Pé atualizada contendo informações, atualizadas, a respeito do bloqueio judicial das cotas da Interessada.

Assim, uma vez atendidas as exigências formuladas por este Ministério, requer-se o prosseguimento do processo de renovação de outorga em seus ulteriores termos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Cascavel, 29 de janeiro de 2024.

PAULO BERNARDO
CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:06655390966

Assinado de forma digital por PAULO
BERNARDO CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:06655390966
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia,
ou=03558029000181, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(em branco), cn=PAULO BERNARDO
CUNHA PEREIRA DA VEIGA:06655390966
Dados: 2024.02.01 16:17:37 -03'00'

TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Diretor Vice-Presidente





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060
- Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br

CERTIDÃO

Certifico a pedido da parte interessada, que revendo os Livros e Sistemas desta Secretaria, constatei a existência dos autos de Alimentos nº 0026197-85.2011.8.16.0001 (nº antigo 26197/2011), em que figura como requerente PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA, inscrito no CPF/MF sob o nº 394.160.899-15 e requeridos CRISTINA MARIA CUNHA PEREIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 896.657.759-87, ELIZABETH LEMANSKI, inscrita no CPF/MF sob o nº 024.437.429-54, LUIZA MESQUITA MARINHO, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.588.407-96, PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.553.909-66 e TV OESTE DO PARANÁ LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.699.194/0001-53, distribuídos sob o nº 20710 em 19/05/2011, perante a 5ª Vara Cível de Curitiba.

Certifico que o feito tem por objeto o pedido de desconstituição de ato jurídico, qual seja a transferência de quotas sociais da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

Certifico ainda que à causa foi atribuído o valor de R\$ 1.350.000,00.

Certifico finalmente que os autos foram julgados com a seguinte parte dispositiva constante da Sentença de mov. 1.15: "(...) Diante do exposto, julgo improcedentes os pedidos do autor, resolvendo o processo, relativamente aos réus TV OESTE DO PARANÁ LTDA., CRISTINA e PAULO BERNARDO, com resolução de mérito, com fulcro no inciso IV, do art. 269 do CPC. Por outro lado, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, em relação às rés Luisa e Elizabeth, com fulcro no artigo 267, VI do CPC. Pela sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e despesas do processo, assim como em honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, devidos aos patronos de Cristina Maria Cunha Pereira, bem como ao patrono de Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga, de Elizabeth Lemanski, aos patronos de TV Oeste do Paraná e, por fim, aos patronos de Luisa Mesquita



SECRETARIA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-20ff51d03dfo>

Requerimento (113/2207)

SER35119:004100/2024-21 / pg. 16



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060
- Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br

Marinho, levando-se em conta o bom trabalho desenvolvido, a complexidade da causa, sem descuidar a solução sem necessidade de instrução e, ainda, da dimensão econômica da lide, com fulcro nos §3º e §4º do art. 20 do CPC.”

Certifico que, em face da r. Sentença fora interposto Recurso de Apelação, conforme se verifica do mov. 1.20, em 17/04/2018, distribuído a 12ª Câmara Cível.

Certifico que em 01/07/2022, foi o juntado o Acórdão nos presentes autos, com a seguinte decisão: “...com fulcro nos arts. 62, 64, §§ 1º e 4º, e 337, inc. II e § 5º, todos do Código de Processo Civil, CONHEÇO, EX OFFICIO, a INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para o processo e julgamento do presente feito, sem decretação de nulidade de qualquer ato do processo, na forma da fundamentação.”

Certifico que em 09/11/2022, os autos foram redistribuídos por dependência em razão de alteração de competência do órgão para este juízo.

Certifico que em 02/03/2023, foi realizada audiência de conciliação juntamente com os autos 0000545-63.2006.8.16.0188, a qual restou infrutífera, com pedido de suspensão do curso dos processos 0000545-63.2006.8.16.0188 e 0026197-85.2011.8.16.0001, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para tentativa de composição entre as partes.

Certifico que em 17/05/2023, em razão do deferimento do pedido de suspensão do processo principal de partilha de bens (autos n. 0000545-63.2006.8.16.0188) até 08/06/2023, o autor requereu que fosse estendida a determinação a este feito, a qual, foi deferida pelo juízo.

Certifico que em 26/06/2023, as partes Cristina Maria Cunha Pereira e Paulo Bernardo Camargo da Veiga pugnaram pela nova suspensão do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, considerando a existência de tratativas entre as partes voltadas à autocomposição do objeto litigioso, a qual foi deferida pelo juízo.



SECRETARIA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-20f51d03d1f0>

Requerimento (113/2207)

SER35119:004106/2024-21 / pg. 17





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060
- Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br

Certifico que em 18/10/2023, as partes Cristina Maria Cunha Pereira e Paulo Bernardo Camargo da Veiga pugnaram mais uma vez por nova suspensão dos autos nº 0000545-63.2006.8.16.0188 e 0026197-85.2011.8.16.0001.

Certifico que em 19/10/2023, foi deferida a suspensão processual, pelo prazo de 90 dias, com fulcro no art. 313, II, do Código de Processo Civil.

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 29 de janeiro de 2024.

Margarete Kulak
Técnica Judiciária
Documento assinado digitalmente conforme
código de barras na margem direita



SECRETARIA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-20ff51d03df0>

Requerimento (113/2207)

SER 35119:004106/2024-21 / pg. 18

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUYAS JBBLZ WH2P7 8TX5R





Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 02/02/2024 16:35:33 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.14rc1-dirty

Versão do software(Validador de Documentos): 2.4.2

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: Resposta Of??cio n?? 2247.2024 TV OESTE-protocolo.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

6391171b81bac4acb475049f23a82e49907a32df015bf64c9101e94d4eca29e6

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 1

Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:***553909**, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A3,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=03558029000181, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA:***553909**,
OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=03558029000181,
OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.553.909-**



Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 01/02/2024 16:17:37 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA
VEIGA:***553909**, OU=(em branco), OU=RFB e-CPF A3,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=03558029000181, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/06/2022 17:30:36 BRT

Aprovado até: 19/06/2025 17:30:36 BRT

Expirado (LCR): false



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 08/12/2016 15:44:03 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:44:03 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo (11072208)

SEI 33145-004100/2024-21 / pg. 21

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade
15/02/2024

Protocolo GOV.BR

Número da Solicitação
264359.0080350/2024

CPF
066.553.909-66

Nome
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA

E-mail
alexs@grpcomcorp.com.br

Sexo
Masculino

Data de nascimento
08/05/1989

País de nacionalidade
Brasil

Data de envio da solicitação
15/02/2024

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
79331_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante
Pessoa Jurídica

Procuração
09. TV Oeste - 8 Alteração do Contrato Social de
20.12.2013.pdf

CNPJ
03.699.194/0001-53

Razão Social
TV OESTE DO PARANÁ LTDA

E-mail
oeste@rpc.com.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Documentação Necessária

Tipo de Documento Requerimento
Selecionar Documento Resposta Ofício nº 2247-2024 TV OESTE - Renovação.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior
SIM

Número do Processo SPE
53900.010501/2014-21

Documentos Complementares (Preenchimento Opcional)

Descrição do documento VALIDADOR ASSINATURA DIGITAL (TOKEN) GOV.BR
Selecionar Documento Validador assinatura RESP. OF. 2247-2024 TV OESTE.pdf

Informações Complementares (Preenchimento Opcional)

Informações Complementares
Ref.: Ofício nº 2247/2024/MCOM - Nota Técnica 1088/2024/SEI-MCOM - Processo nº 53900.010501/2014-21 - Renovação Outorga TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

OBS. em documentos complementares foi anexado o certificado de validação da assinatura digital (via token - ICP Brasil) obtida no site do gov , que poderá ser obtida novamente se subindo o arquivo (resposta de ofício) no site.
Att.



Decreto n.º 90.609 de 04 de dezembro de 1984

Outorga concessão à TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 8.145/84, (Edital nº 78/84), decreta:

Art. 1º - Fica outorgada concessão à TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único - A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

Art. 2º - O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 04 de dezembro de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

João Figueiredo
Alcides Bressane



DECRETO DE 7 DE AGOSTO DE 2000.

Transfere a concessão das entidades que menciona para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I — RÁDIO CULTURA DE ITUVERAVA LTDA., na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo, renovada pela Portaria MC nº 59, de 20 de fevereiro de 1985, autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 195/87 – GM, de 29 de setembro de 1987, do Ministério das Comunicações, para a Empresa de Radiodifusão Cultura Ltda. (Processo nº 50830.001484/93);

II — S.I.R. – SISTEMA INDEPENDÊNCIA DE RÁDIO E COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, renovada pelo Decreto de 25 de outubro de 1996, para a Fundação Cultural de Radiodifusão "Arthur de Souza Valle" (Processo nº 53830.001098/97);

III — RÁDIO PAJEÚ DE EDUCAÇÃO POPULAR LTDA., na cidade de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984, para a Fundação Cultural Senhor Bom Jesus dos Remédios (Processo nº 53103.000448/99).

Art. 2º Fica transferida a concessão outorgada à REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS LTDA., renovada pelo Decreto nº 98.481, de 7 de dezembro de 1989, para a Fundação José de Paiva Netto explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.001147/98).

Art. 3º Fica transferida a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE GUAJARÁ-MIRIM LTDA., renovada pelo Decreto de 8 de agosto de 1994, para a Fundação Dom Rey explorar



fls. 2, do Decreto de de de 2000

serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia (Processo nº 29100.110888/80).

Art. 4º Fica transferida a concessão outorgada às entidades abaixo mencionadas, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV):

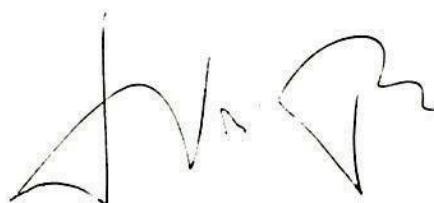
I — TELEVISÃO CARIMÃ LTDA., na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000150/2000);

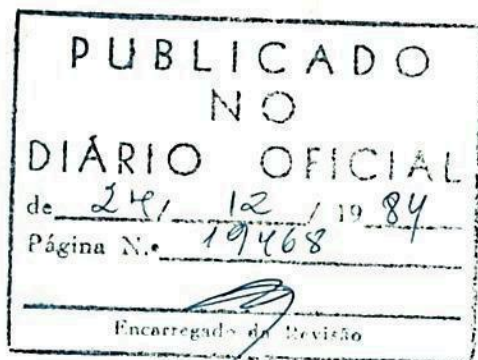
II — TV INDEPENDÊNCIA-GUARAPUAVA LTDA., anteriormente denominada TV Araucária Ltda., na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 90.280, de 3 de outubro de 1984, para a TV Oeste do Paraná Ltda. (Processo nº 53740.000168/2000).

Art. 5º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são transferidas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.





Contrato celebrado entre a União Federal e a Televisão Carimã Ltda. , para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel , Estado do Paraná.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro , no Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos, representando a União, com pareceu a Televisão Carimã Ltda. , CGC nº 78050283/0001-73 , representada por seu procurador , Sr. José Pereira Neto , CPF nº 121641191-34 , para o fim especial de assinar o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, através do Decreto nº 90.609 , de 04 de dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro , publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte , para explorar serviço de radiodifusão na cidade de Cascavel , Estado do Paraná , regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Televisão Carimã Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade de Cascavel , Estado do Paraná , o serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subornidade às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) publicar o extrato do presente Contrato de concessão no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura; b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da pu

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Ato de Outorga e Renovação (11328117)

SL 49390.010501/2014-21 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

b) publicação do extrato deste Contrato; c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 2 (dois) anos, contado da data da publicação da portaria que aprovar o projeto de instalação da emissora; d) submeter-se à ressalva de que a frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União; e) observar o caráter de não exclusividade na execução do serviço de radiodifusão autorizado, e, bem assim, da frequência consignada, respeitadas as limitações técnicas referentes à área de serviço; f) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; g) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade; h) ter seu quadro societário composto por brasileiros e sua diretoria ou gerência, aprovada pelo Poder Concedente, constituída de brasileiros natos, os quais não poderão ter mandato eletivo que assegure imunidade parlamentar, nem exercer cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial; i) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para designar gerente, ou constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração; j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus estatutos ou contrato social, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social; l) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão; m) observar as normas técnicas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço; n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações; o) criar, através da seleção de seu pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão; p) submeter-se aos precei




tos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço; q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando a este órgão todas as informações que lhe forem solicitadas; r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização. CLÁUSULA QUARTA: - Na organização da programação a concessionária deverá: a) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes; b) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico; c) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso; d) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do horário da sua programação diária o tempo destinado a publicidade comercial; e) reservar 5 (cinco) horas semanais para a transmissão de programas educacionais; f) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente; g) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; h) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações; i) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações; j) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico; m) manter em dia os registros da programação. CLÁUSULA QUINTA: - O



não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeitará a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente. CLÁUSULA SEXTA: - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.




HAROLDO CORREA DE MATTOS - Ministro de Estado das Comunicações



JOSÉ PEREIRA NETO - Procurador da Televisão Carimã Ltda.



ANTONIO FERNANDES NEIVA - Testemunha



DOMINGO POTY CHABALBOITY - Testemunha





08 244	0515 1279 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	90	0	178	260.000	08 244	0515 1279 0019	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DE SAO PAULO - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	P	90	0	178	60.000
08 244	0515 1279 0015	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO PARANA - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	90	0	178	70.000	TOTAL - FISCAL								7.000.000
08 244	0515 1279 0017	IMPLANTACAO DE SISTEMAS SANITARIO E DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ESCOLAS PUBLICAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)	F 4	90	0	178	30.000	TOTAL - SEGURIDADE								0
								TOTAL - GERAL								7.000.000

(*) N. da DUOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seq. 1. pág. 15.

(*) N. da DIJOF: Republicado por ter saído com erro de montagem no D.O. nº 58-E, de 23-3-2001, Seção 1, pág. 15.

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Credencia o Centro Universitário Luterano de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1962, no art. 46 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, no Decreto nº 306, de 19 de agosto de 1997, e tendo em vista o Processo nº 2.900.004.295/99-39, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica credenciado, pelo prazo de três anos, o Centro Universitário Luterano de Manaus, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus, com sede na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Renova concessão das entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - AM CIDADE DE FORTALEZA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, outorgada originariamente à Rádio Cidade de Fortaleza Ltda., na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, pela Portaria MVOP nº 738, de 6 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985, autorizada a transferir sua outorga para a localidade de que trata este inciso, conforme Decreto nº 96.571, de 24 de agosto de 1988, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual pela Portaria nº 205, de 8 de julho de 1992, do Secretário Nacional de Comunicações (Processo nº 53650.000204/94);

II - FUNDAÇÃO PADRE PELÁGIO - Rádio Xavantes de Ipameri, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Ipameri, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 25.838, de 16 de novembro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 92.088, de 9 de dezembro de 1985 (Processo nº 53670.000109/94);

III - RÁDIO ALVORADA DE RIALMA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rialma, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 540, de 16 de novembro de 1960, e renovada pelo Decreto nº 90.084, de 20 de agosto de 1984 (Processo nº 29670.000453/93);

IV - RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pela Portaria MVOP nº 368, de 12 de agosto de 1960, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 29670.000357/93);

V - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA DE CAMPO GRANDE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 268, de 5 de junho de 1939, e renovada pelo Decreto nº 90.348, de 23 de outubro de 1984 (Processo nº 5570.000108/94);

VI - FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Manhuçu, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Rádio Sociedade de Manhuçu Ltda., conforme Portaria MVOP nº 324, de 11 de abril de 1950, renovada pelo Decreto nº 89.382, de 15 de fevereiro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 92.567, de 17 de abril de 1986, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50710.000140/94);

VII - RÁDIO CLUBE DE CURVELO LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais, outorgada pela Portaria MVOP nº 810, de 27 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 91.495, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 5110.000136/94);

VIII - ITA - NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., a partir de 4 de maio de 1994, na cidade de Itaituba, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.508, de 3 de abril de 1984 (Processo nº 510.000175/94);

IX - RÁDIO ORIENTE DE REDENÇÃO LTDA., a partir de 1º de abril de 1994, na cidade de Redenção, Estado do Pará, outorgada pelo Decreto nº 89.475, de 23 de março de 1984 (Processo nº 510.000387/94);

X - RÁDIO BITURY LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 372, de 4 de junho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 92.671, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 5103.000307/94);

XI - RÁDIO CULTURA DO NORDESTE S/A, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, outorgada pela Portaria MVOP nº 492, de 6 de agosto de 1958, e renovada pelo Decreto nº 96.829, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53103.000175/94);

XII - FUNDAÇÃO CULTURAL SENHOR BOM JESUS DOS REMÉDIOS, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Angicos da Ingazeira, Estado de Pernambuco, outorgada originariamente à Rádio Pajé de Educação Popular Ltda., conforme Portaria MVOP nº 441, de 2 de outubro de 1959, renovada pelo Decreto nº 96.248, de 23 de outubro de 1984, e transferida pelo Decreto de 7 de agosto de 2000, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53103.000103/94);

XIII - RÁDIO TRÊS RIOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pela Portaria MVOP nº 758, de 19 de agosto de 1946, e renovada pelo Decreto nº 89.631, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 510.000262/94);

XIV - EMPRESA JORNALÍSTICA NOROESTE LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MUNI nº 303 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1994 (Processo nº 53790.000086/94);

XV - RÁDIO SOCIEDADE RONDÔNIA LTDA., a partir de 21 de maio de 1991, na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, outorgada pelo Decreto nº 85.905, de 14 de abril de 1981 (Processo nº 29000.000258/91);

XVI - RÁDIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 250, de 2 de abril de 1958, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 50820.000061/94);

XVII - RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MUNI nº 301 - B, de 18 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 50820.000059/94);

XVIII - RÁDIO ATALAIA DE SERGIPE LTDA., a partir de 11 de fevereiro de 1995, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe, outorgada pelo Decreto nº 90.647, de 10 de dezembro de 1984 (Processo nº 53840.000229/94);

Art. 2º Fica renovada, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, originariamente outorgada à TV Carimã Ltda., conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, e transferida para a TV OESTE DO PARANÁ LTDA., pelo Decreto de 7 de agosto de 2000 (Processo nº 53740.000797/99).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I - RÁDIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA., na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000630/97);

II - SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA., na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000828/97);

Art. 2º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.





Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS E CASAS DE JARDINÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ACVOLCAJA - Associação Comunitária de Voluntários e Casas de Jardinópolis a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 591, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Imprensa Nacional**

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL - SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

VALDECI MEDEIROS
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E ARTÍSTICA DA CIDADE DE LAVÍNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Social e Artística da Cidade de Lavínia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 231, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à MERCOS BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Mercos Brasília Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à HERRERA GRILLO PUBLICIDADE S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Carimã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 31 de outubro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 153/2002)

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 67, de 4 de setembro de 2002, que "dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : TV OESTE DO PARANÁ LTDA.
CNPJ : 03.699.194/0001-53.
ENDEREÇO : Rua Alexandre de Gusmão, nº 1.413 – Jardim Maria Luiza – Cascavel / PR.
CEP : 85819-530.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	PORTARIA	
		Nº	D.O.U.
ELIZABETH LEMANSKI 024.437.429-54	DIRETORA PRESIDENTE	412	20/ 12/ 2011
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA 066.553.909-66	DIRETOR VICE-PRESIDENTE	412	20/ 12/ 2011
Observação: LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA, renúncia o cargo de diretor adjunto á presidente de acordo com 8ª Alteração do Contrato Social, de 10 de fevereiro de 2012. Registrada na JUCEPAR sob nº 20137252102, em 26/12/2013.			

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

SECAD/nsa.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Atos de Outorga e Renovação (11328417)

SEI 55900.010501/2014-21 / pg. 10

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.699.194/0001-53									
TV OESTE DO PARANA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024

Hora: 15:29:44



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 024.437.429-54									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIZABETH LEMANSKI	024.437.429-54	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024

Hora: 15:29:52



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 066.553.909-66											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA	066.553.909-66	TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Diretor (DIRETOR VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	GTVD	--	PR	Cascavel
		TV OESTE DO PARANA LTDA	03.699.194/0001-53	Sócio	1500	0,00%	0,00%	TV	--	PR	Cascavel

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024

Hora: 15:30:03



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.699.194/0001-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 20/02/2024

Hora: 15:31:03





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA

CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:31:47 do dia 20/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/03/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data/Hora: 20/02/2024 15:32:37

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA

Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital

Situação: Ativa

Incide FUST: Integral

End. Sede: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO 1.413 - TV

Município: Cascavel

End. Corresp.:

Município:

Nº FISTEL: 50408062800

CNPJ/CPF: 03699194000153

☒ CADIN: Não

Data Validade: 24/12/2014

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Bairro: JARDIM MARIA LUIZA

UF: PR

Bairro:

UF:

Tipo Usuário:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2011	24/09/2011	R\$ 544,03	05/09/2011	1.632,07	544,03	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	25/03/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2011	23/09/2012	R\$ 544,02	05/09/2011	0,00	544,02	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	07/08/2016	R\$ 12.200,00	20/07/2016	12.200,00	12.200,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 4.026,00	30/03/2017	4.026,00	4.026,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 610,00	30/03/2017	610,00	610,00	0006	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	9.792,42	3.264,14	0007	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/07/2018	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	14/01/2019	R\$ 3.264,14	20/12/2017	0,00	3.264,14	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 4.026,00	27/03/2018	4.026,00	4.026,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 610,00	27/03/2018	610,00	610,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 4.026,00	28/03/2019	4.026,00	4.026,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 610,00	28/03/2019	610,00	610,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 4.026,00	30/03/2020	4.026,00	4.026,00	0016	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 610,00	30/03/2020	610,00	610,00	0017	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2020	31/08/2020	R\$ 12.200,00	04/08/2020	12.200,00	12.200,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 4.026,00	30/03/2021	4.026,00	4.026,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 610,00	30/03/2021	610,00	610,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 4.026,00	30/03/2022	4.026,00	4.026,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 610,00	30/03/2022	610,00	610,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 4.026,00	29/03/2023	4.026,00	4.026,00	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 610,00	29/03/2023	610,00	610,00	0024	Quitado	0,00
Total devido em 20/02/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 20/02/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

- Efeito Suspensivo Revogado

- Lançamento com Recurso Judicial

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1/2

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

http://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true - Anexo 6 Anatel (11554-023) - SLP 35500-010301/2014-21 / pg. 17

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://moleg-autenticacao-expressiva.anatel.gov.br/2014-21/17-1333-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo Anatel (11354025)

SIS 35500-010501/2014-21 / pg. 18

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761



https://infoleg-autenticadocadexassmatutualcamaraaleg.br/48318717-1f33-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo Anatel (11584025)

SIS 35500-010501/2014-21 / pg. 19

Estações ▾

✓ Voltar

1 total de registros												1 - 50	50	 Atualizar	 Filtrar
Ações		Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾	Local Esp			
Visualizar em PDF ▾▶		TV-C4 (Canal Licenciado)	03699194000153	TV OESTE DO PARANA LTDA	50408062800	P	Comercial	GTVD	247	PR	Cascavel				



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Id solicitação: 57dbab969a11d

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Nome Fantasia: TV OESTE DO PARANA LTDA	
Telefone: (45) 2220406	E-mail: CONFIS@GRPCOM.COM.BR
CNPJ: 03.699.194/0001-53	Número do Fistel: 50408062800
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 24/12/1999	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 24/12/2029	
Observações: Ato nº 4.967, de 27/08/2009, publicado no DOU. de 31/08/2009; Ato nº 5.160, de 22/07/2011, publicado no DOU. de 26/07/2011.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento: TV	
Bairro: JARDIM MARIA LUIZA	Numero: 1.413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV. PARANÁ	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 2361	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85800000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	Complemento:	
Bairro: MARIA LUIZA	Numero: 1413	
Município: Cascavel	UF: PR	CEP: 85819530

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cascavel	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 32	Frequência: 581 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 23.817kW
HCI: 91.5 m	Pareamento: 31867	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24115101533 Eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Anexo Anexo (11364023)

32135500-010501/2014-21 / pg. 21

Informações Gerais	
Número da Estação: 695786563	Número Indicativo: ZYB402
Data Último Licenciamento: 10/08/2020	Número da Licença: 53500.033881/2020-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 24° 57' 12.00" S	Longitude: 53° 27' 11.00" W	Cota da base: 778 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 070681800419	Modelo: THU9 EVO 6kW
Fabricante: Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 49.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E			Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA		
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 91.47 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.91	5°: 0	10°: 0.7	15°: 0	20°: 0.39	25°: 0	30°: 0.15	35°: 0	40°: 0.03	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.16	75°: 0	80°: 0.41	85°: 0	90°: 0.56	95°: 0	100°: 0.54	105°: 0	110°: 0.43	115°: 0
120°: 0.36	125°: 0	130°: 0.39	135°: 0	140°: 0.46	145°: 0	150°: 0.55	155°: 0	160°: 0.8	165°: 0	170°: 0.98	175°: 0
180°: 0.98	185°: 0	190°: 0.84	195°: 0	200°: 0.65	205°: 0	210°: 0.54	215°: 0	220°: 0.57	225°: 0	230°: 0.67	235°: 0
240°: 0.76	245°: 0	250°: 0.81	255°: 0	260°: 0.84	265°: 0	270°: 0.85	275°: 0	280°: 0.8	285°: 0	290°: 0.73	295°: 0
300°: 0.71	305°: 0	310°: 0.76	315°: 0	320°: 0.86	325°: 0	330°: 0.92	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.84	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 019751100192	Modelo: DTU-52/7R8PQ
Fabricante: Nec Corporation	Potência de Operação: 5.0 kW



Transmissor Auxiliar 2			
Código Equipamento:		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: kW	

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: HCA318-50J		Fabricante: RFS	
Comprimento da Linha: 37.00 m	Atenuação: .92 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: TTSLD6-U-O-32-10-E			Fabricante: TRANSTEL CONTI & CIA LTDA		
Ganho: 8.23 dBd	Beam-Tilt: 5.00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Elíptica	HCI: 77.55 m	ERP Máxima: 23.82 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041312011	95	Portaria	MC	28/04/2011	03/05/2011	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000041302011	96	Portaria	MC	19/07/2011	22/07/2011	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
81451984	90609	Decreto	PR	04/12/1984	05/12/1984	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
537400001502000	11	Decreto	PR	07/08/2000	08/08/2000	Transferência Direta	Jurídico
537400007971999	11	Decreto	PR	26/03/2001	27/03/2001	Renovação	Jurídico
537400007971999	235	Decreto Legislativo	CN	31/10/2002	04/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	5596	Ato	CMPRL	11/08/2011	12/08/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000389772011	331	Portaria	SSCE	18/10/2011	20/10/2011	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.081071/2017-87	13883	Ato	ORLE	14/11/2017	05/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL TV OESTE DO PARANA LTDA				CNPJ 03699194000153	
Nº DA ESTAÇÃO 695786563	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 57' 12.00" S	LONGITUDE 53° 27' 11.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AV. PARANÁ, nº 2361.			DISTRITO		
BAIRRO CENTRO			MUNICÍPIO Cascavel		UF PR

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	24/12/2029		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	581 MHz	CANAL:	32
CLASSE:	A	COTA BASE DA TORRE:	778
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB402		
NOME FANTASIA:	TV OESTE DO PARANA LTDA	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Cascavel		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA ALEXANDRE DE GUSMAO	BAIRRO:	MARIA LUIZA
MUNICÍPIO:	Cascavel	UF:	PR
NUMERO:	1413	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Rohde & Schwarz GmbH & Co.KG	MODELO:	THU9 EVO 6kW
CÓDIGO:	070681800419	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Nec Corporation	MODELO:	DTU-52/7R8PQ
CÓDIGO:	019751100192	POTÊNCIA:	5.0 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	91.47 m	BEAM TILT:	5.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TRANSTEL CONTI & CIA LTDA	MODELO:	TTSLD6-U-O-32-10-E
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	8.23 dBd
DESCRIÇÃO:	Omnidirecional SLOT	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	230 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	77.55 m	BEAM TILT:	5.00 graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	RFS	MODELO:	HCA318-50J

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 23/01/2024 15:26:34



Emitido Em
10/08/2020

Autenticado eletronicamente, após conferência com o sistema

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/legislacao/11364025>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMbWVnbmNhOjoyMDIzNjU0MTEyYWJhMGIwMw==>

Anexo Anatel (11364025) - 321-35500-010501/2014 - 21 / pg. 24



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.699.194/0001-53 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 24/02/2000</div>
<div>NOME EMPRESARIAL TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TV OESTE DO PARANA LTDA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ALEXANDRE DE GUSMAO</div>	<div>NÚMERO 1.413</div>	<div>COMPLEMENTO TV</div>
<div>CEP 85.819-530</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JARDIM MARIA LUIZA</div>	<div>MUNICÍPIO CASCAVEL</div>
<div>UF PR</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONFIS@GRPCOM.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (41) 3321-5100</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/01/2024 às 14:29:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
03.699.194/0001-53
NOME EMPRESARIAL:
TV OESTE DO PARANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
ELIZABETH LEMANSKI
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 23/01/2024 às 14:29 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.699.194/0001-53
Razão Social: TV OESTE PARANA LTDA
Endereço: R ALEXANDRE DE GUSMAO 1413 / MARIA LUIZA / CASCAVEL / PR / 85819-530

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/01/2024 a 20/02/2024

Certificação Número: 2024012206443917526152

Informação obtida em 23/01/2024 14:30:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo Certidões emitidas pela internet (11261144)

SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 27

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.699.194/0001-53
Certidão nº: 5417422/2024
Expedição: 23/01/2024, às 14:30:39
Validade: 21/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TV OESTE DO PARANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.699.194/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Certidões emitidas pela Internet (11261144) SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 28

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TV OESTE DO PARANA LTDA
CNPJ: 03.699.194/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:46:13 do dia 20/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/04/2024.

Código de controle da certidão: **7131.A6A7.4E76.0FB7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Certidões emitidas pela Internet (11261144)

SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 29

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: TV OESTE DO PARANA LTDA

CPF/CNPJ: 03.699.194/0001-53

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 14:31:56 do dia 23/01/2024 , com validade até o dia 22/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 4YgQInRrxQVZ0RJpGyZH

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Anexo Certidões emitidas pela Internet (11261144)

SEI 93300.010501/2014-21 / pg. 30

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53900.010501/2014-21**Entidade:** TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**CNPJ nº:** 03.699.194/0001-53**FISTEL nº:** 50408062800**Localidade:** Cascavel/PR**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 06/08/2014**Período:** 24/12/2014 a 24/12/2029**Tipo de outorga a ser renovada:**☒ (X) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☐ () Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ () Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ () Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não <input type="checkbox"/> () Não se aplica	0083981 Págs.1-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pelos representantes legais da entidade, à época, Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga (SEI 11328417 - Pág. 10 e 0617161 - Pág.6)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Checklist 11381721

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 31

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Págs.2-3</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11381825 Págs.1-4</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Pág.6-7</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	<p>11372207 Certidão de Objeto e Pé</p>
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Pág.10</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11281144 Pág.1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11281144 Pág.5 E 11284528 Pág.13 M 11284528 Pág.14	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11381825 Pág.5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11281144 Pág.5 FGTS 11281144 Pág.3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11281144 Pág.4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Checklist 11381721

SEP 33500:010501/2014-21 / pg. 35

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11284528 Pág.9 ELIZABETH LEMANSKI</p> <p>11284528 Pág.8 PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11381825 Pág.14</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11381825 Págs.6-9</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	



13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11291157	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11281144 Pág.6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Checklist 11381721

SEP 33500:010501/2014-21 / pg. 37

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 22/02/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11381721** e o código CRC **F5A03D5E**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 11381721



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.010501/2014-21

INTERESSADA: TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS. OUTORGA
COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **TV Oeste do Paraná Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.699.194/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, vinculado ao **FISTEL nº 50408062800**, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Por intermédio da Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC e do Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão - SERAD e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação apresentado pela pessoa jurídica interessada (SEI 2804682 e 2888598). A unidade consultiva condicionou, no entanto, o seguimento do trâmite do feito à apresentação de certidão de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União atualizada. Em atendimento, após oficiada, a interessada apresentou a referida certidão positiva com efeito de negativa com validade até 28 de maio de 2018 (SEI 2930153).

3. Os autos foram então remetidos à Casa Civil da Presidência da República para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, em atenção ao disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal (SEI 3243004 e 5028395).

4. Ocorre que, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, o processo em tela foi restituído duas vezes à SERAD para ratificação das minutas propostas na referida Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC (SEI 2804682). Além disso, em razão da publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a pessoa jurídica interessada foi notificada para providenciar a complementação da documentação instrutória.

ANÁLISE

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a **TV Oeste do Paraná Ltda** nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de **1999-2014**. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999** (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de agosto de 2014**, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de **2014-2029** (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).



A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 2020 (14881907)

SEI 55900-010901/2014-21 / pg. 41

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nóda Técnica 2650 (11381907)

SEI 55900-010901/2014-21 / pg. 42

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e

habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial (SEI 11381909), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.



25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 22/02/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/02/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11381907** e o código CRC **E7F105C5**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (SEI 11381909)

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11381907



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 2650 (11381907)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 45

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV Oeste do Paraná Ltda. (CNPJ Nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Minuta Exposição de Motivos (11381309)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 46

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda, nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA (CNPJ Nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 201º da Independência e 134º da República.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Juscelino Filho

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 22/02/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 22/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/02/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11381909** e o código CRC **AE3E3B05**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM (11381907)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM (11381907), a qual trata de pedido formulado pela **TV Oeste do Paraná Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.699.194/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, vinculado ao **FISTEL nº 50408062800**, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 27/02/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390930** e o código CRC **C2CEDCE**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11390930



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício Interno 47530 (14390930)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 48

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS
E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo **TV Oeste do Paraná Ltda.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117, de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do **Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a

manifestou-se nos seguintes termos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11438247)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 49

“ANÁLISE

(...)

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em **6 de agosto de 2014**, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de **Cascavel/PR**, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo **art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB)** e pelo **art. 11 da Lei nº 73, de 1993**, compete a este órgão de execução da **Advocacia-Geral da União (AGU)** prestar o parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

recebido em 06/21/2024, CONSÓRCIO MCTIC/MCTIC/AGU (11458247)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 50

2/10

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU)**.

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela **Lei nº 13.424/2017**, que alterou as **Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e implementadas, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21**, que alteraram o **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A **Constituição Federal de 1988** estabeleceu, na **alínea "a" do inciso XII** de seu **art. 21**, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão**, nos termos do **art. 22, IV, in fine**, da **Constituição Federal**. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da **Lei nº 4.117/1962**, o **Código Brasileiro de Telecomunicações**, estipulando, em seu **art. 33**, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223, caput** e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII**, da **Carta Republicana de 1988**. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações** pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67**, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

13. A questão também é abordada no **art. 2º** da **Lei nº 5.785/1972**, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º** do **art. 33** do diploma legal em sua redação dada pela **Lei nº 13.424/2017**: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez*



anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a **Lei nº 5.785/1972** assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao **art. 4º** pela **Lei nº 13.424/2017**. Em complemento, prevê o § 1º do **art. 4º** da **Lei nº 5.785/1972** que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o **art. 5º** da mesma **Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único** do **art. 165** do **Decreto-Lei 200/1967**, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do **art. 23** da **Lei nº 14.600, de 2023** é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795, de 1963**, que instituiu o **RSR**, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (**Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682**) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (**Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598**), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (**SEI-2930153**).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de **Exposição de Motivos** e de **Decreto Presidencial**, em razão da **mudança de titularidade desta Pasta Ministerial**, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do **Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021**, que alterou o **Decreto nº 52.795, de 1963** (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a **tempestividade do requerimento** apresentado em **6 de agosto de 2014** pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no **art. 4º** da **Lei nº 5.785, de 1972**, vigentes à época, ou seja, *in casu*, entre **24 de junho de 2014** e **24 de setembro de 2014**, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de agosto de 2014**, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do **art. 4º** da **Lei nº 5.785/1972** estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre **24 de junho de 2014** e **24 de setembro de 2014**.”



22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. **ELIZABETH LEMANSKI** e pelo Sr. **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, na condição de **Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente**, respectivamente, da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (**SUPER-11284528, fls.6-7**) e da **Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** da requerente (**SUPER-2804314, fls.51-54**).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113[1]** do **RSR**, alterado pelo **Decreto n° 10.775, de 2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

"10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto n° 52.795/1963, alterado pelo Decreto n° 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei n° 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4)."

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto n° 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do ráguafo único, da Lei n° 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto n° 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

RECEBIMOS: 06/21/2024, 09:50:01 - PROCESSO: 9014738/2024 - PÁGINA: 53/53

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 53

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, 'a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

25. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, 'a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14). (destacamos)



26. Já, no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).” (sublinhamos)

27. Relativamente aos **limites de outorga**, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no **art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967**, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

“(…)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo **"Lista de Verificação de Documentos"** (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

Requisito	Base normativa	Cumprimento
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CFRB.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7)
ii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.	Atendido (SUPER 11284528, fls.9 e 11284528, fls.8)
iii) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	Atendido (SUPER 11381825, fls.1-4)
iv)Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
v) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.	Atendido (SUPER (SEI 11328417, fls. 10 e 0617161 - fls.6)

vi) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7) Certidão de Objeto e Pé (11372207)
vii) Apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.10)
viii) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.1)
ix) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.	Atendido (SUPER F-11281144, fls.5 – E e M- 11284528, fls.13 e 14)
x) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.5)
xi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – INSS	Art. 113, inciso VIII, do RSR.	Atendido (SUPER FGTS-11281144, fls.3) INSS-11281144, fls.5
xii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.4)
xiii) declaração do representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
xiv) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.6-9)
xv) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.14)

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

31. Porém, insta ressaltar que **as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o **art. 115 do RSR**.

32. Conforme o **art. 113, § 2º**, do mesmo Regulamento, no caso de **serviços de radiodifusão de sons e imagens**, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de **decreto presidencial**. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de **Decreto** e de **Exposição de Motivos** que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do **serviço de radiodifusão de sons e imagens** na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

recebido em 21/03/2024, 16:27, pelo sistema de autenticação eletrônica (SECOE) - 11381909

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 56

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no **item 31** deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “**Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:** [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).”

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#).

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

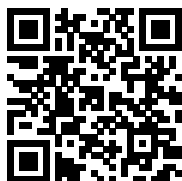
e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).



g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, no período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 2858/2024/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**.

4. Conforme os termos do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e **atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.

5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**

6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

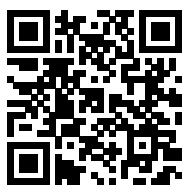
recebido em: 06/21/2024, 09:51:01 - CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11436247)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 59

Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

Recorrido: 09/02/2024, CONJUR/MC/M/CGG/AGU (11438241) SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 60



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

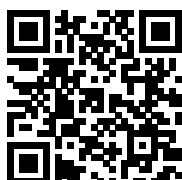
ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 21 de março de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE DE DE 2024.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e o art. 223, **caput**, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos 240 - Transferência Direta (11436455) - SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 62



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 201º da Independência e 134º da República.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Juscelino Filho



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/04/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11436493** e o código CRC **34868A24**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11436493



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos 240 - Transfereência Direta (11436493)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 63

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48529/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 240/2024 (11436493)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11436241), encaminho a Exposição de Motivos nº 240/2024 (11436493), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 26/03/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11436501** e o código CRC **F4B70631**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11436501



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício Interno 48529 (11436501)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 64

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49017/2024/MCOM

Brasília, 04 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11436493)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 2858/2024 (11381907), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 240/2024 (11436493), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 04/04/2024, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11457324** e o código CRC **11224B24**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11457324



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Ofício Interno 49017 (11457324)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 65

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, 9 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MECOM-009-2024 (11463724)

SEI 53900.010501/2014-21 / pg. 67

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
DE SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo TV Oeste do Paraná Ltda., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117, de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a **SECOE manifestou-se nos seguintes termos:**

“ANÁLISE

(...)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MCOM-309-2024 (11463724)

SEI 93900.010501/2014-21 / pg. 68

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de

outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em 6 de agosto de 2014, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do



Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

13. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o



§ 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023 é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795, de 1963, que instituiu o RSR, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (SEI-2930153).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 1963 (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a tempestividade do requerimento apresentado em 6 de agosto de 2014 pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, vigentes à época, ou seja, in casu, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014, conforme NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. ELIZABETH LEMANSKI e pelo Sr. PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, na condição de Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente, da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., conforme consta



na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113[1] do RSR, alterado pelo Decreto nº 10.775, de 2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)



18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço."

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei



nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.’

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).” (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).” (sublinhamos)

27. Relativamente aos limites de outorga, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos: “(...)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, aSECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.

31. Porém, insta ressaltar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do RSR.

32. Conforme o art. 113, § 2º, do mesmo Regulamento, no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de decreto presidencial. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.



34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 31 deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que

estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas

executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar

ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou



indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em

julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900

BRÁSILIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, no período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda.

4. Conforme os termos do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MCOM-306-2024 (11463724)

SEI 93900.010501/2014-21 / pg. 76

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do PARECER N. 00210/2024/CONJURMCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 1/2
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407
Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 2/2
21/03/2024, 16:28 supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Exposição de Motivos MCOM-300-2024 (11463724)

SER 93900.010501/2014-21 / pg. 77

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270> 1/1

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 12480/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.010501/2014-21.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/04/2024, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465954** e o código CRC **F694EFE0**.

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

Documento nº 11465954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Usuário Externo (signatário):	Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário:	12/04/2024 10:57:38
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53900.010501/2014-21
Interessados:	
TV Oeste do Paraná Ltda. CASCAVEL - PR	
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Renovação de Outorga	5106833

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

Brasília, 9 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial, que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), nos termos do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
DE SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo TV Oeste do Paraná Ltda., com o
objetivo de

permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR,
referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada
pelas Leis nº 4.117,

de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com
o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963,
consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº
10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE),
nos termos

da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições
necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga,
desde que observadas

as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo
Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República
para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da
regularidade por ocasião

da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
(SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o
Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.,
que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de
radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de
dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a
SECOE manifestou-se nos seguintes termos:

“ANÁLISE

(...)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de

outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em 6 de agosto de 2014, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação

da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em



aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

13. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido



ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023 é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795, de 1963, que instituiu o RSR, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (SEI-2930153).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 1963 (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a tempestividade do requerimento apresentado em 6 de agosto de 2014 pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, vigentes à época, ou seja, in casu, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014, conforme NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”



22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. ELIZABETH LEMANSKI e pelo Sr. PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, na condição de Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente, da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113[1] do RSR, alterado pelo Decreto nº 10.775, de 2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO,

a
pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado

do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade

da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da



CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço."

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado



também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).” (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos citados:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade

de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).” (sublinhamos)

27. Relativamente aos limites de outorga, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

“(…)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a

pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, aSECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.

31. Porém, insta ressaltar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do RSR.



32. Conforme o art. 113, § 2º, do mesmo Regulamento, no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de decreto presidencial. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 31 deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.
À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado

pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que

estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)



XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo

período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas

executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar

ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou

indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da

Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em

julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900

BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, no período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.
 3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda.
 4. Conforme os termos do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
 5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
 6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do PARECER N. 00210/2024/CONJURMCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.
 7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.
 8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.
- À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 1/2
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407
Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407> 2/2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

21/03/2024, 16:28 supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270> 1/1

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

**INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS
E IMAGENS**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo **TV Oeste do Paraná Ltda.**,
com o objetivo de
permanecer explorando o serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período
de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada
pelas Leis nº 4.117,
de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos
Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos
Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE),
nos termos
da **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento
do pleito.

IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga,
desde que observadas
as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo
Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e
submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da
regularidade por ocasião
da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do **Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social
Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo
Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, que visa ver deferida a renovação
da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, na localidade de
Cascavel/PR, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.



2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, a SECOE manifestou-se nos seguintes termos:

“ANÁLISE

(...)

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).

6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de **1999-2014**. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999** (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de agosto de 2014**, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de **2014-2029** (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014. ”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela entidade interessada em **6 de agosto de 2014**, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de **Cascavel/PR**, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
apiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081
<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318/17-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram

atribuídas pelo **art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB)** e pelo **art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993**, compete a este órgão de execução da **Advocacia-Geral da União (AGU)** prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU)**.

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela **Lei nº 13.424/2017**, que alterou as **Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e implementadas, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21**, que alteraram o **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A **Constituição Federal de 1988** estabeleceu, na **alínea "a" do inciso XII** de seu **art. 21**, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão**, nos termos do **art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal**. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da **Lei nº 4.117/1962**, o **Código Brasileiro de Telecomunicações**, estipulando, em seu **art. 33**, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223, caput** e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988**. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações** pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67**, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.



13. A questão também é abordada no **art. 2º da Lei nº 5.785/1972**, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º do art. 33** do diploma legal em questão, com a redação dada pela **Lei nº 13.424/2017**: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a **Lei nº 5.785/1972** assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao **art. 4º** pela **Lei nº 13.424/2017**. Em complemento, prevê o **§ 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972** que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o **art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967**, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do **art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023** é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795, de 1963**, que instituiu o **RSR**, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (**Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682**) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (**Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598**), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (**SEI-2930153**).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de **Exposição de Motivos** e de **Decreto Presidencial**, em razão da **mudança de titularidade desta Pasta Ministerial**, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do **Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021**, que alterou o **Decreto nº 52.795, de 1963** (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).



21. Destarte,volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter aSecretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a **tempestividade do requerimento** apresentado em **6 de agosto de 2014** pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no **art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972**, vigentes à época, ou seja, *in casu*, entre **24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014**, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907)**, ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. **ELIZABETH LEMANSKI** e pelo Sr. **PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA**, na condição de **Diretora Presidente** e **Diretor Vice-Presidente**, respectivamente, da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA.**, conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da **Cláusula 4. Da Administração**, da **8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113[1] do RSR**, alterado pelo **Decreto nº 10.775, de 2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Física, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de



igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade

da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica

deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira

automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

“17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das licenças ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de



outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).” (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).” (sublinhamos)

27. Relativamente aos **limites de outorga**, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no **art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967**, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

“(…)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. *Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO,*
a
pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo **"Lista de Verificação de Documentos"** (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, aSECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:



Requisito	Base normativa	Cumprimento
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CFRB.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7)
ii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.	Atendido (SUPER 11284528, fls.9 e 11284528, fls.8)
iii) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	Atendido (SUPER 11381825, fls.1-4)
iv) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
v) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.	Atendido (SUPER (SEI 11328417, fls. 10 e 0617161 - fls.6)
vi) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.6-7) Certidão de Objeto e Pé (11372207)
vii) Apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.10)
viii) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.1)
ix) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.	Atendido (SUPER F11281144, fls.5 – E e M- 11284528, fls.13 e 14)
x) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.5)
xi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – INSS	Art. 113, inciso VIII, do RSR.	Atendido (SUPER (SUPER FGTS-11281144, fls.3) INSS-11281144, fls.5)
xii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.	Atendido (SUPER 11281144, fls.4)
xiii) declaração do representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.	Atendido (SUPER 11284528, fls.2-3)
xiv) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.6-9)
xv) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.	Atendido (SUPER 11381825, fls.14)

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446525081

https://trf5-1d03df0-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318/17-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

31. Porém, insta ressaltar que **as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o **art. 115 do RSR**.

32. Conforme o **art. 113, § 2º**, do mesmo Regulamento, no caso de **serviços de radiodifusão de sons e imagens**, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de **decreto presidencial**. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de **Decreto** e de **Exposição de Motivos** que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do **serviço de radiodifusão de sons e imagens** na localidade de **Cascavel/PR**, referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**, de interesse da **TV OESTE DO PARANÁ LTDA**.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no **item 31** deste PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

[1] **“Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:** [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - *certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro*

competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - *certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa*
[\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)



- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.” [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, no período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 2858/2024/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de **Cascavel/PR**, concedida à entidade **TV Oeste do Paraná Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e **atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), **é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.**
6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do **PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

21/03/2024, 16:27

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.
À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407>
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

1/2

Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente FELIPE
NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 3928/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.027212/2014-61

INTERESSADA: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.842.001/0001-71**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50012012335**, referente ao período de 23 de fevereiro de 2015 a 23 de fevereiro de 2025.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (14403949)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 1

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2002 e Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de outubro de 2003 (SEI 11405940 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de fevereiro de 2005 (SEI 11405940 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de novembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0234907 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 23 de agosto de 2014 a 23 de novembro de 2014.



A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (1403345)

SEI 55900.027212/2014-61 / pg. 2

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11405727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11405727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Págs. 6-11).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Josias Gonçalves da Cruz compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Vespasiano/MG, Cantagalo/RJ, Vitória da Conquista/BA, Patrocínio Paulista/SP, e Igarassu/PE; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Rio Grande/RS. Já o sócio Zelino José Francisco participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campo Grande/MS; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande/MS. Por fim, tem-se que o sócio Luiz Antônio Zanto Campos Borges não figura no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (1405949)

SEI 55900.027212/2014-61 / pg. 3

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11405726 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11143109).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11405727).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11142827 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 3928 (11405949)

SEI 55900.027212/2014-61 / pg. 4

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 7 de junho de 2023, com validade até 23 de fevereiro de 2025 (SEI 11405726 - Págs. 1 e 5).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Pág. 12). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11405726 - Págs. 14-17). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11406052).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11405949** e o código CRC **6F85D7AD**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11406065)
- Minuta de Exposição de Motivos (11406067)

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11405949



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

Nota Técnica 5928 (11405949)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 7

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61)

2027-6119/6915

PARECER n. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADAS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ELETRÔNICA – SECOE

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE
SONS E IMAGENS. RENOVAÇÃO DE OUTORGA.

I - Pedido de renovação de outorga formulado pelo TV Oeste do Paraná Ltda., com o
objetivo de

permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de
Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas
Leis nº 4.117,

de 1962 e nº 5.785, de 1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em
conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº
52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº
10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), nos
termos

da NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições
necessárias ao deferimento do pleito.



IV - Ausência de óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que observadas

as ressalvas deste Parecer.

V - Competência do Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para decisão e submissão ao Congresso Nacional;

VI - Necessidade de reavaliação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião

da assinatura do termo aditivo.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício Interno nº 47530/2024/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério submeteu a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo descrito na epígrafe, de interesse da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., que visa ver deferida a renovação da outorga que lhe foi concedida para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), a SECOE manifestou-se nos seguintes termos:

“ANÁLISE

(...)

5. Conforme já relatado na Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC, a outorga para a execução do

serviço de radiodifusão de sons e imagens foi originalmente conferida à Televisão Carimã Ltda, conforme Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicados no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 Pág. 1). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica interessada foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 1984 (SEI 11328417 - Págs. 4-7). A concessão em questão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda, nos termos do Decreto s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2000 (SEI 11328417 - Págs. 2-3).



6. Em consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de

outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 1999-2014. De acordo com o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2001, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 24 de dezembro de 1999 (SEI 11328417 - Pág. 8). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2002 (SEI 11328417 - Pág. 9).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada

apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

3. Segundo texto transcrito acima, o requerimento de renovação de outorga foi apresentado

pela entidade interessada em 6 de agosto de 2014, tendo a SECOE, ao fim da instrução processual, opinado pelo deferimento do pleito, ao concluir:

“ANÁLISE

(...)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores

está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11381721). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Além de evitar reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

(...)

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação



da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Este é o relatório, a partir do qual, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram

atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnicoadministrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e

servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

II.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o

arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.



8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21,

que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução

de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar

os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

13. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a

eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela



concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

14. No mesmo CBT, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à

realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação

de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de

permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23 da Lei nº 14.600, de 2023 é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795, de 1963, que instituiu o RSR, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os

elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.



II.3. - DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO

19. Como já relatado, a então Secretaria de Radiodifusão – SERAD (Nota Técnica nº 6.466/2018/SEI-MCTIC - SEI 2804682) já havia opinado pelo deferimento do pedido de renovação em apreço no ano de 2018, recebendo, inclusive, a aprovação desta CONJUR à época (Parecer Jurídico nº 00395/2018/CONJURMCTIC/CGU/AGU – SEI-2888598), que condicionou apenas à apresentação de certidão atualizada de débitos relativos à créditos tributário federais e à dívida ativa da União, devidamente atendida pela interessada após oficiada, com validade até 28 de maio de 2018 (SEI-2930153).

20. Contudo, muito embora tenham sido enviados à Casa Civil da Presidência da República

para ciência e posterior encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, para as medidas subsequentes, os autos foram restituídos duas vezes à SERAD para ratificação das minutas de Exposição de Motivos e de Decreto Presidencial, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, além de aproveitar o ensejo para notificar a pessoa jurídica interessada para complementar a instrução processual, em decorrência do advento do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que alterou o Decreto nº 52.795, de 1963 (aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão).

21. Destarte, volvendo os autos à reanálise desta Consultoria Jurídica, verifica-se ter a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE (ex-SERAD) atestado a tempestividade do requerimento apresentado em 6 de agosto de 2014 pela entidade interessada, por ter sido observado o período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo, nos exatos termos previstos no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, vigentes à época, ou seja, in casu, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014, conforme NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM (SUPER-11381907), ao discorrer:

“7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de agosto de 2014, a pessoa jurídica interessada

apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, para o período de 2014-2029 (SEI 0083981 - Págs. 1-3). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de junho de 2014 e 24 de setembro de 2014.”

22. Anote-se que o requerimento de renovação foi subscrito pela Sra. ELIZABETH LEMANSKI e pelo Sr. PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA, na condição de Diretora



Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente, da TV OESTE DO PARANÁ LTDA., conforme consta na certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Paraná (SUPER-11284528, fls.6-7) e da Cláusula 4. Da Administração, da 8ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL da requerente (SUPER-2804314, fls.51-54).

23. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113[1] do RSR, alterado pelo Decreto nº 10.775, de 2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, estabelecendo uma lista significativa da documentação que deverá instruir o processo renovatório de que trata os autos.

24. Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

“10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga,

acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11284528 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os

parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).”

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a

pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade

de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em



trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado

do Paraná, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11381721).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade

da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11281144 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa

jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

(...)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica

deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.



19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira

automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao 'parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão', conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11381825 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço."

25. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67,

parágrafo único, do CBT, a SECOE prestou os seguintes esclarecimentos:

"17. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

(...)



18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica

deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira

automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica interessada tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.'

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada

obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2020, com validade até 24 de dezembro de 2029 (SEI 11381825 - Págs. 10 e 14)." (destacamos)

26. Já, no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do

serviço, cuidou a SECOE das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos citados:

"13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade

de cassação em desfavor da pessoa jurídica ora interessada no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11381825 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 11291157)." (sublinhamos)

27. Relativamente aos limites de outorga, constatou a SECOE que aqueles estabelecidos no



art. 12, do Decreto-Lei nº 236, de 1967, foram observados pelos sócios e dirigentes, Senão, vejamos:

“(…)

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os

parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 20 de fevereiro de 2024 (SEI 11381825 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a

pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Elizabeth Lemanski e Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.”

28. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos

pertinentes. A esse respeito, a SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SUPER -11381721).

29. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, como já foi mencionado, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas se encontra em conformidade com a legislação de regência, a teor do quadro abaixo:

30. Como se vê, todos os elementos necessários para que se conclua acerca da correta

instrução do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela SECOE. Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.



31. Porém, insta ressaltar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em

que for exercido o ato de assinatura do termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do RSR.

32. Conforme o art. 113, § 2º, do mesmo Regulamento, no caso de serviços de radiodifusão

de sons e imagens, o ato de renovação da outorga materializa-se mediante publicação de decreto presidencial. No que diz respeito aos aspectos formais, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que instruem os autos são adequadas e suficientes aos fins a que se propõem (SUPER-11381909).

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente feito, opina-se

pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), com o fito de dar prosseguimento ao pedido de renovação de outorga destinado à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Cascavel/PR, referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029, de interesse da TV OESTE

DO PARANÁ LTDA.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 31 deste

PARECER.

35. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos acostadas aos autos encontram-se aptas

a serem assinadas pela autoridade competente, cabendo à SECOE verificar a existência de eventuais erros materiais para corrigi-los antes do encaminhamento ao Ministro de Estado.

36. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.



Brasília, 21 de março de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

[1] “Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado

pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que

estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa

jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da

pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da

apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo

período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas

executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar

ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou

indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em

julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.”

(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021) “

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446525081 e chave de acesso



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais:
Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e
Hora: 21-03-2024 11:32. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor:
Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61)

2027-6119/6915

DESPACHO n. 00493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21

INTERESSADO: TV Oeste do Paraná Ltda

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e
imagens

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda, para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, no período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

2858/2024/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cascavel/PR, concedida à entidade TV Oeste do Paraná Ltda.

4. Conforme os termos do PARECER N. 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para a orientação apresentada no item 31 deste PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.

5. No momento da formalização da renovação da outorga (assinatura do termo aditivo), é necessário que sejam apresentados os documentos exigidos de forma atualizada, nos termos do art. 113 c/c o art. 115 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

6. Dessa forma e observando a orientação apresentada no item 31 do PARECER N. 00210/2024/CONJURMCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 24 de dezembro de 2014 a 24 de dezembro de 2029.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407>
1/2 supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407



Brasília, 21 de março de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446771407 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 15:35. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028906-1446771407>
2/2 21/03/2024, 16:28
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00499/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.010501/2014-21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

INTERESSADOS: TV OESTE DO PARANÁ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 493/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 21 de março de 2024.

Assinado eletronicamente

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o

fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900010501201421 e da chave de acesso 1ca6b4ce

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1446887270 e chave de acesso 1ca6b4ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-03-2024 16:10. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/9014738/visualizar/2304028905-1446887270>

1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 12 de abril de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 300 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 12/04/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108559** e o código CRC **391335FF** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 300/2024 MCOM (5108539) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de radiodifusão em Cascavel/PR, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAJ/CC/PR — órgãos competentes para analisar o tema —, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva, caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante expediente do Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 15/04/2024, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108933** e o código CRC **1CFC2482** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SUPER nº 5108933



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Nota SAG nº 36/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SUPER Nº: 53900.010501/2014-21.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00300/2024 MCOM, de 9 de Abril de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta de Decreto que renova a outorga concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cascavel (PR).

I - RELATÓRIO

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00300/2024 MCOM (5108539), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.010501/2014-21, acompanhada da minuta de Decreto que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a outorga de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital^[1], no município de Cascavel, estado do Paraná, sem direito de exclusividade, para a TV OESTE DO PARANÁ LTDA entidade de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.699.194/0001-53, canal 32, frequência nº 581 MHz, FISTEL nº 50408062800, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[2], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[3].

2. A concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é de competência do Presidente da República, com a instrução processual efetivada pelo Ministério das Comunicações (MCOM) e sendo precedida de procedimento licitatório, observada as disposições legais e regulamentares, cujas propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. No âmbito do MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE^[4] detém a competência de formular e avaliar a execução de políticas públicas, diretrizes, objetivos e metas relativas aos serviços de radiodifusão e de seus anulares, bem como propor a regulamentação e a alteração normativa dos mencionados serviços.

3. As fundamentações técnicas e jurídicas para a proposta estão descritas nos documentos indicados a seguir:

I - Nota Técnica nº 2858/2024/SEI-MCOM, de 23 de fevereiro de 2024 (5106833, p. 145-150), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.

II - Parecer Jurídico nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5108547), de 21 de março de 2024, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.

III - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 22 de fevereiro de 2024 (5106833, p.136-144), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

II - ANÁLISE

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que à Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG) compete, com fundamento art. 24, II, do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 48, I, do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#), proceder à análise do mérito, da oportunidade, da conveniência e da compatibilidade das propostas de atos normativos submetidas ao Presidente da República com as políticas e as diretrizes governamentais.

5. Assim sendo, a presente manifestação analisa a proposta de Decreto referente à renovação da outorga de concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens em destaque. Consoante já exposto, por meio da EM nº 00300/2024 MCOM (5108539), o Decreto proposto está organizado em três artigos:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originalmente à Televisão Carimã Ltda., nos termos do Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, publicado em 5 de dezembro de 1984, posteriormente transferida à TV OESTE DO PARANÁ LTDA. (CNPJ nº 03.699.194/0001-53), por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000, publicado em 8 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, publicado em 27 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município de Cascavel, estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

6. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#)^[5], e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro](#)^[6], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

7. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.699.194/0001-53
NOME EMPRESARIAL:	TV OESTE DO PARANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ELIZABETH LEMANSKI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	PAULO BERNARDO CUNHA PEREIRA DA VEIGA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/06/2024 às 13:42 (data e hora de Brasília).

8. Nesse sentido, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do processo de renovação de outorga do canal, considerando que:

- a) As manifestações dos órgãos técnico e jurídico são favoráveis à renovação da outorga de concessão;
- b) A documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação;
- c) Os registros administrativos sob a responsabilidade do MCOM podem ser atualizados enquanto o processo tramitar; e
- d) A documentação probatória de manutenção da situação de regularidade da empresa deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do instrumento de renovação da concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

9. Pelo exposto acima, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices** ao prosseguimento do feito, e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

III - CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, conclui-se que a proposta é viável quanto ao mérito, à oportunidade e à conveniência, bem como compatível com as diretrizes de Governo.

11. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

Brasília, na data da assinatura.

KARLA BRANQUINHO DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS

Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto
(SAG/CC/PR)

[1] [Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006](#), dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[5] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 07/01/2025, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Branquinho dos Santos Gonzaga, Secretário(a) Adjunto(a) substituto(a)**, em 07/01/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 07/01/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5809890** e o código CRC **596D7765** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.010501/2014-21

Nota SAJ - Radiodifusão nº 1114 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MCOM
TV OESTE DO PARANÁ LTDA

EM nº 00300/2024-MCOM

Anexos: II

Renovação de concessão de radiodifusão de sons e imagens (TV), em caráter comercial.

Assunto: Decreto que renova a concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens**, em favor de TV OESTE DO PARANÁ LTDA, na localidade de Cascavel/PR.

Pelo expedição do Decreto e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Processo: 53900.010501/2014-21

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se da Exposição de Motivos nº 00300/2024-MCOM (doc. SEI nº5108539), cuja proposta é a **renovação [1]**, por mais quinze anos, contados a partir de 24 de dezembro de 2014, da outorga de concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens (TV comercial)**, sem direito de exclusividade, em favor de **TV OESTE DO PARANÁ LTDA. CASCATEL - PR**, CNPJ sob nº 03.699.194/0001-53, na localidade de Cascavel/PR.
- Tanto a área técnica competente (Nota Técnica nº NOTA TÉCNICA Nº 2858/2024/SEI-MCOM - doc SEI nº 5106833) quanto a Consultoria Jurídica (Parecer nº 00210/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - doc. SEI nº5108547) do Ministério das Comunicações - MCOM, analisaram o mérito e legalidade da outorga, com manifestações favoráveis.

II - ASPECTOS TÉCNICOS DA RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS

- Embora o principal instrumento regulador da atividade de radiodifusão de sons e imagens permaneça sendo o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT – Lei nº 4.117/1962), alterado ao longo de quase cinquenta anos por decretos e leis, a Constituição de 1988 estabeleceu competências, regras, procedimentos e princípios relativos às concessões de rádio e TV, criando um capítulo específico sobre a Comunicação Social. A Constituição prevê, ainda, em seu artigo 223, a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal.
- O **serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV Aberta)** é compreendido como o conjunto de atividades encadeadas, outorgado mediante **“concessão” [2]** e realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação de serviço que consiste na oferta de conteúdos e obras audiovisuais em grades horárias específicas, por difusão linear, segundo linha editorial própria ofertados ao consumidor final de forma gratuita.



As emissoras podem ser comerciais ou de finalidade educativa e cultural. As comerciais possuem seus serviços Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

financiados predominantemente por venda de espaços publicitários. Já as emissoras educativas e culturais se caracterizam por serviços financiados substancialmente por recursos públicos, prestação de serviços ou publicidade institucional, sendo que sua outorga pode ser executada pela União, estados, municípios, universidades e fundações públicas. No caso concreto, verifica-se renovação de emissora comercial.

6. Como todo e qualquer serviço público, o serviço de radiodifusão de sons e imagens deve ser continuamente avaliado pelo Poder Público – no caso, pela União – sempre na perspectiva da sua melhor prestação à coletividade. Da mesma forma, sendo serviço público prestado mediante concessão, incumbe ao poder concedente – no caso, a União – a devida fiscalização e monitoramento de sua prestação pelo concessionário.

III - ANÁLISE JURÍDICA

7. Examinados os autos, não se vislumbram ilegalidades ou inconstitucionalidades a maculá-los. O ato tem fundamento no art. 223 da Constituição Federal e encontra-se em consonância com as Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com o Decreto nº 52.795/1963, além de legislação complementar.

8. Observa-se que Lei nº 5.785/1972 indica o procedimento para a renovação das outorgas dos serviços de radiodifusão. Neste aspecto, embora a ementa e o art. 1º daquela Lei passem o entendimento de que ela só seria aplicável a algumas situações específicas (renovação automática de determinadas concessões e permissões de radiodifusão sonoras já existentes à época da promulgação da Lei nº 4.117/1962), é possível a interpretação de que os artigos seguintes da Lei dizem respeito a outras situações [3], quais sejam, as demais concessões e permissões que não se enquadrem naquelas hipóteses específicas do art. 1º.

9. O processo de outorga de radiodifusão de sons e imagens, em caráter comercial, ocorre por processo licitatório na modalidade Concorrência, mediante a publicação, na Imprensa Oficial, do devido edital, e é julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

10. O prazo para exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens é de **quinze anos**, que poderá ser renovado por períodos sucessivos e iguais. Ademais, havendo pedido de renovação na forma devida e com a documentação hábil, ter-se-á o pedido como deferido, se o órgão competente não lhe fizer exigências. Além disso, a redação atual do Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR (Decreto nº 52.795/1963), apresenta artigos específicos acerca da renovação da outorga dos serviços de radiodifusão, bem como apontando o rol de documentos necessários para o processo [4].

11. Verifica-se que, não ocorrendo deliberação final sobre o pedido até a data prevista para o término do prazo original da outorga, entende-se que ela será mantida, em *caráter precário* [5], com as mesmas condições. Neste ponto específico, verifica-se a permissão legal para eventual transferência [6] da concessão, mesmo enquanto aquela estiver em caráter precário.

12. No que tange à competência, a outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) será dada pela Presidência da República [7]. O Poder Executivo também é competente para renovar a outorga, que “*entrará em vigor após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, publicada em ato competente*”. Portanto, cabe à União (Poder Executivo no ato de outorga e de renovação da concessão e Poder Legislativo na sua posterior apreciação) verificar, sobretudo, o regular cumprimento, pelas concessionárias, dos requisitos de legalidade e dos princípios constitucionais da produção e programação, nos termos do art. 221 da Constituição.

13. Assim, do ponto de vista jurídico, a Constituição de 1988 criou uma sistemática diferenciada para a outorga dos serviços de radiodifusão, expressando um procedimento que pode ser entendido como um *ato administrativo complexo*, ou seja, uma conjugação de vontades diversas, na medida em que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades. Com efeito, para que a outorga dos serviços de radiodifusão seja concedida, renovada ou mesmo encerrada, torna-se necessária: **(a)** análise técnica, da documentação e dos requisitos objetivos e subjetivos, por parte do MCOM; **(b)** encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, por Mensagem do Presidente da República (nos casos de TV, com expedição de Decreto pelo Chefe do Executivo); e **(c)** deliberação do Congresso Nacional sobre o ato de outorga, sua renovação ou perempção, nos termos do art. 223 da Constituição.

14. O requerimento de renovação, devidamente subscrito pelos diretores da entidade, foi apresentado tempestivamente. Ademais, os autos do processo trazem os documentos exigidos pela legislação pertinente para a renovação (conforme arts. 112 e 113 do mesmo Decreto nº 52.795/1963) [8]. Todavia, a completa análise e aceitação de referidos documentos, bem como sua subsunção às normas vigentes, foi previamente realizada pelo Ministério, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à renovação, conforme se verifica pela manifestação da Consultoria Jurídica.

15. Vê-se que a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens foi inicialmente concedida à Televisão Carimã Ltda pelo Decreto nº 90.609/1984, com contrato publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 1984. Posteriormente, a concessão foi transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda por meio de Decreto de 2000. O último pedido de renovação aprovado abrangeu o período de 1999-2014, oficializado pelo Decreto de 2001 e validado pelo Decreto Legislativo nº 235/2002. Em 6 de agosto de 2014, a TV Oeste do Paraná Ltda solicitou a renovação da outorga para o período de 2014-2029, dentro do prazo legal vigente, conforme o art. 4º da Lei nº 5.785/1972. O requerimento foi protocolado entre 24 de junho e 24 de setembro de 2014, em conformidade com a legislação da época.

16. Desta forma, com relação à documentação apresentada, esta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos – SAJ/CC/PR verificou apenas a juntada dos documentos previstos em normas vigentes à época do protocolo do pedido de renovação da outorga, sem se ater ao mérito ou análise técnica da documentação, conforme check-list anexo à presente Nota SAJ. Observa-se que desatualizações ou falta de documentos deverão ser verificados e sanados pelo MCOM, após todo o trâmite, no momento tura do termo de outorga.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

17. Nesse sentido, conclui-se pela pertinência da expedição de Decreto, com o consequente encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional para a adoção das providências cabíveis, em observância ao § 2º do art. 113 do Decreto nº 52.795/1963 [9].

IV - CONCLUSÃO

18. Diante de todo o exposto, cumpridas as exigências legais e regulamentares, bem como em face dos pronunciamentos favoráveis das áreas técnicas do Ministério das Comunicações, não se vislumbra óbice jurídico à proposição, razão pela qual se opina pela expedição de Decreto presidencial e posterior encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

19. Estas são as considerações sobre a proposta encaminhada pela **EM nº 00300/2024-MCOM**, objeto de apreciação, sujeitas à consideração superior.

SIMONE SALVATORI SCHNORR

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Trata-se de pedido de renovação de outorga, observando-se que a entidade já possui concessão para a exploração do serviço, outorgada originalmente por meio do Decreto Presidencial s/nº, de 7 de agosto de 2000.

[2] A radiodifusão pode ser explorada indiretamente, por meio de concessão (para radiodifusão de sons e imagens e para radiodifusão sonora de alcance nacional ou regional), permissão (para radiodifusão sonora de alcance local); e autorização (para radiodifusão sonora conhecida como “rádio comunitária”). Além disso, caso uma emissora de radiodifusão estiver em área de faixa de fronteira, serão acrescidos outros requisitos para a outorga. O mesmo será feito se a emissora possuir finalidades exclusivamente educativas.

[3] Com efeito, o art. 1º da Lei nº 5.785/1972 faz prorrogação automática de outorgas específicas, independentemente de procedimento. Assim, pode-se entender que os demais artigos daquela lei (arts. 2º ao 7º), ao preverem todo um procedimento para renovação de outorgas, estariam se referindo às demais outorgas não abarcadas no art. 1º, ou seja, seria aplicável às concessões e permissões que, por óbvio, não foram automaticamente prorrogadas. Este é o entendimento adotado pelo Ministério, que utiliza esta Lei nº 5.785/1972 como arcabouço para a renovação de outorgas de radiodifusão sonora (rádios) e de sons e imagens (TVs abertas).

[4] Vide arts. 110 ao 115 do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR), com redação atualizada.

[5] É o que se depreende da leitura do § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972.

[6] Aponta-se que, a Lei 13.424/2017, em seu art. 4º parágrafo único, asseverou que, para os casos de transferência, a anuência prévia do Governo Federal apenas se dará desde que concluída a instrução do processo de renovação da outorga, de modo a caracterizar que a entidade detentora da outorga preenche os pressupostos legais e regulamentares da renovação e que sua formalização depende apenas do trâmite administrativo que culminará no Decreto Legislativo, pelo Congresso Nacional.

[7] Sobre a competência do Presidente da República, vide art. 6º § 1º c/c art. 113, § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR), com redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017.

[8] Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

"Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista.

(...)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:

(...)"

[9] Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR):

"Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:

(...)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de renovação da outorga, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para envio ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação."

Anexo I à Nota SAJ - Radiodifusão nº 1114 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

DECRETO Nº , DE DE DE 2024

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Anexo II à Nota SAJ - Radiodifusão nº 1114 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Processo nº: 53900.010501/2014-21

EM nº: 00300/2024-MCOM



TV OESTE DO PARANÁ LTDA. CASCAVEL - PR

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

CNPJ nº: 03.699.194/0001-53

Localidade: Cascavel/PR

Data do protocolo do pedido de renovação da outorga: 06/08/2014

OUTORGA: concessão de serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV aberta), em caráter comercial.

A lista de documentação a seguir considera o **Decreto nº 52.795/1963, com redação vigente até 17/janeiro/2012 (entrada em vigor do Decreto nº 7.670/2012)**, bem como outras legislações aplicáveis à época do protocolo do pedido de renovação.

HABILITAÇÃO JURÍDICA DA ENTIDADE	
<p>1. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, entre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p> <p>(art. 15, § 1º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>2. Comprovante de que a entidade obteve o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver em faixa de fronteira (até 150km de distância de fronteira com outros países);</p> <p>(art. 15, § 1º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável (X)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>3. Declaração de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.</p> <p>(art. 15, § 1º, "c", item 1 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Decreto-Lei nº 236/1967)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>4. Declaração de que nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade em que a concessão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/1967;</p> <p>(art. 15, § 1º, "c", item 2 e § 4º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>5. Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas do Anexo ao Decreto nº 88.066/1983, que passarão a regular as relações da concessionária com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido.</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "a" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor entre janeiro/1983 até agosto/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</p>	
<p>6. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios);</p> <p>(art. 15, § 2º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>7. Certidão negativa de falência ou concordata (atual recuperação judicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(art. 15, § 2º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>REGULARIDADE FISCAL</p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>8. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC (atual Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ);</p> <p>(art. 15, § 3º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, I c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993;)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, II c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993;)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>10. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(art. 15, § 3º, "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 27, "c" da Lei nº 8.036/90 – FGTS; art. 29, IV c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>11. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, III c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>12. Certificado de quitação com a Contribuição Sindical, relativo ao empregador e empregados, ou comprovantes de recolhimento referentes aos últimos 5 (cinco) anos</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "b" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor entre janeiro/1983 e agosto/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>HABILITAÇÃO DOS SÓCIOS E DIRIGENTES</p>	
<p>13. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios que representem, ao menos, 70% do capital social total ou votante, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certificado de reservista; (c) título de eleitor; (d) carteira profissional ou de identidade; ou (e) comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses.</p> <p>A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.</p> <p>(art. 15, § 4º "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 222, § 1º da Constituição de 1988)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>14. Certidão dos cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;</p> <p>Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.</p> <p>(art. 15, § 4º, "b" e "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>15. Declaração dos sócios e dirigentes, de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial;</p> <p>(art. 15, § 6º, item 2 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

<p>16. prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;</p> <p>(art. 15, § 4º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>17. Fichas de cadastramento relativas aos sócios que detenham 5% (cinco por cento) ou mais das quotas ou ações representativas do capital social, assim como a todos os dirigentes da entidade.</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "c" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor entre janeiro/1983 e agosto/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>

Ato Normativo nº 01/2007, da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-4-335-de-17-de-setembro-de-2015-32861729>.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Salvatori Schnorr, Assessor(a)**, em 19/12/2024, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/12/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 20/12/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6297763** e o código CRC **1C13BE18** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6297763



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/01/2025 | Edição: 6 | Seção: 1 | Página: 3

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.357, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Sonia Faustino Mendes

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

DECRETO Nº 12.357, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.



D-RENOVA CONCESSÃO TV OESTE DO PARANÁ (EM 300 MCOM)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



DECRETO Nº 12.357, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.010501/2014-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 2014, a concessão outorgada originariamente à Televisão Carimã Ltda., conforme o disposto no Decreto nº 90.609, de 4 de dezembro de 1984, transferida para a TV Oeste do Paraná Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.699.194/0001-53, nos termos do disposto no Decreto de 7 de agosto de 2000, e renovada pelo Decreto de 26 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

12.357 - D-RENOVA CONCESSÃO TV OESTE DO PARANÁ (EM 300 MCOM)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 10 de janeiro de 2025.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.010501/2014-21.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura do Decreto nº 12.357/2025 pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.010501/2014-21, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 10/01/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6354994** e o código CRC **A36B4C3B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6357494) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARDILO VALENTE
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente, Supervisor(a)**, em 13/01/2025, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6357495** e o código CRC **F7EBE116** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6357495



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná."

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 79, de 15 de janeiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.".

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 16/01/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 16/01/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6365902** e o código CRC **0749D961** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

MENSAGEM Nº 79

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná."

Brasília, 15 de janeiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>



48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 95/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 12.357, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à TV Oeste do Paraná Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Cascavel, Estado do Paraná".

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 16/01/2025, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367347** e o código CRC **B53ADD84** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6367347

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 16 de janeiro de 2025.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 16/01/2025, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367726** e o código CRC **E715C9F1** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6367726



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Arquivo

Brasília, na data da assinatura.

Assunto: Recebimento do processo

Confirmo o recebimento físico do documento nº (6357494) do presente processo. Informo que procederemos com seu tratamento, guarda e encerraremos o processo nessa Divisão.

CAROLINA ALVES CAIXETA BUENO
Arquivista-DIARQ



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Caixeta Bueno, Supervisor(a)**, em 20/01/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6372288** e o código CRC **51E0127F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.010501/2014-21

SEI nº 6372288



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0>

48318717-fa33-4845-950a-21ff51d03df0